



ENTRE FRONTEIRAS, CIDADES E RUAS: experiências de migrantes e ambulantes



ORGANIZADORAS
Caterine Reginensi
Francilene dos Santos Rodrigues
Laila Mayara Drebes



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA – UFRR

REITOR

José Geraldo Ticianeli

Diretor da EDUFRR

Fábio Almeida de Carvalho

VICE-REITOR

Silvestre Lopes da Nóbrega

CONSELHO EDITORIAL

Alcir Gursen de Miranda
Anderson dos Santos Paiva
Bianca Jorge Sequeira Costa
Fabio Luiz de Arruda Herrig
Georgia Patrícia Ferko da Silva
Guido Nunes Lopes
José Ivanildo de Lima
José Manuel Flores Lopes
Luiza Câmara Beserra Neta
Núbia Abrantes Gomes
Rafael Assumpção Rocha
Rickson Rios Figueira
Rileuda de Sena Rebouças

EDITORA DA UFRR



Programa de Pós-graduação
em Dinâmicas Territoriais
e Sociedade na Amazônia
– PDTSA/Unifesspa

Realização:



Programa de Pós-graduação
Sociedade e Fronteiras
– PPGSOF/UFRR



Programa de Pós Graduação
em Políticas Sociais
– PPGPS/UENF

Chamada Pública nº 2/2021 SÉRIE DIÁLOGOS CRÍTICOS V.02 Procad/AM–CAPES – “Estado e Políticas Sociais na Amazônia: diálogos críticos sobre apropriação de territórios e recursos naturais, mobilidades humanas e desestruturação de sistemas de conhecimento”

Financiamento



PROCAD AMAZONIA/

Coordenação de Formação de Pessoal Docente -CAPES

Editora da Universidade Federal de Roraima



Campus do Paricarana
Av. Cap. Ene Garcez, 2413,
Aeroporto – CEP: 69.310-000.
Boa Vista – RR – Brasil
e-mail: editora@ufr.br /
editoraufrr@gmail.com
Fone: + 55 95 3621 3111

Editora da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro



Av. Alberto Lamego,
2000 – Parque Califórnia –
Campos dos Goytacazes –
RJ – CEP: 28013-602.
e-mail: eduenf@uenf.br

Filiadas à:



**ENTRE FRONTEIRAS, CIDADES E RUAS:
experiências de migrantes e ambulantes**

Copyright © 2021

Editora da Universidade Federal de Roraima

Todos os direitos reservados ao autor, na forma da Lei.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610 / 98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Projeto gráfico, capa e diagramação

Norah Gamboa Vela

Desenho de capa:

Daniel Ramos Warao

Fotos da capa:

Caterine Reginensi

Revisão Técnica

Elisangela Barbosa Dias

Comitê Científico Ad hoc

David Souza Góes	Leila Chagas de Souza Costa (UERR)
Elaine Moreira (UFRR/UNB)	Lisiane Machado Aguiar(UFRR)
Eric Gustavo Cardin (UNIOESTE)	Maria Catarina Chitolina Zanini (UFMS)
Fábio Almeida de Carvalho (UFRR)	Sidney Antonio da Silva (UFAM)
Fabio Luiz de Arruda Herrig (UFRR)	Sofia Cavalcanti Zanforlinv(UFPE)
Joel Orlando Bevilacqua Marin (UFMS)	Soraya Silveira Simões (IPPUR)
Leila Adriana Baptaglin (UFRR)	Tarcia Millene de Almeida Costa Barreto (UFRR)

Dados Internacionais de Catalogação Na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

E61 Entre fronteiras, cidades e ruas: experiências de migrantes e ambulantes / Caterine Reginensi, Francilene dos Santos Rodrigues, Laila Mayara Drebes, organizadoras. – Boa Vista: Editora da UFRR, 2021.
198 p.: il.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5955-018-0

Livro eletrônico (e-book).

1 - Migração em Roraima. 2 - Mobilidade. 3 - Migrantes. 4 - Acolhimento. 5 - Fronteiras. I - Título. II - Reginensi, Caterine. III - Rodrigues, Francilene dos Santos. IV - Drebes, Laila Mayara. IV - Universidade Federal de Roraima.

CDU - 325.14(811.4)

Ficha Catalográfica elaborada pela: Bibliotecária/Documentalista:

Maria de Fátima Andrade Costa - CRB-11/453-AM

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.

ENTRE FRONTEIRAS, CIDADES E RUAS: experiências de migrantes e ambulantes

ORGANIZADORAS

Caterine Reginensi

Francilene dos Santos Rodrigues

Laila Mayara Drebes



Boa Vista - RR

2021

SUMÁRIO

PREFÁCIO: FRONTEIRAS, CIDADES E RUAS NA INVERSÃO DO OLHAR	8
<i>Edna Castro</i>	
APRESENTAÇÃO	19
DEL VIAJE DEL ALMA AL RELATO MIGRANTE	31
<i>Elizabeth Zamora Cardozo</i>	
EXPERIÊNCIA DE UMA MIGRANTE NA ARTE AMAZONIANA: O AISTHÊTIKÔS NA OBRA DE DONA Z	51
<i>Alexandre Silva dos Santos Filho</i> <i>Luanderson Conceição Santo</i>	
RESSIGNIFICANDO O COTIDIANO: ESTRATÉGIAS E TÁTICAS DOS MOTOENTREGADORES NA CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	69
<i>Sintilla Abreu Bastos Cartaxo</i> <i>Caterine Reginensi</i>	
“O GARIMPO URBANO”: A COMERCIALIZAÇÃO DE COMBUSTÍVEL E A AS FILAS COMO NOVAS TERRITORIALIDADES NA FRONTEIRA VENEZUELANA (SANTA ELENA DE UAIRÉN)	89
<i>Morelia Morillo Ramos</i> <i>Francilene dos Santos Rodrigues</i>	

“MORRO ABAIXO!”: A URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE BOA VISTA E A SUA PRIMEIRA ZONA DE PROSTITUIÇÃO NA DÉCADA DE 1950	113
<i>Édla Sonaira Salazar de Oliveira</i>	
<i>Carla Monteiro de Souza</i>	
<i>Márcia D’Acampora</i>	
MIGRANTES VENEZUELANAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA EM BOA VISTA, RORAIMA	133
<i>Débora Gomes de Figueirêdo Nóbrega</i>	
<i>Márcia Maria de Oliveira</i>	
SAÚDE E MIGRAÇÕES EM RORAIMA	157
<i>Marinete Nunes Oliveira</i>	
<i>Márcia Maria de Oliveira</i>	
UM PÉ NA CIDADE, UM PÉ NO INTERIOR: A MOBILIDADE INVISÍVEL DOS TRABALHADORES URBANOS NA ÍNDIA	181
<i>Autoria de Matias Echanove e Rahul Srivastava</i>	
<i>Tradução de Caterine Reginensi e Laila Mayara Drebes</i>	
POSFÁCIO	189
<i>Márcia Maria de Oliveira</i>	
BIOGRAFIAS	192
ÍNDICE REMISSIVO	197

PREFÁCIO: FRONTEIRAS, CIDADES E RUAS NA INVERSÃO DO OLHAR

*Edna Castro*¹

*E atravessou a rua com seu passo tímido
Subiu a construção como se fosse máquina
Ergueu no patamar quatro paredes sólidas
Tijolo com tijolo num desenho mágico.....*

*E tropeçou no céu como se fosse um bêbado
E flutuou no ar como se fosse um pássaro
E se acabou no chão feito um pacote flácido
Agonizou no meio do passeio público
Morreu na contramão atrapalhando o tráfego.....*

***Construção
Chico Buarque de Holanda***

Viver na fronteira é sempre uma condição particular pelas experiências singulares que muitas vezes exigem movimentos simultâneos de identidades, rupturas e recomposições. Este livro intitulado *Entre Fronteiras, Cidades e Ruas: experiências de migrantes e ambulantes*, organizado por Caterine Reginensi, Francilene dos Santos Rodrigues e Laila Mayara Drebes traz aos leitores temas extremamente relevantes para o entendimento não apenas da Amazônia

1 Professora Emérita da Universidade Federal do Pará. Doutora em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França. Vice-presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia/SBS. Pesquisadora de Produtividade do CNPq.

brasileira, mas do contexto histórico, social, político e étnico latinoamericano. Ele está composto por textos instigantes sobre processos e trânsitos em fronteiras políticas e culturais com base em pesquisas realizadas com migrantes e trabalhadores de vários países, ressaltando seus pontos de vista em áreas urbanas com significativos fluxos de pessoas que se deslocam, muitas vezes em condições limites, em busca de oportunidades de vida e de trabalho.

A perspectiva adotada no livro é a dos sujeitos sociais que transitam entre mundos diferentes, que se descolam e/ou se instalam em outros países, ou ainda em espaços transfronteiriços. Perspectiva que nos revela dimensões pouco estudadas das práticas sociais relacionadas à experiência da migração em regiões que, na atualidade, encontram-se sob o foco de novos interesses econômicos e políticos, como é o caso da Amazônia, e em processos acentuados de transformação e de conflitos.

Utilizando-se de uma abordagem crítica e contextualizada o que torna a leitura atraente e agradável, os capítulos do livro descortinam movimentos de mudança no espaço urbano e nos territórios do seu entorno, impulsionados pelas políticas governamentais ditas de integração nas áreas de fronteira e por tensões e conflitos que ecoam nos países que conformam a América Latina, permitindo identificar os fluxos migratórios como parte dessas dinâmicas.

A Pan-Amazônia, essa grande região latino-americana que se estende por nove países, é uma realidade espacial, social e étnica que tem tido, em períodos relativamente recentes, intervenções direcionada pelo Estado, como uma *fronteira colonial* ou como *um vazão a ocupar*, sob uma visão nitidamente da geopolítica. Mas, a rigor, antes não havia fronteira como ordem política e essa grande região se constituía em território ancestral de grupos étnicos cujo trânsito era livre.

Assim como o mundo andino, o pan-amazônico têm seus territórios efetivamente ocupados por grupos cujas práticas de pertencimento identitário são fundamentais na organização da vida, como pensado na concepção deste livro por Catherine Reginensi, Francilene dos Santos Rodrigues e Laila Mayara Drebes. Nesse entendimento, as cidades de fronteiras nacionais são *territórios étnicos* marcados pela história e vivência multicultural e multilinguística. Elas desenvolvem intensas relações com o mundo rural, a aldeia e o povoado, onde muitas famílias desenvolvem diferentes processos de trabalho, da agricultura familiar aos serviços e à fabricação de produtos, e à pesca, e mantém fluxos de trânsito de um a outro espaço interconectados por elas. Por isso, essa realidade conta muito na conformação social e do trabalho em cidades de fronteira como Boa Vista,

Bonfim, Pacaraima, Santa Elena de Uairén e Lethem (Brasil, Venezuela e Guiana), mas também, em outros extremos, Letícia, Tabatinga, Benjamin Constant, Santa Rosa (Brasil, Colômbia e Peru); Brasiléia, Cobija, Guayara e Guajará-Mirim (Brasil, Bolívia); Oiapoque e Saint George (Brasil e França).

As cidades amazônicas mais antigas estão localizadas ao longo do rio Amazonas e afluentes². São, historicamente, pontos nodais das redes de trocas comerciais que se estendem até as fronteiras transnacionais, cujo exemplo do período áureo da economia da borracha é bem elucidativo. As relações sociais e econômicas organizam-se em redes que funcionam com a mesma lógica, mas em um mercado predominantemente informal, clandestino, ilegal e diverso, que combina certamente o formal e o informal, o legal e o ilegal, de maneira híbrida, como assinalara Machado (2000). Contudo, o fundamento da análise distancia-se destes antagonismos ou oposições binárias, pois a dinâmica e a complexidade dessas redes respondem seguramente pela manutenção das estruturas nas relações de troca, o que fica bem explícito quando se analisa certos segmentos econômicos, como a pesca e a madeira. Notadamente vinculados a um mercado informal nas fases de captura (pescado) ou de extração (madeira), esses setores estão inseridos, ao mesmo tempo, no sistema de mercado regido por uma dinâmica globalizada.

As fronteiras são lugares de trocas materiais e simbólicas, de passagem de fluxos migratórios, de desafios e de busca de possibilidades de existência e de resistência. Mas a noção de fronteira é policêntrica e múltipla na perspectiva dialética, é imagética, metafórica e fluida, por isso uma relação de agentes em movimento que constroem e reconstroem alteridades na relação com o outro.

Os estudos sobre o direito à cidade reforçam a crítica ao desenvolvimento urbano planejado pelo Estado na segunda metade do século XX, e à racionalidade de gabinete que fragmenta a cidade e a vê pela razão técnica e pelas aparências, críticas essas tratadas em vários artigos desta coletânea. O pensamento crítico, ao contrário, propõe formas de recomposição do direito à cidade. Direito dos

2 Em grandes linhas, e apenas para sinalizar a diferenciação e singularidade do conjunto urbano da Amazônia, ele conforma um *continuum* em redes de relações sociais e institucionais que, em síntese, pode ter a seguintes tipologia: 1. Cidades Estuarinas – cidades coloniais; cidades segundo trajetória histórica da ocupação (tempo x espaço); e grandes cursos d' água; 2. Cidades e/ou vilas nos eixos rodoviários e ferroviários (tempo x espaço x economia x natureza x colonização); 3 Cidades originárias de grandes projetos minerais, hidrelétricos, madeireiros, e de infra-estrutura (tempo x espaço x natureza do empreendimento x modelo urbano); 4. Cidades transfronteiras (fronteira agrícola x fronteira do capital x fronteira política x economia x grupos sociais e étnicos); 5. Aglomerações étnicas, indígenas (aldeias), quilombolas (povoados) e de assentamentos da pequena produção familiar.

sujeitos individuais ou coletivos, de antigos residentes ou de migrantes estabelecidos, ou ainda em passagem temporária, decidirem sobre os destinos da cidade, de serem produtores da cidade num mundo crescentemente urbano. Igualmente a apropriação da cidade pelos que a constroem, os trabalhadores que labutam a cada dia na produção do espaço urbano. Caso dos trabalhadores da construção civil na poesia urbana de Chico Buarque de Holanda, em *Pedro Pedreiro e Construção*, excluídos da vida e do usufruto dos direitos à cidade e ao trabalho digno e seguro, são corpos descartáveis. Ainda que invisibilizados para os direitos nunca abandonam a esperança, na espera de um amanhã melhor pois precisam continuar trabalhando.

As análises feitas em capítulos deste livro recorrem a imagens expressivas dos migrantes sobre o espaço público, a rua, as praças e os seus pontos de encontro. Jane Jacobs (2000) contesta as narrativas sobre crescimento do mercado imobiliário a todo custo nas grandes cidades americanas e a produção de desigualdade e pobreza, definindo melhor a noção de desastre e crimes sociais e ambientais. Ela propõe novas mediações entre o urbano e a ecologia do desenvolvimento. Nessa perspectiva a cidade deve ser um lugar de apropriação da vida social pelos sujeitos sociais, em seus espaços diversos, de praças, ruas, parques, espaços públicos em geral, a cidade para as pessoas que ali vivem e transitam, os migrantes, as trabalhadoras e os trabalhadores, aqueles que tem a rua como lugar de trabalho.

Os problemas relacionados à questão urbana e ao direito à cidade são vistos por David Harvey (2005) no contexto das dinâmicas do capitalismo e sua expansão em todos os territórios do planeta, da produção de desigualdades urbanas e regionais e a acumulação pela espoliação no sistema mundo. O crescimento dos deslocamentos forçados no mundo está relacionado às novas dinâmicas do capitalismo que é continuamente atualizada. A globalização acelera cada vez mais os fluxos econômicos e de pessoas, a violência e a desterritorialização. Explicar o que são as cidades globais tornou-se uma das principais contribuições de Sassen (1998). Ela entende serem as grandes cidades internacionais centros de poder da economia mundial, e para demonstrar tal hipótese examina três delas em continentes diferentes (Nova York, Londres, Tóquio), e sua interligação sistêmica, como grandes corporações, com outras cidades espalhadas por todos os continentes, em escalas diferentes como redes de trocas e de fluxos de capital, de produção, de pessoas, de serviços e consumo. Incluem nesses fluxos os espaços não urbanos e formas múltiplas de expropriação e por isso as cidades globais se caracterizam também pela produção de grande mobilidade de pessoas também

das zonas rurais e um crescimento enorme de desigualdade econômico e social, vulnerabilidade do ponto de vista do trabalho e da moradia, da educação, da saúde, do acesso aos serviços e da segregação social.

O cotidiano e a cidade reproduzem a alienação ao mesmo tempo que forjam processos emancipatórios (LEFEBVRE, 1991). Andar na cidade implica em escolhas e seleções, por onde andar, os bairros, os lugares, essas escolhas implicam em buscar referências, e subjetividades, para realizar várias atividades cotidianas, produzindo encontros, pois a cidade é em essência um lugar plural para os moradores e visitantes (CERTEAU, 1998).

Muitos que se tornaram migrantes, foram proscritos da terra, de seus locais de origem, desamparados, movendo-se em multidões para lugares incertos, na travessia de mares e de muros. A crítica de Castells (2002) ao drama da desigualdade na América Latina, levou em conta os movimentos sociais urbanos e as condições de vida nas cidades, fomentando o debate sobre o que é a cidade, quem são os sujeitos da cidade e qual a natureza do Estado e da razão que orienta as práticas por órgãos públicos e funcionários responsáveis pelas políticas urbanas. Explicita a estrutura da sociedade em rede, e as dinâmicas de acumulação que estruturam o espaço urbano, entre as duas lógicas: a global (espaço de fluxos econômicos, e dominação) e a local (espaço de lugares, da rua e de territórios identitários).

As cidade de Boa Vista e Pacaraima, e a cidade de Santa Elena de Uairén, na fronteira Brasil e Venezuela são referências espaciais nos trabalhos desta coletânea. Mas também o olhar cuidadoso sobre migrantes na América Latina e na Europa, e ainda na Índia. Excelentes análises produzidas sob um olhar de observador inquieto e rigoroso na construção da experiência etnográfica e epistêmica sobre os migrantes e os ambulantes. Perguntam-se como esses sujeitos sociais elaboram suas estratégias de inserção à vida nessas cidades em contexto de conflito. Que desdobramentos podem ser percebidas dos pontos de vista dos ambulantes? Quais os efeitos práticos das políticas de apoio aos migrantes? Percebem que encontram possibilidades de se moverem nas redes de trabalhadores informais, formular alianças e resignificar as dores da migração e a busca de refúgio, das perdas, mas também de sonhar e/ou projetar novas possibilidades.

No texto *Del Viaje del Alma al relato Migrante*, Elizabeth Zamora Cardozo compartilha com os leitores sua escuta de narrativas dos migrantes de diferentes lugares da América Latina e da Europa. Os migrantes são vistos pela autora como sujeitos de suas histórias, plenos de possibilidade de invenção para superar as agruras do processo de deslocamento, para ultrapassar a aventura de se colocar diante

do desconhecido, e saber que é nesse novo contexto que possivelmente prosseguirá a sua trajetória. A exploração do outro, pelo trabalho, tem no trabalhador ambulante, sem segurança social e institucional, um ponto frágil no sistema-mundo capitalista que gera a produção da riqueza à base da super exploração do trabalho. São diferentes os lugares de origem e é preciso resistir como forma de existência, deixando para trás as contradições e os constrangimentos da partida.

O tempo e a memória nesses relatos são parte de um trânsito real e simbólico de imagens e de processos. Falas sobre o desafio de ir além e se superar, mas também dos medos, das incertezas, dos desencontros e desafios nessas diversas fronteiras sociais, étnicas, identitárias e multiculturais, onde se faz e refaz os rituais de passagem. Para a autora seu desejo é decifrar os traços que desenham as pegadas que os e as migrantes marcam em seus trajetos a partir de espaços íntimos e simbólicos, reconhecendo as múltiplas diferenças entre quem empreende a “viagem” e no contexto de seus conhecimentos sobre o mundo e a vida. Essa dimensão do simbólico, em busca de subjetividades silenciadas muitas vezes por longo tempo, nos revela a profundidade dos sentimentos de ser migrante e nos mostra como são ricas e contundentes as lembranças e as experiências, através dos relatos do que é viver em fronteiras identitárias, e em mundos hierarquizados pelo ideário dominante da modernidade.

Ao formular sua crítica à modernidade Mike Davis (2007) analisa a produção das cidades com suas contradições catastróficas, como as cidades americanas que se tornaram espaços de negação, de decadência, de pobreza e de guetos. As grandes cidades americanas, para ele, iluminam a favelização planetária, a bunkeerização, e a valorização do uso de aparatos de segurança e de controle da vida dos cidadãos. Incluem-se igualmente as representações e práticas do terror e da violência no mundo contemporâneo como parte da produção progressiva de um modo de produção de valor como centro de referência do desenvolvimento.

Na perspectiva feminina da arte e da resistência encontrada no trabalho de uma migrante, como mostram Alexandre dos Santos Filho e Luanderson Conceição Santo, no texto *Experiência de uma migrante na arte amazoniana: o aisthêtikôs na obra de Dona Z*, descortina-se o mundo simbólico feminino à luz da poética visual de Dona Z, e como a resistência vinda de lugares marginais podem produzir novos significados e rupturas com as formas correntes, ou dominantes, de pensar a sociedade. Estamos diante de uma inversão de valores e de estratégias de ruptura e de subversão, a partir de seu pensamento como artista e mulher.

Uma leitura portanto na intersecção entre a arte e as ciências sociais, e de certa forma com a psicanálise, tentando visibilizar fragmentos de sentimentos

profundos do universo feminino de uma artista migrante que rompe com uma dada ordem de linguagem, e produz novas interpretações ao lidar com os desejos, os sonhos, as rupturas de conceitos e visões, e de tragédias presentes no seu imaginário amazônico. A força da arte, da poética visual e do sentimento de Dona Z, revelam também a sua capacidade de conhecer e sentir a vida e o mundo, com o olhar ancorado nas raízes culturais, e nos mostra assim um pensamento vigoroso e crítico.

Resistência também presente nos textos desta coletânea que discutem o trabalho, a reestruturação produtiva e as mudanças nas suas modalidades durante as crises do capitalismo e os efeitos da globalização que atingem fortemente as cidades e o mercado de trabalho urbano, pois é justamente nas cidades que se concentra a maior parte dos empregos e dos trabalhadores de um país. Nesses dois anos de crise sanitária, com a pandemia de Covis 19, houve precarização ainda maior das relações de trabalho, aumento do desemprego, e perdas enormes que impactaram o mercado informal e de ambulantes onde está uma boa parte de trabalhadoras, es, sem acesso ao emprego formal. Ao mesmo tempo, a emergência de outras formas de trabalho, o recurso ao trabalho virtual, em plataformas digitais. como mostram Sintilla Bastos Cartaxo e Caterine Regimens no texto *Ressignificando o cotidiano: estratégias e táticas dos motoentregadores na cidade de Campo dos Goytacazes*.

As tensões no mercado de trabalho urbano, no trabalho nas ruas, durante a pandemia da Covid-19, levou os trabalhadores a descobrirem novas estratégias de sobrevivência e reinventarem o cotidiano. Uma luta permanente contra a exclusão social e a precarização, na busca de novas oportunidades de trabalho (REGINENSI: 2019), processos correntes nas cidades da América Latina. Por isso os “informais” foram certamente os mais afetados. Os motoentregadores, os moto taxis para inúmeros serviços encontram-se nesses casos com intensificação do trabalho e jornadas ampliadas, riscos não reconhecidos, além de exclusão dos direitos de seguridade.

A proximidade do Brasil com a Venezuela leva as pessoas a viverem de forma diferente a tensão do aumento da gasolina. O transporte e a comercialização ilegal do produto alimenta uma extensa rede de atores econômicos e usuários. Descrever a dinâmica dessa extensa rede é o desafio de Morelia Morillo Ramos e Francilene dos Santos Rodrigues no capítulo intitulado *O Garimpo Urbano: Comercialização de Combustível e as filas como novas territorialidades na Fronteira Venezuelana (Santa Elena de Uairén)*, nesta coletânea. As autoras descrevem desde o início do processo de comercialização de combustível até

a movimentação da economia local e apresentam, ao leitor, os atores sociais e institucionais, suas estratégias, as estruturas e as particularidades daquelas redes, e como os espaços urbanos são resignificados a partir dos “negócios” do combustível, espaços que estabelecem novas territorialidades. Esse trabalho que se passa nas ruas da cidade de Santa Elena do Uairén leva seus agentes a transitarem entre a legalidade e a ilegalidade, e comercializar e transportar combustível de alta periculosidade sem equipamentos adequados de proteção, e colocar-se sempre em situação de risco.

Édla Sonaira Salazar de Oliveira, Carla Monteiro de Souza e Márcia D’Acampora analisam no texto *Morro abaixo!: a urbanização da cidade de Boa Vista e a sua primeira zona de prostituição na década de 1950*, a expansão histórica do município de Boa Vista e os processos de transformação na cidade, a distribuição dos equipamentos de infra-estrutura urbana com base em políticas e ações planejadas pelo Estado (1940-1950) e apontam como eram percebidos os lugares de prostituição, suas marcas e estigmas, e por isso, essas zonas proibidas são vistas como de segregação e desvios. O olhar sobre Boa Vista a partir do planejamento e da reordenação dos espaços urbanos é orientado pelas crenças no desenvolvimento e na modernização conservadora e reproduzidas em dispositivos legais e nos Planos Urbanísticos. A classificação espacial imposta pela razão técnica acaba por afirmar a estrutura de exclusão social visível nos serviços urbanos e nos direitos à cidade.

A cidade é o lugar de encontro dessas fronteiras e Boa Vista tornou-se um lugar por excelência para se analisar os dramas sociais protagonizados pelos grupos de migrantes que chegam da Venezuela através de Santa Elena de Uairén, ou de outros pontos da fronteira. A chegada à Boa Vista é para muitos uma pausa e uma passagem para seguir em frente, e para outros a permanência e a proximidade com a Venezuela pode lhes permitir sonhar com o retorno. Lugar de trabalho e violências como mostram Débora Gomes de Figueirêdo Nóbrega e Márcia Maria de Oliveira no texto *Migrantes venezuelanas vítimas de violência em Boa Vista, Roraima*, no qual ressaltam o trabalho da mulher migrante venezuelana, a violência contra a mulher registrada nas narrativas sobre as rotas migratórias que são marcadas por ameaças às mulheres e ações de violências durante os momentos de deslocamento. São relatos contundentes sobre as formas de dominação de gênero, preconceitos e violência que imperam na visão patriarcal e machista que persiste em Roraima, mas também em todo o Brasil.

Em outro ângulo, o da saúde dos migrantes, no texto *Saúde e Migrações em Roraima*, seus autores Marinete Nunes Oliveira e Márcia Maria de Oliveira

discutem os adoecimentos, as angústias, os medos que acometem os migrantes devido as dificuldades enfrentadas por várias razões e em diversos momentos do trajeto, e os seus direitos de migrantes no território brasileiro. Saúde e trabalho são duas dimensões de extrema relevância na vida social, mas também o grande dilema enfrentado pelas populações mais vulneráveis que tiveram sua situação agravada com o aumento da desigualdade no mundo. A crise sanitária provocada pela pandemia de Covid 19, escancarou as fragilidades dos sistemas de saúde no mundo, mostrou os reduzidos investimento nos sistemas públicos, ou sua minimização, e as estruturas privadas marcados pela exclusividade de clientela pois mais voltada ao mercado que a sociedade como um todo.

Esta coletânea nos brinda ainda com um capítulo que trata da mobilidade entre a cidade e o campo onde os migrantes procuram driblar a carência de oportunidades de trabalho, a pobreza e a fragilidade na saúde. *Um pé na cidade, um pé no interior: a mobilidade invisível dos trabalhadores urbanos na Índia*, de Matias Echanove e Rahul Srivastava que nos apresentam relatos etnográficos e imagéticos de trabalhadores e suas famílias. Falar sobre e mobilidade entre cidade x campo, a ida para a cidade devido as oportunidades de trabalho urbano, mas que ao escassearem, eles podem recorrer à migração temporária de retorno, deslocando-se da cidade para o seu povoado de origem. Essa dinâmica de mobilidade coloca questões à saúde dos trabalhadores e de suas famílias como foi observado pelos autores durante a pandemia de Covis 19. Mas é um processo comum, recorrente, que envolve grandes números da população pobre da Índia.

As análises contidas no livro permitem refletir sobre a Pan- Amazônia que passa atualmente por um acelerado processo de transformação urbana com o aparecimento de novos povoados e cidades e com um aumento do trânsito de migrantes de vários países fronteiriços.. No atual contexto brasileiro, de avanço ilegal dos interesses de agentes econômicos e sociais sobre os territórios de ocupação antiga, para o mercado globalizado de *commodities* (pecuária, soja, minérios e madeira), podemos considerar a expansão mais para o norte, mais ao oeste, em direção às fronteiras políticas dos outros países, em direção aos limites nacionais.

Como assinalam vários capítulos deste livro, surgem na fronteira novas pequenas cidades inseridas nas relações de trocas inter e intraculturais, cujos atores locais em processos afirmativos vem demarcando os territórios em função de conflitos com grupos recém-chegados. As cidades e os povoados são pontos de apoio e distribuem-se ao longo da estrada que de Boa Vista à Santa Elena de Uairén. Essa e outras estradas se interligam na fronteira pelas extensões das

redes sociais, étnicas e de comércio que se espalham por distâncias expressivas. A cidade de Santa Elena de Uairén, de colonização espanhola, fundada em 1929, e capital do região de Gran Sabana é de fato uma área intermédia devido a proximidade com Manaus e Boa Vista, e de trocas intensas entre esses países (RODRIGUES, 2006).

Tensões de fronteira sempre envolvem os agentes que atuam no território e os modos de apropriação e de comercialização dos recursos. As tensões nas fronteiras amazônicas entre o Brasil e a Venezuela foram motivadas nos anos 70 pela chegada de brasileiros interessados na exploração de madeira e na sua exportação. Nos anos 80, tornaram-se mais tensas essas relações pelo avanço de frentes brasileiras garimpeiras subindo o rio Orinoco com muitos registros de conflitos com os índios Yanomami. Atualmente, os conflitos estão em inúmeros pontos da fronteira com a Venezuela e também com o Suriname. Longe de recrudescerem, atualizam-se, pelo encontro crescente dos agentes de mercados – arroteiros, pecuaristas, sojeiros, garimpeiros, empresas mineradoras e comerciantes –, instituições estatais (militares, policiais, e de órgãos executivos referidos à terra e ao uso dos recursos naturais), com os povos indígenas, ribeirinhos e outros grupos sociais que vivem nessas regiões.

As pesquisas aqui divulgadas conduzem o leitor a um universo urbano particular de fronteiras, de cidades inscritas em países diversos e em diferentes processos de trabalho. Uma interação temática informada pelo pensamento crítico, pela inversão do olhar que se pode perceber nas práticas emancipatórias ao recorrer à literatura, à expressão artística pela pintura, à linguagem e às experiências das “viagens” por parte dos migrantes e ambulantes nas fronteiras, descritas nesta coletânea com grande sensibilidade. Mas também na adoção da perspectiva decolonial presente nos relatos de atores sociais apresentados em vários capítulos do livro. A análise é necessariamente inter e transdisciplinar sobre as práticas sociais e o imaginário, sobre a subjetividade e a sensibilidade artística, sobre os medos, os sonhos e os desejos mobilizados ao migrar, e por isso, este livro é de extremo interesse para entender dimensões essenciais da vida social de migrantes e de trabalhadoras e de trabalhadores latino-americanos. Ele é um retrato de uma época em movimento, ainda que este se faça e seja percebido em seus fragmentos no sentido benjaminiano. O livro se abre ainda para uma reflexão comparativa com as condições de migrante e de trabalhador na Índia, e na comparação de migrantes latino-americanos e europeus. Uma viagem através dos capítulos nos mostra os lugares sociais, os processos de deslocamentos, as razões, os interesses de mobilidade, as formas de trabalho e a inversão do olhar

produzida na adversidade da vida na rua e nas fronteiras, por migrantes e ambulantes. Um convite, portanto, à leitura!

Referências

CASTELLS, Manuel. Local and global: cities in the network society. **Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie**, Netherlands, v.93, n.5, 548-558, 2002.

CASTRO, Edna, HAZEU, Marcel - Cidades, fronteiras transnacionais e migração na Pan-Amazônia. Somanlu: **Revista de Estudos Amazônicos**, v. 12 n. 2 (2012)

CASTRO, Edna - Cidades da floresta: por uma sociologia urbana integrada à dimensão territorial. In: CASTRO, Edna - **Cidades na Floresta**. São Paulo, Annablume, 2009

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. Petrópolis, Editora Vózes, p. 171, 1998 (3a. d.)

DAVIS, Mike. **Cidades mortas**. Rio de Janeiro: Record, 2007

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

MACHADO, Lia Osório. **Significado e configuração de uma fronteira urbana na Amazônia**. Belém: SBPC, 2006.

REGINENSI, Catherine. A cidade como cenário de oportunidades. **Etnografia das margens**, 1. ed. Curitiba: Appris, 2019.

RODRIGUES, Francilene. Migração transfronteiriça na Venezuela. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, maio/ago. 2006.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

APRESENTAÇÃO

*“Você tem que aprender a viver
com esse sentimento de mudança permanente.
Você tem que saber como se estabelecer na aventura.”
(Edgar Morin)¹*

A coletânea intitulada **ENTRE FRONTEIRAS, CIDADES E RUAS: experiências de migrantes e ambulantes** tem como objetivo principal articular vários temas de pesquisas concluídas ou em andamento, bem como fortalecer a parceria entre o Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA); o Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSO), da Universidade Federal de Roraima (UFRR); e o Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais (PPGPS), da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). A coletânea é, portanto, parte das atividades do PROCAD Amazonia “ Estado e Políticas Sociais Na Amazonia: Diálogos críticos sobre a apropriação de territórios e recursos naturais, mobilidades humanas e desestruturação de sistemas de conhecimento”, aprovado e financiado pela /2019, financiado pela CAPES, por meio do Edital PROCAD/AM no.21/2018.

Pressupondo a noção de coletividade, a coletânea surgiu como forma de consolidar os encontros e o trabalho solidário entre as organizadoras dessa obra. Primeiramente, de um encontro em Boa Vista, Roraima, com uma troca de experiências de pesquisas e a realização de um minicurso sobre o Método dos Itinerários (PETITEAU E RENOUX, 2017), que proporcionou a saída de dentro da sala de aula, da torre de marfim do mundo acadêmico, caminhando pelas cidades de Boa Vista e Pacaraima, na fronteira com a Venezuela. Nessa ocasião, um grupo de docentes e estudantes cruzou *la linea*, como se referem os/as venezuelanos/as à cidade de Pacaraima.

1 Original em francês: “*Il faut apprendre à vivre avec ce sentiment de changement permanent. Il faut savoir s’installer dans l’aventure.*” MORIN, E. **Changeons de voie – les leçons du coronavirus**. Paris, Éditions Denoël, 2020.

Um dos resultados dessa “aventura” etnográfica e epistêmica foi a publicação do artigo² “Acolher e ser acolhido: migrantes em Roraima e sua integração às cidades de Boa Vista e Pacaraima”. O outro resultado ocorreu durante a viagem de retorno de tal encontro, realizada pela professora Caterine Reginensi, que permitiu uma reflexão sobre a construção de um museu itinerante, fruto das trocas de experiências e de sonhos compartilhados com alguns docentes e discentes do PPGSOE, tais como a professora Francilene Rodrigues e Marcelo Ramos. Essa reflexão levou à seguinte questão: Como pensar com os sujeitos e, em particular, com indígenas, a construção de um museu itinerante com base na cidade de Boa Vista?

Novamente o trabalho coletivo foi a tônica inicial e a agregação ao grupo de participantes de outras instituições, como as professoras Elaine Moreira e Christiane Garnero Morena, ambas com trabalhos de pesquisas e de consultorias no âmbito de museus itinerantes, reforçaram o projeto. Essas pessoas, que chamamos de “pessoas-recursos”, trouxeram exemplos e possibilidade de pensarmos os espaços urbanos, as cidades, a mobilidade e a memória com linguagens que valorizassem o território. Como sublinhou Christiane Garnero (2021), “há museu nas cidades e há cidades que podem ser museus, não na imagem de um lugar fixo, mas inserido em territorialidades”. No contexto de Roraima imaginou-se as pontes, tanto em seu sentido concreto, quanto simbólico, como possibilidades de trazer ou criar linguagens para abordar a migração e o refúgio.

Esse coletivo organizou, no âmbito do ciclo de conferências do PROCAD, um encontro com Christiane Garnero Morena, com tema “Passagem de memória”, já durante a pandemia, no ano de 2021. Nessa conferência, Garnero (2021) considerou a fronteira como passagens e a passagem da memória como objeto patrimonial. Muito antes de tratados, guerras e vendas de territórios traçarem vestígios de fronteiras, certos lugares trazem em sua geomorfologia o signo da fronteira. Desde os primórdios da civilização esses lugares carregam dentro de si a imagem da fronteira. São linhas de cristas, confluências de rios ou riachos, margens de lagos, margens, entre outros. Muitas vezes, esses locais apresentam sobreposições de elementos que determinaram e continuam a determinar a função de passagem. Essas passagens estão inscritas na pele dos territórios. Há alguns anos, tendo em vista o conhecimento adquirido, praticamente em tempo

2 REGINENSI, C.; LEMOS, M. A.; RODRIGUES, F. S.; REPETTO, M. Acolher e ser acolhido: migrantes em Roraima e sua integração às cidades de Boa Vista e Pacaraima. In: MOREIRA, E. S.; REPETTO, M.; TEIXEIRA, S. (Orgs.). **Diálogos críticos sobre Sociedade e Estado: reflexões desde o Projeto de Cooperação Acadêmica na Amazônia**. Boa Vista: Editora da UFRR; Campos dos Goytacazes: EDUENF, 2020. p.314-341.

real, das crises e conflitos que geram passagens massivas de populações com suas memórias na bagagem, temos testemunhado o desejo de criar lugares como focinhos, ou seja, como pontos focais para os vestígios dessas memórias. A concepção destes espaços e o conteúdo que são apresentados e encenados não pode estar sujeita à normalização. Isso banalizaria cada situação, pois cada episódio dessas histórias são diferentes e requerem atenção especial e um longo trabalho participativo com os atores desses lugares. Atores já lá e recém-chegados ou apenas de passagem. As práticas governamentais tendem a prestar pouca atenção às especificidades territoriais e aplicam receitas ou desenvolvem políticas sem conhecer as especificidades e sensibilidades de cada local e, sobretudo, os homens e mulheres que ali estão sejam em trânsito, sejam em permanência, mas, às margens e nas fronteiras.

A ideia do Museu Itinerante está em fase de amadurecimento³, mas a perspectiva de articulação entre territórios, cidades/fronteiras e memórias seguiu em frente com a chamada de publicação n.º 2/2021 do PROCAD, que agregou ao trabalho coletivo de organização da presente coletânea a professora Laila Drebes, do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA). Ressaltamos aqui a importância da interdisciplinaridade e da interinstitucionalidade no âmbito da produção do conhecimento e da formação de recursos humanos capazes de desenvolver o pensamento crítico sobre as populações que experienciam a mobilidade compulsória (SASSEN, 2015), seja para refugiar-se e prescindir do *status* de refugiado/a ou solicitantes de refúgios, seja pela migração por sobrevivência (BETTS, 2010).

Dessa forma, a presente coletânea se propôs a fortalecer o exercício da inter e transdisciplinaridade como estratégia de pesquisa que atravessa as diversas fronteiras disciplinares e geográficas para, assim, elaborar abordagens complexas sobre a construção de territorialidades em espaços urbanos e/ou transfronteiriços, sobre pessoas em contexto de mobilidades e sobre mobilidade espacial da força de trabalho.

A coletânea inicia com o artigo Intitulado “Del Viaje del Alma al relato Migrante”, de autoria de *Elizabeth Zamora Cardozo*, professora da Universidade Central da Venezuela. O artigo se propõe a dar voz aos/às migrantes de diferentes

3 Pensamos reconfigurar o projeto de Museu Itinerante e começamos em nos aproximar de experiências muito enriquecedoras de antropologia visual e de pesquisa engajada, evocando o pensamento de Paulo Freire, permitindo, assim, um melhor diálogo entre experiências do sujeito e do pesquisador, os quais são como tantos movimentos e encontros da vida que trabalham em torno de três pontos: descolonizar, reconhecer e reparar. <https://www.emilianodantas.com/museu-das-invasoes>.

lugares de América Latina e Europa, por meio dos relatos da “viaje migrante”. A autora, também latina e migrante na Europa, constrói análises desses relatos de percursos concretos e simbólicos, por meio das categorias “imaginário migrante” e “socialización express” e, dessa forma, explica algumas das causas das dores vivenciadas pelas “almas migrantes”. A pesquisadora e a migrante se fundem, para apresentar um texto teórico e metodologicamente consistente, mas também poético, intenso e extremamente empolgante. A articulação entre sociologia, antropologia, filosofia, psicanálise e literatura é fundamental para explicar que as almas e os corpos migrantes transitam “en el territorio geográfico-cultural donde la vida sucede”, mas também entre “los distintos universos de lo humano”. Elizabeth Cardozo aponta que, diante dos “obstáculos externos” as “almas migrantes” relatam façanhas de verdadeiros heróis e heroínas, que lograram sobreviver ao traslado ultramar, aos muros, cercas e arames, aos contêineres, à xenofobia e resistência dos/as nativos/as, aos descasos institucionais e estatais. Portanto, “quien emprende el recorrido no puede detenerse a pensar en lo que deja”. Carregam consigo o sentimento de culpa por ter abandonado a “la Madre-Patria” e, por outro, o de ter sido abandonados por “la Madre-Patria”. Os relatos, sejam da conhecida atriz de Teatro de Cuba, sejam de Diana, uma alma colombiana, são de medos, desencantos e frustrações, mas também de superações expressas, nesse texto, pelos rituais de passagem. Para finalizar, Elizabeth Cardozo traz algumas inquietações sobre as “almas migrantes” que, em grande parte, se dedicam ao comércio ambulante e, por estarem nas ruas e espaços públicos, são as mais visibilizadas no contexto da invisibilidade dos migrantes. Para a autora, “El comercio ambulante es una ‘puesta en escena’”, que diz muito sobre o sistema-mundo “que legitima a capacidade de certos grupos dentro do sistema explorarem o trabalho dos outros, isto é, receberam uma maior parte do excedente” (WALLERSTEIN, 1974a, p. 339).

Na linha da articulação entre Ciências Sociais, Psicologia e Literatura, o Capítulo 2, “Experiência de uma migrante na arte amazoniana: o aisthêtikôs na obra de Dona Z”, de autoria de *Alexandre Silva dos Santos Filho* e *Luanderson Conceição Santos*, traz o mundo simbólico feminino à luz da poética visual de Dona Z, artista, mulher e migrante na Amazônia. A situação de subalternidade às condições urbanas e, ao mesmo tempo, a marginalização cultural, na fronteira da arte e da vida feminina, colocam a expressão artística visual sob a perspectiva de “subversão e protesto”. Dona Z, “mulher trabalhadora amazoniana” apresenta o mundo simbólico e revolucionário por meio do nude. A nudez e “selvageria” representadas em sua obra é libertadora do ser feminino e da feminilidade das

mulheres amazônidas. Diz ela: “A mulher sempre foi oprimida para usar certas roupas e se conforma, eu as liberto!”. Aqui, como no texto de Elizabeth Cardozo, as mulheres, ao se deslocarem de forma concreta e simbólica, saem do seu “confinamento” físico e psíquico, ocupam e transformam os espaços em que transitam. Tornam-se visíveis e empoderadas, apesar das dores e opressões. Dona Z, nesse texto e em suas pinturas, demonstra as estratégias femininas de ruptura e subversão, assim como as mulheres na transição do capitalismo resistiram diante da caça às bruxas (FEDERICI, 2017). E, ainda, resistem magicamente de diversas formas, inclusive pela arte.

Já as autoras *Sintilla Abreu Bastos Cartaxo* e *Caterine Reginensi*, no capítulo 3, intitulado “Ressignificando o cotidiano: estratégias e táticas dos motoentregadores na cidade de Campo dos Goytacazes”, descrevem a atividade profissional dos motoentregadores em Campos dos Goytacazes durante a pandemia da Covid-19 fazendo uso da etnografia. Essa etnografia tem como pano de fundo os efeitos da globalização mundial e da reestruturação produtiva do capital no cenário urbano e no mercado de trabalho. O cotidiano e as ruas são centrais nesse trabalho. Embora o contexto permeie “o antes, o durante e o depois da pandemia”, o corte analítico temporal é o da pandemia e “as estratégias e táticas de sobrevivência resignificadas pelos sujeitos”. Em tempos de pandemia, de distanciamento social e do #FiqueEmCasa, os trabalhadores informais foram um dos grupos sociais mais afetados. Entre sobreviver ao vírus pandêmico ou ao vírus do desemprego e subemprego, muitos não tiveram escolhas: foram às ruas. Aqueles/as que puderam permanecer em trabalho remoto demandaram, como nunca, o delivery, o que gerou uma ampliação do mercado de entregas em domicílio. Os motoentregadores são parte desse processo de aumento das demandas por delivery e do desemprego. O texto de Sintilla Abreu Bastos Cartaxo e Caterine Reginensi vai na direção de demonstrar essa dinâmica dos motoentregadores por meio das articulações entre os diversos procedimentos metodológicos e fontes de pesquisas tradicionais (jornais online) e virtuais (grupos de WhatsApp, Facebook, Instagram, entre outros). Fazer etnografia em tempos de pandemia é ainda mais desafiador, principalmente quando a interação pesquisadores/as e interlocutores/as da pesquisa tem que considerar o distanciamento social e o uso de máscaras de proteção necessárias para barrar a disseminação do coronavírus, as quais também interferem em aspectos importantes da comunicação não-verbal. Portanto, esse texto, além de apresentar algumas narrativas daqueles trabalhadores que permaneceram trabalhando nas ruas, vivenciando riscos e elaborando táticas e estratégias, apresenta o fazer pesquisa etnográfica nas ruas em tempos de pandemia.

O Capítulo 4, intitulado “O Garimpo Urbano: Comercialização de Combustível e as filas como novas territorialidades na Fronteira Venezuelana (Santa Elena de Uairén)”, das autoras *Morelia Morillo Ramos e Francilene dos Santos Rodrigues*, diferentemente do trabalho anterior, realiza uma intensa etnografia da dinâmica urbana, mas anterior à pandemia. Dessa forma, o texto apresenta uma extensa e profunda descrição da comercialização de combustível na cidade fronteiriça com o Brasil e a movimentação da economia local por meio dessa atividade que, segundo as autoras, se assemelha a atividades de garimpagem ilegal e que denominam, portanto, de “garimpo urbano” na região de fronteiras. A etnografia, enquanto uma descrição densa (GEERTZ, 1989), engloba a apresentação da multiplicidade de estruturas e particularidades que cercam a vida social dos atores que vivenciam os espaços urbanos e, em particular, o trânsito e a permanência nas ruas da cidade de Santa Elena do Uairén. As autoras apresentam a comercialização de combustível e a similaridade com garimpagem, uma vez que ambas as atividades mobilizam uma grande rede de atores que transitam entre a legalidade e ilegalidade, uma certa organização para a extração/compra de material e comercialização e a ocupação de espaços que estabelecem novas territorialidades. No caso de garimpos, as atividades se dão nas corrutelas, ou seja, na vila ou comunidade próxima às áreas de exploração mineral e onde se encontram o comércio e a vida social; no caso da comercialização dos combustíveis, nas ruas próximas aos postos de combustíveis e seu entorno, que constroem um certo modo de existência enquanto as pessoas esperam. As filas, segundo as autoras, configuram-se como “território que acolhe os tempos de espera para a sobrevivência e constroem outras relações sociais”.

O Capítulo 5, “‘Morro abaixo!’: a urbanização da cidade de Boa Vista e a sua primeira zona de prostituição na década de 1950, de autoria de *Édla Sornaira Salazar de Oliveira, Carla Monteiro de Souza e Márcia D’acampora*, discute a reordenação dos espaços da cidade de Boa Vista a partir da “lógica da urbanização modernizante do Plano Urbanístico de 1946”, que passou “a valorizar os espaços para além da área historicamente ocupada”, dentre elas, a zona de prostituição Morro Abaixo. Esse processo de expansão do centro do município de Boa Vista, ainda situado no Território Federal do Rio Branco (1943-1961), posteriormente transformado no Território Federal de Roraima (1962), ocorreu concomitante à exploração diamantífera que atingiu seu apogeu em 1944 e representava, nessa época, mais de 70% da pauta de exportação (RODRIGUES, 2017, p. 36). Aqui, como no artigo anterior, a exploração mineral ou as atividades que a sustentam, como a comercialização de combustíveis e

as casas de prostituição, lugares de comercialização dos corpos femininos, são fatores preponderantes no processo de ocupação dos espaços. O artigo aponta, também, para o processo de desterritorialização atrelado, “em maior ou menor intensidade, à dinâmica econômica que dilacera os espaços, subordina poderes e condiciona a reformulação de muitas estratégias identitárias” (HAESBAERT, 2003, p. 9). As autoras apontam que “as modificações na infraestrutura urbana”, associadas à “higienização moral” dos espaços centrais, faziam parte dos “princípios que nortearam políticas e ações planejadas do Estado, no final da década de 1940 e 1950”, bem como da “visão racionalizada e “científica” da gestão do espaço” em uma “perspectiva de modernização da fronteira”. Nas sociedades modernas, a sexualidade sempre foi marginalizada e a prática da prostituição associada à impureza, confinada a “uma “área proibida às pessoas de bem”, que termina por marcar esses espaços e pessoas como desviantes e impuros. Dessa forma, a segregação é parte das “estratégias de manutenção da violência” (RAMOS, 2015), principalmente contra as prostitutas, mulheres que exercem ‘atividades imorais’ e que ousam ir além dos papéis sociais impostos pelas sociedades patriarcais.

É sobre violências sofridas pelas mulheres migrantes venezuelanas que as autoras *Débora Gomes de Figueirêdo Nóbrega e Márcia Maria de Oliveira* vão se debruçar no Capítulo 6, intitulado “Migrantes venezuelanas vítimas de violência em Boa Vista, Roraima”. O texto trata da feminização das migrações e, em particular, da migração venezuelana em Roraima, Estado com o maior contingente de migrantes. De abril de 2018 a junho de 2021, 165.446 pessoas venezuelanas foram registradas em Roraima (ACNUR, 2021). De um perfil de migrantes, em 2017, predominantemente masculino, a migração venezuelana atual é feminina e representa 50.4% (OIM/DTM, 2021). O texto traz uma excelente discussão com base em autores/autoras que são referências para os estudos de gênero e os estudos migratórios com as quais a temática da feminização das migrações é fundamentada. O percurso metodológico e as fontes utilizadas para a consecução dos objetivos fortalecem a análise da violência de gênero, a partir dos dados sobre as mulheres atendidas na Casa da Mulher Brasileira. Para as autoras, “quase sempre é a mulher, na condição de mãe, filha, irmã ou esposa, que encabeça o deslocamento mediante emergências que colocam em risco a vida da família”. As autoras indicam ainda que “as causas da violência estão relacionadas às pregressas relações de dominação de gênero ou a fatores externos aos círculos familiares e ao âmbito doméstico altamente complexo”. E, ainda, trazem a discussão sobre as “rotas migratórias marcadas pelo contrabando e a exploração dos migrantes”

e que representam ameaças ainda maiores às mulheres, uma vez que “as tornam ainda mais vulneráveis”. As mulheres venezuelanas “passaram a sofrer mais violência nos itinerários migratórios”, ou mesmo seguem os “ciclos de violência a que vinham sendo submetidas antes do deslocamento migratório”. As autoras elaboram um perfil das mulheres vítimas de violência e estão em acordo com o perfil geral das venezuelanas no Brasil, ou seja, são predominantemente jovens, têm entre 20 e 30 anos, baixa escolaridade e estão em situação de trabalho precário. O fato de Roraima ser um dos Estados com mais alto índice de violência de gênero agrava, ainda mais, o contexto das mulheres migrantes, uma vez que “a falta de proteção quanto à vulnerabilidade é generalizada no Estado de Roraima e atinge a toda a população, segundo informações nacionais”. As autoras concluem que os deslocamentos migratórios são, majoritariamente, forçados e “resultam em problemas estruturais” que persistem; portanto, se faz necessário que as pesquisas sobre o tema continuem e aprofundem, principalmente sobre as mulheres indocumentadas.

O Capítulo 7, “Saúde e Migrações em Roraima”, das autoras *Marinete Nunes Oliveira e Márcia Maria de Oliveira*, vai na direção dos direitos dos migrantes. Se, no artigo anterior, está explícita a ideia de que todas as mulheres têm o direito de migrar de forma segura e não violenta, no artigo em voga, está o direito de todo migrante e refugiado aos processos de inclusão pelas instituições de saúde no país de destino, como perspectiva de garantia de direitos. O texto tem como centralidade a análise da demanda por recursos no Sistema Único de Saúde (SUS) e os aportes financeiros decorrentes da migração venezuelana no Estado. Como dizem Martin et al. (2018, p. 34), os serviços públicos e, em particular, os de saúde “envolvem demandas dos imigrantes, ações de trabalhadores e gestores em saúde e participantes de muitas das atividades desenvolvidas dentro e fora dos serviços de saúde”. No entanto, as autoras ressaltam que, apesar da existência de “uma legislação que possibilita o acesso à saúde por parte dos migrantes, na prática, o SUS enfrenta diversas lacunas para a realização desses direitos”. Mesmo que a migração da Venezuela para o Estado tenha forçado o Governo Federal a alocar recursos e repasses extras para Roraima, esses montantes ainda estão muito aquém do necessário, uma vez que a defasagem entre os recursos e o aumento populacional é de mais de uma década. Ademais, os aportes realizados por agências da Organização das Nações Unidas e países da comunidade europeia, Japão e China tem sido significativos para compensar o pânico coletivo de um suposto “caos na saúde decorrente da migração”. Se, por um lado, a população local responsabiliza os migrantes e não a classe política e gestora

dos problemas no sistema público de saúde, por outro lado, as agressões xenofóbicas, o desconhecimento da legislação do país e o medo de serem deportados faz com que os migrantes acabem “utilizando métodos clandestinos e não convencionais de medicina”, que agravam ainda mais o quadro de adoecimento ou impossibilitam a atenção preventiva. Com a emergência da pandemia, embora o texto aqui apresentado tenha se desenvolvido antes da pandemia da Covid-19, o quadro de receios, medos, dificuldades e solidão são agravados pelos estigmas contra migrantes, tais como xenofobia e racismo. Esse contexto, associado à questão da língua e a dificuldades dos migrantes em descreverem seus sintomas e compreenderem as recomendações médicas em língua portuguesa, torna essa população ainda mais sujeita aos diversos tipos de adoecimento.

Essa Coletânea se situa na esperança de nos levar a outros lugares e outras formas de pensar as trajetórias e os itinerários de pessoas em contexto de mobilidades e, em especial, sobre mobilidade espacial da força de trabalho. Assim, este último texto intitulado “Um pé na cidade, um pé no interior: a mobilidade invisível dos trabalhadores urbanos na Índia”, traduzido por *Caterine Reginensi e Laila Mayara Drebes*, permite problematizar os contextos urbanos e as mobilidades humanas. Matias Echanove e Rahul Srivastavas apresentam retratos e narrativas de trabalhadores e suas famílias, muitas vezes comparados aos migrantes que dividem suas vidas entre a cidade, que possibilita algum trabalho, e o interior, onde está o local de origem, às vezes a mais de mil quilômetros de distância. A pandemia e o confinamento no início de 2020, na Índia, acelerou um fenômeno recorrente, de volta ao “interior” em busca de segurança perto dos familiares. Homens e mulheres, às vezes com crianças, já costumavam fazer longos trajetos de trem ou ônibus desde a metrópole de Mumbai até as “cidades-aldeias” no interior. Estes retratos revelados pela pandemia de Covid-19 chamam atenção, segundo os autores, sobre a invisibilidade nas estatísticas oficiais de milhões de trabalhadores que têm um pé na cidade e outro no interior. A partir de relatos etnográficos e imagéticos, os autores descrevem e analisam a realidade atual da maioria dos trabalhadores pobres, que vivem apertados em áreas disputadas das cidades; aprofundam, ainda, os efeitos da pandemia que não permitem mais trabalhar na cidade. O distanciamento social é um desafio de cada instante: os banheiros compartilhados são um risco sanitário, bem como os desafios materiais enfrentados por muitas pessoas que dormem no mesmo cômodo. Os autores revelam que, no contexto das cidades indianas, a densidade populacional e a mobilidade são duas faces da mesma moeda. “Tirar a mobilidade da equação é romper o equilíbrio, tornando a precariedade um inferno”. A que ponto seriam

comparáveis essas situações e experiências indianas com a realidade das cidades brasileiras e, em particular, da região amazônica? Primeiramente, de um ponto metodológico o texto abre um caminho para pesquisas qualitativas de abordagem etnográficas e em formato, às vezes, de ensaios fotográficos. Em segundo lugar, apesar de não ter uma rede de transporte comparável, o contexto de cidades amazônicas e o deslocamento permanente de famílias inteiras de ônibus, a pé, de navios são pouco estudados e mereceriam mais atenção, incorporando o tempo da pandemia como uma longa espera para dar volta a cidades do interior, distantes das capitais regionais.

À guisa de considerações, queremos trazer a nossa satisfação em concluir o projeto desta coletânea, que se propôs a reunir pesquisas concluídas ou em andamento, de discentes e docentes dos diversos programas de pós-graduação que compõem o PROCAD Amazônia (PDTSA/UNIFESSPA; PPGSOF/UFRR; PPGPS/UENF), bem como de outras instituições. A resposta à nossa chamada resultou nesta obra, que disponibilizamos à comunidade acadêmica, aos profissionais das mais diversas áreas que no exercício da sua atividade lidam com migrantes, refugiados, solicitantes de refúgios e nacionais. Os trabalhos apresentados evidenciam a cotidianidade do trabalho, da moradia e da rua, que interagem e se complementam; as particularidades que envolvem vulnerabilidades que migrantes, refugiados e solicitantes de refúgio enfrentam, tanto na trajetória migratória, quanto na jornada de inserção no mercado de trabalho (formal ou informal) nos locais de destino ou mesmo de trânsito; a rua como espaço de relações sociais de migrantes, refugiados e nacionais, que articulam ao mesmo tempo o local e o global, o econômico e o social.

Queremos expressar nossos agradecimentos aos/às pareceristas, que em curto espaço de tempo elaboraram seus rigorosos pareceres; à Doutora Edna Castro Ramos, socióloga, professora emérita do Núcleo de Altos Estudos da Amazonia-NAEA/UFPA, conhecedora profunda da Amazonia e das “cidades na floresta”, que acatou o convite para prefaciá-la a presente obra; à professora Dra. Márcia Maria de Oliveira pelo posfácio; às editoras da UFRR e de UENF e ao PROCAD/CAPES, pelo financiamento. Enfim, como trabalho coletivo, os agradecimentos são infinitos. Aos leitores e às leitoras: esperamos que desfrutem das discussões e reflexões aportadas na Coletânea.

Gratidão!

*Caterine Reginensi
Francilene dos Santos Rodrigues
Laila Mayara Drebes*

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Relatório de Atividades**. Roraima: ACNUR, 2021. Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/08/VF-Relatorio-de-Atividades-Roraima-Mai-Jun.pdf>.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização traz ao debate a relação entre precarização do trabalho e tecnologia. **Entrevista à Revista IHU On-Line**, n. 503, v. 3, 24 de abril de 2017. Disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/ediacao/503>.

BETTS, Alexander. Survival Migration: A New Protection Framework. **Global Governance**, v. 16, p. 361–382, 2010. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/pdf/29764952.pdf>.

BONHEUR, Rosa. **La Ville vue d'en bas**. Travail et production de l'espace populaire, Paris: Éditions Amsterdam, 2019.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

GEERTZ, Clifford. **Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 29, p. 11-24, jan. 2003. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739/26249>.

MARTIN, Denise; GOLDBERG, Alejandro; SILVEIRA Cássio. Imigração, refúgio e saúde: perspectivas de análise sociocultural. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 26-36, 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/BTJsmc9wYXWmCKRBkp5LgPc/?lang=pt&format=pdf>.

MORIN, Edgar. **Changeons de voie – les leçons du coronavirus**. Paris: Éditions Denoël, 2020. Disponível em <https://bourgognecollaborativenetwork.com/2021/01/18/editorial-changeons-de-voie>.

OIM. Organização Internacional para as Migrações. **DTM Brasil – N°8. Monitoramento do Fluxo Migratório Venezuelano**. Rodada 6 Roraima (maio de 2021). Disponível em: <https://brazil.iom.int/sites/brazil/files/Publications/DTM-Brasil-7.pdf>

PETITEAU, Jean Yves, RENOUX, Bernard. **Dockers à Nantes. L’expérience des itinéraires**. ESAAA Editions/Ensa Nantes, 2017.

RAMOS, Diana Helene. **“Preta, pobre e puta”**: a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga. 2015. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2015.

REGINENSI, Caterine. **A cidade como cenário de oportunidades**. Etnografia das margens. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019.

_____. Etnografia de atividades de comércio informal: do social ao político, fronteiras flexíveis, jogos de atores na metrópole do Rio de Janeiro. **O social em questão**, v. 20, n. 42, p. 23-44, set./dez. 2018. Disponível em http://osocialem-questao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_42_art_4_Reginensi1.pdf.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. **Garimpagem e mineração no Norte do Brasil**. Manaus: EDUA, 2017.

SASSEN, Saskia. **Expulsões**. Brutalidade e complexidade na economia global. 1 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2015.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno**. A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Porto: Ed. Afrontamentos, 1974.

WEBER, Florence. **Le Travail d’à-côté**. Une ethnographie des perceptions, Paris: Éditions de l’EHESS, 2009.

DEL VIAJE DEL ALMA AL RELATO MIGRANTE

Elizabeth Zamora Cardozo

*A Ítalo Tedesco, mentor y guía en mi viaje del alma.
A la memoria de quienes no pudieron llegar a Ítaca.*

INTRODUCCIÓN

*“Los héroes emprenden viajes, enfrentan dragones
y descubren el tesoro de su propia identidad.”
(PEARSON, 1995, p. 27)*

El objetivo central de este artículo es realizar una aproximación desde la metodología cualitativa al fenómeno migratorio. Nos interesa descifrar los trazos que dibujan algunas de las huellas que los y las migrantes marcan en su recorrido. En medio de las múltiples diferencias existentes entre quienes emigran; me pregunto: ¿Cuáles son las vivencias que unifican la aventura? ¿Qué sucede cuando dejamos nuestro territorio? ¿Qué se pierde? ¿Qué se gana? ¿Qué se transforma? ¿De qué manera nos relacionamos con nuestras heridas? El propósito de esta investigación es tratar de visibilizar, desde espacios íntimos y simbólicos, a quienes emprenden “el viaje”. También dar cuenta de la importancia que reviste el conocimiento del mundo de la vida de quienes, por diversas razones, se han visto en la necesidad de abandonar su país de origen. Evocando el arquetipo del Viaje del Héroe estudiado por Joseph Campbell (1972), trazamos un “viaje migrante”. Hemos construido los conceptos de Imaginario Migrante y de Socialización Express. También reflexionamos sobre lo que denominamos Obstáculos Externos y Obstáculos Internos del migrante, para de esta manera explicar algunas de las principales causas del duelo que genera la nueva condición.

Asimismo, intentamos construir algunos de los principales elementos que identifican “el relato de las almas migrantes”. Para ello utilizamos la metodología cualitativa. Aplicamos técnicas como la observación participante, la autoetnografía, la entrevista en profundidad y las historias de vida. Nuestro interés al presentar estas reflexiones parte desde la necesidad de presentar algunos conceptos que sirvan para abrir perspectivas de análisis cuando del estudio de la migración se trata. Escribimos *sobre* migrantes, y también *para* migrantes.

La propia intimidad como lugar de análisis

De mi madre trashumante perdí el miedo a transitar de un lado a otro. En las entrañas de Venezuela la experiencia migrante impregnó mi mundo real e imaginario. Todo esto marcó las reflexiones que sobre el tema inicié como estudiante de la Escuela de Sociología de la Universidad Central de Venezuela. En 1987 comencé a recorrer la frontera colombo-venezolana. Recorrido que no se ha detenido. Que no se detendrá. Estoy tejida a las fronteras y al mundo migrante de cualquier época y lugar. En aquellos años era muy joven como para captar en su justa dimensión la sabiduría contenida en cada historia escuchada. Tuvo que pasar una vida en mí, para entender la profundidad de cada palabra. De cada gesto. La Sociología no es ciencia de “niños prodigio”. Hace falta vivir la propia vida para tratar de entender- al menos un poco- la de los otros.

En Caracas recogí historias de gente de distintos lugares de Latinoamérica. También de españoles anclados por aquellas tierras. Luego me fui a México. Allí venezolanos y mexicanos me narraron parte de sus vidas. Desde 2010 estoy en Cataluña. Desde aquí construyo, macero, y expongo estas vivencias hechas tejido y urdimbre. Llevo once años desatando mi propia madeja y escuchando historias de gente de Venezuela, Colombia, Honduras, Ecuador (incluidos los kichwas de Otavalo), Chile, México, Cuba, Uruguay, Paraguay, Argentina, Nicaragua, Perú, Brasil, Bolivia y República Dominicana. De gente de España y de otros lugares de Europa. Fueron muchas las conversaciones casuales con migrantes que hicieron de ésta una experiencia llena de significados.

Observo y soy observada. Percibo y convivo junto a luces y sombras de nosotros todos, independientemente del lado de la acera en que nos ubiquemos. ¿Cuántas historias he recogido? Muchas. Además de los informantes que formaron parte de cierta “rigurosidad metodológica”, cada conversación con amigos latinoamericanos y europeos devino en lugar para la reflexión y el análisis. A eso se añade mi propio “viaje migrante”. Hace más de doce años que reviso

continuamente páginas de Facebook donde gente de todos los países de la América de habla hispana que habitan en España, comparten diferentes facetas de su mundo cotidiano. Cuestión que me ha permitido reflexionar sobre la manera en que se aborda el tema desde el mundo virtual.

La literatura, la poesía y el discurso visual con sus imágenes y metáforas, han sido guía esencial en la comprensión de lo que denomino: Imaginario Migrante. Estas reflexiones están impregnadas de vivencias y significados que me identifican como Mujer Latinoamericana. Como Migrante. Y como una socióloga que intenta transitar más allá de lo visible. Soy en esencia un ser humano que trata de comprenderse y de habitarse en el mundo social del cual forma parte. Estoy consciente de que (aunque a veces haya sentido a la misma Ariadna lanzarme un ovillo de hilo en mi andanza laberíntica) no ha sido fácil enfrentar mi propio Minotauro.

Desde la Sociología, la Antropología y la Psicología Analítica emprendo un camino que se inicia con la presentación de este escrito. En algunas de las miradas de quienes me contaban sus historias leía cierto ¿y entonces qué? Se suponía que yo era la “especialista en el tema”. Debía tener algo que decir. Explicar. Aclarar. Agradezco esas miradas. No han dejado de transitar conmigo en la búsqueda de respuestas y en la construcción de nuevos interrogantes.

Entretejidas al análisis se encuentran las propuestas teóricas de Erving Goffman, Edmund Husserl, y Alfred Schütz, así como algunos lineamientos metodológicos formulados por Daniel Bertaux. Ellos, junto a otros estudiosos del mundo de la vida, me brindaron pistas de aproximación a las subjetividades de gente que me permitió entrar en su espacio privado. Esas pistas también guiaron mis propias subjetividades como investigadora, y como migrante. Junto a la Psicología Analítica junguiana, han sido centrales las pesquisas de Joseph Campbell y de Carol Pearson sobre el viaje del héroe. Las de Erich Neumann y sus estudios sobre la gran madre. La Sociología de las Emociones, la Etnografía Crítica, y la obra poética de Gastón Bachelard, sentaron bases para comprender “lo migrante” y sus huellas desde espacios íntimos, sociales y simbólicos.

Joseba Achotegui, entre otros, con sus investigaciones sobre el duelo migratorio y la salud mental del migrante, me abrieron diversas rutas de comprensión y análisis. Fundamentales han sido los pensadores *anónimos*, gente llena de vida, de alma, y de calle, que compartió conmigo sus reflexiones incitándome a descifrar nuevos enigmas, y emprender nuevos caminos.

Iniciamos el artículo con la presentación de lo que entendemos por “Alma Migrante”. Luego entrelazada al viaje migrante, presentamos la estructura

del “viaje del héroe” desarrollada por Joseph Campbell. Los conceptos de Imaginario Migrante, Socialización Express y las reflexiones sobre el arquetipo de la Gran Madre a propósito de “lo migrante”, van apareciendo como una manera de darle voz a quienes me contaron su vida.

Sobre el Alma Migrante

La palabra migración está impregnada de contenidos. Es en sí misma un Continente y el reflejo de una realidad que atraviesa transversalmente a la humanidad toda. Migración es vida. Migración es muerte. Puede salvarnos o convertirnos en una cifra más de fosas humanas eternizadas entre mares y desiertos. Según informe de la ONU, el número de migrantes en el mundo alcanzó los 272 millones en 2019¹. A este contingente humano se le ha llamado “El Continente Móvil”.²

Al observar la repetición de muchas “vivencias migrantes”, desde lo socio-estructural y desde lo socio-simbólico (BERTAUX, 1988) empecé a cristalizar la idea de construir un concepto para aproximarme a algunos aspectos esenciales que constituyen ese “vivir”. Así nace la idea de Alma Migrante, como dimensión explicativa de los aconteceres de quienes marcan el mundo con sus huellas. Pretendo articular vivencias colectivas e individuales que son parte de la esencia migratoria. La psicología analítica junguiana, desde su dimensión psico y socio-antropológica, expresada en el mundo arquetipal y en el inconsciente colectivo, es central en este recorrido. Para Jung (2009), los arquetipos son elementos estructurales de la psique. Se perpetúan más allá de nosotros como individuos. Tienen que ver con una conciencia del mundo y sobre el mundo. Son presencias eternas. Imágenes primordiales. Están ligados a la estructura del cerebro, y se entiende como el *a priori* kantiano. Condiciona los esquemas de pensamiento.

Los mitos, los cuentos y la similitud de los sueños de personas de distintas culturas son para C. Jung (2009) la expresión de lo arquetipal expresado colectivamente. Son imágenes ancestrales que constituyen la base del inconsciente colectivo. Escribe Jung (2009, p. 10):

Un estrato en cierta medida superficial de lo inconsciente es, sin duda, personal. Lo llamamos *inconsciente personal*. Pero ese estrato descansa sobre otro más profundo que no se origina en la experiencia y en la adquisición personal, sino que es innato: lo llamado *inconsciente colectivo*.

1 Tomado del site: <https://www.un.org/es/>

2 Tomado del site: <https://www.lavanguardia.com/internacional/20070101/54261510760/inmigrantes-el-continente-movil.html>

El Alma Migrante es lo uno. También lo múltiple. Está cruzada transversalmente por los distintos universos de lo humano. Transita en el territorio geográfico-cultural donde la vida sucede. Está representada por fenotipos impregnados de símbolos que evocan mapas y culturas. Somos almas y cuerpos migrantes³. No importa la nacionalidad. El nivel de instrucción formal. Los recursos económicos. Las creencias. Las ideologías. La cultura. Cuando nos convertimos en migrantes, las interrogantes sobre el “sí mismo”, la necesidad de encontrar respuestas y explicar el mundo propio y el que recién se descubre, se convierte en urgencia *existencial*.

Preguntarse quién soy, quién es el otro, dejó de ser potestad de filósofos. El nuevo mundo que aparece cuando se cruza “el umbral” en nuestro rito de paso, es ahora la fuente primordial desde la cual se construyen pensamientos inéditos. El Alma Migrante erige su propia filosofía. Migrar significa extraer espejos de nuestras entrañas y comprender, a veces de manera feroz, las capas que cada cultura -incluida la propia- encierra. Capas, a veces despiadadas. A “la vida” se suma el agregado migrante. La nostalgia, los recuerdos, los miedos, entre muchas otras emociones, estarán permeadas por la nueva condición que en lo que sigue, sellará nuestro camino, y nuestro mundo interior. El relato de las Almas Migrantes, en medio de sus particularidades, posee un hilo conductor que da forma a seres colectivos engendrados y marcados también por la globalización.

El Alma Migrante aparece en distintas épocas. Culturas. Clases sociales. Migrar significa verse reflejado en un mundo desconocido y, sin embargo, estar conscientes de que sólo perdiendo el miedo a internarse en él, que es lo mismo que viajar a través de nosotros, podremos encontrar la cueva primigenia donde nace el fuego regenerador de la vida. Y de la palabra cobijo.

Del viaje del héroe al Relato Migrante

Después de investigar sobre mitologías de distintas partes del mundo, Joseph Campbell, en su libro *El héroe de las mil caras. Psicoanálisis del Mito* (2017, p. 275), plantea cómo la repetición de un patrón narrativo aparece alrededor del mundo a través de mitos, fragmentos religiosos, tradiciones y sueños. Es la esencia del concepto de Monomito. Destaca J. Campbell la importancia de las mitologías y la manera en que su estudio podría llevarnos a desentrañar

3 Recomendando la obra escultórica del artista Bruno Catalano, expresión de “Cuerpos Migrantes”.

aspectos profundos de la mente humana. Resume la aventura del héroe de la siguiente manera:

El héroe mitológico abandona su choza o castillo, es atraído, llevado, o avanza voluntariamente hacia el umbral de la aventura. Allí encuentra una sombra que cuida el paso. El héroe puede derrotar o conciliar esta fuerza y entrar vivo al reino de la oscuridad (batalla con el hermano, batalla con el dragón; ofertorio, encantamiento), o puede ser muerto por el oponente y descender a la muerte (desmembramiento, crucifixión). Detrás del umbral, después, el héroe avanza a través de un mundo de fuerzas poco familiares y sin embargo extrañamente íntimas, algunas de las cuales lo amenazan peligrosamente (pruebas), otras le dan ayuda mágica (auxiliares). Cuando llega al nadir del periplo mitológico, pasa por una prueba suprema y recibe su recompensa... el trabajo final es el del regreso. Si las fuerzas han bendecido al héroe, ahora este se mueve bajo su protección (emisario); si no, huye y es perseguido (huida con transformación, huida con obstáculos). En el umbral del retorno, las fuerzas trascendentales deben permanecer atrás; el héroe vuelve a emerger del reino de la congoja (retorno, resurrección). El bien que trae restaura al mundo (elíxir). (CAMPPBELL, 2017, p. 275)

El héroe de las mil caras es un libro fundamental en el estudio de los mitos. No pretendo reducirlo a un esquema. Eso sí, me valgo de algunos de sus aspectos esenciales para aproximarme al “viaje migrante”. Reconocer esa estructura en medio de las diferencias de cada migrante, reconocerla en mi propio recorrido, fue una brújula en el camino. ¿De qué manera podemos tomar conciencia de nuestra travesía? ¿Somos conscientes de cada una de las pruebas que en sus formas externa-material e interna-emocional nos ha tocado experimentar en la vida, y como migrantes?

Me inspiro en la propuesta de Campbell⁴, sólo que en vez de “regreso”(el retorno del héroe)⁵ hago referencia a la “llegada”, entendida ésta como “la vuelta a sí mismo”. La estructura quedaría de la siguiente manera: 1.-La partida. 2.-La iniciación. 3.-La llegada. Los aspectos mencionados en cada parte están diseñados en atención a la manera que encontré de hilar este recorrido.

4 La partida. La iniciación. El regreso.

5 En lo que se refiere al retorno del héroe, el ejemplo más típico es el de Ulises y su regreso a Ítaca. El retorno al lar es parte fundamental del viaje. En el mundo animal, la mejor expresión es la del salmón. Sale del arroyo en busca del océano. En el transcurrir su fisionomía cambia. De pez de “agua dulce” transforma su figura hasta convertirse en pez de “agua salada”. Después de una larga travesía muchos llegan al lugar exacto donde nacieron. También muchos migrantes retornan a sus lugares de origen. Sin embargo, otros permanecen en el sitio de acogida, bien porque “lo decide la vida”, o por decisión propia.

La Partida

Pareciera que todo empieza después de que a nuestro nombre de pila se le sobrepone el de “migrantes”. Nada más lejos de la realidad. Antes de partir y a transitamos el universo” “del que se va”. ¿Qué sucede con nosotros en esos momentos? Estamos muy ocupados preparando la partida como para detenernos en exquisiteces existenciales. Nuestra meta es partir. Como en las cintas de una película se editan los impedimentos. La aventura no es cosa de realistas. Si una persona coloca los contras sobre los pros; no se mueve. En esta fase aparecen dos personajes arquetipales fundamentales: el guerrero y el mago. La fuerza interna y el poder espiritual nos permitirán realizar hazañas donde muchos han desistido. El migrante se apertrecha de historias exitosas. No hay lugar para el fracaso. La diferencia económico-social entre migrantes ya marca la pre-partida. La situación de legalidad, de capital económico, de apoyo familiar definirá la forma de migrar.

Además, un elemento marcante está dado por las diferencias socio-estructurales y socio-simbólicas (BERTAUX, 1988) propias del “sistema mundo”. Cuando decidimos migrar estamos cargados de profunda emotividad y necesidad de intimación. Al mismo tiempo nos encontramos exigidos por la preparación de la aventura. Quien emprende el recorrido no puede detenerse a pensar en lo que deja. En lo que encontrará. Debe actuar. Pedazos desperdigados ya empiezan a quedarse sin acomodo. Muchas veces no hay tiempo ni real ni interno para recogerlos. Para colocarlos en su lugar. No hay tiempo para el miedo.

El Héroe escucha el llamado

“...el destino ha llamado al héroe y ha transferido su centro de gravedad espiritual del seno de su sociedad a una zona desconocida.”

(CAMPBELL, 2017, p. 73)

La aventura está presente en la mitología de distintas culturas. En los cuentos. En las leyendas. En el discurso cinematográfico y literario. En lo que soñamos dormidos. En lo que “ensoñamos” despiertos. Condición retratada por Gastón Bachelard en su obra: *La poética de la ensoñación*. Independientemente de la nacionalidad, de la cultura, de las condiciones económicas y/o familiares, emprendemos una travesía, pero si además dejas tu país y te conviertes en habitante del “Continente Móvil”, a esa aventura se le incorpora el tránsito por universos desconocidos. A “la vida”, se suma el agregado migrante.

La iniciación: el camino de las pruebas

“Una vez atravesado el umbral (el héroe) debe pasar por una serie de pruebas... el héroe es solapadamente ayudado por el consejo, los amuletos y los agentes secretos del ayudante sobrenatural que encontró antes de su entrada a la región.”
(CAMPBELL, 2017, p. 115)

Cuando sales de tu país ya has cruzado el umbral del que fue tu mundo ordinario. Entrás a otra esfera. Muchos migrantes mueren en el camino. Tragados por el mar. Por el desierto. Devorados por otros seres humanos. También muchos -aún marcados por la intemperie- logran sobrevivir. Cuáles arañas construyen la casa-mandala, extrayendo los hilos del abdomen⁶. Las historias de migrantes están llenas de hazañas. De proezas. Debe enfrentar los peligros de un mundo dividido en fronteras. De un mundo lleno de situaciones adversas. Los denomino Obstáculos Externos. Y a los que habitan en nuestra psique (potenciados por la realidad y por aquello que nos constituye seamos migrantes o no) los denomino Obstáculos Internos. Entenderlos en su justa dimensión se convierte en uno de los pilares para comprender la travesía.

Migrar significa emprender una aventura que como todas estará llena de dificultades en ocasiones materializadas de manera perversa. Pienso en los africanos. Sus recorridos para tener la posibilidad de arribar a una patera o de saltar la valla entre Melilla y Ceuta, son dignos libretos de películas de terror. El Monte Gururú es la materialización del Purgatorio⁷. Allí mal viven escondidos. Expuestos al hambre. Al frío. La policía marroquí es su principal enemiga. Alma y cuerpo físico sufren quiebre y persecución. Pero ante el riesgo de la muerte está el sueño por la vida.

Pienso en los centroamericanos como pasajeros improvisados en los llamados Trenes de la Muerte atravesando México rumbo a los Estados Unidos. En los mexicanos y centroamericanos fallecidos a causa de los ardores del

6 En el hilo la araña se teje su mundo. Si no tiene alimento, la proteína contenida allí le sirve de nutriente. También de transporte. Hay una especie, las llamadas arañas voladoras, que recorren miles de kilómetros saltando a través de aquel hilo convertido en alas. Como el salmón, la araña nos enseña en profundidad elementos que nos sirven para entender la condición migratoria. Al estilo de Gastón Bachelard, podemos “ensoñar” con ese salto.

7 El Monte Gururú está ubicado en la Costa Norte de Marruecos. Sirve de refugio a migrantes provenientes del África Subsahariana, que esperan el momento oportuno para saltar la valla de Melilla que separa a Marruecos de España. Allí viven en condiciones infrahumanas. La policía marroquí practica las llamadas “rasas” destruyendo los improvisados campamentos hechos de cartón, plástico, o lo que les permita un poco de abrigo. Mendigan comida. Muchos van heridos de los golpes que reciben por parte de la policía. Golpean sus piernas hasta resquebrajarlas y limitarles el vuelo hacia el sueño europeo.

desierto⁸ En el cruce de fronteras la crueldad no tiene nacionalidad. Una travesía que empieza de la mano de los “compatriotas” que forman mafias para posibilitar el cruce. Y pienso en los venezolanos cruzando con los pies descalzos y heridos, rutas de intemperie e incertidumbre.

Los Obstáculos Internos están constituidos por aquello que desde el interior de nosotros limita la continuidad de la travesía. De la vida. Algunos los traemos instalados. Otros pueden aparecer en el proceso originado por los Obstáculos Externos. Por ejemplo, migrantes que no poseen documentos en regla, generan paranoias ante el temor de ser deportados. Ésta se instala en otros espacios de la vida. El miedo no tiene poder de discernimiento. Cualquier debilidad humana, atravesada por un proceso migratorio en intemperie, tiende a reforzarse.

Sobre El Imaginario Migrante

En el proceso pre-migratorio se tejen sueños en torno al nuevo territorio. Se empieza a ser migrante en la toma de decisiones. El *Imaginario Migrante* es una condición que aparece cuando nos proyectamos en tierras diferentes a la nuestra. Es vital para el despegue. El migrante se apertrecha de historias exitosas. A pesar de la cruda realidad que muchas veces comporta la partida; prevalece una idea de triunfo que se mide en bienestar económico y profesional. También amoroso. Las redes sociales lo refuerzan. Facebook e Instagram se han convertido en vidrieras para retratar la vida en “postales de felicidad”.

El Imaginario Migrante tiene que reinterpretarse. Interrogarse. Desestructurar lo dado. Entrar en un proceso analítico a través del cual podamos releer cada una de sus partes. Entre todos los componentes de este imaginario, es importante destacar la manera en que deseamos ser vistos. En el Imaginario Migrante la “derrota” (entendida como falta de bienes materiales) no está permitida. Hay quienes prefieren ser testigos del entierro de su alma en tierras lejanas a “volver fracasados”⁹. A todas las implicaciones que tiene dejar el país de origen, se suma el “deber ser del migrante”, quien termina haciéndose responsable de la reproducción de una creencia. Desempeñamos roles para que la trama de la vida siga su curso. Quienes hemos migrado actuamos como *agentes motivadores del sueño*. Motores para dar el salto.

8 Estos episodios los relato en mi artículo “¿Que por qué me voy al Norte? Pos a buscar la tortilla. Mexicanos que cruzan hacia Estados Unidos”. Publicado en la *Revista Anthropos*.

9 Esto lo pude corroborar a través del Taller de Investigación: “Narrar la vida desde América Latina”, impartido en la Escuela de Sociología de la Universidad Central de Venezuela entre los años 1998-1999. Se entrevistaron migrantes de distintos lugares de América Latina y Europa que vivían en Venezuela. En algunos casos en condiciones difíciles. El hecho de enfrentar “el fracaso” era una de las limitaciones para pensar en la vuelta.

Además, estamos obligados a ello. He experimentado cómo al intentar exponer las dificultades que entraña la migración, he sido acusada de limitar expectativas. Entendí entonces que las “vidrieras de la felicidad” mostradas en redes sociales, más allá de manifestar que “lo logramos”, que “hemos triunfado”, de mostrar la manera en que deseamos ser vistos, cumplen un importante rol en la confección del *relato migrante*. Roles que el flujo migratorio demanda para seguir su curso. Quien ha cruzado el Río, debe mostrar cómo se hacen las barcas, aunque estas, muchas veces, pertenezcan a un mundo imaginario. Debe hablar de posibilidades, no de obstáculos.

Lo dicho, no es más que uno de los tantos ejemplos que nos identifican como parte activa de la estructura social, como bien lo retratará Anthony Giddens (1995) en su obra: *La constitución de la sociedad: bases para la teoría de la estructuración*. Al arribar al nuevo territorio pasamos “al otro lado”. No transcurre mucho tiempo para que el mundo ideal construido como motor del impulso pierda parte de su magia. El migrante se enfrenta a ciertas verdades. La magia no existe. Sin embargo, esto no limita que la dinámica del *Imaginario* se reproduzca. El nuevo migrante será entonces protagonista de la imagen de las postales de la felicidad que una vez le motivaron. Postales que cumplirán un doble rol: He triunfado. Lo logré. Y a la vez, servirá para que la reproducción social siga su curso. Son los secretos sociales. *Secretos a vox populix*. Todos lo saben. Pocos lo dicen. No se puede matar la ilusión. Se negocia para seguir construyendo sueños. Para continuar la existencia.

Con esto no intento transmitir una imagen pesimista de la migración. Son muchas las historias exitosas según los cánones que entendemos como éxito. Pero no es la realidad de la gran masa migrante, (ni de la gran masa universal) sin embargo, el peso simbólico de quien ha tenido “éxito” a la hora de migrar, es determinante. ¿Y quién puede criticar o coartar la necesidad de este impulso? En medio de la pobreza, la exclusión, la marginación, aunque se esté arriesgando la vida, y se presenten las pruebas en el camino, nadie puede arrebatarse al migrante, ni a cualquier ser humano, el derecho de soñar.

Sobre el arquetipo de la Gran Madre, la partida y el imaginario

El imaginario de la partida es el anclaje de la diada demonización y sobrevaloración. El lugar que se deja está impregnado de “contras”. Sus dificultades son recaladas con fuerza. En cambio, el nuevo país es convertido en el lugar de las oportunidades. Me decía Sara una indígena ecuatoriana radicada en Barcelona: “venía a España y creía que las calles eran todas de oro. Me sorprendí cuando

las vi. Eran de cemento como las de Otavalo”. El mito de El Dorado se reedita. Esta vez hacia el otro lado del océano. El tiempo enseña que las “calles de oro” no existen. Y que el terruño también guarda lugares de cobijo.

El arquetipo de la Gran Madre, planteado por C. Jung y desarrollado por su discípulo Erich Neumann¹⁰ nos proporciona elementos de análisis. Salir del país es dejar la casa grande buscando mejores condiciones de vida. Estas salidas pueden estar marcadas por la sensación de abandono por parte de la Madre-Patria; que muchas veces se convierte en Madre Terrible. La que devora si permaneces en su seno. En tanto la que está por venir, la desconocida, ofrecerá en el imaginario la oportunidad de abrigo. A Mayu Quiñones, un minero boliviano radicado hace más de treinta años en Barcelona, sus padres le advirtieron que no viviría mucho. Estaba destinado a morir joven, el sino de los hombres de aquellas minas. Me contó que al cumplir treinta años lloró y pidió perdón a la Madre Tierra. “Perdóname Pachamama. Perdóname; pero debo irme. No quiero que me comas. No quiero que me lleves. Quiero vivir. Quiero recorrer el mundo”¹¹, le dijo. Mayu tiene más de treinta años en Barcelona. Pacha Cataluña lo salvó. A ella le agradece haberle regalado el mar.

Con el tiempo vuelve la edición. Los recortes. Pero desde otro lugar. Ya hemos conocido una versión inédita del desamparo. El que se siente cuando nada de lo que te rodea guarda la memoria de tu historia. Comprendemos que los tentáculos y aquello que nos engulle, no es sólo cosa de la traición de nuestra Patria. Que los tentáculos en el lugar de llegada tienen otras formas. Que no estamos salvados. Aprendemos que esos tentáculos no atacan sólo a los migrantes. Que la Madre Terrible, también devora a sus hijos. Que la intemperie no es exclusividad de migrantes.

Cuando el desamparo, como en la mayoría de los casos, se vive desde la marginación y la exclusión, muchas veces corremos a guarecernos en el lugar de la psique habitado por el terruño. El lugar inmutable del país de los sueños. El lugar del siempre. Y la madre aquella, la que se dejó; la que abandonamos porque antes

10 Plantea Jung (2009, p. 79) “Lo ‘maternal’: (es) por antonomasia, la mágica autoridad de lo femenino; la sabiduría y la altura espiritual más allá del intelecto; lo bondadoso, protector, sustentador, lo que da crecimiento, fertilidad y alimento; el lugar de la transformación mágica, del renacer; el instinto o impulso que ayuda; lo secreto, escondido, lo tenebroso, el abismo, el mundo de los muertos, lo que devora, seduce y envenena, lo angustioso e inevitable.”

11 Mayu forma parte del grupo musical kichwa Charijayac. Con ellos ha recorrido Europa llevando la música indígena por distintos lugares del mundo. De voz de Mayu escuché *Imagina* de John Lennon en Quechua (es boliviano y habla Quechua, a diferencia de los otros integrantes del grupo que son kichwas-otavalo y hablan kichwa).

nos abandonó, reaparece cubriéndonos con su manto¹². Cambian los papeles. Es el país de acogida el que toma el lugar de la Madre Terrible. El problema es cuando la psique permanece anclada en lo bueno o lo terrible sin la capacidad de desatar nudos. De recolocarse. De reinterpretarse. Hay quienes llevan una vida suspendida. Una vida entre dos madres terribles. No logran anclarse en el sitio de acogida. A la vez siguen marcando distancia con la Madre primordial. Han sido historias muy conmovedoras, envueltas en sentimientos de “suspensión”. De desarraigo. De estar sin ser. De lo escindido. Son dramas. Heridas punzantes en las que habitan múltiples Almas. Habría que seguir indagando sobre la vida de estos seres condenados al “limbo”. Condenados al *limbo migrante*.

La Socialización Express

*“Yo, preparando la despedida. Cerrando, vendiendo,
regalando, botando, soltando.”
(Jessie, Venezuela)*

Aunque en la mayoría de los casos en un primer momento no se tenga conciencia de ello, una de las heridas fundamentales del migrante es abandonar la Tierra Madre. La que te vio nacer. El lugar en el que se condensan las miradas esenciales. El primer cielo. El agua. El fuego y el aire. El todo. Madre Tierra y Madre Carnal, se hacen una. En la mayoría de los casos, la partida no sólo ocasiona la pérdida del territorio y lo que ese espacio implica, sino (sobre todo para quien migra pasada la juventud) lo que somos como seres sociales. Como seres del mundo. Como seres labrados en la más profunda intimidad. Llegamos a un lugar donde se ha construido una historia tejida con letras que pertenecen a un abecedario que desconocemos. Se supone que muchos tenemos una edad donde “todo” debe estar aprendido. Aprendido lo “de allá”, aquello que dejamos. Y “lo de “acá”, eso que encontramos. Deberíamos estar legalizados. Socializados. Institucionalizados. Estabilizados. Deberíamos saber cómo es que vamos a salvarnos.

Intentamos a veces con desesperación, embarcarnos en un tren que para nosotros “lo contiene todo,” pero al que no podemos acceder. Para ello necesitamos obtener un ticket que se adquiere sólo con el tiempo. El tan nombrado “proceso de socialización” se convierte en socialización sin proceso. Es necesario -más bien obligatorio- aprender, observar, insertarse. SER de inmediato. Despojarse de gran parte del

¹² Estos lugares de cobijo pueden haberse resquebrajado profundamente. Es el caso de países en guerra, dictaduras, hambrunas, etc. Pero, aun así, en el imaginario habrá espacio para sentir el arrullo de la casa. De la Gran Madre protectora.

equipaje emocional y vivencial que se trae porque en muchos casos no es lo que funciona. Y construir de manera rápida los requerimientos del lugar de llegada. Urge realizar una Socialización Express, entendida como el proceso a través del cual nos vemos obligados a actuar como autóctonos desde el momento de la llegada. Pero ¿Cómo se da este proceso? ¿Cuáles son las “estrategias migrantes” para insertarse? ¿Para caminar descalzo y a ciegas en un terreno desconocido? Responder estas interrogantes se perfila como una de las tantas tareas a seguir desarrollando.

La intemperie como Obstáculo Externo e Interno

No es el racismo. Tampoco la xenofobia. No son las diferencias culturales. Ni la nostalgia. Ni la falta de la familia. Ni de los amigos. Después del cruce de fronteras la intemperie es el mayor de los monstruos de la migración. Es capaz de destrozarse la psique. De acabar con cualquier travesía. Tener la sobrevivencia resuelta es vital en cualquier lugar. En cualquier circunstancia de la vida. Pero más aún en situación migratoria, porque cuando esa intemperie se instala en el alma del migrante, el cielo deja de ser cielo. El mundo ya no es mundo, sino un gran descampado donde ni siquiera la tierra es capaz de sostener nuestros pasos. Cuando la intemperie se impregna en los huesos hasta horadar los cimientos del corazón y se convierte en desnudez y vacío absoluto, la muerte del alma podría estar decretada.

El síndrome de Ulises: el duelo migratorio

El Síndrome de Ulises es el conjunto de síntomas presentes en migrantes que se enfrentan a un nivel de estrés mayor a su capacidad de adaptación. Es el duelo migratorio llevado a su condición extrema. J. Achotegui toma como imagen la travesía de Ulises en su intento de regresar a Ítaca. Destacó siete procesos que caracterizan al duelo del migrante. Estos son: La pérdida de la familia y de los amigos. De la lengua. De la cultura. De los paisajes. Del estatus social. Del contacto con su grupo de origen y de la seguridad física, traducida en el miedo a la deportación y reforzada cuando se han realizado viajes peligrosos para arribar al país de destino. Los síntomas que con mayor frecuencia se presentan son: tristeza, llanto, culpa, ideas de muerte, ansiedad, tensión, nerviosismo, preocupaciones excesivas y recurrentes, irritabilidad, insomnio, y en general, presencia de somatización en cefaleas y fatiga.

J.Achotegui (2012) señala que muchas veces a los migrantes se les diagnostica como deprimidos y que sin embargo no se puede considerar deprimido

o deprimida a una persona proactiva y llena de ilusiones. Que tiene deseos de luchar. De superar obstáculos. Que presenta un abatimiento producto de circunstancias externas ocasionadas por una realidad hostil. La diferenciación entre depresión y duelo migratorio que hace J. Achotegui (2012) me parece bastante acertada. Cuando el duelo migratorio pasa a una situación mayor entonces, según señala el mismo autor, el migrante sufre de Síndrome de Ulises.

El destierro interior en la frase: “yo era...”

En una entrevista Mario Benedetti comentó: “migrar es cosa de jóvenes”. Ciertamente el significado que tiene hacerse en un lugar desde el ímpetu de los años mozos dista mucho de las implicaciones que tiene este proceso para quienes “dejando una vida hecha” han de reinventarse. Volver a hacer la tarea ya realizada. Cuando empecé mi ruta migratoria un sueño se me hizo recurrente. Llegaba conduciendo un coche viejo a la puerta de la Escuela Rural anclada entre montañas venezolanas, donde aprendí a leer. En el sueño, extrañada y alarmada me decía: ¡Ya estudié aquí!! ¡Ya lo hice! En el camino he comprendido el valor simbólico de esas imágenes. He comprendido que la migración implica un nuevo proceso de socialización. Pero esta vez no es desde la candidez de la infancia. La migración implica una nueva escolarización. Una resocialización sin dejar de SER. Debía aprender un mundo de cosas desde mi carro viejo cargado de historia. Entendí que, en situación migrante, la frase “comenzar de cero” debe ser releída. Que este cero no puede ser visto como sinónimo de “nada”. Mucho menos de vacío. Está lleno de contenidos. Es un cero a la derecha. De esos que suman. Un cero que se expande para convertirse en rueda de la vida.

Habría que ahondar en lo que significa la migración cuando ya no se tiene la edad; ni las fuerzas; ni las oportunidades para entrar en el mercado laboral. La frase “yo era” fue una de las que más conmovedoras que escuché. Fue repetida por varias de las personas que se dedicaban a oficios distintos a aquellos para los que se prepararon. Por supuesto, siempre estará el agradecimiento por tener trabajo. La posibilidad de sobrevivir. Pero cuando la “reinención” está atravesada por el abandono del sí mismo, y no se está conforme, alguna parte del alma estará permanentemente recitando vacío.

“¡Déjame viví chica! ¡Déjame viví!”

En Cuba era una conocida actriz de teatro. En Barcelona como mucha gente (de aquí y de allá) debía “buscarse la vida”. Me hablaba desde el dolor que le significó

abandonar su carrera. Con el carácter histriónico que la caracterizaba me escenificó la manera en que le gritó a su actriz ¡Muérete, chica! ¡por favor, déjame viví! ¡déjame viví! Me miró con una tristeza atávica. Con un acento cubano que le salía desde las entrañas: gritó: “¡Y tuve que enterrala! ¡Tuve que enterrala chica! Tuve que enterrala... pa’ que me dejara viví,” dijo entre gritos, pausas y quejumbre.

Dejar de “ser” es otro de los obstáculos que puede destruir el alma del migrante. Verse en la obligación de colocarse un traje desconocido. Incómodo. Apretado. Un traje que ayuda a proteger del frío, que es capaz de abrigar una parte del cuerpo, pero que no llega a otras capas más profundas donde quien transita es la intemperie. Se evidencia la diferencia vital entre el relato migrante de quienes realizan oficios para los que se prepararon, o realizan actividades donde se sienten satisfechos, y quienes no. Esto no es una situación experimentada sólo por migrantes. También muchos autóctonos recitan intemperie.

En la migración lo inmediato cobra fuerza ante lo importante. Pero ¿qué es lo más importante? Siempre será la vida y resolver las necesidades primarias. Sí. Siempre lo será. El reto está en buscar la manera de proteger ese rincón del alma donde no llega el cobijo. Significa entender que la intemperie en cualquiera de sus presentaciones siempre existirá. En tu país o fuera de él. El reto está en ser capaz de detenerse a observar el ropaje que lleva. ¿Cuál es su color? ¿Dónde y de qué manera se deposita el vacío? ¿Cuáles son las características de mi intemperie migratoria?¹³

Los aliados: el encuentro con los magos - a Pacha-Cataluña

“Y aquella abuela que yo acababa de conocer aquí en Barcelona, me llevó a su casa, me ayudó. Me enseñó cómo eran las cosas por acá. Fue como una madre. Eso no lo olvidaré.”
(Victoria de Perú)

Destaca J. Campbell, que en la travesía el héroe encontrará un mentor que lo entrena para la aventura. Para el desafío. Debe enfrentar pruebas. Aparece una figura mística que le proporcionará las armas para vencer al enemigo. El héroe comienza a descubrir su coraje a través de la comprensión de códigos hermandad. Le encuentra sentido a su viaje. A su existencia. Vence los dragones y regresa con el tesoro. Se cree en la humanidad. La casa del alma exterior e interior se hace una. Simbólicamente es la experiencia transformadora materializada en la vida real.

13 Hablaba con una de mis tías, por allá por las montañas de Monagas, en Venezuela. Y le contaba de esta frase que me dijo la mujer dominicana, a lo que ella respondió: “prefiero agonizar en mi casa”.

A través del encuentro con aliados, mentores, ayudantes, se tejen historias llenas de optimismo. Siempre se alude a alguna experiencia sobre la manera cómo alguien nos asistió en momentos difíciles. Los relatos que he recogido están impregnados de episodios que nos renuevan la fe en la condición humana. En el mundo mágico. Una familia de kichwas-otavalo me contó que llegaron a Barcelona sin tener lugar adónde ir. Un banco de Plaza Cataluña fue el lugar de refugio. Allí se instalaron convencidos de que alguien les ayudaría. Y así fue. Un paisano se les acercó y les dio cobijo en su casa. De allí sigue una historia de pruebas. De agradecimiento en medio de las dificultades. Y a la vez se reproduce la necesidad de retribuir lo recibido. Una cadena de favores refuerza y da vida al papel de los mentores. La ayuda institucional también es destacada por algunos migrantes. Isabel es ecuatoriana, a los pocos días de llegar a Barcelona, cruzó la calle cuando no le correspondía. Un policía le gritó llamándole la atención. Se acercó a ella. El hombre se dio cuenta de que lloraba. La tomó de los hombros y le dijo: “mujer, no llores”. Y fueron varias las palabras de aliento. Ese episodio la marcó. Isabel me decía que cuando algo malo le sucede se dice que no va a permitir que nada ni nadie le arranque todo lo bueno que esta tierra le ha dado. Y así como la de ella, podría contar historias. Anécdotas. Amores. Situaciones que desdibujan las nacionalidades. Mayu Quiñones, el boliviano que le pidió perdón a la Pachamama antes de dejarla, me dice que Barcelona le ha dado además de su familia, la posibilidad de tener el mar. Cosa grande para cualquier boliviano.

La llegada: la construcción del Nido

“Cuando la misión del héroe se ha llevado a cabo, por penetración en la fuente o por medio de la gracia de alguna personificación masculina o femenina, humana o animal, el aventurero debe regresar con su trofeo para transmutar la vida.”
(CAMPBELL, 2017, p. 223)

El regreso de Ulises a Ítaca es la expresión simbólica de la vuelta a casa. De nuestra capacidad de llegada a la casa interior. ¿Podemos transformar el duelo migratorio en proceso de individuación? Si por un lado existen personas que dicen: “tengo veinte años triste”, que tejen alfombras con pétalos de Margaritas arrancados en la incertidumbre del “me voy”; “me quedo”, hay quienes en medio de las implicaciones que tiene convertirse en migrantes han logrado tejer nidos.

Cuando la intemperie ya sea material o emocional se convierte en el centro de la vida, es difícil pensar en algo más allá de la sobrevivencia. Más allá de la protección del cuerpo. De la protección psique. Con esto no quiero pecar de un reduccionismo economicista, pero quien tiene que pensar si podrá alimentarse cuando despierta, o si será deportado, cualquier otro tipo de pensamiento resulta “exquisito”. Si no se poseen las condiciones mínimas, cualquier letra, incluyendo ésta, se convierte en palabra hueca.

Para esta investigación no sólo registré historias de frustraciones. Miedos. Desencantos. También hago alusión a casos donde el duelo migratorio ha logrado superarse. Donde la migración se ha vivido como la gran experiencia de la vida. Esto no excluye dolores. Nostalgias. Ni la presencia de obstáculos exteriores e interiores. No excluye la añoranza hacia el terruño. Ni la herida de la migración. Pero la vivencia ha sido procesada como parte de la aventura ¿De qué manera las personas se van “haciendo lugar”? Escribe Carol Pearson (1995, p. 27):

Los héroes emprenden viajes, enfrenta dragones y descubren el tesoro de su verdadera identidad...aunque pueden llegar a sentirse muy solos en la travesía, al final de la misma la recompensa es una sensación de comunidad: consigo mismos, con otras personas y con la tierra. Cada vez que hacemos frente a la muerte-en -vida, enfrentamos un dragón, y cada vez que elegimos la vida sobre la-no vida y profundizamos en el constante proceso de descubrimiento de quiénes somos, vencemos al dragón; producimos nueva vida para nosotros mismos y nuestra cultura. Cambiamos el mundo.

Cuando esto sucede, cuando las personas logran encontrar el asiento lo primero que pensamos es que han contado con recursos afectivos y/o materiales para que esto sea posible. Tener lo estructural resuelto para que la vida transcurra es esencial. Pero también es cierto que no siempre quien tiene garantizada las bases de “la buena vida” logra la llegada a la casa del alma. Es así en la migración. Así es en la vida.

¿Por qué no pensar que se pueden vencer los obstáculos? Que podemos construir el territorio interior. Hacernos de un “lugar”. Sentirnos parte de la nueva tierra. Decidir independiente de los otros si emocionalmente somos o no extranjeros. Ser capaces de mirarnos como seres universales. Son muchas las historias recopiladas de solidaridad y buenaventura. Lo que sucede y nos sucede en general a los investigadores e investigadoras es que son tan desgarradoras las experiencias de aquellos para quienes esa “llegada” ha resultado una quimera, que es natural que nos coloquemos allí en busca de saberes y soñemos en soluciones.

La Pachamama no sabe de fronteras: ni de “extranjeros”

Me contaba Diana una mujer de Colombia, que el día que recibió la nacionalidad, se dirigió hasta el mar a conversar con Barcelona. La amada ciudad. Tomó su Documento Nacional de Identidad, se lo adhirió al pecho y se bañó en El Mediterráneo. Fue un bautizo. Un ritual de arraigo en la tierra que la recibía. Me dijo que independientemente de que hacia el exterior siempre sería “la colombiana” ella se sabía hija de Barcelona. Que era hija de la tierra. Que era de aquí. Que era de allá. Que no estaba perdiendo nada. Que lo estaba ganando todo. “Decidí que nadie era extranjero para mí. Ni en Colombia ni acá. Y que yo tampoco lo era”.

El tiempo de la *Socialización Express* ya pasó. En el camino fuimos dando saltos, dejando espacios vacíos. No había tiempo para detenerse. Pero hemos ido de vuelta para comprender aquello que hubo que “saltarse”. Tratamos entonces de llenar esos espacios que reclaman la mirada. A esto lo denominé el síndrome del Canguro. No solo en la migración. A lo largo de la vida hemos dado saltos. Dejados huecos. Hay que avanzar, a la vez saber devolverse porque sin la comprensión del “vacío”, continuar la ruta puede tornarse más difícil.

Reflexiones para continuar el viaje: a manera de conclusiones

Migrar significa comprender que las segundas patrias no aparecen por añadidura. Que los nidos nacientes esperan ser tejidos. Y nosotros con ellos. Significa disponerse a construir nidos en el árbol de la vida. Cambiar la idea de “lo extranjero” por lo que espera ser conocido e incorporado. Al migrar se redimensiona la noción de “pertenencia”. Lo que era mío antes y dejó de serlo. Lo que me era extraño y ahora forma parte de mi mundo cotidiano. Lo que amerita ser negociado. Lo que me pertenece y a lo que pertenezco. Migrantes y autóctonos en cualquier parte del mundo, vibramos, reímos. También Llevamos a cuesta nuestro mundo doliente. La herida migrante a veces cicatriza. Otras veces no.

La obra de Zygmunt Bauman (2004) ha marcado el pensamiento sociológico contemporáneo. Por su verdad. Por la manera en la que nuestro rostro individual y social se ve reflejado ante un espejo que nos devuelve una imagen vulnerable y transitoria marcada por la incertidumbre de una sociedad líquida. Cambiante. Volátil. Imprevisible. Al igual que la Modernidad Líquida, la migración deviene en tiempo sin certezas.

Cuando intentamos comprender el proceso migratorio desde la Modernidad Líquida y el Alma Migrante como la esencia que lo constituye, muchas

piezas se desplazan para construir nuevos referentes de comprensión y de análisis. La Migración Líquida como parte de la Modernidad Líquida está marcada por sus huellas. Por su herencia. Ayer los viajeros partían para intentar establecerse en un suelo que se tornaba más seguro. Hoy parten a sabiendas de que no están exentos de continuar el recorrido. Ya no se trata de dejar el país para echar raíces en otro. Nos hemos convertido en Almas Migrantes. A las cartas amarillas en baúles repletos de nostalgia guardada por los abuelos, se contraponen la comunicación inmediata, en tiempo real, que propician las redes. Pero ni la inmediatez ni la saturación de imágenes nos salvan de la nostalgia y del vacío.

La manera en que se elabora la reconstrucción personal en el lugar de llegada es tan múltiple como el universo de cada uno. Y tan intensa como las circunstancias particulares que rodean la partida. *Migrar significa re-leerse*, al mismo tiempo que sentir la imperiosa necesidad de leer a un otro diferente, sin conocer la cartilla de las letras con la que ha construido y construye su historia. Migrar implica conocer nuestras habilidades y destrezas. Nuestra sombra. Nuestra luz. Y también la de los otros. Migrar es una de las grandes experiencias de la vida. El relato migrante, bien puede entenderse a través del viaje del héroe como arquetipo. Comprender la migración, implica viajar a través de sus relatos, y de su *gran relato*.

Enlazando nuestra presentación sobre las Almas Migrantes a la temática que reúne los textos de este libro, nos preguntamos: ¿Qué sucede cuando las almas migrantes se dedican al “comercio ambulante”? Ya la palabra ambulante connota el movimiento intimado y corporeizado y si ese movimiento es realizado por las Almas Migrantes, las habitantes del Continente Móvil, se abren espacios de análisis, relacionados con la territorialidad íntima y exterior.

Las Almas Migrantes que se dedican al comercio ambulante en América Latina y en cualquier otra parte del mundo, se visibilizan aún más que otros colectivos migrantes. Su lugar es la calle, que representa la fuente de empleo, el espacio de relaciones, pero que también puede devenir en lugar inhóspito. Significa la no pertenencia a un territorio, pero aun así esto no excluye la construcción de un “lugar”. Los migrantes que se dedican al comercio ambulante son Almas Migrantes creadoras de nuevos escenarios. Espacios que ya no serán los mismos, impregnados ahora de nuevos rostros y de nuevas manifestaciones sociales para el que llega y también para el que recibe. El comercio ambulante, es una “puesta en escena” sobre esto, la sociología de la dramaturgia tiene mucho que decir.

Referencias

ACHOTEGUI, J. Estrés límite y salud mental: el Síndrome del inmigrante con estrés crónico y múltiple (Síndrome de Ulises). **Revista Migraciones**. v. 19. Madrid: 2006, p. 59-85.

_____. **La inteligencia migratoria**: manual para inmigrantes en dificultades. Barcelona: NED Ediciones, 2018.

_____. La crisis como factor agravante del Síndrome de Ulises. **Temas de Psicoanálisis**, n.3. Barcelona: 2012. Disponible en: <https://www.temasdepsicoanalisis.org/wp-content/uploads/2012/01/ACHOTEGUI-PDF.pdf>

AUGÉ, M. **Los no lugares espacios del anonimato**: una antropología de la sobremodernidad. Barcelona: Edit. Gedisa, 1992.

BACHELARD, G. **La poética del espacio**. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

BAUMAN, Z. **Modernidad líquida**. México: Fondo de Cultura Económica, 2004.

BERTAUX, D. El enfoque biográfico: su validez metodológica, sus potencialidades. In: ACUNA, Víctor Hugo (Org.). Historia oral e historias de vida. **Cuadernos de Ciencias Sociales**. Costa Rica: Flacso, 1988. p. 6-80.

CAMPBELL, J. **El héroe de las mil caras**: psicoanálisis del mito. México: Fondo de Cultura Económica, 1972.

DENZIN, N. Autoetnografía Interpretativa: Investigación Cualitativa. **Revista Investigación Cualitativa**. International Asociación of Qualitative Inquiry, p. 81-90, 2017.

GOFFMAN, E. **La presentación de la persona en la vida cotidiana**. Buenos Aires: Amorrourtu Editores, 2001.

GIDDENS, A. **La constitución de la Sociedad**: bases para la teoría de la estructuración. Buenos Aires: Amorrourtu Editores, 1995.

JUNG, C. **Arquetipos e inconsciente colectivo**. Barcelona: Editorial Paidós, 2009.

PEARSON, C. **El héroe interior**. Madrid: Editorial Mirach, 1995.

ZAMORA C., E. De Ecuador a Cataluña: los kichwas de Otavalo en Barcelona. **Revista de Educación y Ciencias Humanas**, n. 36-37. Caracas: Ediciones del Decanato UNESR, p.51-83, 2015.

_____. ¿Que por qué me voy al Norte? Pos a buscar la tortilla. Mexicanos que cruzan hacia Estados Unidos. **Revista Anthropos**, n. 232. Barcelona: Anthropos, p. 197-211, 2011.

EXPERIÊNCIA DE UMA MIGRANTE NA ARTE AMAZONIANA: O *AISTHÊTIKÔS* NA OBRA DE DONA Z

Alexandre Silva dos Santos Filho
Luanderson Conceição Santo

INTRODUÇÃO

A organização social humana formula um significado presente no modo de vida contemporânea, a partir de uma malha social urbana (ou não), em que muitas coisas passam a ser adotadas mediante a condição de viver em constante transformação. Essa questão se processa a partir da noção de caráter intercultural, que alavanca determinadas situações, como o da feminilidade, que na contemporaneidade se frisa em termos dos embates culturais, na perspectiva intersticial do gênero, em que é condição o apoderamento cultural dos diferentes – nesse caso, da produção poética feminina que se revela por uma minoria –, passa do discurso aplicado, no intercâmbio dos valores aos significados em termos de uma estética estratégica e ideológica, na fronteira dos embates, caracterizados como antagônicos, conflituosos e incomensuráveis, estes pensados na perspectiva de Bhabha (2010).

A problemática correspondente é assim traduzida a partir da poética visual da artista migrante na Amazônia Oriental, Dona Z, e sua conformação *aisthêtikô* – aquilo que é próprio dos sentidos –, quer dizer “os objetos, os fenômenos naturais, os cotidianos, e, também o objeto da estética, o objeto de arte, ou seja, todos são perceptíveis aos sentidos” (FARIA; SOUZA; BRANDÃO, 2019, p. 8). Por isso, dimensiona-se a ordem técnica, artística, estética, social, cultural e pedagógica em uma elaboração interdisciplinar.

Estabelecer-se-á como pressupostos a construção de uma *aisthesis* – “capacidade de sentir o mundo, compreendê-lo pelos sentidos, é o exercício das

sensações” (ALMEIDA, 2015, p. 139) – perpassada pela reflexão da visualidade amazônica e revisão epistêmica sobre a estilística da produção não hegemônica de Dona Z. A partir de uma ação crítica, relativa à elaboração da pesquisa sobre o trabalho de Dona Z, coloca-se em questão o papel da produção do fazer, fruir e refletir arte sobre conteúdos que contrapõem o modo da padronização da arte em um sistema hegemônico, conforme a imposição dada pela industrialização cultural no mundo dos amazônidas. Isso pode implicar consideráveis problemas para se pensar a arte e a cultura no interstício da identidade poética feminina vista por um olhar de uma artista que tem em seu histórico de vida a migração.

A produção artística feminina de Dona Z remete-se à natureza que a envolve no aparato urbano da cidade de Marabá, correspondendo à necessidade individual de criação, uma vez que se relaciona à sensibilidade que se forma a partir do juízo de gosto da própria artista. Percebe-se, por conseguinte, que existem fatores sensíveis que foram incorporados à identidade poética de Dona Z, tais como: o lugar, o ambiente de trabalho na criação artística e as condições materiais que envolvem o modo de como ela experimenta os apetrechos para sua elaboração artística e as experiências vividas em outros ambientes culturais por onde passou.

A localidade e o meio influem na percepção do lugar, envolvem uma atmosfera visual e interagem com a vida nesse ambiente mítico, religioso, ecológico, sociocultural e do Capital em expansão pela sociedade amazônica. Da vida no campo ou na cidade não se pode negar que há um sentimento de amazonidade que atua como presença e marca de um ethos amazônico na feminilidade ao se produzir arte. Por esse motivo, o tempo de criação de uma artista mulher é alvo de insubordinação ao tempo cronológico incutido na sociedade amazônica pelo interesse do capital. O tempo do ato de criação feminina não está pedagogizado pelo tempo do mercado de produção de mercadoria, mas pelo tempo necessário que a artista precisa para gestar e cristalizar uma obra.

Graças ao trabalho desenvolvido por Dona Z é possível mobilizar um saber e problematizá-lo como objeto estético e artístico, por meio de uma poética que se ordena de um modo particular quando se processam formas de um fazer mundos sensíveis, conduzindo-os pela forma viva no imaginário amazônico, concebido como força ativa. Nessa perspectiva, Almeida (2015, p. 138) diz que a criação artística é uma transcrição, ou seja, formas que são transformadas e isso representa o modo como o mundo aparece, como ele se mostra em sua aparência: “a aparência é a própria realidade e o trabalho do artista é o de selecionar, intensificar, corrigir o que aparece no mundo, a aparência do mundo”. E é essa aparência

que se expressa na experiência criadora com a realidade material e histórica do feminino na Amazônia.

O mundo simbólico de Dona Z é traduzido por sua produção cultural pictórica com implicações à poética local, cuja temática abordada representa uma feminilidade do caráter da mulher trabalhadora amazoniana. Dona Z é uma artista migrante maranhense, com importância artística e cultural por se tratar de uma artista mulher, cuja poética enfrenta a liberdade da expressão feminina que se agiganta diante dos desafios relacionados ao meio ambiente que a circunda com a existência propriamente dita da mulher na região e sua reflexão sobre as questões de poder ser humana e mulher – corpo, forma, pensamento, espírito, sentimento, emoção, verdade e certeza.

Dona Z traz no discurso visual o sentimento de amazonidade, cujo tempo não pedagógico é visibilizado pela demografia artística feminina a partir dos saberes estéticos e culturais em constantes transformações. Nesse diálogo, ao se refletir sobre a imanência poética da mulher amazoniana, que traduz a nudez feminina como identidade poética amazoniana na visão de uma migrante no sudeste paraense, encontrou-se Dona Z, culturalmente marginalizada, subalterna às condições urbanas, experimentando a fronteira do objeto que fabrica e quer ser algo mais na sociedade em que participa.

A interação com o imagismo amazônico proporciona atuar com o imaginário da experiência sensível na imaginação, é trabalho autêntico e criador, visto que “[...] as obras habitam, moldam, ornam, contaminam, destilam, transformam, reformam, deformam, destroem e reconstróem imaginariamente o mundo” (ALMEIDA, 2015, p. 135). Ter-se-á como resultado desse trabalho a obra viva diante de um público pouco esclarecido e vivido em fruição e apreciação artística no contexto visual, visto que também ele (o público) sofre efeitos do mercado de imagens prontas e preparadas que entregam somente os significados relativos ao interesse do mercado. Por esse motivo, pode-se dizer que o imagismo construído por Dona Z, de maneira simbólica, não está simplesmente inscrito na natureza dos valores de troca e do uso, mas sob a forte presença de uma migrante que tece sua identidade e das suas mulheres simbolicamente construídas na região amazônica.

Este texto organiza-se com base nas descobertas do ato criador da artista, buscando bases para entender a *aisthesis* em Dona Z e para isso é necessário interrogar a feminilidade amazônica na esteira do saber da artista, procurando sempre estabelecer um diálogo com o mundo objetivo e subjetivo da artista e conceber que há um sentimento de migrante nesse imagismo destruidor que permeia a identidade *aesthetica* da artista.

Atos *aisthêtikôs* de Dona Z

Pensar na e sobre a artista Dona Z é rever os estágios de elaboração do seu processo e envolve descobertas: a partir de concepção de que a artista produz imagens devido ao seu espírito criador; que na vida privada da artista e no seu envolvimento com as relações socioculturais fazem parte de um mundo que se apresenta como realidade das coisas sensíveis; e por extensão uma compreensão *aisthêtikôs* da obra da artista por seu entrelaçamento com migração (lugares por onde passou) e a realidade imediata no seio da sociedade e suas reflexões socioeconômicas, políticas e históricas (FARIA; SOUZA; BRANDÃO, 2019). Para Ott (1997) o que se deve levar também em questão é a construção do conhecer o artista, seja por meio de sua obra, pela exposição na mídia, no catálogo da mostra pelo qual o leitor se interessou, ou mesmo, por curiosidade despertada ao ver uma obra que causa espanto ou admiração.

Estar diante de uma obra que foi pensada e forjada pela ideia de uma artista é de certo modo mediatizar um texto visual e se remeter ao contexto que, neste caso, a artista Dona Z postula como um problema poético e visual a ser comunicado e com o qual demanda questões para o público pensar. Mas não se limita a isso, tem a ver com o fluxo da obra acabada, visto que não se encerra em sua constituição como obra coisa, uma vez que ela continua potencialmente aberta às leituras, interpretações e apropriações etc. (ALMEIDA, 2015).

Rossi (2003) aponta para duas questões relacionais: a imagem-artista e a imagem-leitor. Ambas geram complexidades do âmbito *aisthêtikôs*, posto que é próprio dos sentidos, bem como do ponto de vista cognitivo. Na relação imagem-artista o leitor parte da concepção de que é o artista quem define a obra, diferentemente da segunda relação em que o leitor se sente autorizado a atribuir significados à criação da artista – o leitor está ativo na leitura.

Nesse sentido, Rossi (2003, p. 126) estabelece uma ordem para pensar com esse imagismo a percepção do artista e a percepção do leitor: “os significados deixam de ser buscados no mundo concreto, ou no mundo interior do artista, para serem buscados nas subjetividades presentes no momento da apreciação estética”. Daí a importância do conhecer a artista e suas intenções criadoras, para tecer aproximação entre o significado da obra e os signos manifestos na imagem concebida pela artista. Não apenas como um processo fisiológico de percepção das coisas no mundo sensível, mas um sistema sensorial formado para receber o mundo amazônico, possibilitando, nesse

caso uma referência cultural dada pelo traço migratório de Dona Z, já que ela capturar informações do ambiente ao qual está inserida e por onde passou.

Para conhecer Dona Z

Ela é Esita Silva Machado, nasceu em 9 de setembro de 1947, no interior do estado do Maranhão. Filha de Corina Silva Porto e Cícero Bento da Silva, foi criada com mais sete irmãos. Desde criança, era encantada pelo ofício do pai, um moveleiro. Isso a fez despertar pelo gosto das artes manuais e enveredou pelo fazer artístico por meio da observação cotidiana dos trabalhos desenvolvidos por seu pai em sua movelaria.

Dona Z foi migrante, motivada pela necessidade e em busca de melhores condições de vida. Por isso, viveu em diversos lugares, como pequenas cidades nos estados de Goiás (hoje Tocantins), Maranhão e Pará. Com essas andanças, fez de tudo um pouco, era pobre e com pouca escolaridade. Todavia decidida, pois além de dona de casa, foi fabricante de doces caseiros e bolos, ainda desenvolveu a atividade de costureira e cabeleireira, manicure e pedicure. Foi também vendedora ambulante e de loja.

Porém, a façanha mais desafiadora que exerceu foi a de professora, já que, apesar dos poucos estudos, era autodidata da língua portuguesa. Valorizou os estudos e a leitura como um patrimônio imperecível e intransferível, o que lhe deu condições de lecionar para crianças que para muitos eram problemáticas e rejeitadas pelas escolas normais – ministrava aulas de reforço e as ajudava a socialização (SOUZA, 2018).

A experiência com a arte abre um mundo para Dona Z, visto que muito cedo se viu dotada de talento para criar histórias e coisas, especialmente para cantar. De voz forte e grave conheceu um modo autêntico de se expressar pelo canto – a chance de cantar para algumas pessoas em público na infância –, isso marcou-lhe imensamente e a fez sonhar com a profissão de cantora. Atualmente, raras vezes canta em casa e para poucos. Perdeu o gosto, mas compõe letras e as canta para os filhos e netos.

No auge de sua produção artística fez muitas obras, tinha um vigor e vontade de colonizar o mundo com seu imagismo visual, explorando o tema sobre nude feminino. O tamanho de sua disposição contraria o jeito severo de se comportar e vestir – roupas longas e com mangas compridas –, já que sua visão do mundo das mulheres deve ser de um território, cuja compreensão corpórea permite representar mulheres nuas ou quase nuas, em movimentos extravagantes, rodeadas

pela natureza, pintadas com cores contrastantes, muitas vezes lúdicas. Almeida (2015) diria que o mundo mediado por Dona Z é de uma fruição *aisthetica* como um desafio em um jogo:



Nesse jogo há escândalo, pois o encontro com os olhares excita os sentidos, degusta um mundo inesperado, mobiliza o corpo todo para experimentar o seu imagismo nude. Em uma exposição, alguém foi surpreendida (por causa do nude feminino) e demonstrou uma opinião inconformada e pouco informada, Dona Z disse: “isso não é uma mulher, é uma pintura!”; surpreende evocação, fez ecoar a frase intitulada da obra de Rene Magritte (1898-1967) “Isso não é um cachimbo” (é uma representação do objeto da realidade); com isso revelou a imensa riqueza interior e senso estético e crítico da artista. Por essa razão, a quem lhe pergunta o porquê de suas mulheres nuas e em poses tão diferentes, ela não hesita e responde: “A mulher sempre foi oprimida para usar certas roupas e se conforma, eu as liberto!”.

Aisthêtikôs feminino: a solicitação do corpo, percepção e pensamento

O campo da experiência sensível de Dona Z é o lugar dos perfis femininos, modos de percepção, emoção e afeto. Como revela Almeida (2015) é imaginação antes de habitar em uma forma no mundo físico. Dona Z é assim, molda coisas da sua percepção, cria objetos a partir de outros descartados, inservíveis para o

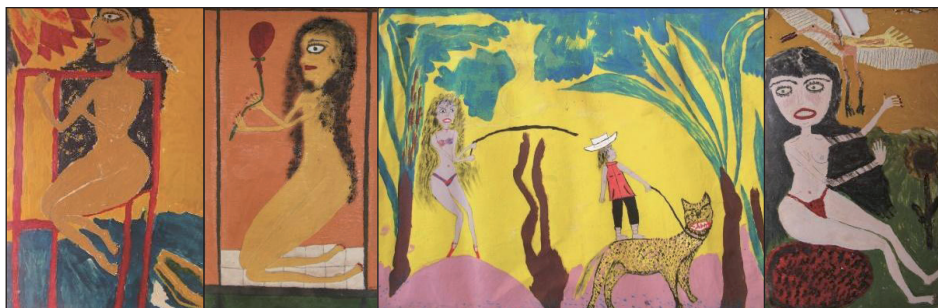
consumo humano. Cria histórias e músicas, canta e compõe. Ela mergulha na obra-coisa e alimenta o fluxo da contínua virtualidade da obra, abrindo as leituras de mundo e das apropriações e recriações da arte que ela cria. Mas é com Perrot (2017, p. 16-17, grifo do autor) que se alavanca um conceito manifesto em Dona Z por seu traço *aisthêtikôs*, pois se refere à história das mulheres invisíveis:

em primeiro lugar, porque as mulheres são menos vistas no espaço público, o único que, por muito tempo, merecia interesse e relato. Elas atuam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa. São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranquila. Sua aparição em grupo causa medo. Entre os gregos, é a stasis, a desordem. Sua fala em público é indecente. “Que a mulher conserve o silêncio, diz o apóstolo Paulo. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E não foi Adão que foi seduzido, mas a mulher que, seduzida, caiu em transgressão.” Elas devem pagar por sua falta num silêncio eterno.

Como a autora mostra no excerto, o confinamento de muitas mulheres é ficar em casa, para cuidar da família, isso as tornam invisíveis. De modo similar ocorreu com a vida de Dona Z. Confinada ao lar, cuidando da família, não tinha visibilidade, mas quando ela se desloca e ocupa outros espaços, produz obras, interage com pessoas, artistas e mostra sua capacidade criadora, suas pinturas. Então, tudo muda!

A temática de Dona Z surpreende, choca e intriga, porque representa o mundo dos fenômenos movido da sua realidade, das coisas sensíveis, dos acontecimentos cotidianos de sua vida, tanto quanto enche os olhos de admiração, pela escolha como ela apresenta a mulher em muitas de suas obras. O nude traz qualidades extravagantes, corpos de contornos avantajados, de cores fortes, vibrantes e bem destacados, quase todas as mulheres têm enormes cabeleiras. Muitas vezes são imagens de mulheres selvagens, primitivas, livres e que podem ser o que quiserem, como quiserem e onde quiserem existir. As imagens das obras a seguir servem para representar a ideia de liberdade expressa por Dona Z.

Na história das mulheres os cabelos longos representam sinal de feminilidade e marcam a diferença entre os sexos, bem como demonstram sensualidade e mistério. Perrot (2017, p. 54) enfatiza esse aspecto sócio-histórico: “Os cabelos são a mulher, a carne, a feminilidade, a tentação, a sedução, o pecado”. Essa observação é pertinente à produção visual do imagismo criado por Dona Z, visto que há uma tendência da artista de pintar mulheres com cabelos compridos.



Mulheres de cabelos longos, uma marca na expressão visual e liberdade da mulher na Amazônia.
 Fonte: Acervo do autor. Tratamento da imagem: Luanderson Santos. Fotos de Alixa.

Dona Z parte de sua percepção empírica e nesse exercício representa mulheres, dá-lhes a liberdade e permissão de ser o que são, o que querem, como querem ser. Seus corpos nus ou não, magros ou gordos, silhuetados ou não, mostram como as mulheres têm seu corpo subjugado, roubado, confinado, seja por uma roupa, por uma crença, por um casamento, por um emprego. Ao pintá-las como deseja e de várias formas, é como se a artista lhes desse alvará de soltura ou assinasse uma carta de liberdade ao nude feminino. Nesse sentido, Dona Z expressa em imagem o pensamento de Perrot (2017, p. 60):

corpo desejado, o corpo das mulheres é também, no curso da história, um corpo dominado, subjugado, muitas vezes roubado, em sua própria sexualidade. Corpo comprado, também, pelo viés da prostituição [...]. A gama de violências exercidas sobre as mulheres é ao mesmo tempo variada e repetitiva. O que muda é o olhar lançado sobre elas, o limiar de tolerância da sociedade e o das mulheres, a história de sua queixa.

Ao longo da história a mulher teve parte do seu corpo liberado. Dona Z evidencia nesse imagismo criador, em uma *aisthesis* perspicaz, assentada na sensibilidade feminina o questionamento da história do corpo da mulher. E com isso narra algo, mostra o quanto é belo e leve ser mulher livre, sem preconceito, trauma, livre de padrões e solta no espaço e no tempo. Também, pode-se notar a presença de um “Arquétipo da Mulher Selvagem”, ressaltado por Estés (2018, p. 26):

O arquétipo da Mulher Selvagem, bem como tudo o que está por trás dele, é o benfeitor de todas as pintoras, escritoras, escultoras, dançarinas, pensadoras, rezadeiras, de todas as que procuram e as que encontram, pois

elas todas se dedicam a inventar, e essa é a principal ocupação da Mulher Selvagem. Como toda arte, ela é visceral, não cerebral. Ela sabe rastrear e correr, convocar e repelir. Sabe sentir, disfarçar e amar profundamente. É intuitiva, típica e normativa. É totalmente essencial à saúde mental e espiritual da mulher.

Dona Z retrata o lado primitivo da mulher em contato com a natureza exuberante da Amazônia, o entardecer amazônico refratado nas águas dos rios em harmonia com a beleza do anoitecer é vibrante e intenso. Assim como a umidade elevada que ocorre durante o percurso do ano, proporcionando a formação da floresta, cujas folhas verdejantes contrastam com a fauna nativa e o exotismo das espécies, fenômeno próprio da região. Nota-se esse aspecto orgânico na expressão da mulher na obra a seguir:



Expressão da mulher na floresta contrasta-se com os modos na sociedade urbana.

Fonte: Acervo do autor. Tratamento da imagem: Luanderson Santos.

Foto: Alixa.

Do mesmo modo, as cores vibrantes pulsando nas telas demarcam a liberdade de expressão da mulher que se agiganta diante dos desafios de relacionar-se com o meio ambiente que a circunda. Observa-se em suas telas um poder imagético e inventivo sem o engessamento da convenção social. A expressão de um olhar singular para a figura da mulher que subverte a imagem da donzela, desprotegida e frágil. A mulher retratada por Dona Z é forte, preenche a tela com sua exuberância, olhar marcante, lado a lado, com a fauna e a flora, pois essa mulher é também parte da natureza.

Mundos inventados de Dona Z

Dona Z estabelece com o mundo simbólico formas de diálogos: o que existe no mundo físico e o que ela encontra ao longo da trajetória que fez em seu percurso de ter mudado tanto de lugares para outros, aquele que está na mente dela como criadora, que procura ressonância na mente de outrem. Como disse certa vez Ostrower (2009), criar é formar. Produzir formas é elaborar algo novo, dar ênfase à imaginação, à capacidade de compreender como relacionar, ordenar, configurar e estabelecer significado às coisas.

A artista está sempre buscando compreender o mundo dos fenômenos, interpreta-o e lhe dá significado. Buscar significados para o que se cria é uma tarefa de profunda motivação, já que as formas criadas precisam se comunicar com as pessoas e por isso têm que constituir uma ordem, ou seja, realizar um trabalho criativo para que possam concretizar imagens e dialogar com o mundo físico e social, é assim que o: “[...] produto de um trabalho peculiar. [...] [torna] um objeto útil que satisfaz uma necessidade humana, a saber, a necessidade de se expressar, afirmar e comunicar que sente o artista imprimindo determinada forma a uma matéria”. (VÁZQUEZ, 1978, p. 213).

As formas são criadas não porque simplesmente a artista gosta, mas também porque é uma necessidade humana e somente quem está com o pensamento do ato criador, com a intenção de fazer surgir algo no mundo, é que tem possibilidade dessa realização.

O imagismo destruidor na obra de Dona Z

A criatividade de Dona Z é autodestrutiva, uma vez que não comunga com as regras acadêmicas, modernas e pós-modernas que fundam a arte nessa amazonidade. O que morre, nesse ato criativo, é o modo de não comungar com o

pensamento racional instituído nesse processo de produção artística. As imagens são trágicas, se estabelecem de formas simbólicas e representam o sentimento sobre algo que não se funda na lógica formal e tradicional do pensamento racional de elaboração do objeto ou interfere na desapropriação do imagismo poemagógico. (EHRENZWEIG, 1969). Como se nota na imagem a seguir:



Exemplo de imagismo poemagógico: a criatividade não se subordina aos ditames da regra convencional e estilística hegemônica. Revela profundo compromisso com a necessidade humana de criar imagens.

Fonte: Acervo do autor. Tratamento da imagem: Luanderson Santos. Foto: Aixa.

Imagem poemagógica refere-se à criação simbólica, é um processo de produção *aisthêtikôs* que resulta em um imagismo que busca na profundidade da experiência – ansiedade e a mania de criar – o espaço pictórico (o território do fazer algo), para poder representar o conteúdo mínimo da arte. A artista retira do mundo da realidade das coisas sensíveis as projeções fragmentadas para a sua individualidade, faz disso uma experiência estética imediata, a partir da representação emblemática inerente aos aspectos recorrentes da trajetória de vida cristalizada por meio da criação pictórica. Ehrenzweig (1969, p. 178) refere-se assim a respeito das imagens poemagógicas: “[...] refletem as várias fases e aspectos da

criatividade de uma forma muito direta, embora o tema central da morte e ressurreição, de encarceramento e liberação, pareça sobrepor-se aos outros”.

É patente a morte e a ressurreição na obra de Dona Z, uma vez que ela não se importa pelo modo racional que o mundo costuma se expressar. Sua narrativa sobre a obra, a baiana e a onça, consegue revelar o seu compromisso com o pensamento criador e a fantasia autodestruidora:



A baiana e a onça são imagens trágicas, pois desconstróem a narrativa visual tradicional e criam a sua própria. Esse ataque autodestrutivo explica o porquê de a arte ser simbólica.

Fonte: Acervo do autor. Tratamento da imagem: Luanderson Santos. Foto: Alixa.

Dona Z: Essa daí é uma baiana. Estou brincando com os baianos. É uma baiana né, como baiano é muito quieto, pessoal legal; eles são um povo maravilhoso os baianos, então eu tô brincando, eu tô brincando com os baianos. Eu fiz uma baiana nua sentada numa onça; a onça é domada, é onça de circo. Eu fiz essa moça sentada na onça – uma brincadeira –, fazendo uma brincadeira com ela sentada numa onça, pra mostrar que o ser humano também pode domar um animal bravo e ser amigo dele...

Dona Z: Pois é, ela tirou a calcinha e se sentou ali no pelo [rsrsrs...]. A brincadeira, eles não vão gostar se vê né. São pessoas mais soltas né. As baianas são as pessoas mais soltas né, são pessoas legais, não são ignorantes, não tem preconceito com as coisas. Até hoje eu não conheço um baiano que tenha preconceito com alguma coisa, nunca conheci, não sei se existe, eu nunca conheci. Morei em Minas Gerais 10 anos, viajei para a Bahia, pra certos lugares, fiquei 11 meses fora, conheci muitos baianos.

Dona Z: Na imaginação do artista... a onça é grande né? Então na imaginação do artista a área também é grande e cabe uma onça. Na imaginação do desenhista cabe tudo. (Relato de Dona Z, coletado em 28 out. 2020 via remoto).

O território pictórico de Dona Z não é meramente físico, inscreve-se no plano da matéria que manuseia – lápis de cor, tinta, tela, papel, tecido, linhas etc. – e o plano simbólico que sustenta a *aisthesis* tragédia. Nesse sentido, ao organizar as ideias tudo o que imagina traz o sublime como manifestação dos atos da tragédia, resultante da ação com a realidade do mundo social amazônico que luta por afirmações de liberdade. Pode se notar na narrativa da artista sobre a obra seguinte:



Índia Urubu.

Fonte: Acervo do autor. Tratamento da imagem: Luanderson

Dona Z: Essa obra aí ela é uma índia que está se aproximando de um lugar e o gesto do corpo que ela está fazendo, ela está com medo. Ela está com medo, porque ela viu um homem branco, uma mulher branca. Ela viu e ficou intimidada com a presença deles. Ser humano é assim, né. Ela não tem costume com pessoas. E ela é um ser humano só que ela é diferente, então ela está assustada. Ela está assustada! Ela tá com uma madeira na mão, está assustada; como ela vai descer pra chegar até essa cabana? Ela tá preocupada como vai descer pra entrar na cabana. Ela não está no lugar dela, ela tá indo pra outro lugar, só que ela se deparou em outro lugar estranho. Aí tem uma casa, de pessoas que moram dentro da mata também, e ela está assustada como isso, eu nem sei mais falar a língua deles. Eu me perdi. Dos 30 anos pra cá eu me perdi, não sei mais falar a língua deles. Mas a gente falava a língua deles.

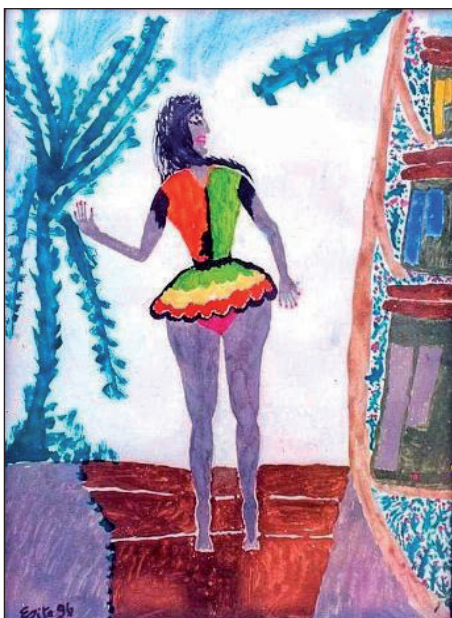
Dona Z: É... Olha, a gente não pode falar por que tem preconceito oh. Eles chamam outro nome agora por causa do preconceito. Antes chamavam “Ninho do Urubu”.

Dona Z: A gente praticamente convivia. Aqui na Transamazônica. E aqui nessa cabana. Ela está na floresta.

Dona Z: Não é coco grande, não. É coquinho.

Dona Z: Uma espécie de árvore, que na época quando eu era menina eu conheci na mata, que a gente nem vê mais. Estão todas destruídas. Faz anos que sumiram da face da terra essas plantas. Elas existiam! (Relato de Dona Z, coletado em 28 out. 2020 via remoto).

Traduzir em formas mentais não significa necessariamente pensar com palavras se a potência do herói possibilita uma vontade de ser livre. Se a materialidade da obra exige a fala é preciso então verbalizar. Para Dona Z fazer arte é criar imagem com a potência de narrar coisas de forma visual, é como um depoimento visual revelado por ela, posto que a heroína concebida pela artista nega os interesses conservadores de uma arte moderna, mas se afirma em um princípio: “o sublime se manifesta antes de tudo na tragédia” (ROSENFELD, 1991, p. 11). Observe a obra “Toureiro” a seguir:



Toureiro.

Fonte: Acervo do autor.

Tratamento da imagem:

Luanderson Santos. Foto: Alixa.

Dona Z: Meu filho, presta bem atenção nesse desenho.

Dona Z: O quê que tu achas dessa mulher? Presta bem atenção.

Dona Z: Eu sou preocupada com que eu faço. Tem uma pessoa que sabe. Esse aí não é uma mulher. É um homem!

Dona Z: É um gay. Olha bem pro corpo dele.

Dona Z: Olha bem pro corpo dele, o jeito, o traço dele. É um homem!

Dona Z: Hahaha... Menino, quem levou a obra!? Há uma menina que disse que as irmãs dela ficaram com tanta raiva que deram um sumiço na obra oh.

Dona Z: Eu fiz um homem em cima de um boi, em cima de um boi trajado de, como é que a gente chama aquele povo que luta com o boi na arena?

Dona Z: É! O toureiro. Vestido de toureiro, tudo de toureiro, em cima do boi, deste tamanho o boi. Um boi enorme. E desenhei ele num bananal com um boi. E as irmãs dela ficaram com raiva, disseram que aquilo era uma imoralidade e deram o fim na obra que ela levou pra Palmas. Ela se lembrou de mim e da obra, se apaixonou pela obra. A coisa mais linda, o bananal verdinho com os cachos de banana e o homem sentado no bananal.

Dona Z: E elas ficaram com raiva, disseram que aquilo era uma provocação. No dia em que ela foi trabalhar elas deram o fim na obra. Por isso que eu tenho medo de colocar o nome que eu quero na obra.

Dona Z: Por que as pessoas já fizeram muitas coisas terríveis a meu respeito.
E esse é um carma do artista, hehehe...

Dona Z: É verdade. É verdade.

Dona Z: Não, é assim... está representando... ele está representando os outros. A roupa dele é roupa de bailarina pra ele dançar. (Relato de Dona Z, coletado em 28 out. 2020 via remoto).

A tragédia é pano de fundo das narrativas e enunciados das formas apresentadas aos leitores estéticos (SCHILLER, 1991). Seria um meio de libertar o olhar do leitor visual dos vícios do imagismo por onde o jogo da razão se daria

pela repetibilidade aquecida pelo sucesso do capital econômico que se expande na Amazônia, que gera e destrói as possibilidades vivas e ao mesmo tempo condiciona o jogo tátil e óptico. Nesse caso, Dona Z transforma sua arte numa dissociação do simples estímulo de percepção e o caráter trágico estereotipado.

Dona Z cria a tragédia do imagismo amazônico e não se submete à razão da arte acadêmica e moderna, mas conduz o sentimento à adequação de um imagismo que sai da sua vivência sensatamente selecionada por uma temática que emprega esforço e deleite moral: o nu feminino. Schiller (1991) diria que o leitor despreparado a essa sintaxe da arte que ele (leitor) sofre cegamente em seu coração por falta de compreensão da mensagem da artista, e por isso Schiller (1991, p. 30-31) revela: “[...] o artista desperdiça esse efeito destinado ao coração, mas cujo gosto ele pode ganhar para si graças à adequação dos meios que para tal venha a empregar”. Esse é o caso, Dona Z degenera a mais refinada cultura do belo hegemônico, mas exalta o intelectualismo daqueles que são capazes de enxergar pela fresta do interstício da *aisthesis* a natureza latina amazônica.

Ostrower (2009, p. 101) se pronunciaria assim: “em toda forma, em tudo o que se configura, encontramos conteúdos significativos e valores. Por mais fugidio que seja o instante, no fundo é suficiente ele ter sido percebido”. É o conteúdo mínimo da arte que representa o processo criador da artista. É por assim dizer o espaço da arte de Dona Z construído dentro do seu território pictórico, é do *aisthêtikôs*.

Considerações finais

O trabalho poético da artista é original e representativo para o mundo da produção cultural do imagismo amazônico. Tematiza a discussão social e fenomenal da arte baseada no corpo nu feminino e mostra o que um olhar migrante apreendeu no seu percurso pela Amazônia Oriental. Interessante, nessa construção poética, o modo como a artista narra visualmente as histórias que fazem parte do seu cotidiano.

Um aspecto de merecer ser ressaltado, relativo ao modo de construção poética de Dona Z, é a sua natureza e potencial de criação, que para algumas pessoas não bem esclarecidas pode se tratar de um estereótipo ou ignorância estilística, na avaliação dessas pessoas, isso pode levar à caracterização de ser a obra de Dona Z Naif.

É necessário oferecer aqui argumentos, a fim de desmontar que esse pensamento colonialista e eurocêntrico não é pertinente à arte Naif como estética na

obra de Dona Z. Naif – é um termo francês que quer dizer “inocente ou ingênuo” –, é um conceito forjado por pensadores europeus acadêmicos e iluministas, a fim de caracterizar a diferença entre os artistas modernistas e os artistas acadêmicos. No final de 1800, na Europa, havia os artistas que não tinham formação acadêmica, que não foram às escolas de Belas Artes, mas que frequentavam os ateliês de artistas acadêmicos – como curiosos ou observadores atentos –, e não se vinculavam ao movimento artístico da época. Tais artistas tinham interesses apenas pela pintura. Sentiam-se capazes de serem criadores de obras artísticas autênticas. Isso consagrava um grupo de poucos sujeitos europeus com autonomia e simplicidade, mas que também possuíam expressividade notória na arte europeia. Por exemplo, Henri Rousseau (1844-1910) tornou-se em evidência ao participar do Salão de Arte dos Independentes em 1886. E por esses criadores terem coragem de criar com o espírito modernista, faziam suas obras sem precisar de aval de nenhuma categoria artística e assim defendiam sua autonomia, autodidatismo e liberdade estética.

Essa arte europeia autônoma, criada por um espírito livre, defendia um fazer artístico de modo particular, explorando a subjetividade, o cognitivo do ato criador, sem interesse técnico e acadêmico, e por isso também ter sido cunhada de Primitivismo ou de Naif.

A arte de Dona Z, considerando o contexto geoestético, geopolítico, geográfico e geo-histórico é que não se pode identificar com a execução formal Naif. Portanto, ao se assinalar a presença de elementos amazônicos e tipificar os problemas plásticos visuais sob a execução pictórica de Dona Z, coloca-se a sua criação longe de uma inocência e do ingênuo, muito menos de um primitivismo visual, já que sua obra é cheia de romance, tragédia e drama contemporâneo. Desse modo, trata-se muito mais de uma tragédia pictórica contemporânea que tem um Imagismo Visual caracterizado e fundado em problemas da cultura estética amazônica e é nisso que se movimenta a poemagogia visual de Dona Z.

Referências

ALMEIDA, R. de. **O mundo, os homens e suas obras: filosofia trágica e pedagogia da escolha.** Tese (Livre Docência) - USP, São Paulo, 2015.

BHABHA, H. K. **O local da cultura.** Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG editora, 2010.

EHRENZWEIG, A. **A ordem oculta da arte**: um estudo sobre a psicologia da imaginação artística. Trad. Luís Corção. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1969.

ESTÉS, P. C. **Mulheres que correm com lobos**: mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem. 1. ed. Rio de Janeiro. Rocco, 2018.

FARIA, G. P.; SOUZA, J. A. de; BRANDÃO, L. de L. Aisthesis e Fruição Estética. **RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 5, ed. especial, p. 1-14, maio 2019.

OSTROWER, F. **Criatividade e processos de criação**. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

OTT, R. W. Ensinando crítica nos museus. *In*: BARBOSA, A. M. (Org.). **Arte-Educação**: leitura no subsolo. São Paulo: Cortez, 1997. p. 111-139.

PERROT, M. **Minhas histórias das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2017.

ROSENFELD, A. Introdução. *In*: SCHILLER, F. **Teoria da Tragédia**. Tradução Anatol Rosenfeld. São Paulo: EPU, 1991. p. 7-12.

ROSSI, M. H. W. **Imagens que falam**: leitura da arte na escola. Porto Alegre: Mediação, 2003.

SCHILLER, F. **Teoria da Tragédia**. Tradução Anatol Rosenfeld. São Paulo: EPU, 1991.

SCHILLER, F. **A educação estética do homem**. Tradução Roberto Schwarz e Márcio Suzuki. 4. ed. São Paulo: Iluminuras, 2002.

SOUZA, A. Dona Z: dona Ezita e a tênue relação de uma arte naif na Amazônia oriental. **Revista PZZ**, Ano X, n. 30, p. 90-95, nov. 2018.

VÁSQUEZ, A. S. **As ideias estéticas de Marx**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

RESSIGNIFICANDO O COTIDIANO: ESTRATÉGIAS E TÁTICAS DOS MOTOENTREGADORES NA CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

*Sintilla Abreu Bastos Cartaxo
Caterine Reginensi*

INTRODUÇÃO

O ano de 2020 ficará marcado na vida de uma geração. A pandemia da Covid-19 trouxe dias de incertezas sociais, marcados por sentimentos nunca vividos. Uma das medidas sanitárias necessárias para a contenção do vírus foi o isolamento social, este deixou mais evidente a múltipla teia de relações sociais, simbólicas e temporais que está presente no cotidiano dos brasileiros. DaMatta (2000) explica que é difícil definir a realidade do Brasil de um só ponto, para o antropólogo brasileiro, é necessário considerar duas leituras da realidade brasileira, comumente vistas como antagônicas: uma leitura institucional, que se relaciona aos macroprocessos políticos e econômicos, os quais ocorrem nas “ruas”, e uma leitura relacionada à cultura, cuja ênfase seria concedida aos elementos cotidianos dos usos e costumes, da tradição, “da casa”.

Segundo DaMatta (2000), por meio da análise das relações entre “casa - rua”, é possível identificar as dualidades existentes nos espaços da sociedade brasileira e tecer considerações acerca dos contrastes sociais, simbólicos e temporais que essas categorias sociológicas oferecem aos brasileiros. Para o autor, a relação entre “casa - rua” não designa simplesmente espaços geográficos ou aspectos físicos, mas designa entidades morais, domínios culturais institucionalizados em realidades vividas continuamente por sujeitos urbanos.

No campo sociológico, há um debate¹ acerca do modo dual que DaMatta (2000) interpreta as questões da realidade brasileira, utilizando metáforas como “casa-rua”, contudo o debate sobre esse ponto de vista não será discutido neste trabalho, valorizamos e utilizamos a análise de DaMatta (2000). Oliveira (2003) observa que análises interpretativas da sociedade que abandonam os caminhos antropológicos² de investigação trazem à tona somente uma abordagem materialista, ou seja, correm o risco de ter uma análise empobrecida. Por isso, esta análise considera autores cuja matriz é a antropológica e também materialistas. Compreende-se a existência de um contexto que permeia o antes, o durante e o depois da pandemia, o corte analítico temporal para este estudo será o durante a pandemia, no qual a relação “casa-rua” e as estratégias e táticas de sobrevivência foram continuamente ressignificadas pelos sujeitos.

Um ponto privilegiado para análise dessas categorias é a imersão na rotina de quem trabalha nas ruas, incluindo os motoentregadores. A ampliação dos motoentregadores nas ruas das cidades, inclusive em uma cidade de médio porte como Campos dos Goytacazes³, é reflexo dos efeitos e impactos que a participação de economias periféricas tem no contexto mundial. A atividade dos motoentregadores não começa e nem encerra em si mesma, pois está inserida na teia⁴ de contextos econômicos e sociais, produto de novas necessidades urbanas,

1 Cita-se o debate realizado por Jessé de Souza no artigo “A sociologia dual de Roberto DaMatta: descobrindo nossos mistérios ou sistematizando nossos autoenganos”. Publicado na Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 16, 2001.

2 Francisco Oliveira tem uma rica contribuição ao debate sobre o dual. O autor escreve sobre a constante tendência de se reduzir os processos, as relações e as estruturas a modelos esquemáticos binários (zero ou um). Oliveira (2003), no clássico livro “Crítica à razão dualista: o ornitorrinco” deixa clara a necessidade de uma simbiose na interpretação da realidade brasileira. Não há, em sua análise, a possibilidade de unidade nos contrários, pois o moderno cresce e se alimenta da existência do atrasado. No artigo “Jeitinho e Jeitão: tentativa de interpretação do caráter brasileiro”, Francisco Oliveira (2012) refaz os múltiplos caminhos que autores trilharam para interpretar a realidade brasileira.

3 O município de Campos dos Goytacazes está localizado no Norte do Estado do Rio de Janeiro, de acordo com dados do IBGE (2010), a cidade é a maior em extensão do Estado e a 7ª cidade em população. O IBGE, em 2019, apontou que o salário médio mensal pago aos trabalhadores no município é de 2 a 4 salários mínimos. Neste mesmo ano de 2019, o Instituto revelou ainda que a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total do Estado do Rio de Janeiro era de 19,1%.

4 A temática acerca do trabalho informal e precário no mundo contemporâneo é estudada por diferentes grupos e múltiplas abordagens são dadas ao complexo tema, dentre os estudiosos, destaque-se o grupo de pesquisa “Mundo do Trabalho e Teoria Social”, da UNB, coordenado pelo Prof. Dr. Ricardo Festi. Para outras informações, acesse ao site: <https://www.trabalhoemplataforma.org/blog>.

que revelam as mudanças no universo do trabalho e no espaço da cidade, tal atividade é submetida à reprodução das estratégias e das racionalidades do capitalismo contemporâneo.

A condução da pesquisa de campo acerca dos motoentregadores segue, conforme Marcus (1995), as cadeias, as trajetórias e os fios que fazem parte de fenômenos específicos, como a precariedade do trabalho informal e os sentidos atribuídos aos riscos durante o seu exercício nas ruas. A partir dos locais de observação, foi possível realizar as conexões e as justaposições desses fenômenos sociais. Há continuamente o esforço para que as manifestações cotidianas locais estejam conectadas às grandes narrativas do sistema mundial.

Antunes (2002; 2004) e Telles (2007) apontam em seus trabalhos que o processo de reestruturação produtiva foi capaz de rapidamente alterar a economia e o fluxo de trabalhadores nas cidades. Excluídos dos setores formais, muitos buscam alternativas de reconfiguração funcional no mercado, migrando frequentemente para o trabalho informal nas ruas. O trabalho informal, principalmente o praticado nas ruas, traz diversos riscos para aqueles que o exercem, tais como: risco climático, econômico e à saúde. Diante dessa realidade, quais seriam as formas de resignificar o cotidiano de múltiplos riscos e elaborar estratégias e táticas para o seu enfrentamento?

O objetivo deste artigo é trazer, por meio de narrativas, as formas que os sujeitos descrevem suas atividades de trabalho nas ruas, como eles definem os riscos e elaboram formas de enfrentamento através de estratégias e táticas. O trabalho na rua exercido pelos motoentregadores em Campos dos Goytacazes transformou e inspirou a prática etnográfica das pesquisadoras. A partir dos relatos e observações dos motoentregadores, foi possível nos aproximar do duro cotidiano de trabalho nas ruas, compreender os seus riscos, identificar elementos da precariedade do trabalho informal e a elaboração de estratégias e táticas. Para Certeau (2014), as estratégias são entendidas como cálculos operacionais, ou, mecanismos ideológicos de manipulação, que os sujeitos de poder e saber (Estado, empresa, exército, etc.) utilizam para produzir, e reproduzir, os espaços particulares de exercício de poder. A tática é definida por Certeau (2014) como “a arte dos fracos” onde é possível transfigurar e operar diferentes “modos de fazer”. Segundo o autor é na realização das práticas cotidianas que as estratégias e táticas competem por espaços e vão alterando as configurações do poder e do saber habitualmente instituídos.

A observação participante e a inspiração etnográfica fazem com que o processo de pesquisa de campo esteja o tempo todo sendo problematizado, com o propósito de buscar formas sensíveis de apreender visões de mundo dos sujeitos os quais compartilham as experiências vivenciadas nas ruas, possibilitando a interação pesquisador/pesquisado. Whyte (2005) enfatiza a importância, durante a pesquisa, de elaborar roteiros estruturados e, principalmente, buscar informantes-chave. Para o autor, esse é um dos pontos principais para interpretar os saberes do espaço público, seus diversos acontecimentos e as trocas simbólicas realizadas pelos sujeitos diante da lógica do mercado.

Este artigo foi dividido em três partes e em um encarte, no qual a perspectiva antropológica, com inspiração etnográfica, evidencia a análise de um ponto privilegiado do objeto. Na primeira parte, são apresentados aspectos sobre a casa e as ruas da cidade antes e durante a pandemia, estas são expostas às assimetrias socioeconômicas trazidas pela pandemia para a vida de muitos sujeitos. A difícil decisão de ficar em casa ou ir até as ruas na busca pelo sustento, medida que foi imposta durante a pandemia a muitos trabalhadores, essa medida é contextualizada a partir da realidade histórica do município de Campos dos Goytacazes.

Na segunda parte, intitulada “A rua é oportunidade ou local de risco?”, trata-se da diversidade do trabalho na rua, tecendo considerações acerca das variações de práticas, atitudes e singularidades vivenciadas pelos sujeitos que trabalham nesse local. Esses sentidos podem tornar a rua um local de oportunidade ou de risco.

Na terceira parte, com base em Geertz (1989), faremos o exercício de “estar lá, escrevendo aqui”, descrevendo os encontros com os motoentregadores. Essa perspectiva direciona boa parte da escrita do artigo para a primeira pessoa do plural, tendo em vista que as pesquisadoras são participantes da história narrada. Nessa parte, ressalta-se o elo entre o pesquisador e o pesquisado. O material coletado em campo foi trabalhado cuidadosamente para que os sujeitos não fossem retirados de seus fluxos cotidianos. A discussão encerra com um encarte que destaca a história de um motoentregador entrevistado, apresentando o seu cotidiano, as suas ressignificações e formas de enfrentamento dos riscos por meio de estratégias e táticas.

Embora o estudo sobre os motoentregadores na cidade de Campos dos Goytacazes durante a pandemia da Covid-19 nos conduza diretamente a questões como a precarização do trabalho e a noção de informalidade a perspectiva de análise antropológica é capaz de direcionar a reflexão para as experiências de vida dos sujeitos nesse duro cotidiano. Mostrando que os motoentregadores criam saberes

e solidariedades legítimas conectadas aos problemas que nem sempre exigem respostas lógicas e racionais, suas bases fundamentam-se em evidências e justificativas subjetivas.

A casa e as ruas da cidade antes e durante a pandemia

Durante os dias de maior isolamento social, observar os sujeitos que permaneciam se movimentando pelas ruas era algo instigante. Afinal, qual seria a narrativa social daqueles que estavam trabalhando com o rosto encoberto por um capacete, deslocando-se rápida e continuamente na cidade? Ao refletir sobre essa dinâmica, foi possível trazer à tona múltiplas questões, dentre elas, as que foram abordadas por Boaventura (2020). O autor debate a indicação da Organização Mundial da Saúde (OMS) acerca do trabalho em casa e do autoisolamento, como um dos eixos centrais na contenção do vírus.

Para o autor, embora sejam práticas relevantes na contenção da pandemia, são ações impraticáveis na realidade de alguns países que tiveram, durante décadas, o avanço de desmontes neoliberais. Essas recomendações, conforme as análises do autor, isolam e condensam a questão da pandemia para uma parcela da população. A contenção da pandemia é repassada para muitos trabalhadores, cuja responsabilidade está relacionada à difícil escolha entre ganhar o pão diário ou ficar em casa e passar fome.

Para os trabalhadores residentes das periferias pobres do mundo, a atual crise emergencial sanitária vem juntar-se a muitas outras crises já existentes. Boaventura (2020) conclui sua explanação afirmando que esses trabalhadores arriscarão desobedecer à indicação de isolamento para dar de comer às suas famílias, além disso, aponta a realidade de muitas famílias, que é morrer de vírus ou morrer de fome.

A pandemia revelou a maneira cruel como o capitalismo neoliberal incapacitou os Estados, principalmente os periféricos, de responderem às crises e às emergências. No início de 2020, a indicação de isolamento social e o uso de máscara eram as únicas ferramentas capazes de deter o avanço da doença e, assim, evitar o colapso nos sistemas de saúde. Todavia, o Brasil não garantia condições para que muitos ficassem em casa, tão pouco encorajava essa prática àqueles que podiam realizá-la. O negacionismo político brasileiro em conjunto com a crueldade da ampliação de políticas e mercados neoliberais alcançou proporções alarmantes.

Houve o boicote às medidas preventivas, a subnotificação dos dados epidemiológicos, a omissão e morosidade na elaboração de estratégias nacionais de

saúde e o incentivo a tratamentos terapêuticos sem validação científica aprovada pela Organização Pan- Americana de Saúde - OPAS⁵. O negacionismo no Brasil acentuou o cenário de incertezas e comprometeu a resposta do país à pandemia, ameaçando a democracia.

Antunes e Braga (2009) assinala que os processos de ampliação de políticas neoliberais, a massificação do trabalho informal e o ataque aos direitos de seguridade já estavam sendo gestados há muito tempo pelas instituições capitalistas. Contudo, a excepcionalidade da pandemia, de acordo com Boaventura (2020, p. 20), destaca o quanto “o tempo político e midiático condiciona o modo como a sociedade contemporânea se apercebe dos riscos que corre”. A partir dessa afirmativa, o autor faz um contraponto entre as crises de progressão lenta e as crises agudas enfrentadas pelos Estados. Boaventura (2020) ressalta que as crises de progressão lenta seriam, por exemplo, a crise do emprego, a crise da moradia, a crise econômica, a crise ambiental.

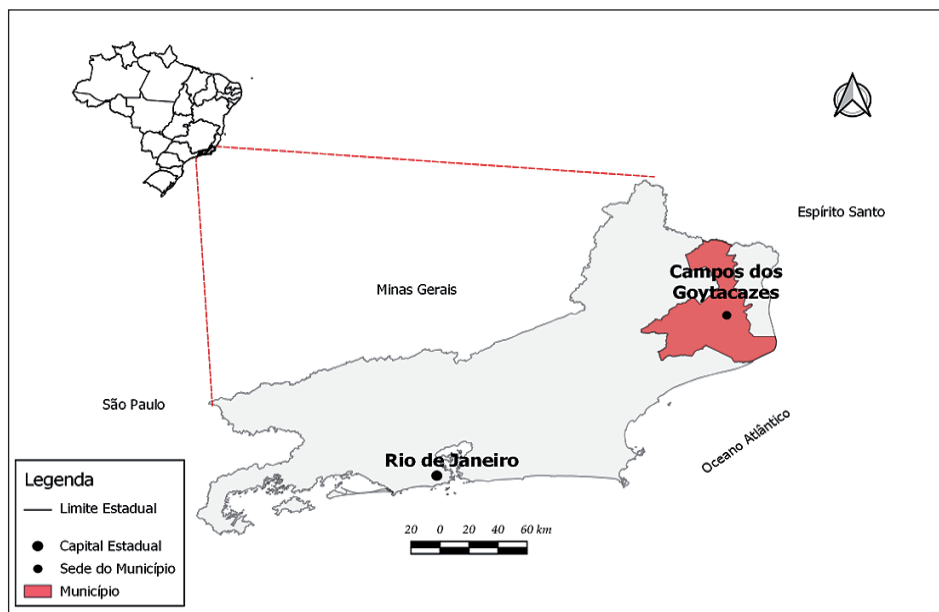
Essas crises mais lentas tendem a passar despercebidas no cotidiano social, mesmo havendo a probabilidade de letalidade devido aos seus agravos. Já as crises agudas, cuja letalidade é muito significativa e rápida, são capazes de mobilizar a sociedade, a mídia e alguns políticos, estes passam a exigir que sejam adotadas intervenções no caso, contudo as respostas são paliativas, desconectadas, não resolvendo as fontes geradoras da crise e nem suas consequências.

O esfacelamento da cadeia econômica no mundo e, principalmente, no país conduz o nosso olhar para distintas direções. Assim, segundo Marcus (1995), a perspectiva de análise busca encadear elementos que ultrapassam o campo de observação empírica, rompendo lugares e fronteiras, estabelecendo, portanto, conexões ao longo de várias escalas analíticas. Ao analisar o trabalho informal nas ruas, é possível cair em uma armadilha generalizante e acreditar que todos sofrem igualmente com as mesmas precariedades. Entretanto, os motoentregadores possuem relações específicas com o espaço e com trajetórias de vida. Entre os entrevistados, foi possível observar diferentes formas de se relacionar com a atividade de entrega nas ruas e com as estratégias de enfrentamento dos riscos do trabalho.

Para contextualizar a inserção e a expansão deste trabalho na paisagem urbana de Campos dos Goytacazes, é necessário mencionar alguns pontos da economia e da história dos municípios da Baixada Litorânea e, principalmente, da região Norte do Estado do Rio de Janeiro.

5 <https://www.paho.org/pt/covid19#cloroquina-hidroxicloroquina>

Mapa 1 - Localização espacial do município de Campos dos Goytacazes



Fonte: Cartaxo (SABC, 2021).

Souza e Terra (2020) afirmam que no passado a região apresentava posição de destaque no cenário econômico nacional por seu desempenho nas atividades salineiras e sucroalcooleira. O declínio dessas atividades na região provocou as primeiras mudanças nas estruturas econômicas e sociais das áreas urbanas fluminenses. Cruz e Terra (2020) destacam as sequelas deixadas pelo declínio do setor sucroalcooleiro na região, principalmente em Campos dos Goytacazes. De acordo com os autores, um grande contingente de mão de obra desempregada e com pouca qualificação estaria no mercado aguardando para ser absorvida pelo setor petrolífero, que iniciava após a descoberta de petróleo na bacia de Campos.

A descoberta de petróleo na bacia de Campos dos Goytacazes trouxe profundas modificações sociais e econômicas ao longo das últimas décadas. O desenvolvimento de atividades industriais do setor petrolífero na região fluminense garantiu o aumento de renda e oportunidades de trabalho, uma vez que o novo setor petrolífero promoveu grande investimento de capital na cidade e ainda trouxe um conjunto de legislações que garantiram renda ao município por meio dos royalties.

Cruz e Terra (2020) ressaltam que grande parcela da demanda de trabalho do setor petrolífero foi suprida por meio de um intenso processo de êxodo rural, das migrações internas (inter e intraestaduais) e ainda internacionais. A cidade também se desenvolveu com a contribuição dos trabalhadores pendulares de municípios vizinhos, muitos trabalhadores se dirigiam para Campos Dos Goytacazes em busca de oportunidades ofertadas pela indústria do petróleo. A vinda da indústria do petróleo trouxe outras atividades e possibilidades de trabalho para a região. O Complexo Logístico, Industrial e Portuário do Açú no município vizinho de São João da Barra aqueceu o mercado de construção imobiliária e comércio em Campos dos Goytacazes.

A cidade de Campos dos Goytacazes pertence, conforme Souza e Terra (2020), entre os anos de 2000 a 2010, ao conjunto dos municípios de maior crescimento econômico e demográfico do país, fato que não trouxe somente prosperidade. Problemas de infraestrutura, moradia, mobilidade e segurança que já perduravam por muito tempo foram severamente agravados no município.

Embora o contexto de desenvolvimento estivesse favorável, Souza e Terra (2020) assinalam que a produção de petróleo é atrelada a relações capitalistas, que frequentemente são conectadas a flutuações do mercado internacional. Portanto, esse mercado sofre em todo o seu escalonamento as alterações nas cadeias de commodities e exportações, repercutindo diretamente no setor do trabalho.

Essa retração na economia do petróleo repercutiu diretamente na economia local de Campos dos Goytacazes, segundo Cruz e Terra (2020), sem que houvesse crescimento, integração ou diversificação das atividades produtivas, ou planejamento das suas aplicações. A cidade se tornou altamente dependente da renda petrolífera, principalmente de seus royalties, sendo incapaz de desenvolver atividades complementares ou alternativas, geradoras de fontes diferenciadas de arrecadação própria.

Em um contexto anterior, os trabalhadores que migraram da área rural para trabalhar no setor sucroalcooleiro foram absorvidos pelo setor petrolífero, seja diretamente no setor do petróleo ou indiretamente em setores como a construção civil, comércio ou logística de plataformas. No contexto atual de estagnação do setor do petróleo nos últimos anos, a história torna-se a repetir, porém com fatores agravantes. Campos dos Goytacazes, no decorrer dos anos, incorporou na sua população um grande número de imigrantes de outros países, estados e municípios.

A retração econômica reduziu o avanço do desenvolvimento local e, conseqüentemente, houve a diminuição dos postos de trabalho formal, provocando o

acirramento da disputa por vagas. Como alternativa a essa realidade, o trabalho na rua passou a ser visto como oportunidade. A informalidade tornou-se uma alternativa, desse modo, passamos a refletir sobre esse trabalho, vendo a cidade como heterogênea, desprovida de uma ordem única.

A rua é oportunidade ou local de risco?

DaMatta (2000) descreve as “ruas” como um espaço institucionalizado, marcado por indivíduos anônimos e desgarrados, um local onde comumente somos maltratados, além disso, estamos rodeados de perigos e incertezas, a rua é onde tudo pode acontecer. Embora as ruas da cidade tenham essas características descritas por DaMatta (2000), elas também podem ser um cenário de oportunidades (REGINENSI, 2019). O processo de “fazer a cidade” como um local de lazer, cultura pode criar oportunidades de trabalho para aqueles que viram as portas convencionais se fecharem. A rua torna-se um espaço múltiplo onde os sujeitos são capazes de realizar trocas mercantis, simbólicas e de valores.

As “táticas populares” praticadas nas ruas, segundo Gago (2018, p. 18) são responsáveis pela heterogeneidade social e pelo conjunto de resistências que pressionam o neoliberalismo de “baixo para cima”. O trabalho na rua apresenta uma mistura de lógicas e racionalidades, que são vistas geralmente como incompatíveis, esse trabalho é exercido normalmente em condições informais e precárias. Ele engloba uma série de atividades desempenhadas por diversos profissionais presentes nas ruas e avenidas do país. Múltiplas são as formas de seu exercício, dentre elas se destacam: artistas, vendedores ambulantes, entregadores, feirantes, músicos. Conforme Telles (2007), a ampliação desse tipo de atividade laboral é proveniente da reestruturação produtiva do capital que redefiniu economias e o mundo do trabalho, trazendo um vasto impacto social, econômico e cultural. A autora complementa ainda dizendo que “[...] as realidades do trabalho precário e do desemprego prolongado convivem com uma crescente e diversificada rede de integração nos circuitos de bens culturais e simbólicos [...]” (TELLES, 2007, p. 12).

A reestruturação do mercado produtivo modificou as formas convencionais de trabalho e multiplicou a informalidade, que veio funcionar como um recurso para a sobrevivência dos excluídos do mercado. Antunes (2002; 2004) revela que o uso cada vez maior da mecanização e da tecnologia intensificaram as formas de extração do trabalho, em tempo cada vez menor, isso trouxe ao trabalhador o prejuízo a sua noção totalizante da construção das mercadorias.

Embora a mecanização e o incremento tecnológico não eliminem integralmente o trabalho vivo, propiciam a fragmentação de vínculos relacionados à construção e aos valores das mercadorias. Esse ambiente segmentado é, de acordo com Antunes (2002; 2004), o contexto favorável para as contratações precarizadas, terceirizadas, “*part-time*”.

O trabalho dos motoentregadores está integrado à paisagem das ruas da cidade, juntamente com tantos outros trabalhadores informais. Estes, principalmente os motoentregadores, se encontram vulneráveis a diversos riscos, tais como: o risco climático, econômico e à saúde. O exercício profissional em duas rodas, por todo território urbano, os expõem intensamente a vários perigos⁶ e relações simbólicas, por exemplo, trânsito, velocidade, mobilidade, vida e morte.

A partir da observação cotidiana e de dispositivos teóricos da Sociologia e da Antropologia, é possível analisar o quanto os motoentregadores simbolizam a cidade enquanto trabalhadores e sujeitos. As dualidades das ruas e o trabalho nelas (oportunidade x riscos) revelam a constante tensão entre as relações econômicas, sociais e culturais que se materializa na informalidade cotidiana e nos seus diversos contornos, essa tensão aparece nos modos de vida e na forma que os indivíduos organizam liberdades.

Gago (2018) pensa a informalidade como uma dimensão imposta “de cima”, por práticas neoliberais que machucam, agridem os indivíduos, todavia considera que essas dimensões impostas podem ser reinventadas “por baixo” no momento em que os indivíduos são capazes de recalcular a obediência e projetar uma nova racionalidade e afetividade coletiva a partir do informal.

Certeau (2014) reconhece a existência de dispositivos que “vampirizam” as instituições e reorganizam o funcionamento do poder político e econômico na sociedade, porém aponta que as operações dos sujeitos os quais supostamente estão entregues a passividade e a disciplina dominante são capazes, por meio da astúcia, de elaborar mil práticas, “maneiras de fazer”, para, então, se reapropriarem do espaço organizado. A antidisiplina é colocada em ação, segundo Certeau (2014), por meio de práticas microbianas diárias, as quais se

6 Para Beck (2010), a característica principal da sociedade de riscos é a distribuição de “males” que afetam as diversas camadas da sociedade de modo desigual, por exemplo, a poluição das águas e do ar. Esses riscos geram situações de perigo social as quais incidem de forma diferenciada na vida das pessoas, havendo uma tendência em prejudicar os menos favorecidos economicamente. Le Breton (2007; 2009) contribui dizendo que o perigo não se limita a fronteiras de um Estado, pois está por toda parte, nas mais diversas atividades cotidianas. Já Douglas (1991) considera que risco é a maneira moderna de avaliar o perigo, em termos de probabilidade, num contexto de incerteza. Para compreender o perigo deve-se levar em conta a cultura em que determinado indivíduo está inserido.

proliferam através de processos mudos, que vão se reelaborando no cotidiano.

As ressignificações dos riscos acontecem mediante a elaboração de estratégias e táticas no seu enfrentamento, essas estratégias são as ferramentas utilizadas pelos excluídos do mercado para ressaltar o protagonismo de profissões e seus saberes deslegitimados por modelos dominantes e funcionais. Os modos diversos de “fazer” (CERTEAU, 2014, p. 37) permitem que o cotidiano seja um espaço de estruturação ou subversão por meio da construção de jeitos aprendidos pela experiência e pela adaptação de maneiras criativas. Deste modo o cotidiano nas ruas pode ser oportunidade e também local de risco.

“Estar lá, escrevendo aqui”: o encontro nas ruas com os motoentregadores

Logo após a festa de carnaval de 2020, a rotina foi atropelada pela pandemia da Covid-19. Os dias passaram a ser de incertezas, marcados por sentimentos nunca vividos e compartilhados por boa parte da população. As ruas, que até bem pouco tempo eram locais de lazer e alegria, foram transformadas em medo e silêncio.

“Nós estávamos lá” nas ruas, assim como tantas outras categorias de trabalhadores que não podiam manter-se em casa. Lá, encontramos um lugar de observação e um objeto despertou nossa atenção. Identificamos alguns riscos do trabalho na rua e suas formas particulares de enfrentamento por meio da utilização de estratégias. Geertz (1989, p. 58) menciona que estar lá “[...] é uma experiência de cartão postal, que requer algo mais que um caderno de anotações, [...] solicita a tolerância e a paciência capaz de suportar uma busca interminável de invisíveis agulhas e infinitos palheiros. [...]” Pelas ruas, nas nuances do cotidiano, vimos que o trabalho dos motoentregadores se situa em um lugar de desqualificação, seja por causa de seu comportamento social, seus valores, seja por seu modo de expressar os saberes próprios.

O lugar de desqualificação dos saberes, conforme Yazbek (2003), possui seus contornos ligados à própria trama social geradora de desigualdade, que se expressa não apenas em circunstâncias econômicas, sociais e políticas, mas também nos valores culturais de seus interlocutores com as classes subalternas.

Para Geertz (1989), a relevância do escrever aqui propicia a quebra de fronteiras da comunicação e da compreensão de modos de vida. O ato de “escrever aqui o que observamos lá” é a busca por um contato com as narrativas daqueles que permanecem trabalhando nas ruas, vivenciando riscos

e elaborando estratégias e táticas. “Antes de estar lá”, realizamos ações as quais julgamos serem de grande relevância, dentro das possibilidades impostas pela pandemia, para nos aproximar da rotina do grupo de motoentregadores.

Mantivemos a atenção em notícias de jornais, páginas de *Facebook* e *Instagram*, ingressamos em grupos de *WhatsApp*. Todos os fatos e simbologias que poderiam auxiliar nosso ingresso nas ressignificações cotidianas dos motoentregadores na cidade de Campos dos Goytacazes foram sendo anotadas em um diário de campo.

Posteriormente, planejamos os pontos para a realização da observação participante e o roteiro das entrevistas semiestruturadas. A aproximação preliminar contribuiu para o conhecimento de alguns pontos norteadores acerca de quais seriam os possíveis riscos do cotidiano dos motoentregadores. Além disso, buscamos adquirir uma “atitude de impregnação” (LAPLANTINE, 2004, p. 13) e de aprendizagem de uma rotina que não era a nossa. Embora estivéssemos trabalhando e nos locomovendo pelas ruas continuamente durante a pandemia e isso tivesse alguma relação com esses trabalhadores, estávamos em condições extremamente distintas.

Dez entrevistados compartilharam suas experiências de trabalho como motoentregadores em Campos dos Goytacazes e as formas que ressignificam o cotidiano ao seu redor. Entre as questões que foram abordadas, estavam os seguintes pontos: ingresso na profissão, escolaridade, tempo que exercem a atividade, seu relacionamento com empregadores, os deslocamentos de casa para o trabalho nas ruas, também tratamos acerca do particular desafio do trabalho na rua sobre duas rodas. Whyte (2005) ressalta a importância do acompanhamento das histórias de indivíduos particulares. A atenção às ações de indivíduos particulares possibilitou descobrir os riscos, a forma que é criada as táticas e dribles as estratégias e verificar as lógicas de interação com a cidade.

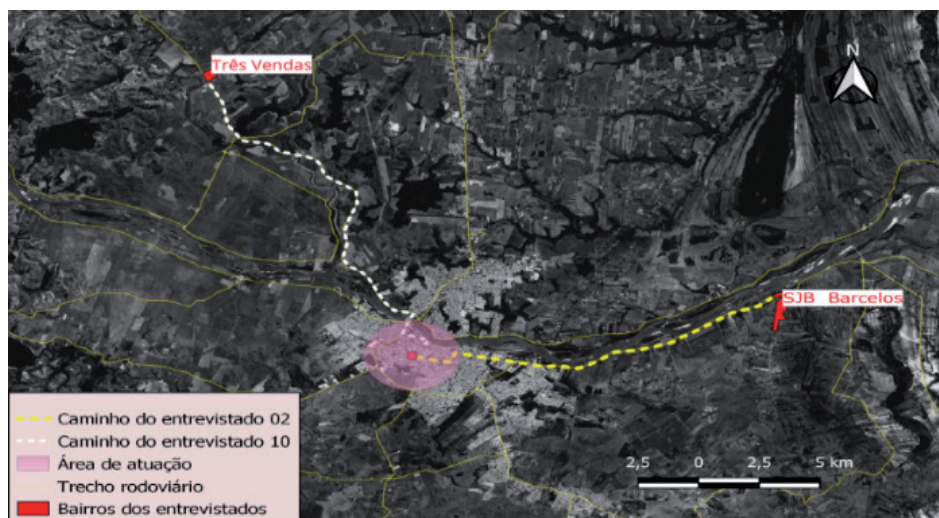
Dois, entre os dez entrevistados, foram imprescindíveis para a compreensão dos processos migratórios pendulares para a área central de Campos dos Goytacazes na busca de trabalho e na reflexão acerca dos possíveis significados que o trabalho de motoentregador pode adquirir na vida dos sujeitos. Os entrevistados, Sr. WG, 24 anos, e Sr. LM, 34 anos, não residem no perímetro urbano da cidade. O Sr. LM é casado e é quem provê financeiramente a família, reside em Barcelos, distrito do município de São João da Barra, possui ensino médio completo e curso profissionalizante, trabalha de motoentregador enquanto aguarda uma nova oportunidade de trabalho no

Porto do Açú ou em empresas de petróleo, utiliza a moto apenas para atividades de trabalho.

Já o Sr. WG é solteiro, mora com seus pais e irmãos, sua renda de trabalho como motoentregador auxilia em algumas despesas da casa, mas boa parte é destinada a suas necessidades de consumo, reside na zona rural da cidade, na localidade de Três Vendas, a moto é utilizada para trabalho e diversão nos momentos de folga.

Os dois entrevistados aproximam-se quando tratamos de motoentregadores que exercem suas atividade distante do local que residem, porém se distanciam quanto ao significado que o trabalho de motoentregador tem em suas vidas.

Mapa 2 - Localização espacial da residência de dois entrevistados e o caminho de deslocamento até o ponto de trabalho



Fonte: Cartaxo (SABC, 2021).

O Sr. WG exerce o trabalho de motoentregador com vínculo formal em uma loja de peças, possui carteira assinada, trafega por todo território. Estar em duas rodas, para o Sr. WG também significa lazer. Já o Sr. LM exerce a atividade de motoentregador com vínculo de trabalho informal, por meio de aplicativos e pagamentos por entrega, permanece sobre duas rodas nas ruas somente durante o trabalho, buscando trafegar apenas na área central.

Fonseca (1999, p. 65) afirma que “ao cruzar dados, comparar diferentes tipos de discurso, confrontar falas de diferentes sujeitos sobre a mesma realidade, constrói-se a tessitura da vida social em todo valor, emoção ou atitude que está inscrita”. Portanto, o pesquisador deve estar atento e se movimentar constantemente entre o particular e o estrutural para que, dessa forma, seja possível coletar o maior número de elementos que facilitem a compreensão das formas de resignificação de como os indivíduos elaboram o enfretamento de seus problemas cotidianos.

Encarte 01 - O encontro e as conversas com o motoentregador Sr. LM

Passamos a observar alguns pontos na área central da cidade onde entregadores se concentravam aguardando por entregas. Em uma noite do mês de setembro de 2020, resolvemos estabelecer um contato mais próximo com o grupo situado ao lado de um centro de compras na região central de Campos dos Goytacazes. Fomos bem recebidas, podendo seguir com as entrevistas. Nesse local, um dos entrevistados foi o motoentregador Sr. LM.

O Sr. LM tem 34 anos, mora em Barcelos, uma localidade de São João da Barra, é casado, pai de dois filhos (uma menina e um menino com, respectivamente, 3 e 6 anos). Antes da pandemia, sustentava sua família trabalhando no Porto do Açú como montador de andaimos.

Diz que “foi nascido e criado” em São João da Barra. Na mesma região, casou-se e fixou residência em Barcelos.

Antes do trabalho no Porto já havia trabalhado em Macaé (município vizinho de Campos dos Goytacazes, onde há grande concentração de empresas “*off-shore*”), entretanto quando surgiu a oportunidade no Porto do Açú “foi mais interessante, podia ir e voltar e dormir com a família”. Tudo parecia bem até a pandemia da Covid-19. Em abril de 2020, o Sr. LM recebeu férias da empresa, em junho, seu contrato de trabalho foi suspenso, “aí que percebi que a coisa não tava boa”. O desemprego estava próximo da vida de Sr. LM.

O entrevistado realizou, ao seu modo, uma leitura de toda a retração econômica e social que a pandemia trouxe ao país. E constatou por meio do

“seu saber” que o mercado das importações e do petróleo poderia entrar em recessão. Diante disso, elaborou a tática de usar parte de suas economias para comprar uma “mobilete”⁷.

Em setembro de 2020, quando nós o conhecemos, ele havia entrado há poucos meses no setor de entregas. Ele disse: “não sou de ficar parado”. Recebendo o seguro desemprego pela previdência social, aparentava temer muito mais a ausência de renda do que a contaminação por Covid-19.

Quando o questionamos se tinha medo de pegar Covid-19 durante esse novo trabalho nas ruas, ele respondeu: “fiz um *check-up*, estou saudável! Tenho só cuidado com a rua. Essa sim é muito perigosa! É um corre sem fim!”. Ficamos curiosas para saber como foi elaborada a sua tática de ser motoentregador e sua rotina de trabalho, enfrentando os riscos diários. O Sr. LM relatou que “é comum lá em Barcelos a garotada que tem moto fazer uma grana aqui em Campos na entrega. Meu cunhado me ensinou instalar o aplicativo, primeiro tentei o *Uber Eats*, mas este fez um monte de exigência, até hoje não consegui nada. Aí tentei com o *Bee* e o *Ifood*, que me aceitaram”. Solicitamos que desse um exemplo de exigência, desse modo, ele respondeu: “perguntam um monte de coisa da moto, documento seu, que a gente manda pra lá”.

Observamos que os vínculos afetivos são utilizados como táticas cotidianas na busca por melhores condições de vida. A “arte do fraco” é composta, segundo Certeau (2014), por pequenas fontes de subversão. Assim, se resiste a uma posição inferior imposta pelo capitalismo. O fraco joga com suas ferramentas a partir das imposições postas pelo sistema de trabalho capitalista, de modo converter as estratégias em táticas de vida.

O entrevistado relatou o que acontece no seu dia a dia de trabalho, seu dia inicia às 06h, quando acorda, “toma um café reforçado”. Por volta das 07h, já está no ponto para pegar carona ou ônibus para Campos de Goytacazes, vai até ao Parque São Caetano, casa da sua sogra e local onde guarda sua “mobilete”.

7 É conhecido como “mobilete” o veículo ciclomotor que atinge até 49,9 cilindradas, podendo atingir 50 km. Em algumas regiões esse tipo de veículo ciclomotor é conhecido como “cinquentinha”.

Mapa 3 - Itinerário cotidiano descrito pelo interlocutor Sr. LM



Fonte: Cartaxo (SABC, 2021).

Após essa jornada, por volta das 09h, já está no polo de compras na região central de Campos dos Goytacazes, lá permanece até as 20h (horário de encerramento das atividades comerciais na localidade). Com o término do expediente comercial, o Sr. LM também finaliza suas atividades de motoentregador, refazendo o caminho de volta, chegando à casa em torno das 22h.

Ele conta, com orgulho, suas táticas diárias de solidariedade, dizendo que tem “amizade com a molecada da entrega” e com “a rapaziada das lojas”. Por isso, “tem dias que nem preciso muito do aplicativo, o pessoal me manda no ‘zap’, e eu vou”. Transporta alimentos, roupas e papéis de uma loja para outra. Fala que o celular foi outro investimento para o seu trabalho, “antes desse trabalho tinha um celular mais velhinho, agora, para rodar esse tanto de aplicativo (referindo-se ao *WhatsApp*, *Bee*, *Ifood*, *Google Maps*) tive que arrumar esse mais potente. A internet eu até tenho a minha, mas a galera sabe a senha das lojas, aí dá para usar e economizar nos dados móveis”.

Recebendo valores de R\$ 5,00 a R\$10,00 por entrega, o entrevistado diz que precisa ficar atento aos custos, porque “se der mole toma prejuízo, pois tem gasolina, tem passagem, quando não tem carona”. Para fazer as contas fecharem, ele não almoça na maioria das vezes. “Trago um lanche

reforçado, muita água, muita banana” para enfrentar a dura jornada de 12 horas de trabalho.

Para o Sr. LM, o verão é um inimigo, pois “o calor do asfalto é quase insuportável”. Ele considera a noite mais fresca, o serviço é mais lucrativo e rende mais, porém “tenho que tomar cuidado com meu celular. [...] Prefiro ir à noite pra casa, pra minha família. Acho melhor apertar o corre na hora do almoço”. Para ele, o serviço de motoentregador é uma tática temporária para driblar esse período de desemprego, diz que manda currículo para empresas, busca nova oportunidade por meio de amigos e acredita que em breve estará no emprego formal novamente: “isso aqui é muito perigoso, muito mais do que qualquer plataforma, [...] andar de moto nessa loucura não é fácil [...]. Peço a Deus que me proteja todos os dias para voltar bem para casa”. Ele confessa que busca sempre se manter nas ruas da área central.

De setembro de 2020 a abril de 2021, permanecemos nas ruas observando o Sr. LM e, eventualmente, conversando. No mês de abril de 2021, o entrevistado foi contratado como entregador por uma loja de suplementos nutricionais, próxima ao ponto que o conhecemos. Estava com sua carteira assinada, porém não era o trabalho que tanto desejava no Porto do Açu, mesmo assim afirma estar mais tranquilo, pois tem “os direitos de trabalhador”. A ausência de seguridade social era um fator de preocupação em sua vida. Sr LM segue buscando ressignificações para o cotidiano, elaborando suas táticas de enfrentamento e tendo esperança que dias melhores virão.

Embora práticas cotidianas “de baixo” estejam sendo reelaboradas constantemente por meio da competição entre as estratégias e táticas. A exclusão social, econômica e os riscos do trabalho na rua, muitas vezes impostos “de cima” (GAGO, 2018), pelo sistema econômico capitalista, não foram superadas. Gago (2018) ressalta que os sujeitos precarizados possuem desejos de contestação e ironias e que, através das formas de lidar com a expropriação, podem se tornar “agentes em resistência”, protagonistas de movimentos anti-hegemônicos⁸, por vias não necessariamente políticas ou de formas tradicionais, lutam para alterar a ordem estabelecida.

8 No Brasil, movimentos de resistência à ordem do mercado capitalista são constituídos por entregadores de motocicletas ou bicicletas. Dois movimentos são considerados de maior impacto e visibilidade no país, são eles: os “Entregadores antifascistas” e o “Breque dos Apps”. Entre as pautas reivindicadas estão: o reconhecimento do vínculo de emprego nas companhias de aplicativos, acesso à seguridade social e melhor relacionamento com a empresa.

Conclusão

A pandemia da Covid-19 vem afetando profundamente a sociedade, agravando inúmeras crises preexistentes. Embora a vacina ofereça um horizonte, ainda não se sabe o quão longo será este período que vivenciamos, tendo em vista o surgimento de variantes. A dificuldade que o mundo enfrenta para lidar com essa situação pode ser explicada pela falta de experiência, não houve situações como essa no passado recente da humanidade.

Este trabalho busca destacar a diversidade social, simbólica e temporal existente entre a relação casa e rua. Pontua contextos econômicos, históricos e sociais que repercutem nas reelaborações cotidianas acerca dos riscos e no seu enfrentamento através das táticas. Considera as alterações do sistema capitalista de mercado, as quais colocam a cada dia mais pessoas na invisibilidade e no silêncio social e econômico. Ressaltando as narrativas, os descontentamentos mais profundos e as formas de ressignificações que os sujeitos vivenciam na realidade cotidiana.

As grandes narrativas do sistema mundial foram conectadas a manifestações cotidianas locais. Não se trata, portanto, de um trabalho de campo circunscrito, preso no tempo e na realidade de motoentregadores de uma cidade de médio porte. O caminho de análise percorrido possibilita dialogar⁹ com narrativas provenientes de múltiplas cidades, seja no Sudeste, Campos dos Goytacazes ou nas ruas de cidades do Norte, como Boa Vista, Pacaraima ou Marabá.

A partir da análise desenvolvida, é possível concluir que, ao observamos os sujeitos buscando formas sensíveis de apreender o mundo e compartilhando experiências nas ruas, estamos diante de maneiras de narrar a globalização nos dias atuais.

Referências

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/mv25n87/21460.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.

9 A professora Catherine Reginensi, integrante do PROCAD – Amazônia, já participou de uma missão em Roraima, no ano de 2019, nesse período se manifestou um interesse pelo desenvolvimento de pesquisas que reconstruiriam as trajetórias de trabalhadores informais chamados de ambulantes nas ruas de Boa Vista, Pacaraima (RR), Marabá (PA) e Campos dos Goytacazes (RJ).

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

ANTUNES, R.; BRAGA, R. (org.). **Infoproletários:** degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

BECK, U. **Sociedade de risco:** rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BOAVENTURA, S. **A sul da quarentena.** Sul 21, Porto Alegre, 9 abr. 2020. Disponível em: <https://sul21.com.br/opiniaio/2020/04/a-sul-da-quarentena-por-boaventura-de-sousa-santos/>. Acesso em: 11 jul. 2021.

CERTEAU, M. **Invenção do cotidiano:** artes de fazer. Petrópolis: Editora Vozes, v. 1, 2014.

CRUZ, J. L.; TERRA, D. Petróleo e porto no norte do estado do Rio de Janeiro. **EURE**, Chile, v. 46, n. 139, p.189-208, set. 2020. Disponível: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612020000300189&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 10 jul. 2021.

DAMATTA, R. **A Casa e a Rua.** Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DOUGLAS, M. **Pureza e Perigo:** ensaios sobre a noção de poluição e tabu. Rio de Janeiro: Ed. 70, 1991.

FONSECA, C. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 10, p. 58-78, 1999. Disponível em: https://poars1982.files.wordpress.com/2008/03/rbde10_06_claudia_fonseca.pdf. Acesso em: 07 ago. 2021.

GAGO, V. **A razão neoliberal:** economias barrocas e pragmática popular. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

GEERTZ, C. Estar lá, escrever aqui. **Revista Diálogos**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 58-63, 1989. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/necio_turra/PPGG%20-%20PESQUISA%20QUALI%20PARA%20GEOGRAFIA/Estar%20l%C3%A1,%20escrever%20aqui.pdf. Acesso em: 09 ago. 2021.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama cidades.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/panorama>. Acesso em: 17 out 2021.

LAPLANTINE, F. **A descrição etnográfica**. São Paulo: Editora Terceira Margem, 2004.

LE BRETON, D. Aqueles que vão para o mar: o risco e o mar. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 9-19, maio 2007. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/20>. Acesso em: 19 ago. 2021

LE BRETON, D. **Condutas de risco**: dos jogos de morte ao jogo de viver. Campinas: Autores Associados, 2009.

MARCUS, G. E. Ethnography In/Of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. **Review of Anthropology**, [S. l.], v. 24, p. 95-117, 1995.

REGINENSI, C. **Relatório final**: pesquisadora visitante FAPERJ. Rio de Janeiro: [s. n.], 2009.

REGINENSI, C. **A cidade como cenário de oportunidades**: etnografia das margens. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019.

OLIVEIRA, O. **Crítica à razão dualista** – O Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

SOUZA, J.; TERRA, D. Migrações, pendularidades e mercado de trabalho no segmento up stream da indústria do petróleo na Bacia de Campos. **EURE**, Chile, v. 46, n. 137, p. 157-180, 2020. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612020000100157&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 19 jul. 2020.

TELLES, V. S. Transitando na linha de sombra, tecendo as tramas da cidade. In: OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. (org.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007. p.195-220.

WHYTE, W. F. **Sociedade de esquina**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Tradução: Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. **Tralidade do mundo do trabalho**. 6. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

“O GARIMPO URBANO”: A COMERCIALIZAÇÃO DE COMBUSTÍVEL E A AS FILAS COMO NOVAS TERRITORIALIDADES NA FRONTEIRA VENEZUELANA (SANTA ELENA DE UAIRÉN).

*Morelia Morillo Ramos
Francilene dos Santos Rodrigues*

INTRODUÇÃO

O presente artigo é, em parte, resultado do trabalho de pesquisa da Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Fronteiras (PPGSOF) e dos resultados das pesquisas desenvolvidas no âmbito do GEIFRON-Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteiras, ambos da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Portanto, ele tem como objetivo apresentar algumas facetas da dinâmica da comercialização informal de gasolina na cidade de Santa Elena do Uairén, principal cidade do município Gran Sabana, no Estado Bolívar, na fronteira da Venezuela com o Brasil que, aqui, denominaremos de “garimpos urbanos”. A comercialização de combustível, ademais da reorganização e ocupação do espaço urbano, gerou novas territorialidades e ocupações irregulares em áreas de preservação natural e estabeleceu um novo modo de vida, inclusive apresentando a fila como território de espera, uma dentre as diversas formas como se apresenta.

A fila, como território de espera, é a expressão visível da comercialização do combustível e começou a se formar, ainda, em 2001, se incrementou a partir de 2003, com a vigência do Controle Cambial, que desvalorizou a moeda venezuelana. Esses fatos, somados aos embargos promovidos pelos Estados Unidos da América (EUA) e à ascensão do presidente Nicolas Maduro em 2013, provocaram intensa mobilidade para Santa Elena, em busca de sobrevivência. A partir daí, a cidade vivenciou grande mobilidade, oriunda de várias regiões do país,

transformando totalmente a paisagem urbana, ocasionando um sistema de moradia e comércio informais de apoio no entorno dos postos de gasolinas.

A pesquisa foi desenvolvida com base na metodologia qualitativa e os procedimentos metodológicos foram a observação direta com redação de diário de campo; a realização de oito entrevistas abertas, com a finalidade de aprofundar os dados de maior interesse com algumas lideranças e atores chave em Santa Elena do Uairén; a aplicação de 140 questionários aplicados, ao longo do ano de 2019, junto à pessoas que esperavam na chamada “fila do povo”, ou seja, a fila geral conformada por quem não faz parte de nenhuma organização com licença para adquirir o combustível sem ter que aguardar, como os empresários de turismo, mulheres ou idosos, nem dispõem de comprovante de residência na cidade. Eles são, pelo geral, os migrantes “outsiders”, além de pessoas locais sem relações laborais ou reconhecidas em economias formais. Além desses 140 questionários aplicados, também, realizamos oito (8) de entrevistas abertas com algumas lideranças e pessoas chave na comunidade local com a finalidade de aprofundar os dados de maior interesse.

Nesse sentido, o presente texto se articula com o objetivo dessa coletânea de abordar, sob uma perspectiva interdisciplinar, a construção de territorialidades em espaços urbanos e transfronteiriços por pessoas em contexto de mobilidades. Essa mobilidade e as relações sociais entre migrantes, refugiados e nacionais ocorrem nas filas e nas ruas no entorno dos postos de combustíveis em Santa Elena do Uairén.

Esse artigo se subdivide em três partes. Na primeira, apresentaremos um histórico da atividade de mineração e da relação dessa atividade com aspectos fundantes da Gran Sabana e, em especial da cidade de Santa Elena do Uairén. Na segunda parte, intitulada “O novo El Dorado e as múltiplas fronteiras”, abordaremos aspectos das fronteiras culturais e identitárias associados ao surgimento de um novo El Dorado, agora tendo como matéria prima o petróleo e, mais especificamente, a gasolina. Na terceira, intitulada “Garimpo Urbano, estabelecidos e outsiders”, serão detalhados alguns aspectos das relações sociais dos novos migrantes e as vivências nas filas, como um dos territórios de espera. E, por fim, algumas considerações.

Santa Elena do Uairén entre o El Dorado e *La Tierra del Encanto*

A cidade de Santa Elena do Uairén é a principal cidade do município Gran Sabana, no Estado Bolívar, na fronteira da Venezuela com o Brasil. A fundação

de Santa Elena de Uairén como povoado não indígena registrou-se na segunda década do século XX. Não obstante, até esse momento na região já havia uma série de moradias indígenas, dispersas sobre e ao redor do Monte *Akurimá*. Estas são consideradas o marco inicial de Santa Elena, construído em 1920, de acordo com as anotações dos Missionários Capuchinos que chegaram até à fronteira, inicialmente motivados pela possibilidade de evangelizar os habitantes daquelas terras distantes com a boa aprovação do governo venezuelano, desejoso de tomar controle desses espaços (GUTIÉRREZ, 2004).

A história conta que, em 1923, o senhor Lucas Fernández Peña, atraído pelo auge diamantífero da região, chegou a este lugar e, logo depois, se instalou em Akurimã e iniciou agricultura intensiva e criação de gado nesta localidade. Em 1924, denominou estas primeiras instalações como cidade de Santa Elena de Uairén, em homenagem a uma de suas filhas e ao rio que cruza a cidade (RODRIGUES, 2014).

Ademais dos Fernández e Rodríguez, as primeiras famílias não indígenas estabelecidas foram as de origem brasileira, como as de Julio Cipriani e Raimundo Roque e, mais tarde, os venezuelanos Dimas Arredondo e José Antonio Odremán, o qual abriu uma pousada e restaurante perto de onde hoje se encontra a Plaza Bolívar, em Santa Elena. Assim, já em 1950, contabilizavam-se 30 famílias não indígenas na localidade. Posteriormente, iniciou-se a migração de garimpeiros e comerciantes desde as localidades do sul venezuelano, principalmente de Tumeremo, por meio da Pedra da Virgen (não pela Escalera de Serra de Lema) para Santa Elena de Uairén; já em pouco tempo se estabeleceram lojas de abastecimento e compra (ou troca) de ouro e diamantes.

De La Torre (2013) fez referência a um testemunho do sacerdote Nicolás de Cármenes. Segundo o sacerdote, Fernández Peña tinha uns quantos diamantes apanhados na zona de *Quimô* (Brasil) e *Kevei* (Venezuela), perto da fronteira venezuelana com o Brasil; foi o próprio Fernández Peña quem começaria a prática da garimpagem do ouro na zona do rio *Surukún*, junto a outros não indígenas, entre eles o brasileiro Julio Cipriani. Nas nascentes do *Surukún* foi aberta, depois, uma zona de garimpagem conhecida como El Polaco.

Os nomes dos primeiros lugares de garimpagem e mineração abertos ao redor de Santa Elena expressam o imaginário dos desbravadores: *Salva Patria*, *La Esperanza*, *La Faisca*. Alguns deles como concessões do governo, que formalizou assim seu interesse na atividade por meio dos militares ativos ou aposentados e de alguns crioulos designados quanto funcionários civis. Ainda segundo De La Torre (2013), El Polaco foi aberto em 1935, pelo general Sixto

Gil. Daí procede o diamante Libertador ou Barrabás (155 quilates), conhecido como um dos maiores encontrados no garimpo da região.

Em 1942, chegou, desde Tumeremo¹, um grupo de 60 pessoas, incluindo oito mulheres. A expedição foi conduzida por Rafael Yépez e o coronel (inativo) Cristóbal Méndez, chegando a pé e de cavalo de Tumeremo, porque o preço do voo resultava muito elevado e a saída demorada. Entre eles, viajava Guillermo F. Sáez, conhecido pelo tempo que exercitou o mandato de prefeito de Santa Elena do Uiarén. O grupo de migrantes, liderado pelo militar aposentado, viajou com o objetivo de incursionar na garimpagem (DE LA TORRE, 2013).

Já em 1947, um grupo de garimpeiros fez o trajeto do Rio Ikabarú, achando material mineral. Eles fundaram o povoado de Ikabarú, que hoje é o principal da zona da garimpagem do município, a 114 quilômetros ao sul de Santa Elena (Figura 01).

Figura 01. Associação de Mineiros de Ikabaru



Fonte: Geifron (2015).

As datas e a consolidação da garimpagem nas imediações de Santa Elena, como povoado de atração migratória, coincidem com a história da garimpagem e mineração no norte brasileiro. Segundo Rodrigues (2017), os garimpos no atual Estado de Roraima, no Brasil, só exerceram atração populacional em meados da década de 1930, com a descoberta de diamantes na zona da Serra de Tepequém,

¹ Atualmente a distância entre Tumeremo e Santa Elena de Uairén (pela Troncal 10) é de 377,5 quilômetros.

assumindo grande importância na economia do então Território do Rio Branco, já na década de 1940. Nesse período, iniciou-se um movimento comercial entre Boa Vista e Santa Elena de Uairén, em carros de bois que levavam até 37 dias para fazer o percurso (RODRIGUES, 2014). Esse comércio é também descrito pelos Missionários Capuchinos como fonte de produtos de consumo básico para os primeiros povoadores não indígenas de Santa Elena de Uairén (GUTIERREZ, 2004; DE LA TORRE, 2013) e fortaleceu a função desta cidade fronteiriça enquanto “ponto de abastecimento” para a região, tendo como seus clientes, fundamentalmente, os militares que moravam no lugar, os garimpeiros e suas famílias.

Tepequém e Ikabarú (respectivamente ao norte do Brasil e ao sul da Venezuela) são povoados vizinhos, ainda conectados por trilhas a pé, pouco conhecidas e transitadas, que nasceram na mesma década devido a um mesmo interesse: a garimpagem de diamantes e, posteriormente, de ouro.

Segundo Rodrigues (2017), a substância mineral extraída pelos garimpeiros nessas duas regiões era predominantemente o diamante. No entanto, na década de 1970, estes passaram a extrair o ouro como subproduto do diamante, a partir da adaptação dos equipamentos surgidos neste período. Entretanto, apesar da semimecanização da atividade de mineração em Roraima, a extração manual ainda era muito relevante, principalmente para as áreas “virgens”. A descoberta do ouro nessas duas regiões expandiu as atividades comerciais em direção à Venezuela, que por sua vez contribuíram para o aumento do tráfego de pequenos aviões, para abastecer os garimpos com produtos específicos, tais como redes, bebidas, cigarros, soro antiofídico, bateia, balança, entre outros (RODRIGUES, 2014).

De Santa Elena, era levada a gasolina para Boa Vista sem pagamento de quaisquer impostos, funcionando precisamente como um livre comércio. Nos anos 1980, a madeira era levada de Boa Vista para Santa Elena, enquanto alimentos, cimento e combustíveis eram levados no sentido oposto. Conforme Marcano (1996), após o asfaltamento da BR 174, estabeleceu-se o comércio formiga, gerando um trânsito de bens mais frequente e aleatório, bem como o abastecimento de determinados gêneros a partir de Santa Elena, que se constituiu em atrativo para os migrantes do sul venezuelano e do norte brasileiro. Eles acharam em Santa Elena de Uairén a possibilidade de se estabelecer em uma área bem-sucedida pelas demandas constantes da economia da garimpagem. Para Rodrigues (2008), a emigração de brasileiros para a Venezuela, associada ao declínio da garimpagem, vivenciou dois movimentos significativos: o primeiro movimento migratório ocorreu nos anos 1970 e o segundo movimento migratório nos anos 1990, favorecido também pela transformação da Vila de BV-8 em município de

Pacaraima (1995) e pelo asfaltamento da BR 174 (1998), facilitando e incrementando o trânsito de pessoas e mercadorias (RODRIGUES, 2008).

Ao entorno de Santa Elena, surgiram inúmeros acampamentos e povoados tipicamente mineiros, como Ikabaru, El Polaco, La Hoyada, El Valle, Super Polaco, El Paují, La Faísca, El Pilón, El Infierno, Camaleão, Conhaque. Na rodovia transamericana, localizam-se o km 88 e las Claritas, distantes de Santa Elena 261 km e 266 km, respectivamente; trata-se de distritos auríferos conhecidos pela corrida do ouro de 1985 e onde se concentram uma população significativa de brasileiros (Figura 02).

Figura 02. Las Claritas região de garimpo na Venezuela



Fonte: Arquivo GEIFRON/UFRR, 2015.

Procede desta zona de Peraitepuy o diamante Libertador, de 155 quilates, conhecido mundialmente por ser um dos maiores já encontrados. Entre essas zonas de garimpagem encontra-se El Paují, comunidade criada a partir da implantação do Programa para el Desarrollo del Sur (Prodesur), conhecido também como Conquista del Sur que, entre outros, tinha o objetivo de ocupar o espaço do Sul venezuelano. El Paují, inicialmente, foi criado como assentamento da

Gran Sabana, destinado aos colonos *criollos* provenientes dos centros urbanos, seduzidos por “*la tierra del encanto*”, que decidiram começar uma nova vida e se dedicaram às atividades agrícolas, à apicultura e ao turismo *new age*, ou Turismo Verde (Figura 03).

Figura 03. Acampamento Turístico em El Pauji



Fonte: Arquivos GEIFRON/UFRR (2015).

A terra de encanto e de encantamento é uma das representações sobre a Gran Sabana e era slogan das agências de turismo, bem como de grande parte da propaganda sobre essa região. Antes de tornar-se esse lugar de *garimpos urbanos*, por meio da comercialização do combustível, Santa Elena de Uairén era, e continua sendo, a porta de entrada para o Parque Nacional Canaima, onde está localizado Salto Angel, com 979 m de queda d’água ininterrupta, descrita por Carpentier em sua novela *Los Pasos Perdidos*. O parque Canaima, segundo Rodrigues (2017), inspirou o Mundo Perdido, do ficcionista inglês Arthur Conan Doyle, e Alejo Carpentier, que se referiu especificamente à Gran Sabana e descreveu esse mundo que figura o real maravilhoso por meio do elogio à natureza:

Mundo de las rocas, la Gran Sabana es también el reino de las aguas vivas; de aguas nacidas a increíbles altitudes, como las del Kukenán, paridas por el Roraima, o las del Surukún, de arduas riberas. [...] Pero ahora, hay que añadir un nuevo elemento de prodigio a ese mundo que se ha puesto

en movimiento, agitando velos y estandartes. Ese elemento que habrá de agotar nuestras reservas de asombro es el color. En la Gran Sabana el agua de los ríos, en la proximidad de los saltos, suele hacerse casi negra, de una negrura rojiza, de azúcar quemado, con una rugosa consistencia de asfalto a medio enfriar.[...]. Más, de pronto, el río se libera de su costra, saltando al vacío. En ese momento se opera el milagro de la trasmigración: el agua se torna de oro (CARPENTIER, 1999, p.28)

Na última década, as transformações socioeconômicas e culturais ocorridas na Venezuela têm sido profundas e, em algum sentido, irreversíveis em curto prazo. A mobilidade humana para fora do território venezuelano é um evento recente. No entanto, a migração interna para a região da Guayana, como dito anteriormente, é anterior e foi incentivada pelo PRODESUR - Programa del Desarrollo del Sul, ainda nos anos 1960; as descobertas de novas regiões de mineração nas décadas seguintes.

Mais recentemente e, principalmente após a morte de Chávez, a chegada de Nicolás Maduro ao poder teve como determinantes a caída continuada dos preços do petróleo e o desabastecimento de produtos de consumo massivo de diversos tipos. Os valores do barril de petróleo venezuelano, durante os anos 2015, 2016 e 2017, rondou uma média de US\$ 44,65 por barril; sendo pontualmente de US\$ 35,15, em 2015; e US\$ 46,24 por barril, em 2016. Isso em uma economia com porcentagens de inflação de 64,7%, em 2014; 180,9%, em 2015; e 274%, em 2016². Neste novo cenário, o Governo perdeu boa parte de sua capacidade de importação dos gêneros básicos não produzidos em um país amplamente importador; a inflação acelerou-se devido à superioridade da demanda sobre a oferta, a administração pública perdeu sua possibilidade de aliviar o impacto da inflação sobre os mais desprovidos, mediante as missões sociais e os subsídios, e assim os cidadãos (especialmente aqueles de menor renda) perderam sua capacidade de compra dos produtos básicos. O outro fator desse panorama foi o desabastecimento, inclusive de itens de alimentos e medicamentos, decorrente, em parte, da queda do preço do petróleo no mercado mundial, que impactou fortemente a econômica rentista venezuelana; finalmente, outro fator causador da crise foram os embargos impostos pelos governos dos Estados Unidos das Américas (EUA).

Em dezembro de 2017, os comércios de alimentos permaneceram sem mercadorias e o abastecimento dos medicamentos atingiu somente 10% da demanda; reproduziram-se tentativas de saques contra dois comércios de Ciudad Bolívar, a

2 <http://www.finanzasdigital.com/2017/04/bcv-reporto-al-fmi-una-inflacion-274-2016/>. Acesso em: 12 jan.2018.

capital do Estado Bolívar, do qual faz parte Santa Elena de Uairén. Nos Estados Vargas, Barinas, Monagas, Anzoátegui, Nueva Esparta e cidade de Caracas também se apresentaram protestos e tentativas de saques, decorrentes da falta de comida. Em julho de 2018, o desabastecimento dos produtos mais básicos agravou-se ainda mais, além da falta de notas. Pela falta de dinheiro, as pessoas dependiam para fazer suas compras dos cartões de débito (pois os limites do crédito perderam vigência), ou das transferências eletrônicas, que apenas eram aceitas em algumas lojas.

A migração compulsória tornou-se cotidiana. Uma parte migrou para os países fronteiriços e uma grande parte, pelo menos até 2018, período dessa pesquisa, migrou internamente, em particular para Santa Elena de Uairén, na fronteira da Venezuela com o Brasil, no grande contexto da mobilidade associada à comercialização de combustível como forma de sobreviver e resistir.

Do garimpo de ouro e diamantes à garimpagem do petróleo

Atualmente, Santa Elena é lugar das diversas economias subterrâneas vinculadas à garimpagem, entre elas, e muito especialmente, a comercialização de combustível. Santa Elena é o destino e o trânsito do mais recente deslocamento da área de garimpagem, no contexto do lançamento do plano Arco Minero del Orinoco (AMO), além de ser lugar de passagem do fluxo migratório do país. Nesse sentido, Santa Elena de Uairén surge como lugar privilegiado de observação sociológica (MARTINS, 2012).

Santa Elena é, no nosso entender, o novo Eldorado venezuelano, ainda que em tempos de crise, à medida que acompanha a representação de um sonho de riqueza, prosperidade, terras vazias a serem ocupadas, trabalho, oportunidades, enfim, boas novas para aqueles que propõem-se sobreviver. Nesse espaço transfronteiriço, confrontam-se visões e interesses diferentes e até opostos, cada um deles em função de alguma das várias fronteiras que aqui coexistem e acrescentam-se: a internacional, a étnica-cultural, a econômica, a ecológica. A disputa sem fim constitui o elemento propulsor das constantes transformações deste espaço, passando pelo conflito, ou ainda mais pelo caos, como dinâmica de transformação desordenada.

Quem chegava a Santa Elena de Uairén pelo Norte, antes do fechamento da fronteira em 2020, no contexto da pandemia, encontrava-se, de imediato, com duas ou mais longuíssimas filas de automóveis, uma ou mais por cada um dos dois postos formais de venda de combustível da localidade, chamados *Estación de Servicio (ES) Kukenán* e *Estación de Servicio (ES) Mapaurí*. Aparentemente, aquela paisagem era um absurdo em um país conhecido como uma das maiores

provisões de petróleo do mundo³ (Figura 04). Mas, nessa cidade tinha lugar uma inusual e informal comercialização de gasolina, com a finalidade de cobrir a revenda nas ruas, em fundo dos quintais e nos postos clandestinos, aos condutores brasileiros ou a quem pratica a garimpagem⁴. Em termos absolutos, 39% dos usuários na fila geral revelaram estar comprando o combustível para revendê-lo. Eles aguardam o tempo médio de 17 horas (segundo os questionários), em seguida o extraíam dos tanques de seus veículos e o revendiam. Aqueles que participavam desse comércio informal eram e ainda são chamados *talibãs*⁵.

Figura 4 - Filas nas proximidades dos postos de gasolinas (Santa Elena).



Fonte: Arquivo Morelia Morillo Ramos (2018).

3 Venezuela tem provisões provadas de petróleo de 303.805.745 milhões de barris. Disponível em: <http://www.minpet.gob.ve/index.php/es-es/comunicaciones/noticias-comunicaciones/47-noticias-del-ano-2019/911-ascienden-reservas-probadas-de-petroleo-y-gas-de-venezuela>. Acesso em: 19 jul. 19.

4 Essas filas sumiram com o fechamento da fronteira por causa da pandemia. Agora, a comercialização da gasolina virou no sentido oposto, ou seja, do posto na cidade brasileira de Pacaraima, pelos caminhos alternativos, conhecidos como “trochas”, até Santa Elena.

5 O emprego desse apelido constitui uma referência temporal, uma vez que ao surgimento do comércio, 2001-2002, coincidindo com a ocupação norte-americana do Afeganistão, assim como uma analogia entre a violenta reação dos fundamentalistas religiosos, conhecidos por sua capacidade de atuar como homens bombas e a reação dos revendedores brasileiros, chamados pampeiros, de bater seus carros antes de ser apreendidos pela Polícia Rodoviária na BR 174 que conecta a fronteira Brasil-Venezuela com a cidade de Boa Vista.

Diariamente, no momento da pesquisa, cada posto recebia um caminhão pipa com 38.000 litros de combustível. Tanto a quantidade de gasolina que ia para os garimpos, como a quantidade da gasolina que saía pela fronteira com Brasil, permanecia na invisibilidade própria das “economias subterrâneas⁶”.

O *boom* da comercialização de combustível em Santa Elena de Uairén (SEU), da permanência do comércio e da migração decorrente dessa atividade atingiu seu auge a partir da crise de desabastecimento e da hiperinflação na Venezuela, agravada depois da morte do presidente venezuelano Hugo Chávez Frias, em 2013. Outra causa deste *boom* é a diferença entre o preço do combustível venezuelano e seu preço internacional, tornando a revenda de gasolina muito rentável. Uma vantagem que é acentuada pelo abismo cambial entre bolívares e dólares e, mais especificamente, entre bolívares e reais⁷. Na Venezuela, a gasolina de 91 *octanos* (econômica) tinha um valor de BS 1 por litro e o combustível de 95 octanos de BS 6 por litro. Em média, seu valor era equivalente a 0,01 dólares por litro, enquanto no resto de América Latina e o Caribe tem um valor de US\$ 1,18 por litro, e no Brasil, de US\$1,13 por litro⁸. Atualmente, o valor gasolina venezuelana subsidiada é de US\$ 0.04, sendo de US\$ 1.21 seu valor aproximado no resto do mundo⁹. Por enquanto, o valor da gasolina não subsidiada, mais fácil de conseguir no mercado formal nacional é de US\$ 0.5.

A fila, como expressão visível da comercialização do combustível na fronteira Venezuela-Brasil, começou a se formar durante 2001. Mas foi em 2003, com a vigência do Controle Cambial, que se incrementou a desvalorização da moeda venezuelana e, por conseguinte, a procura de gasolina nos postos. Ao longo de uma década e meia, as autoridades civis e militares, através de legislações e soldados da *Guardia Nacional Bolivariana (GNB)* e do *Ejército Nacional Bolivariano (ENB)* lideraram algumas iniciativas oficiais para controlar a comercialização de combustível. Contudo, as filas aumentaram cada vez mais e aumentou muito o tempo necessário, rotineiramente, para um motorista encher o tanque de gasolina de seu carro, agravando-se, ainda mais, as condições de sobrevivência.

Apesar dos controles, a comercialização da gasolina continuou e Santa Elena experimentou um acelerado crescimento. A cidade tem uma população oficial de 26.622 habitantes (INE, 2011), com uma projeção oficial de 34.913, para 2015, e uma estimativa interna de 43.663, para 2017. Entre 2016 e 2017, a *Comisión*

6 A economia subterrânea é a produção de bens ou serviços não registrados juridicamente, que não pagam impostos, nem registram seus empregados ante as instituições do Estado (BASTOS; SILVA, 1995, p. 37 apud RODRIGUES, 2017, p. 77).

7 Em setembro 2021, o valor de um dólar é de 4.057.528,65. Fonte: sontitulares.com.

8 Disponível em: <http://es.globalpetrolprices.com/gasoline_prices>. Acesso em: 2 jun. 2017.

9 Disponível em: <http://es.globalpetrolprices.com/gasoline_prices>. Acesso em: 14 out. 2021.

de *Seguridad Indígena del Consejo de Caciques Generales del Pueblo Pemón* registrou a chegada de 8.750 pessoas a Santa Elena e de 17.860 pessoas aos garimpos de Ikabarú. Isto significa um crescimento de 25,06% em dois anos. As estimativas de Issam Madi¹⁰ revelaram que, em 2018, Santa Elena apresentava uma população de 42.300 habitantes¹¹. A partir dos dados estimados de Madi e do *Consejo de Caciques Generales*, pode-se dizer que a população de Santa Elena é de aproximadamente 42.982 pessoas, ou seja, apenas 3.461 pessoas a menos das 46.443 pessoas projetadas para o 2050, pelo INE (2011)¹². É uma evidente expressão numérica da aceleração demográfica já comentada anteriormente¹³.

De tal maneira, a cidade teria experimentado um crescimento populacional superior ao dobro, esperado em um prazo de 20 anos para uma cidade venezuelana de médio porte. Ainda sendo um povoado de tradição migratória, pela falta de outras atividades produtivas massivas e pela rentabilidade do negócio, acredita-se que o comércio de combustível é um dos principais atrativos para aqueles “outsiders” (ELIAS, 2000) que chegaram a Santa Elena no período atual.

Neste artigo, extraído de um trabalho mais amplo sobre a migração e a comercialização de combustível em Santa Elena de Uairén, citado nas referências¹⁴, apresentamos umas das principais características dessa dinâmica, descrita por nós como “garimpo urbano”, pelas similitudes com o garimpo convencional, enquanto economia subterrânea surgida a partir das possibilidades oferecidas pela múltipla fronteira e seu poder como atrativo migratório. Trata-se de uma definição que facilita a revisão do impacto e da multiplicação da garimpagem para além dos garimpos já conhecidos, ainda no espaço urbano.

O novo El Dorado e as “múltiplas fronteiras”

Como mencionado anteriormente, para nós, Santa Elena de Uairén é o novo El Dorado venezuelano, ainda em tempos de crise, ou ainda mais em tempos

10 Issam Madi é sociólogo que mora e pesquisa de forma independente na zona de Santa Elena de Uairén. Doutorado na Université de Paris Diderot. Foi entrevistado para esta pesquisa em 6 setembro de 2018.

11 Madi fez seus cálculos a partir da quantidade de postes de serviço eléctrico (9000) na localidade, em 2018, multiplicados pela média de componentes numa família venezuelana para uma cidade média (4,7).

12 Proyección de la población al 30 de junio con base Censo 2011, según entidad federal y parroquias, 2000-2050 (INE, CENSO, 2011).

13 O Censo venezuelano é feito pelo Instituto Nacional de Estadística (INE) cada 10 anos, mas a pesquisa correspondente a 2021 ainda não foi completada por causa da pandemia.

14 Fazemos referência a nossa dissertação de mestrado.

de crise, quanto à representação de um sonho de grande riqueza, prosperidade, terras vazias ou pouco ocupadas, trabalho, oportunidades, enfim, boas novas tão necessárias em dias aziagos¹⁵.

Na prática, sem dúvidas, o atrativo do comércio de combustível desviou-se à diferença entre o valor venezuelano e internacional do combustível, mais especificamente com referência ao valor brasileiro ou aquele nos garimpos do interior da Gran Sabana¹⁶. Desse modo, os ganhos pela venda de combustível surgem dos limites impostos a um território: antes existiam populações cultural e historicamente conectadas, praticantes de modos de vida que misturavam suas fortalezas; eram as “boas fronteiras”, em contraposição as “más” que surgem onde esses laços sociais são abandonados pelo Estado (DORFMAN, 2009).

O surgimento do comércio irregular, nessa zona fronteira, iniciado pela co-retagem de gado do território do Rio Branco até Santa Elena, foi acompanhado pouco depois pelo contrabando de gasolina no sentido contrário, coincidindo com a definição dos marcos fronteiriços, tanto pelo Estado brasileiro quanto pelo Estado venezuelano, entre as décadas de 1930 a 1940 (RODRIGUES, 2014). Na medida em que o Estado brasileiro definiu seu limite, o venezuelano procurou a fiscalização e povoamento da sua fronteira; essa maior quantidade de pessoas fomentou a aparição e a diversificação do mercado, adiantado pelas limitações acarretadas pela fronteira internacional econômica e a possibilidade de burlar essas barreiras.

Nessa fratura, devida à presença dos Estados e à materialização das fronteiras nacionais, nasceu e prosperou o descaminho e o contrabando da gasolina, chegando a ser considerado um dos principais problemas desta fronteira (SANTOS, 2018; FERREIRA, 2016), embora as relações comerciais não formais, ainda ilegais, constituam e afiancem boa parte das dinâmicas cotidianas entre os habitantes de fronteira, mesmo aqueles que só chegam com a finalidade de

15 Extraímos essas motivações para viajar a SEU de nosso estudo de campo no intuito de perfilar a migração associada a comercialização de combustível e das representações associadas à Amazônia (BECKER, 1990).

16 Em novembro de 2018, ainda em bolívares soberanos, em média, o combustível venezuelano tem um valor equivalente a 0,01 dólares por litro, enquanto no resto de América Latina e o Caribe tem um valor de 1,17 dólares por litro e em Brasil de 1,24 dólares por litro. Enquanto, nas ruas de SEU ou Pacaraima tem um valor de Rs.1,5 a Rs.2 e nos garimpos, o valor dum tambor de 200 litros oscila entre seis a oito gramas de ouro, dependendo geralmente da distância entre SEU e o sítio de extração. Na capital municipal cada grama de ouro tem valor de Rs. 120 por volta de US\$. 30. Um tambor, por tanto, tem um valor de Rs.720 ou mais e cada litro desse tambor um valor mínimo de Rs. 3,6. GLOBAL PETROL PRICE. Gasoline prices. Disponível em: <http://es.globalpetrolprices.com/gasoline_prices>. Acesso em: 05 nov. 2018.

participar dessas complicadas tramas de comercialização subterrânea e logo depois ir embora a seus lugares de origem.

Santos (2018, p.111) opina que a “interação social” dos sujeitos é o elemento essencial que determina a dinâmica fronteiriça:

Nesse panorama, cabe mencionar a fronteira Brasil/Venezuela como espaço geográfico e simbólico que é, também, marcada cotidianamente pela interação social, mantida muitas das vezes pela diversidade cultural e, em algumas situações, pelos conflitos sociais. O tipo de interação social mais comum nesta fronteira é caracterizado pelas relações comerciais, relações de trabalho e pelos casamentos, que possuem, entre suas peculiaridades, os interesses binacionais. Isto permite analisarmos as distâncias e aproximações entre a realidade vivida pelos migrantes brasileiros e venezuelanos em ambos os lados da fronteira e a fronteira almejada por cada um desses povos.

Os *talibãs*, aqueles que aguardavam nas filas, durante horas, nos dois postos de combustível de Santa Elena para comprar uns litros e revendê-los minutos depois, faziam parte do chamado “comércio formiga” (FERREIRA, 2016). Ou seja, aquele comércio fronteiriço de pequenas quantidades de serviços ou produtos legais, ilegais ou aparentemente legais, tais como contrabando ou descaminho, com a finalidade de satisfazer a subsistência¹⁷. Mas, além disso, esse comércio de gasolina é uma dinâmica comercial interiorizada na interação social entre brasileiros e venezuelanos, que abarca, também, as relações de trabalho e de família e, de outra forma, fica vinculada à garimpagem, especialmente pelas diferenças nos ganhos entre um e outro destino desse tráfego. As duas demandas constituem as variáveis que impulsionam o crescimento do negócio, disparando o atrativo migratório do lugar.

As estimativas de Issam Madi, já desde 2013, atribuíram esse crescimento da cidade à migração associada à comercialização de combustível.

La última investigación de campo que yo realicé fue en 2013, me contrató la oposición con ocho encuestadores en 240 entrevistas por el tamaño de Santa Elena y para poblaciones de hasta 100 mil personas y el 30% de las personas que nosotros encuestamos primero no tenían más de dos años de haber llegado a Santa Elena de Uairén, segundo ya se habían inscrito en el padrón electoral y tercero las razones que señalaron por las cuales se vinieron a Santa

17 Em novembro de 2018, cada veículo recebia 20 litros e os tempos de espera fluuavam de três a 72 horas na fila do povo. Nessas condições, depois dessa longa espera, um talibã apenas conseguiria Rs.40 pelo combustível, aproximadamente BS.2000, pouco mais dum salário-mínimo mensal venezuelano.

Elena era porque algún conocido, algún familiar o un amigo les había dicho que aquí se podía vivir de la venta del combustible y luego en la práctica ellos confirmaban que de eso era de lo que ellos vivían, de la venta de combustible. Eso me llamó mucho la atención porque eso alteraba la composición socioeconómica de los trabajos de campo que yo había hecho anteriormente donde las personas que decían vivir del consumo de combustible eran el 8% (...), eso es algo anormal porque eso es algo único en Santa Elena. En las otras fronteras en donde se comercializa combustible generalmente suele ser el equivalente a 6% o 7% de la población (Entrevista concedida a Morelia Morillo Ramos. Santa Elena de Uairén; 6 set. 2018).

Sua pesquisa permitiu visualizar outros aspectos desse processo de mobilidade, como a “ruptura” (TILLY, 1978 *apud* TRUZZI, 2008), quanto o aspecto descritivo do processo migratório interno, diferente do turismo ou dos deslocamentos de curta distância. Pois, aqueles que manifestaram ter no lugar menos de dois anos e dedicar-se à venda de combustível também manifestaram ter mudado de residência, incluso no *Registro Electoral Permanente* (REP). Além disso, há o atrativo migratório da “economia subterrânea” (BAGANHA; REYNERI, 2001), já que, possivelmente, quem chegara desde outras localidades do país, só tomou essa decisão pela possibilidade de comercializar gasolina integrando-se em um fluxo migratório interno, enquanto mão de obra nessa economia. Finalmente, destacamos a significância das “redes em processos migratórios” (TRUZZI, 2008), pois essas pessoas manifestaram que avaliaram essa oportunidade a partir de relações de amizade ou familiaridade.

De maneira adicional, a fala de Madi sugere a instrumentalização dos migrantes internos com fins eleitorais por parte de funcionários da municipalidade, da forma já analisada por De La Torre (2013)¹⁸, pois, apesar do curto tempo de estadia em Santa Elena, as pessoas que manifestaram ter-se mudado pela possibilidade de participar da comercialização de combustível já formalizaram seu novo lugar de domicílio no REP. Dessa forma, constituem-se nesse espaço de “fronteira múltipla” as “economias subterrâneas” de um lugar, onde não só entra em jogo a fronteira internacional (econômica), mas também a fronteira etno-ecológica, derivada da queda das ABRES e dos territórios pertencentes aos povos indígenas.

18 Em 06 dez. 2018, três dias antes das eleições de vereadores, o funcionário da PDVSA que usualmente marca sobre os cristais dos carros o número e fila correspondente no posto Mapauri, mesmo marcava os carros com as senhas do *Partido Socialista Unido de Venezuela* (PSUV). Segundo comunicações orais informais, essa marca identifica as pessoas comprometidas a assistir à caravana do partido de governo quem receberam maior quantidade de gasolina durante o final de semana eleitoral, aparentemente, a câmbio de seu voto, numa evidente utilização dos recursos públicos para conseguir apoios.

Madi falou de outros elementos que nos permitem entender a magnitude da expansão de nosso recorte espacial, como a importância que nesse processo têm a migração associada ao combustível e os efeitos da múltipla fronteira sobre mercado e mobilidade.

Santa Elena de Uairén en el año 1998 tenía una población de 10.500 personas apenas. Generalmente, cada 20 años es que la población se dobla es decir para el año 2018, Santa Elena debería tener una población de 21.000 personas por el crecimiento vegetativo normal, pero resulta que tenemos 42.300 o casi el doble, es decir, en Santa Elena de Uairén se rompió el patrón demográfico de crecimiento tradicional de Venezuela que es que una población debe doblar su población cada 20 años. Aquí se cuadruplicó la población en 20 años. Ninguna ciudad de Venezuela ha recibido en 20 años su crecimiento vegetativo normal más el otro doble producto de la migración, solamente en Santa Elena y fíjate que en Guasipati y el Callao,¹⁹ no tienen esos fenómenos de crecimiento tan violento. Ese es un fenómeno básicamente de Santa Elena, por supuesto, el combustible en Santa Elena no sólo aprovisiona a los brasileros sino también a la mina (Entrevista concedida a Morelia Morillo Ramos. Santa Elena de Uairén; 6 set. 2018).

Segundo Madi e o *Consejo de Caciques Generales*, a população de Santa Elena é de aproximadamente 42.982 pessoas. Nesse universo, das 140 pessoas (entre homens e mulheres) que responderam aos questionários, somente 1,4% admitiram comprar o combustível para a comercialização; 37,1% tanto para a venda quanto para o consumo; e 61% só para o consumo. Em termos absolutos, 38,5% das pessoas revelaram vender seu combustível; a maioria delas, 46% das pessoas, expressou que o vendem a um atacadista; enquanto os outros 54% vendem seu combustível entre familiares, amigos, garimpeiros e brasileiros, em porcentagens parecidas.

As apreciações da comercialização de combustível permitem-nos pensar que, possivelmente, o combustível seja revendido em proporções similares entre brasileiros e garimpeiros através dos distribuidores, das pessoas que compram em quantidade e que clandestinamente oferecem o combustível²⁰. Não obstante, sendo maiores os ganhos da gasolina nos garimpos, é possível que uma porcentagem maior da gasolina escorrera nessa direção. Essa similaridade entre a distribuição de combustível tanto para o contrabando internacional quanto para o tráfego nos

19 Guasipati e El Callao são povoados garimpeiros do estado Bolívar onde igualmente existe a comercialização do combustível unicamente até os garimpos da localidade.

20 Em Santa Elena de Uairén existem por volta de 35 grandes distribuidores de gasolina. Os bairros de maior tradição na venda de gasolina são Puerto San Rafael, La Planta, El Salto, La Bolivariana, Zamora e mais recentemente a comunidade mista de *Kamaiwá*.

garimpos indica a importância da “múltipla fronteira” no aproveitamento desse comércio, pois as duas demandas compartilham o mercado.

Isso sugere que, provavelmente, a gasolina seja o principal produto de contrabando transfronteiriço, seja, anteriormente da Venezuela para o Brasil e, atualmente do Brasil para a Venezuela. Enquanto há desabastecimento de alimentos, medicamentos e produtos importados, os bens antes contrabandeados, sobretudo, por causa do baixo custo deles, decorrente dos subsídios para esses produtos de primeira necessidade na Venezuela, bem como dos produtos oriundos das zonas de livre comércio nas lojas venezuelanas, o país continua produzindo combustíveis ou importando-os, e esses também são subsidiados. Criam-se oportunidades de ganhos atrativos para seus comercializadores nas fronteiras terrestres do país, como Colômbia e Brasil e, cada vez mais, também nas fronteiras marítimas²¹.

Mesmo assim, enquanto na fronteira junto à Colômbia, a revenda aproveita, fundamentalmente, a diferença do valor entre um e outro país, ou seja, a fronteira econômica, seu poder de atração é menor em comparação com o atrativo da “múltipla fronteira” Venezuela-Brasil. Neste cenário, a comercialização e o contrabando de gasolina representam um poderoso atrativo para os migrantes, enquanto a “economia subterrânea” movimenta uma imensa trama de atividades à margem das normas estabelecidas institucionalmente ou não contempladas, enquanto outras atividades similares já foram regulamentadas (BAGANHA; REYNERI, 2001).

Esses resultados relacionados à forma de comercialização do combustível permitiram analisar a importância dos vários fatores que constituem a demanda da comercialização subterrânea da gasolina e, deste modo, a função que esse comércio cumpre nas fronteiras internacionais e nas fronteiras econômicas, pela diferença de valores gerada devido à vigência de um subsídio quase total do lado venezuelano e de um valor elevado do lado brasileiro. Além disso, considere-se a disparidade entre o bolívar venezuelano e o real brasileiro e a fronteira etno-ecológica, que estabelece proibições de garimpagem nas ABRAES (Áreas Bajo Régimen de Administración Especial) e de terceiros ou não indígenas no território indígena, mas também a possibilidade de burlar todos esses limites internacionais ou etno-ecológicos devido às falhas na vigilância e à corrupção alimentada pelos lucros desse comércio. Nesse sentido, os ganhos que geraram um tambor de gasolina frente ao empobrecido salário venezuelano são um atrativo para a comercialização como “estratégia de sobrevivência”.

21 Segundo Egea (2013), mensalmente 15 milhões de combustível venezuelano passam a Colômbia.

Garimpo urbano, estabelecidos e outsiders

O *talibaneo*²² é a atividade de comercialização do combustível e parte da cadeia de extração, distribuição e comercialização de gasolina, que garante a trajetória do combustível desde os postos “distribuidores oficiais” até os quintais das casas ou centros de “distribuição informal ou subterrânea” nos bairros da cidade. É um negócio fundamentalmente de *crioulos*, uma vez que os indígenas que garimpam convencionalmente²³ utilizam o combustível destinado às comunidades indígenas e não necessitam, portanto, submeter-se às filas nos postos.

No entanto, a crise econômica do país sugere a incorporação de algumas famílias das comunidades indígenas da Troncal 10 na cadeia da comercialização do combustível, a partir da crescente presença, nessas comunidades, de carros de chapas venezuelanas e brasileiras, especialmente de taxi-lotação que fazem a rota Pacaraima-Boa Vista (RR). Podemos falar, então, de uma mudança na estrutura social do *talibaneo*, que tem práticas socioculturais parecidas à garimpagem e é considerada atividade típica das fronteiras, que obriga os sujeitos a transitarem em, pelo menos, dois sistemas, como afirmou Rodrigues (2014, p. 59):

O sujeito na fronteira organiza seu espaço com base em dois sistemas -um oficial e outro paralelo e invisível- e está constantemente transitando entre um e outro, está permanentemente em um espaço intersticial. As estratégias para cruzar a fronteira vão sendo construídas e reconstruídas subvertendo as regras oficiais dos estados nacionais.

Precisamente, a fronteira, ou os espaços transfronteiriços, têm um potencial de atrativo de migrantes pela possibilidade de se moverem em sistemas distintos, mas, também, de impactar sócio culturalmente a comunidade local. Falar do espaço fronteiro é falar de transformação constante, acelerada e permanentemente. De tal maneira, em Santa Elena existe uma economia subterrânea

22 Nesta fronteira, essa atividade é tão popular que a coletividade criou o verbo “talibanear” para referir-se à ação de comercializar o combustível e dizer tirar a gasolina do tanque do veículo e vende-a.

23 Embora, o Governo Nacional trabalhasse desde 2006 na mudança da garimpagem a outras atividades produtivas, em 2013, permitiu sua prática só para os pemón, sempre e quando honrassem os chamados Acuerdos del Aeropuerto, entre as lideranças indígenas e representantes do Executivo. É dizer fizessem garimpo fora do *Parque Nacional Canaima*, ao menos a 500 metros dos rios, reflorestarem as áreas impactadas e vendessem o ouro num escritório do *Banco Central de Venezuela* (BCV) ainda não existente, em 2018. Os demais acordos também não foram cumpridos nem pelos indígenas nem pelo governo.

e informal que produz um forte atrativo migratório, atuando como promotora da mobilidade humana, ainda mais em tempos de dificuldades. Essa dinâmica é denominada de garimpo urbano pelos “estabelecidos” (ELIAS, 2000). É o espaço da cadeia da comercialização de combustível, seja para seu contrabando até o Brasil, seja para as áreas de garimpagem no interior do município Gran Sabana. Seja agora desde Pacaraiba, Brasil, até as ruas e quintais em Santa Elena de Uairén.

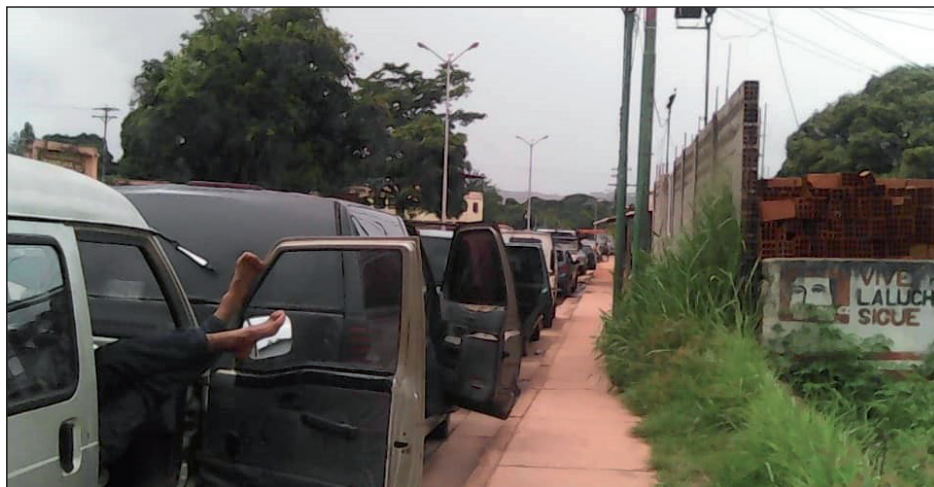
Os “garimpeiros urbanos” são, portanto, semelhantes àqueles buscadores perpétuos de ouro e diamantes, mas limitados no âmbito urbano, pois²⁴ “garimpam” nos postos de gasolina e constroem um certo modo de existência enquanto esperam (Figura 05 e 06)

Figura 5. Modo de vida nos territórios de espera: A fila



Fonte: Arquivo Morelia Morillo Ramos (2018).

24 Embora a demarcação do primer lote do território indígena pemón, em 2013, os garimpeiros e outros terceiros, e dizer não indígenas, não foram exortados a sair. Porquanto, ante essa omissão do mandato legal, as autoridades indígenas assumiram a responsabilidade de estabelecer normas de ingresso, ambientais, de convivência e taxas para o trabalho dessas pessoas nos garimpos. Sem embargo, o subministro de combustível depende das diligências que nesse sentido consiga realizar cada dono de máquina.

Figura 6. Fila no entorno dos postos de combustíveis

Fonte: Arquivo Morelia Morillo Ramos (2018).

De maneira adicional, nos países subdesenvolvidos, como os dos extensos territórios amazônicos, ricos em recursos minerais, desconhece-se intencionalmente a lei e se abrem caminhos para a corrupção. Nesses espaços, a implantação de grandes projetos de desenvolvimento atrai a população, provocando grandes ondas de mobilidade interna em que prosperam as economias subterrâneas. É o caso do Plan Arco Minero del Orinoco (AMO), impulsionado desde 2016, pelo Governo venezuelano no aproveitamento do potencial mineral localizado na região Guayana, ou seja, na Amazônia venezuelana.

Nesses espaços entre fronteiras, à margem da lei, prosperam as economias subterrâneas e a mobilidade interna é atraída pela possibilidade de ganhos econômicos imediatos para garantir a subsistência familiar. As pessoas que se dedicam a isso estão sujeitas à cooptação pelo crime organizado e bandas criminais instaladas no Brasil e na Venezuela, respectivamente. Podem tornar-se atores da delinquência, do crime organizado ou de outras atividades informais, irregulares ou outras à margem da lei como é o uso de carros, já fora da circulação pela falta de documentos, roubados, ou com documentos e chassis alterados²⁵.

25 O entrevistado #99 contou que na sua cidade de origem não pode taxiar seu carro porque não tem documentos. Sem embargo, incluso desse jeito, conseguiu chegar a Santa Elena onde trabalha taxiando de noite e vende gasolina. Quando lhe perguntamos por seu motivo de vinda a Santa Elena, respondeu com uma palavra: “*Papa*”, é dizer batata, uma forma corriqueira de dizer simplesmente “comida”.

“Lejos de ser um efecto de la inmigración ilegal, la economía subterránea aparecería como una de sus causas”, analisaram Baganha e Reynei (2001), invertendo assim as frequentes percepções *a priori* sobre os efeitos e causas da migração internacional, numa lógica que também é válida para a migração interna, tanto mais nos países subdesenvolvidos.

O próprio Alejandro Castillo relatou a recorrência desse tipo de situações, sugerindo a existência de redes de delinquência e lavagem de ativos, conectadas à “economia subterránea”.

Son vehículos que quizás son solicitados en otra latitud del país y que Santa Elena se ha prestado como un paraíso para tener un carro y que otra persona lo pueda manejar. Yo puedo estar en Valencia, por ejemplo, traigo un carro para acá y digo este carro está montado y se lo doy a alguien y le digo a alguien, mira tú vas a sacar gasolina, la mitad para ti, la mitad para mí, tú me lo vas a depositar a mí en reales, que me explote en moneda allá en Valencia. Es un negocio, que la gente trae vehículos de otras latitudes sin importar cuál sea la condición del vehículo, si está legal o no está legal, el problema es llegar aquí. Al llegar, usted tiene plata.

Anteriormente, aquí venían a revisar todos los vehículos, todos los vehículos de la cola del pueblo. No revisaban ningún otro gremio sino la cola del pueblo a ver si tenían seriales adulterados, a ver si tenían pimpinas de combustible en el baúl, a ver si el carro estaba solicitado, a ver si tenían los papeles en regla y la mayoría de estas personas que están aquí en la cola del pueblo tienen vehículos que no son de ellos, tienen vehículos que no tienen seriales correctamente identificados o que están solicitados. Entonces, nosotros nos hemos dado cuenta de que cuando escuchamos el rumor allá de que hay operativo de revisión de vehículos para la cola del pueblo, nosotros podemos anotar 300 vehículos, pero quedan nada más 150 porque el resto se pierden. Se pierden nada más por el temor de que le quiten el vehículo porque no está en regla, entonces pierdan la fuente de sustento para sus familias (Entrevista concedida a Morelia Morillo Ramos. Santa Elena de Uairén; 3 jul. 2018).

Na sua fala, percebemos que para ele o importante não é o delito, a denúncia, a ilegalidade. Para ele, enquanto migrante, porta-voz do MSRB (Movimiento Social Renacer Bolivariano) o sustento familiar, as “remessas” são os objetivos imediatos dessa economia.

A situação de espera nas filas dos postos de combustíveis criou um uso inesperado deste espaço que, segundo Vidal, Musset e Vidal (2011, p. 3) se sobrepõem, mesmo que transitoriamente, ao seu uso comum.

Algumas considerações

Santa Elena do Uiarén (Estado Bolívar/Venezuela) se situa em um contexto de fronteiras tanto como descontinuidade geopolítica e função de marcação do real, como do simbólico e do imaginário. A cidade de Santa Elena é uma fronteira internacional no tríplice fronteira entre Brasil, Venezuela e Guiana em que um dos símbolos é o Monte Roraima; portanto, uma fronteira cultural de encontros/desencontros entre os diversos grupos étnicos e nacionais que vivenciam essa dinâmica, como fronteira interna ou de expansão da nação venezuelana.

Desde a sua constituição, no início do século XX, foi marcada pelo imaginário de lugar de riquezas naturais e minerais determinantes nos processos socioculturais e econômicos. As ondas migratórias, principalmente, no início do século XXI, são, de certa forma, resultantes dos processos que a configura como um lugar de exploração econômica, tanto formal, como informal e ilegal. Se, anteriormente predominava a exploração mineral, mas recentemente, a comercialização do combustível como estratégia de sobrevivência e continuidade da exploração mineral, além dos territórios iniciais, configuram-se como a dinâmica sociocultural e econômica que demarcam conflitos entre os nativos, estabelecidos e *outsiders*.

A comercialização de combustível em Santa Elena, com as características socioculturais descritas acima, pode ser associada ao garimpo convencional com a diferença que é executada em perímetros urbanos, portanto, pode ser definida como “garimpo urbano”. Essa atividade cria uma economia subterrânea e de espera ao mesmo tempo. Transforma a paisagem natural e cultural do lugar, estabelece novas territorialidades e novos modos de vida. A nosso ver, as filas nos postos de combustíveis e seu entorno configuram-se como território que acolhe os tempos de espera para a sobrevivência e constroem outras relações sociais, uma vez que essa experiência, viver a e na fila, podem gerar perturbações aos modelos sociais dominantes.

Referências

BAGANHA, Maria; REYNERI, Emilio. La inmigración en los países del sur de Europa y su inserción en la economía informal. In: SOLÉ, Carlota. (Coord). **El impacto de la inmigración en la economía y en la sociedad receptora**. Barcelona: Editorial Anthropos, 2001. p.53-248.

BECKER, Bertha. K. **Amazônia**. 5ª ed. - São Paulo: Ática, 1999

CARPENTIER, Alejo. **Visión de América**. Fragmentos de una crónica de viajes. Mexico: Losada Océano Editora, 1999.

CORPORACIÓN ELÉCTRICA NACIONAL (CORPOELEC). **La Cuenca del río Caroní, una visión en cifras**. Caracas: Gerencia de Gestión Ambiental, 2008. 263 p.

DORFMAN, Adriana. A cultura do contrabando e a fronteira como um lugar de memória. **Estudios Históricos**, RGS, n. 1, mai, 2009.

DE LA TORRE, Jesús. **História de Santa Elena de Uairén y hábitat de la Gran Sabana**. Caracas: UCAB, 2013. 302 p.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de Poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000. 224 p.

FERREIRA, Max André. **Comércio formiga fronteiriço entre e Brasil e Venezuela (2010 – 2014)**. 2016. 182 p. Dissertação (Mestrado Sociedade e Fronteira) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2016.

GUTIÉRREZ, Mariano. **80 años sembrando evangelio, la Iglesia por las tierras de la Gran Sabana Guayana y Delta Amacuro**. Caracas: CVG EDELCA-Vicariato del Caroní, 343 p., 421 p. 2v.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (INE). **Censo Nacional de Población y Vivienda: Resultados por Entidad Federal y Municipio del Estado Bolívar**. Caracas: 2011.

MARCANO, Elvia Elena. **La construcion de Espacios sociales transfronterizos entre Santa Elena do Uairen (Venezuela) y Villa Pacaraima**. Tese. UnB/Flacso Brasilia-DF.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. 187 p.

RAMOS, Morelia Morillo. **Fronteiras inflamáveis: migração e comercialização do combustível na cidade de Santa Elena do Uairén (Venezuela)**. 2019. 138 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteira, Boa Vista, 2019.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. **Garimpagem e mineração no norte do Brasil**. Manaus: EDUA, 2017. 175 p.

_____. **Nacionalidade no pensamento social brasileiro e venezuelano e o lugar Guayana**. Manaus: EDUA, 2014. 289 p.

_____. *et. al.* “Deslocamento populacionais na Tríplice Fronteira Brasil-Venezuela- Guiana”, **Relatório Final**. Coordenadora Dr^a. Francilene Rodrigues, CNPq/UFRR, Boa Vista, 2008

_____. Migração transfronteiriça na Venezuela. **Estudos Avançados** - São Paulo: vol. 20, n.57, 2006, p.197-207.

SANTOS, Alessandra Rufino. **Interação social e estigma na fronteira Brasil/Venezuela: um olhar sociológico sobre a migração de brasileiros e venezuelanos**. 2018. 224 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 20, n. 1, p.199-218, 2008.

VIDAL, Laurent Alain; MUSSET, Alain; VIDAL, Dominique. Sociedades, mobilidades, deslocamentos: os territórios da espera. O caso dos mundos americanos (de ontem a hoje), **CONFINS** [En ligne], v. 13. 2011. Disponível em <https://journals.openedition.org/confins/7274> . Acesso em 10/10/2021 às 17:30h.

“MORRO ABAIXO!”: A URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE BOA VISTA E A SUA PRIMEIRA ZONA DE PROSTITUIÇÃO NA DÉCADA DE 1950

*Édla Sonaira Salazar de Oliveira,
Carla Monteiro de Souza
Márcia D’Acampora*

INTRODUÇÃO

A Prostituição ao longo do tempo apresenta-se como uma prática intrínseca a vida urbana e que tomou diversos significados sempre ligado a moral vigente no tempo histórico. Atualmente, com a predominância da moral judaico-cristã que relaciona o ato sexual e a sexualidade ao pecado, a visão que se tem da prostituição é de uma prática desprezível e rechaçada socialmente, que é marginalizada e transformada em um fenômeno social de grande expressividade (SILVA, 2018).

Durante a Antiguidade e boa parte da Idade Média, a prostituição foi considerada uma atividade normal e necessária, com bordéis construídos e administrados pelo próprio Estado. Segundo Nickie Roberts, no seu livro *As prostitutas na História (1998)*, atualmente as políticas governamentais condenam prostitutas e jogam bordéis na marginalidade, mas um dos maiores e primeiros cafetões da história foi o Estado. Após a reforma religiosa que ocorreu na Europa no século XVI e com o advento da industrialização e as novas formas de se pensar e organizar as cidades e as sociedades, a prática passou a ser vista como uma atividade marginal e criminalizada. Com o progresso e a modernização urbana causada pelo desenvolvimento do capital, há o culto de novos hábitos burgueses e as relações sociais são mediadas pelo equivalente geral, o dinheiro. Assim, a prostituição passa a ser reconhecida na expansão do mercado capitalista, prostituta significava a empatia do homem com as mercadorias. (RAGO, 1991).

Para Michel Foucault (1994), até meados de XVI há registros de uma relativa liberdade sexual, no modo como os corpos poderiam ser expostos, nas práticas sexuais e na maneira como os discursos se davam em torno do sexo. Com o desenvolvimento das sociedades burguesas vitorianas e do capitalismo passam a vigorar mecanismos de coerção e autoritarismo, de obediência e censura. A partir do século XIX, a sexualidade transforma-se e passa a encontrar centralidade no casal, na família. “Em toda a parte o puritanismo moderno impôs o seu triplo decreto de interdição, de inexistência e de mutismo” (FOUCAULT, 1994, p. 11). Na sua estrutura moderna, a prática caiu na clandestinidade e as prostitutas passaram a ser vistas como impuras e relacionadas à desordem moral.

Santos Júnior (2014, p. 26), apontam que o fato das prostitutas serem vistas como um “mal necessário” no processo de urbanização, liga-se a concepção da “família higiênica” bem como instância na iniciação sexual dos jovens independente da classe social, sendo assim uma de suas funções amenizar os impulsos sexuais dos garotos e garantir a virgindade das moças solteiras e futuras esposas. Desse modo, a prostituição é uma das instituições mais sólidas da sociedade patriarcal, e junto a ela surge o que Rago (1991) classifica como microinstituições, as quais sustentam a prostituição, como pensões, bordeis, motéis, bares, boates, enfim, todo um meio que se caracteriza em cada cidade de maneira singular a partir da formação da sua sociedade. Esses espaços, na segunda metade do século XX, na cidade de Boa Vista/Roraima, passaram a existir e incomodar alguns grupos desta sociedade, mesmo que estes fossem lugar de sociabilidade, frequentados por sujeitos de diferentes classes sociais, fossem eles figuras importantes da elite local ou garimpeiros que surgiam a todo momento, todos eles ávidos para a diversão nos “porões da cidade”¹.

Explicitados nossos pressupostos, este texto trata da Zona do Morro, área de prostituição que existiu na cidade de Boa Vista, então capital do Território Federal do Rio Branco, durante a década de 1950. Enfoca a forma como a área de meretrício se insere na cidade da época, que passava por um processo de modernização, com a sua elevação a capital, tendo em vista a criação do Território Federal do Rio Branco, em 1943, bem como a sociedade local lidava com o “Morro”. Nosso objetivo, portanto, é discutir a forma como estes territórios marginais, considerados “sujos” e malditos, se inserem na dinâmica social das cidades, especialmente em Boa Vista, uma cidade amazônica e fronteiriça.

1 Termo que Rago (1991, p. 107) se refere para designar os locais onde se espacializavam os prostíbulos do baixo meretrício na cidade de São Paulo.

Assim, ao estudarmos cidade Boa Vista e sua primeira zona de meretrício socialmente demarcada, nos coadunamos com Pesavento e também com Certeau, que nos indicam que ao estudarmos as cidades e a vida cidadina devemos pensar que toda cidade é um espaço apropriado, construído e praticado, investigado nas dimensões social e individual, material e simbólica.

Na pesquisa da qual se origina esse texto, utilizamos como fontes principais o jornal *O Átomo*, semanário que circulou durante a década de 1950 em Boa Vista, e os relatos de memorialistas e cronistas que enfocam este período, dentre outras, ressaltando que “ao olhar a cidade pelas lentes da imprensa houve um esforço para não se perceber os discursos como mero espelho que reflete o real, mas, acima de tudo, como elemento passível de criar e modificar a realidade do período que foram produzidos” (OLIVEIRA, 2020, p. 37).

Partimos, portanto, da pesquisa “A Zona do Morro: a marginalização do território da prostituição feminina na cidade de Boa Vista-RR na década de 1950”, realizada junto ao Curso de História da UFRR, e esse texto integra a pesquisa de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras, PPGSOF/UFRR, intitulada “Do centro as margens: a formação dos territórios da prostituição feminina na cidade de Boa Vista/Roraima – 1970 a 1990” em andamento.

A urbanização de Boa Vista no contexto amazônico

No processo histórico da Amazônia brasileira observa-se a instalação de diversos grandes projetos estatais que objetivavam o seu desenvolvimento. Para o Estado colonial português, assim como para o Estado Imperial e Republicano brasileiro, as grandes dimensões territoriais da região, suas amplas fronteiras, biodiversidade e a sua multiplicidade de culturas e modos de vida foram sempre um grande problema a ser encarado.

As iniciativas de políticas estatais aplicadas à região foram inicialmente para ocupação efetiva do território e manutenção das fronteiras. Já durante toda a segunda metade do século XX, insere-se nisso as políticas desenvolvimentistas do Estado que visavam crescimento econômico (SANTOS, 2012). Como pano de fundo dessas ações, Oliveira e Carleial (2013, p. 2), apontam que sempre estiveram presentes “o interesse da reprodução do capital e a apropriação dos bens regionais pela iniciativa privada”, desconsiderando a “equidade com as questões territoriais econômicas, sociais e ambientais”. No caso de Boa Vista, Veras (2009, p. 95) defende que a elaboração e implantação do Plano Urbanístico da

cidade no período de 1944 a 1950 é um dos exemplos materiais das “políticas de desenvolvimento urbano voltadas para o controle político, econômico e estratégico da fronteira setentrional”.

José Aldemir de Oliveira (1998, p. 40) entende que as cidades da Amazônia que vivenciam as políticas de urbanização ou são criadas na segunda metade do século XX, foram produzidas em tempos e espaços diferentes dos até então vividos pela população local que com essas modificações passaram a vivenciar novos valores citadinos e novas dinâmicas socioespaciais.

Durante o início do século XX as capitais amazônicas como Manaus e Belém e cidades como Porto Velho e Rio Branco, viviam uma fase de desenvolvimento econômico intensa e de modernização urbana causada pelo ciclo da borracha. Nesse período, associado a chamada *Belle Époque amazônica*, no qual a ideia de progresso era proveniente de tudo que era europeu, a vida nessas cidades brasileiras foi fortemente influenciada e interferiu/moldou uma vida noturna mais agitada e glamourosa. Nesse contexto se encaixa a proliferação de espaços de prostituição, como os famosos bordeis de luxo que com muito glamour eram dirigidos por madames de origem francesa e contavam com prostitutas de várias nacionalidades, polonesas, espanholas e italianas, com predominância das primeiras (PEREIRA FILHO, 2014).

Em contrapartida, em outras cidades amazônicas a vida noturna era acanhada ou inexistente, como em Boa Vista², na qual a mais antiga área de prostíbulos que se tem relato é a chamada Zona do Morro, que surge por volta de meados da década de 1940, ou seja, bem mais tarde que as outras capitais. Enquanto outras regiões da Amazônia foram transformadas pela exploração dos recursos naturais vegetais e tiveram fortes influências europeias, ainda nos anos iniciais do século XX, Boa Vista foi sendo moldada por fenômenos como a garimpagem de diamantes, que tem um auge na década de 1940 e a sua elevação a capital territorial, em 1943, incluindo-se aí a própria boemia da cidade.

Em meados do século XX, Boa Vista – que ascendeu à categoria de cidade em 1926 – apresentava estrutura rústica, similar à de uma vila, mas esta foi durante todo esse período o único lugar na região do Rio Branco considerado urbano (SILVA, 2012), fato decorrente de uma ocupação eminentemente rural. Segundo Veras (2009), até a elevação da região a Território Federal do Rio Branco, em 1943, Boa Vista, não possuía autonomia político-administrativa,

2 Neste sentido, foi de grande importância a leitura dos memorialistas, como Laucides Oliveira e Waldir Pimentel, que em seus textos ressaltam com entusiasmo as mudanças na vida noturna e nas formas de lazer e entretenimento em Boa Vista na década de 1950.

era extremamente carente de investimentos, privados ou estatais, que pudessem promover mudanças significativas em seu espaço urbano que influenciassem a existência de uma vida noturna e boemia, como ocorreu em outras capitais amazônicas com a exploração da borracha (OLIVEIRA, 2020, p.20).

Segundo Souza e Silva (2021, p. 164), “na formação do espaço urbano de Boa Vista, a criação do Território Federal do Rio Branco, em 1943, transformou a dinâmica socioespacial da região”. Para os autores, de cidade “acanhada, distante e pouco povoada”, o projeto de modernização que se segue visou torná-la uma cidade amazônica modelo, alcançada pelas políticas de integração nacional.

Referenciando-nos na consistente pesquisa de Veras (2009), observamos que a nova cidade planejada pelo engenheiro Darcy Derenusson – traçada segundo um radial concêntrico, formado por uma grande praça, a do Centro Cívico, que concentraria os poderes instituídos e que se abre em um “leque” formado por grandes avenidas – foi projetada para ser construída a partir das bordas da cidade já existente a beira do Rio Branco, que é mantida e passa por obras de infraestrutura. De forma peculiar, não se registra em Boa Vista o que aconteceu em outras cidades que passaram por processos de modernização, no qual a “bota abaixo” dá lugar a uma nova urbe.

A forma como este processo se dá demonstra que relações igualmente peculiares se estabelecem entre os poderes locais e os novos agentes políticos que se incorporam à sociedade local. Segundo Santos (2015), instaura-se um processo em que não faltam disputas políticas, nem tampouco troca de favores e de influência, cooptação e alianças. Neste contexto, observamos que o “Morro” se insere como protagonista indesejável, tanto em relação ao projeto da nova urbe, quanto na afirmação dos poderes vigentes.

Nas diferentes experiências de intervenções urbanas nacionais e internacionais, os processos ditos de renovação, requalificação ou revitalização urbana provocam a expulsão da população existente em nome de uma cidade outra, para um público diferente e abastado (RAMOS, 2015). Ao lançarmos olhares para as famosas zonas de prostituição como Boca do Lixo em São Paulo, da zona boêmia em Belo Horizonte, e da Vila Mimosa no Rio de Janeiro, estas são áreas que sofreram com as pressões para seus vários deslocamentos devido ao “progresso” da cidade, pois mesmo integradas à dinâmica da cidade são forçadas a esconderem-se diante da ordem moral estabelecida.

Segundo Ramos (2015), o discurso de desvalorização das áreas ocupadas pelas prostitutas e sua consequente degradação aparecem como uma oportunidade para os projetos de renovação urbana. A desvalorização do preço da terra devido

à degradação do território abre espaço para a especulação imobiliária e para projetos que se aproveitam dessa fragilidade para expulsar os moradores e todas as suas atividades “pecaminosas”, e criar ali áreas urbanas gentrificadas.

Em sua tese, Diana Ramos (2015), aponta que tal processo de “limpeza” da cidade resulta na transferência das meretrizes para locais menos valorizados, majoritariamente para bairros em “transformação”, com terrenos vagos, áreas intersticiais, com atividades obsoletas ou pouco definidas e com valor funcional e imobiliário médio, habitados por uma população modesta e desprovida de recursos materiais. De modo geral, são espaços periféricos, não somente geograficamente, mas principalmente no sentido de uma periferia social, buscando segregar os “impuros” da sociedade formal. Se, por um lado, o deslocamento proporciona a valorização urbana dos locais onde a prostituição se concentrava, por outro, seu confinamento a tornaria menos visível e facilitaria seu controle pelas autoridades públicas.

O presente trabalho entende que a relação das políticas urbanas e as zonas de prostituição são recíprocas, ou seja, essas modificações impostas pela reestruturação dos espaços urbanos afetam a constituição das zonas ao mesmo tempo em que as zonas desempenham um papel importante para a forma urbana, a organização espacial e dinâmica das cidades. A análise da geografia da prostituição com a morfologia e a dinâmica das cidades, apontam para um processo em comum nas cidades que é a expulsão das zonas tradicionais de prostituição para locais distantes do centro e o apagamento de sua existência via projetos de renovação.

Numa cidade localizada na fronteira extremo norte do Brasil, como Boa Vista, que adquire a sua feição urbana e consolida a sua centralidade na década de 1950, sob a égide do desenvolvimentismo, do nacionalismo e da forte intervenção do Estado, notadamente por ser capital do Território Federal do Rio Branco, as normas impostas pelos pensadores da cidade³ não são as únicas existentes no espaço urbano. As políticas estatais instituídas não limitam a utilização dos espaços e não formam por si só uma cidade, portanto, para entendê-la é preciso observar os extratos populacionais de menor poder sócio-econômico e sócio-po-

3 O historiador Michel de Certeau (1996) analisa, a partir do cotidiano citadino, os sujeitos da vida urbana em dois grupos, os pensadores da cidade são aqueles que ditam os modos como os espaços devem ser utilizados e aqueles que vivenciam a cidade na prática dando novos significados a materialidade do espaço vivido como consumidores. No caso de Boa Vista, nos referenciamos na tese de Márcia d’Acampora (2016), para definir o termo “pensadores”, sendo tanto aquelas influências e ideias vindas de fora, como as que formataram o Plano Urbanístico de 1946, mas muito diretamente os “intelectuais” locais, ou seja, aqueles que davam sentido a cidade por meio do registro e da propagação das suas ideias e posicionamentos – nem sempre em acordo com as dos de fora – e do seu enraizamento na sociedade local, o que lhes conferia uma posição de intérpretes da cidade.

lítico, como os sujeitos do Morro. Estes devem ser considerados como agentes construtores do espaço da cidade de Boa Vista, o que não significa deixar de reconhecer a sua condição de excluídos e, nesse sentido, a cidade tem papel simultâneo de palco e personagem no espetáculo das disputas simbólicas de poder materializados no controle dos espaços urbanos.

A Zona do Morro e a sua marginalização

A primeira região destinada a prostituição na cidade de Boa Vista foi a chamada Zona do Morro e se localizava no perímetro entre as ruas Antônio Bittencourt, Getúlio Vargas, Araújo Filho e Benjamin Constant, no atual Centro da cidade (Mapa 01). Oliveira (2020), em seu trabalho sobre o “Morro” e sua espacialização na cidade de Boa Vista, aponta o surgimento da região ainda na década de 1940, conjectura embasada a partir do relato de um garimpeiro chamado José Maria, citado no livro do memorialista de Laucides de Oliveira (2009). Segundo a autora o homem contava histórias do garimpo de Tepequém, e relembrou que, em 1945, havia chegado o primeiro grupo de prostitutas no local sob a responsabilidade de uma mulher chamada Terezinha, que já era dona de um bar na área do “Morro”, com isso, se infere que o cabaré localizado naquele garimpo tenha sido possivelmente formado por mulheres vindas do Morro.

Mapa 01: Área do baixo meretrício, Zona do Morro, Boa Vista/RR, 1953



O mapa acima mostra a cidade atual e localiza o “Morro”, atentando para o fato que a Avenida Getúlio Vargas marcava o limite do que chamamos acima de cidade já existente. A zona de meretrício existia na margem da cidade, caracterizada como do tipo fechada em bares/prostíbulos rudimentares (OLIVEIRA, 2020). Fica evidente no mapa que sua localização, tão próxima, inclusive, do projetado centro do poder instituído (a praça do Centro Cívico), a torna inconveniente e inadequada no contexto de implantação do projeto de reforma urbana da cidade.

Nesse sentido, o território da prostituição em Boa Vista estaria presente naquela área da cidade enquanto não fugisse ao controle das autoridades e não representasse “entraves ao crescimento urbano que encampava as bordas da cidade onde se toleravam esses espaços heteróclitos” (BENATTI, 2014, p. 8). Mas a partir do momento que Boa Vista começa a se expandir, segundo a lógica da urbanização modernizante do Plano Urbanístico de 1946, inicia-se um processo de reorganização que passa a valorizar os espaços para além da área historicamente ocupada, próximo ao local onde foi construída a praça do Centro Cívico (OLIVEIRA, 2020).

Neste contexto, o território ocupado pelas prostitutas começa a ser integrado à urbe e passa a se localizar justamente em pontos importantes da cidade. O “Morro” começa a incomodar, pois a exposição de corpos femininos e de comportamentos ditos inapropriados passam a “representar uma barreira para a construção do mundo urbano ideal, afinal, a tal exposição contrariava o que se esperava da imagem do meio urbano, de um espaço útil e higiênico” (AGUIAR, 2016, p. 38). A partir disso, o “Morro” começa a ser visto de fato como um problema.

A inadequação daquele espaço em relação ao novo projeto é evidente, pois os planos para a modernização de Boa Vista atendiam ao desejo de tornar a nova capital territorial uma cidade capaz de sediar as suas funções como principal centro irradiador das políticas e ações voltadas para implantação efetiva do Território Federal. Veras (2009, p. 87-89) referenciando-se no diagnóstico acerca da cidade apresentado no relatório de Araújo Cavalcanti, datado de 1945, menciona que este classifica as condições encontradas no “único aglomerado urbano na região que tinha condições de ser a sede do novo território” como “tenebrosas”.

As mudanças operadas na cidade, portanto, vinham no sentido de conferir “dignidade” à capital. A partir dessas modificações na infraestrutura urbana, reforça-se o discurso relacionando a região do “Morro” e seus sujeitos, relacionado à criminalidade, à violência e ao empobrecimento moral da família, como um espaço “indigno” em todos os sentidos, perigoso e inadequado a esta nova cidade. Nesta seara, aliado ao discurso de cunho moral, acreditamos que atuam aqui

os princípios que nortearam políticas e ações planejadas do Estado, no final da década de 1940 e 1950, relacionados a visão racionalizada e “científica” da gestão do espaço (BECKER, 2009, p. 25) e ao desenvolvimentismo e a perspectiva de modernização da fronteira.

Segundo Santos Júnior (2014), o discurso higienista, observado na Belle Époque manauara, é utilizado para construir uma imagem marginalizada dos sujeitos da zona de meretrício e reforça a ideia de algo ruim para a sociedade, moral e socialmente. Oliveira (2020) aponta que o espaço do “Morro” e as meretrizes passam a ser constantemente associadas, no discurso da elite e no imaginário da sociedade local, ao esgoto, a sujeira e representação da degeneração da mulher, a comportamentos negativos que influenciavam a juventude, principalmente, as moças de família.

Neste sentido, a região do baixo meretrício na década de 1950 figurou com certa contumácia nas páginas do periódico “O Átomo”, no qual os discursos criados para informar sobre o “Morro” relacionavam sempre aquele endereço com a ocorrência de crimes. Segundo Oliveira (2020), era nas redondezas da rua Antônio Bitencourt que, segundo o jornal, ocorriam cenas de assassinatos, roubos, de desordem pública e onde as “infelizes criaturas de vida horizontal”⁴ afrontavam os valores da família boa-vistense.

Para Canclini (2002, p. 50), a imprensa contribui para a reprodução da ordem social, “seus discursos têm uma função de mimese, de cumplicidade com as estruturas socioeconômicas e com os lugares comuns da cultura política”. Os jornais produzem a imagem de uma cidade como um espaço muito mais homogêneo do que sua realidade, ocultando a pluralidade social e as disputas de poder que ocorrem nos territórios urbanos. A ideia da cidade construída pelo discurso jornalístico não pode ser desassociada dos interesses de determinados grupos.

Esses discursos sobre o “Morro” apresentados nas páginas do jornal “O Átomo” transformavam lugares comuns em espacialidades malditas comumente associadas a contravenção. Observa-se que a partir de 1953, principalmente por conta da inauguração do Hotel Boa Vista (ver Mapa 1), houve uma intensificação de citações da zona do meretrício no periódico, sempre relacionando à criminalidade. O primeiro hotel da cidade foi construído em área contígua ao Morro, antecipando-se a construção da praça do Centro Cívico, local planejado para abrigar as sedes dos poderes e das instituições políticas territoriais⁵.

4 Termo utilizado pelo jornal “o Átomo” para referir-se às prostitutas da zona do Morro.

5 Ver: VERAS (2007), que apresenta um conjunto de fotos e de descrições deste espaço; OLIVEIRA (2007), memorialista que também descreve este espaço e o referido hotel.

Em contraponto, o jornal *O Átomo* registrava em suas páginas uma outra sociabilidade, quando, segundo Oliveira (2020, p. 41), ao lado dos assuntos políticos anunciava e noticiava as “festas no salão do Hotel Boa Vista, convites de festas relacionadas aos times de futebol Atlético Roraima e Baré, festas de clubes, como o Rotary Club”, variados “convites para bailes estudantis e bailes no salão do Cine Olimpia”, ressaltando serem estes locais de família e da elite local. Assim, ao lado da vida noturna agitada e marginal do “Morro”, havia uma outra vida noturna igualmente agitada, respeitável e desejável, que deveria ser prestigiada pelas famílias e pela gente de bem da cidade.

No referido ano de 1953, foram recorrentes nos registros policiais a menção de prisões no “Morro” noticiados no *O Átomo*, de homens por desordem e embriaguez e de meretrizes por promoverem escândalo na via pública. As constantes reclamações feitas às autoridades, exigiam a desapropriação da área para um lugar mais escondido, pois ficava muito visível tanto para quem chegava à cidade como também para as moças as “mulheres de família”.

Em 17 de outubro de 1953, na página 4, a notícia intitulada “Um verdadeiro atentado contra o urbanismo, nesta capital”, referindo-se às construções de casas populares na área próxima ao Hotel Boa Vista, defende que o governo deveria desapropriar a área do “Morro”. Argumenta que ao construir as casas a cidade ganharia duplamente, pois ficaria embelezada com as novas construções e “desapareceriam os verdadeiros antros da zona em que está localizado o *bas-fond*⁶, seria resolvido o problema social que há tanto tempo vem preocupando as administrações”.

O discurso na notícia apresenta-se como a opinião pública, e ser desconsiderado certamente renderia despreço a imagem do então governador Araújo Neto. Na edição seguinte, na capa da publicação do dia 24 de outubro de 1953, consta uma pequena notícia de que seria desapropriada “a área da favela do Morro”, que isso aconteceria por “deferência especial à imprensa livre” e que o governador tinha levado em consideração a sugestão sobre as vantagens urbanísticas e sociais feita na edição anterior do jornal.

É desconhecido os motivos que impediram o governo de desapropriar a área de fato, mas sabe-se que isso não ocorreu em 1953, pois, em 1955, o “Morro” volta a protagonizar as páginas do jornal com novos pedidos de desapropriação do local. “Afetar a moral pública” era a principal acusação que recaía sobre o

6 Termo que segundo os dicionários Aurélio e Michaelis é de origem francesa que se refere ao local de prática de prostituição, frequentado pela camada considerada degradada da sociedade, escória social, ralé.

“Morro” e solicitava o deslocamento da área com a justificativa de preservar os “bons costumes”. Isso fica evidente na crônica escrita por Roberto de Queiroz:

Desde o início do hotel Boa Vista, vimos expondo a conveniência da remoção do meretrício declarado do local onde está para outro mais discreto, onde as **“infelizes criaturas de vida horizontal” possam viver “seus dias infelizes” sem a promiscuidade agora existente com mocinhas, rapazolas e até crianças.** Até porque, o espetáculo favelesco da “zona”, bem ao lado da nossa principal casa de apartamentos, por certo deixa péssima impressão por quem nos visitam. (O ÁTOMO, 01 de mar. de 1955, p. 4) [Grifo nosso].

Queiroz aponta mais uma vez que as condutas explícitas de algumas meretrizes do “Morro” afrontavam os comportamentos impostos a uma mulher:

Nos arraiais prostibulares onde a vigilância é imperfeita, o que se atribui a escassez do elemento humano. Existem mulheres públicas de temperamento moderado, mas vivem também ali **as incorrigíveis, aquelas reincidentes na desordem de toda espécie.** Com cabeças agitadas com verdadeiras tempestades alcóolicas, quando a cidade dorme, costumam elas fazer excursão pelas vizinhanças, bradando em termos indecorosos, dissolutos (O ÁTOMO, 01 de mar. de 1955, p.4) [Grifo nosso].

A região do baixo meretrício era atacada por esses discursos por conta das condutas que rompiam com os códigos morais aceitáveis pelo grupo dominante da cidade. Para Benatti (1996) não era a prostituição em si que afetava os “bons costumes”, era a prostituta do baixo meretrício e a falta de controle do Estado para manter a ordem sobre elas. Como estavam mais explícitas e não tinham discrição, ficavam a vistas de todos, inclusive das mulheres e filhas dos “homens de bem” que frequentavam os bordéis. A elas a notícia atribui adjetivos potentes: “criaturas de vida horizontal”, “mulheres públicas”, “incorrigíveis”, “reincidentes”, de “cabeças agitadas” pelo álcool.

No entanto, Laucides Oliveira (2007, p. 23-24) lembra que a Zona do Morro era bem “animada”. Explica que ao chegar a Boa Vista, em 1953, foi apresentado a “vida noturna” da cidade: “sou levado para conhecer o “Morro”, a zona de meretrício, bem no centro da cidade: bares rústicos, iluminado à luz de “petromax”, um possante lampião incandescente, a querosene”. Conta que os vários bares – Bar do Leônidas, da Terezinha, da Vovó, do Eugéne – se localizam entre “casas esparsas e matagal”, lembrando que os bares eram “muito movimentados”,

onde ocorriam “farras homéricas” promovidas por garimpeiros. O movimento no quadrilátero apresentado no Mapa 1, abrigava os bares, “instalações rústicas”, “todos com mulheres e quartos nos fundos”, assim como “muitas bancas que vendem bifê com arroz, tomate e alface”, explicando que “a turma ‘enche a cara’ nos bares e mata a fome no ‘sereno’”.

O relato de Oliveira, um rapaz recém-chegado do Rio de Janeiro, filho de um proeminente comerciante de diamantes, indica que além da “ralé” a frequência era ampla. Por outro lado, observa-se que todo movimento noturno no “Morro”, incomodava os agentes sociais dominantes da cidade de Boa Vista, liderados por fazendeiros, membros da Igreja, alguns funcionários públicos e comerciantes (SANTOS, 2012, p. 112), que reproduziam a imagem moral burguesa, apontando a região frequentada por trabalhadores braçais, garimpeiros e prostitutas como aquelas que mereceriam maior atenção da polícia, da saúde pública e dos demais poderes encarregados de manter a ordem e zelar pelos bons costumes na cidade. Entendemos que há a preocupação com esses sujeitos, mas não ao ponto de reprovar a frequência dos homens de bem açodados pelos “naturais” desejos da carne – a antiga ideia da prostituição como mal necessário –, mas principalmente em controlar e ocultar essas áreas, que eram permitidas somente quando sob controle e invisibilizadas.

No entanto, quando se trata do baixo meretrício, como o “Morro”, argumentamos que esta atividade sofre mais perseguições que os outros níveis de prostituição por questões de ordem econômica (SILVA, 2011, p. 33), pois sua marginalização é ocasionada não somente pela imagem da prostituta, mas também por ser lugar de diversão principalmente de garimpeiros, homens pobres, sem relevância social. Este tipo de prostituição frequentemente é posto na periferia da urbe, em regiões que possuem um certo estado de deterioração, pouca infraestrutura, o que proporciona uma localização “adequada” para a prática do meretrício e do seu público, escondida e sem grande resistência.

A partir do final da década de 1940, com a reorganização urbana da cidade, a localização da zona dos prostíbulos de Boa Vista, torna-se local de disputas simbólicas de poder entre os agentes dominantes que materializavam o poder central na cidade e da elite local, impregnados por ideologias higienistas e moralistas, e os protagonistas da “vida noturna”, prostitutas, donos de bares e cafetinas. As políticas estatais implementadas na cidade a partir desse momento, fortalecidas pelo forte nacionalismo modernizante e, também, por uma moral rígida, criaram um impasse entre as prostitutas e as instituições que defendiam os valores impostos por essa elite, exigindo assim a retirada do “Morro” das áreas centrais da cidade.

Por outro lado, o processo de modernização e a implantação do Plano Urbanístico ao longo das décadas de 1950-60, promoveu uma valorização econômica dos espaços que antes constituíam as bordas da cidade. O quadrilátero do Morro, mostrado no Mapa 1, torna-se inconveniente e indesejável, posto que confina com o espaço destinado ao poder, aos bem-nascidos e bem-posicionados socialmente, à trânsitos e permanências qualificadas e não marginais.

Pensando a cidade como espaço de poder

Ao falarmos sobre as modificações no espaço urbano de Boa Vista concebendo-o como uma categoria social, faz-se necessário compreender a formação da sociedade que nela reside, em especial, da elite local que detém o poder político e econômico. Este grupo é entendido neste texto como grandes responsáveis pelos ataques à zona do Morro do centro da cidade na década de 1950.

Segundo Corrêa (1995) o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado, pois as cidades são produtos da atuação de agentes sociais com interesses específicos e distintos. Reforça o geógrafo, que a diferença de interesses dos grupos sociais no processo de apropriação do espaço é fator determinante para o surgimento de conflitos entre eles.

Daou (2000, p. 869), ao estudar sobre a formação das elites no Amazonas, as define como “associadas à ideia de uma minoria que se destaca em relação ao conjunto da sociedade não apenas nas situações pautadas na hierarquia e na ordem, como naquelas pautadas no individualismo e na igualdade.” Nos mais diferentes contextos, as ações desses grupos são de “interesses econômicos, ao monopólio do poder e às orientações culturais na vida de um grupo”, designando-se a elas o “papel de orientadoras da maioria, de promotoras de identidade, de portadoras dos interesses dos grupos que nelas se fazem representar ou, ainda, de protetoras da coletividade face ao inimigo externo”.

As origens e a formação da elite boa-vistense remontam principalmente ao século XIX, com a instalação e expansão de fazendas de gado que abasteciam Manaus. Nelvio Santos (2012, p. 106), referindo-se à formação da elite do vale do Rio Branco, aponta que a ocupação de uma população não índia na região ocorreu sobreposta na base da força e formou ali “uma sociedade fortemente hierarquizada, cujos descendentes ainda permanecem e detém algum poder político econômico”. Explica que havia um padrão na formação desses grupos, nos quais os patriarcas dessas famílias chegavam à região como militares do Forte São Joaquim e se transformavam em fazendeiros, avançando sobre as terras indígenas

e públicas, formando pequenos clãs, chamados posteriormente de “famílias pioneiras”. Em paralelo, alguns desses homens também se dedicavam ao comércio da região, que aliados monopolizavam as atividades econômicas.

A criação do Território Federal do Rio Branco, em 1943, e as mudanças espaciais e urbanas, sociais e políticas observadas em Boa Vista, se inserem no que Becker (2009, p. 25) classifica como “fase inicial do planejamento regional (1930-1966)”, no contexto do Estado Novo varguista, política orientada pela “Marcha para o Oeste”, posteriormente fundamentado no “Programa de Desenvolvimento para a Amazônia”, incluído na Constituição de 1946.

Segundo Santos (2004), até a implantação do Território Federal do Rio Branco em 1943, ainda que a região fosse município do Amazonas, a sua administração efetivamente ficava a cargo do grupo local. Entretanto, dada a importância geopolítica da região e os fatores econômicos externos e para assegurar as questões fronteiriças voltadas para integração nacional e de ocupação dos seus espaços, o poder político nacional passou a interferir fortemente na região. A chegada de novos agentes vindo de outras regiões do país e investidos de um poder constituído “de fora para dentro”, como administradores, funcionários e comerciantes, passou a integrar à vida política territorial, remodelando a sociedade local.

Explicitando esta relação, Raimundo Gomes dos Santos (2015), aponta que diante da chegada efetiva do governo nacional à região, as forças políticas locais tinham as opções de se alinhar ou se manterem afastadas do novo governo, nesse segundo caso ocupariam no máximo a posição de uma pálida oposição e perderiam muitos dos seus privilégios. Nesse momento a elite local possuía controle para além das questões políticas e econômicas, a Igreja Católica exercia uma relação de interdependência com os fazendeiros da região.

Nesse sentido, o autor segue explicando que no panorama político local, de um lado vemos “as forças políticas locais se aproveitando da plataforma de um governo solidamente estabelecido para permanecer no poder e, de outro, o governo nomeado para o Território cooptando as forças políticas locais para ganhar aceitação”. Nesta relação, os governadores recém-chegados buscavam “cooptar as lideranças políticas locais para compor uma nova configuração de poder”, por meio da indicação para cargos públicos, apoio às atividades privadas e a distribuição de auxílios diversos (SANTOS, 2015, p. 73). O governo nacional presente na região e a elite local mantiveram uma relação de interferência mútua, remodelando as relações políticas e sociais e os espaços que a representavam.

Com a criação do Território, o governo central buscou estruturar o espaço urbano de Boa Vista de acordo com as políticas nacionalistas voltadas para a

homogeneização da cidade, como explica Certeau (1996). As políticas de urbanização transformaram a dinâmica socioespacial da cidade, com um novo ordenamento espacial, dando importância às áreas próximas da atual praça do Centro Cívico. Nesse processo a elite local procura assumir protagonismo, pois, como afirma Silva (2011), o poder enquanto relação social só tem significado quando se exprime espacialmente. Ramalho (2012) aponta que mesmo com essa relação de certa forma recíproca entre governo Central e regional, a interferência da elite local, em alguns momentos, foi percebida como uma das dificuldades para a implantação da nova estrutura urbana.

Retomando a concepção de Certeau (1996) sobre os processos de formação da cidade, percebe-se que os pensadores da cidade de Boa Vista planejam e buscam impor sua visão de mundo através de uma arquitetura, de uma ideia de urbanização e de sociabilidade. A relação complexa desse grupo com o governo federal é fruto da tentativa de perpetuação dos poderes dessas elites locais que encaravam os “de fora” com certa desconfiança.

Dessa forma, como vimos em Santos (2015, p. 75), o projeto de urbanização de 1946 trazia consigo a ideia de modernidade no tradicional como um projeto de governabilidade. O “Morro”, espacializado na região central da nova Boa Vista que ali surgia, explicitou uma disputa de poder entre os grupos responsáveis para implementar essas políticas estatais de modernização e os sujeitos à margem do poder, as prostitutas, donos de bares e cafetinas.

O jornal “O Átomo” foi um porta-voz desses planos que agiram para a manutenção do poder do grupo dominante presente na máquina estatal, por um lado, e na exclusão de certos habitantes e consumidores da cidade, por outro. Portanto, o Estado por meio das políticas de urbanização da cidade de Boa Vista atuou como um defensor dos privilégios dos agentes sociais dominantes, fato este que refletiu na marginalização da primeira zona de prostituição da cidade.

Considerações finais

Acredita-se que com intervenção do governo central, a vida urbana da cidade foi inteiramente remodelada e foi pensada e redesenhada uma nova Boa Vista, baseada nas ideias globais de cidade em conjunto com a manutenção de poder da elite local. Para além dos aspectos políticos e econômicos, trouxeram para a região padrões de urbanização e de sociabilidade incompatíveis com a manutenção da Zona do Morro. A sociedade boa-vistense de modo geral encampou a necessidade do banimento do “Morro” da área central.

As ações promovidas pelo poder central na cidade de Boa Vista, na década de 1950, se concretizaram em espacialidades que, por vezes, nos passam uma certa sensação de extrema obviedade, tendo em vista a frequência com que determinadas estratégias estão presentes. Entretanto, ao estudarmos uma cidade amazônica como Boa Vista, observamos que, ao mesmo tempo, em que alguns discursos são recorrentes, como o que articula modernização à perspectiva higienista e de marginalização de certos habitantes, constatamos que a cidade se comporta como organismo vivo, dinâmico, heterogêneo no qual as políticas de modernização implementadas pelo Estado brasileiro que se sucederam sobre a cidade marcam a sua espacialidade, sua história e sua identidade.

Nesse sentido, o discurso presente no jornal “O Átomo” desempenhou relevante papel na construção simbólica e no imaginário da população local sobre o Morro, pois reforçou e exaltou nas suas páginas a importância das políticas de modernização da cidade, incompatível com uma zona de prostituição tão central, tão visível. Desse modo, os sujeitos do baixo meretrício são considerados uma fonte de sujeira, que na deve estar no centro da cidade, pois, hipocritamente, a prostituição deve existir escondida.

Ao defender que o Morro seja desalojado para longe das “pessoas de bem”, os pensadores e gestores da cidade desejam imprimir um visual “limpo” e que valorizava a nova forma modernizante para Boa Vista, na qual o centro figura como espaço primaz dos poderes constituídos. Portanto, não havendo o pedido de erradicação da prostituição, entende-se, assim, que vigora a permissividade para a prática e seu consumo, desde que controlada. Em Boa Vista, assim como em outras tantas cidades, a prostituição confinada, afastada, regulamentada, normatizada, mais facilmente controlável pelos poderes de polícia, raramente entrava na pauta dos jornalistas, a não ser quando interferia na lógica moral e de poder da cidade.

As campanhas de desapropriação do Morro promovidas pela elite local, buscaram a manutenção do seu poder através interferência na dinâmica urbana em construção na nova capital. O planejamento para a ocupação de novas áreas, antes consideradas periféricas, resultou na construção de discursos e práticas que além de desqualificarem a parcela da população cidadina que habitava o Morro, resultou, ainda que não imediatamente, no deslocamento da zona do baixo. Com um olhar projetado para o presente, observamos que a prostituição acompanha a estruturação e a expansão da malha urbana de Boa Vista, se adaptando e resistindo ao seu crescimento. As áreas destinadas aos prazeres sexuais, antes central, hoje são descentralizadas, integrando-se a atual dinâmica socioespacial da cidade.

O caráter dinâmico e transformador das áreas fronteiriças e das cidades amazônicas, se expressa sobremaneira quando estudamos a Boa Vista deste período, assim como nas modificações que apresenta nas décadas seguintes e na atualidade. Como constatou Oliveira (2020), com a modernização houve uma reformulação no espaço urbano da cidade o que atribuiu novos sentidos para a dinâmica socioespacial e rompeu com a rotina de cidade ribeirinha que Boa Vista manteve por muitas décadas. As disputas em torno da Zona do Morro, na década de 1950, configuraram um novo panorama social para a cidade, no qual se buscou um uso diferente para aqueles espaços, algo que refletisse o espaço urbano ideal, moderno, limpo, útil e higiênico, mudando as práticas e vivências do quadrilátero conhecido como Morro.

Fontes

- Jornal “O Átomo”, Boa Vista, 07 de abril de 1951, Ano I, nº 2, p. 3.
- Jornal “O Átomo”, Boa Vista, 14 de fevereiro de 1953, Ano II, nº 99, p. 4.
- Jornal “O Átomo”, Boa Vista, 07 de março de 1953, Ano II, nº 99, p. 4.
- Jornal “O Átomo”, Boa Vista, 17 de outubro de 1953, Ano III, nº 130, p. 4.
- Jornal “O Átomo”, Boa Vista, 24 de outubro de 1953, Ano III, nº 131, p. 1.
- Jornal “O Átomo”, Boa Vista, 11 de dezembro de 1954, Ano IV, nº 187, p. 1.
- Jornal “O Átomo”, Boa Vista, 01 de março de 1955, Ano IV, nº 197, p. 4.
- Jornal “O Átomo”, Boa Vista, 30 de julho de 1955, Ano V, nº 213, p. 1.

Referências

AGUIAR, N. E. M. **Um incômodo moral: o meretrício e seus meios de controle em Curitiba (1929-1937)**. 202 f. Dissertação (Mestrado) Programa em Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná, 2016.

BECKER, B. K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BENATTI, A. P. **O CENTRO E AS MARGENS Boêmia e prostituição na capital mundial do café, (Londrina: 1930-1970)** - 241f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1996.

CANCLINI, N. G. Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação. **Opinião Pública**, Campinas, v. 3, n. 1, p. 40-53, 2002.

CARNOY, M. **Estado e Teoria política**. 2 ed. Campinas: Papyrus, 1988.

CASTRO, E. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In: CASTRO, E. **Cidades da Floresta**. São Paulo: Annablume, 2008.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: a arte de fazer**. 1980. 3 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1996.

CORRÊA, R. L. **O espaço Urbano**. São Paulo: Ática 1955.

D'ACAMPORA, M. **As disputas por uma identidade: o Território Federal do Rio Branco**. 186f. Tese (Doutorado em História social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

DAOU, A. M. Instrumentos e sinais da civilização: origem, formação e consagração da elite amazonense. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. 3 (suplemento), p. 867-888, set. 2000.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I – A vontade de saber**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1994.

LEPETIT, B. Proposições para uma prática restrita da interdisciplinaridade. Arquitetura, geografia, história: usos da escala. A história leva os atores a sério. In: SALGUEIRO, H. (Org.). **Por uma nova história urbana**. São Paulo: Edusp, 2001.

OLIVEIRA, E. S. S. **A zona do morro: a marginalização do território da prostituição feminina na cidade de Boa Vista-RR na década de 1950**. 74 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2020.

OLIVEIRA, J. A. O. Trilhas e atalhos: as cidades amazônicas no final do século XX. In: ALVES, C. L. E. **Formação do espaço amazônico e relações fronteiriças**. Boa Vista: CCSG-UFRR, 1998.

OLIVEIRA, L. **Boa Vista 1953, uma aventura: Ah... dias da minha juventude.** Boa Vista: Gráfica Real, 2007.

OLIVEIRA, R. Q.; CARLEIAL, L. M. F. Desenvolvimento amazônico: uma discussão das políticas públicas do estado brasileiro. **Revista Eletrônica Multidisciplinar da Faculdade de Alta Floresta**, v. 2, n. 1, 2013. Disponível em <<http://faflor.com.br/revistas/refaf/index.php/refaf/article/view/90/html>> Acesso em 21 de junho de 2021.

PEREIRA FILHO, R. A. **Lupanares e puteiros: os últimos suspiros do Rendez-vous na sociedade Manauara.** 132f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

PESAVENTO, S. Cidade, Espaço e Tempo: Reflexões sobre a Memória e o Patrimônio Urbano. **Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio**, Pelotas, v. 2, n. 4, jul./dez. 2005.

PIMENTEL, W. **Boa Vista, 1950: uma história que quero contar.** Boa Vista: Gráfica Real, 2010.

RAMALHO, P. O. **Lugar de Memória: o plano urbanístico de Boa Vista.** 99f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

SANTOS JÚNIOR, P. M. Glamour e agonia na prostituição da Manaus da borracha. **Cordis**, São Paulo, v. 2, n. 13, p. 17-31, jul./dez. 2014.

SANTOS, R. N. G. **Entre cultura política, memórias e política de identidade: sujeitos históricos em ação – Boa Vista - Roraima (1970-1980).** 342f. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

SANTOS, N. P. D. **Políticas Públicas, Economia e Poder: o Estado de Roraima entre 1970-2000.** Tese (Doutorado) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

SANTOS, N. P. D. Roraima: possibilidade e impossibilidades da formação de uma elite regional. In: MAGALHÃES, M. G.; SOUZA, C. M. (Org.). **Roraima/Boa Vista: temas sobre o regional e o local.** Boa Vista: EUFRR, 2012.

SILVA, J. C. O conceito de território na Geografia e a territorialidade da prostituição. In: RIBEIRO, M. A.; OLIVEIRA, R. S. (Org.). **Território, sexo e prazer: olhares sobre o fenômeno da prostituição na geografia brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SILVA, G. N. As muitas faces da prostituição: uma abordagem histórica sobre o controle da sexualidade a partir de Foucault. **Divers@**, Matinhos, v. 11, n. 1, p. 15-25, jan./jun. 2018.

SOUZA, C. M.; SILVA, R. S. Um panorama acerca da importância das migrações internas na cidade de Boa Vista, Roraima. In: CAVALCANTI, E. V.; ARAÚJO, R. I. S.; CABRAL, G. G.; CABRAL, R. S. (Orgs.) **Leituras sobre a Amazônia: cultura, memória e ensino**. São Luís: EDUFMA, 2021.

RAMOS, D. H. **“Preta, pobre e puta”**: a segregação urbana da prostituição em Campinas - Jardim Itatinga. Tese (Doutorado) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

RAGO, M. **“Os prazeres da noite”**: prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1991.

ROBERTS, N. **As prostitutas na história**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1998

VERAS, A. R. T. **A produção do espaço urbano de Boa Vista – Roraima**. São Paulo, 2009. 235f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

VERAS, A. R. T. Rugosidades e tendências atuais na dinâmica de produção do espaço urbano de Boa Vista. In: MAGALHÃES, M. G. S. D.; SOUZA, C. M. **Roraima/Boa Vista: temas sobre o regional e o local**. Boa Vista: EUFR, 2012.

MIGRANTES VENEZUELANAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA EM BOA VISTA, RORAIMA

*Débora Gomes de Figueirêdo Nóbrega
Márcia Maria de Oliveira*

INTRODUÇÃO

Neste capítulo apresentamos um recorte dos resultados da Dissertação intitulada ‘Feminização das migrações e violência contra as mulheres venezuelanas defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal de Roraima como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociedade e Fronteiras, na área de concentração Sociedade e Fronteira na Amazônia, na linha de pesquisa em Fronteiras e Processos Socioculturais, sob orientação da professora doutora Márcia Maria de Oliveira.

Com o objetivo de analisar a intensa dinâmica migratória venezuelana no Estado de Roraima, desde 2015, atentando-se para os dados sobre a Feminização da migração venezuelana em Roraima, a pesquisa resultou em informações precisas sobre violências sofridas pelas mulheres migrantes venezuelanas no período de 2019 a 2020.

Considerando que atualmente o Brasil ocupa 5º lugar de referência mundial de incidência de violência contra as mulheres, que Roraima figura como um dos Estados da federação com os maiores índices de violência contra as mulheres e que foi o Estado com maior taxa de mulheres assassinadas em 2018, crime tipificado como feminicídio, conclui-se que o Estado não oferece segurança para mulheres migrantes.

O método utilizado foi o quantitativo, com estudo bibliográfico e levantamento estatístico retirados da base de dados dos atendimentos realizados pela

Defensoria Especializada de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher de Roraima e Casa da Mulher Brasileira, analisando as várias dimensões da inserção das mulheres migrantes, não indígenas, na cidade de Boa Vista buscando compreender a realidade dessas mulheres em situação de migração que sofreram violência doméstica em Boa Vista no atual contexto migratório marcado pelo aumento do número de casos de violência doméstica no Estado.

Com a técnica de coleta de dados e uso de documentos existentes se aprofundou, a partir de literatura especializada, os conceitos e definições norteados nos estudos migratórios sob a perspectiva das ciências humanas, especialmente na área da sociologia aplicada às migrações, partindo dos dados coletados das mulheres migrantes atendidas na Casa da Mulher Brasileira e encaminhadas para Defensoria Especializada de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres em Boa Vista - RR, seguido de um panorama geral da sua situação atual, para entender as dificuldades no acolhimento a partir de um recorte de gênero e uma reflexão atual sobre feminização.

Seguindo essa linha metodológica, se realizou um diagnóstico da realidade para demonstrar as principais características das migrações. Nesse momento, foi aplicada a técnica de análise de conteúdo (LAKATOS; MARCONI, 2003), a partir de uma pesquisa documental, dando uma visibilidade da questão da feminização e da violência na mobilidade internacional, particularmente aquela relacionada ao perfil das mulheres venezuelanas em Boa Vista, Roraima, com base em: registros oficiais, que são de uso público, que ofereceram detalhamento dos casos atendidos pela instituição, e os procedimentos e protocolos adotados pela equipe de atenção e o desdobramento da situação, análise ou fenômeno de feminização.

O percurso metodológico da pesquisa

Os dados oficiais das agências internacionais ligadas à ONU que atuam com migrantes e refugiados em Roraima, especialmente o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e a Agência das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), informaram que entre janeiro de 2015 e maio de 2019, foram registradas oficialmente 254.769 entradas de venezuelanos no Brasil. Destes, mais de 178 mil pessoas realizaram solicitações de refúgio e de residência temporária¹. A maioria dos

1 Dados informados na página oficial da UNICEF no Brasil. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/crise-migratoria-venezuelana-no-brasil>. Consultado em 15/05/2020.

migrantes venezuelanos entram no país pela fronteira norte de Roraima, e se concentram nos municípios de Pacaraima e Boa Vista, capital do estado.

Na cidade de Boa Vista, se concentram as ações de documentação e acolhimento aos migrantes e solicitantes de refúgio, de residência temporária e residência permanente. Os trabalhos são coordenados pela Operação Acolhida que representa uma “força-tarefa humanitária executada e coordenada pelo Governo Federal, através das Forças Armadas, com o apoio de agências da ONU e de mais de 100 entidades da sociedade civil que oferecem assistência emergencial aos imigrantes venezuelanos que entram no Brasil pela fronteira com Roraima”².

Atualmente, Boa Vista conta com 11 abrigos oficiais para acolhimento temporário a 6,3 mil migrantes e refugiados, de acordo com os dados institucionais (ACNUR, 2020). Estima-se que uma média 32 mil venezuelanos estejam residindo em Boa Vista, muitos vivendo em aluguéis coletivos e aproximadamente 1,5 mil pessoas morando em situação de rua na capital³. Estas cifras revelam que a Amazônia se encontra profundamente marcada pela mobilidade humana, e tem sido desafiada a acolher, compartilhar, cuidar e integrar os migrantes e refugiados que atualmente alcançam cifras inimagináveis e em uma visão globalizada “representam um lixo humano” de difícil reciclagem (BAUMAN, 2007, p. 47).

Uma característica marcante nesta atual conjuntura migratória internacional é a feminização das migrações que coloca muitas mulheres vulneráveis ao tráfico humano, uma das piores formas de violência contra as mulheres e uma das mais perversas violações aos direitos humanos (OLIVEIRA, 2016).

Nesta perspectiva, a presente pesquisa aborda situação das mulheres migrantes venezuelanas enfocando a perspectiva de gênero, associada ao conceito de feminização, que compreende tanto o aumento quantitativo das mulheres migrantes, como a mudança dos critérios de análise dos fenômenos migratórios, com enfoque na violência de gênero (MILESI; MARINUCCI, 2020).

Nosso objetivo geral foi identificar os tipos de violências sofridas pelas mulheres migrantes venezuelanas atendidas pela Defensoria Especializada de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher em Roraima e encaminhadas a Casa da Mulher Brasileira, utilizando as informações colhidas nas instituições, sendo estas, elementos a serem analisados a partir dos dados disponíveis no sistema para se identificar a situação das mulheres acolhidas por estas instituições no estado de Roraima.

2 Definição apresentada na página oficial da Operação Acolhida no site do Governo Federal disponível em: <https://www.gov.br/acolhida/historico/> Consultado em 15/05/2020.

3 Informes atualizados da UNICEF no Brasil. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/crise-migratoria-venezuelana-no-brasil>. Consultado em 15/05/2020.

Em coerência com o planejamento geral, os objetivos específicos aprofundaram: a temática da feminização das migrações no atual contexto da mobilidade humana, identificando as intersecções de gênero, migrações e violência. Consecutivamente, foram descritas as características das mulheres venezuelanas atendidas pela Defensoria Especializada em Promoção e Defesa da Mulher em Roraima.

Considerando que na atual conjuntura da mobilidade humana as mulheres migrantes venezuelanas em Boa Vista são caracterizadas como grupos vulneráveis na fronteira Brasil-Venezuela e, esse tema ainda é pouco pesquisado, merecendo atenção da comunidade acadêmica e das autoridades estatais, a presente pesquisa contribui para o debate acadêmico sobre as características das mulheres nessa região transfronteiriça e a vulnerabilidade social a que estão submetidas ao migrarem.

A Organização Internacional para as Migrações (OIM) define o fenômeno da migração humana como sendo o movimento de uma pessoa, ou um grupo de pessoas, por meio de fronteira internacional ou dentro do próprio Estado, abrangendo qualquer movimento da população, seja qual for sua extensão, sua composição e suas causas, incluindo-se a migração de refugiados, deslocados internos, migrantes econômicos, reunificação familiar e asilo, dentre outras finalidades (OIM, 2011).

A discussão no meio acadêmico e na prática profissional nas instituições, o fenômeno da migração em Roraima, vem se constituindo, de maneira crescente, em tema relevante na produção científica, nas discussões políticas, na mídia falada e escrita, na comunidade e, mais recentemente, no âmbito nacional, tornando-se um aporte para os estudos na matéria, especificamente tratando-se da migração venezuelana, conhecendo e identificando a violência sofrida na perspectiva de gênero, analisando o conceito e o processo de feminização. Se tornou imprescindível a incorporação de novas dimensões explicativas e uma revisão da própria definição da questão migratória.

A análise e interpretação da informação recopilada, foi desenvolvida em três níveis:

- a) Interpretação. Verificação das relações entre as variáveis independente e dependente, e da variável interveniente (anterior à dependente e posterior à independente), a fim de ampliar os conhecimentos sobre o fenômeno (variável dependente).
- b) Explicação. Esclarecimento sobre a origem da variável dependente e necessidade de encontrar a variável antecedente (anterior às variáveis independente e dependente).
- c) Especificação. Explicação sobre até que ponto as relações entre as variáveis independente e dependente são válidas: como, onde e quando (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 167).

Relacionou a feminização das migrações, as intersecções de gênero, com referência às migrações em Roraima, particularmente venezuelana, caracterizando seu perfil frente a violência de gênero e a gestão do Estado de Roraima frente a violência contra a mulher.

Entendemos que migrar é um fenômeno explícito ao longo de toda a história, porém, nas últimas décadas tem aumentado consideravelmente com a influência da globalização, alterando o crescimento das populações, gerando impactos tanto no desenvolvimento como na configuração sociocultural dos países de origem e de destino. As migrações podem ser desencadeadas por diversos fatores de cunho econômico, social, político, cultural, religioso ou a soma de todos. Entretanto, as migrações representam os “sintomas das mudanças” (OLIVEIRA, 2016, p. 115) resultantes dos ajustes dos sistemas econômicos que empurram os pobres “catapultados para lugar algum” (BAUMAN, 2004, p. 163).

As migrações internacionais têm se intensificado nos últimos anos e são muitas as causas dos deslocamentos. O fator econômico continua sendo um dos principais motivos de mobilidade para o trabalho e busca de melhores perspectivas e condições de vida. Numa definição simples, a migração se caracteriza pela mobilidade na qual migrar é se deslocar de um lugar a outro em busca de alternativas de uma vida melhor. Porém, muitas vezes, este deslocamento é uma imposição e a pessoa é forçada a migrar.

A Organização Internacional para as Migrações (OIM) define o fenômeno da migração humana como sendo o movimento de uma pessoa ou um grupo de pessoas, por meio de fronteira internacional ou dentro do próprio Estado, abrangendo qualquer movimento da população, seja qual for sua extensão, sua composição e suas causas, incluindo-se a migração de refugiados, deslocados internos, migrantes econômicos, reunificação familiar e asilo, dentre outras finalidades (OIM, 2011, p. 62-63).

Sabe-se que a migração é um fenômeno complexo que ocorre desde a existência do mundo, embora suas características, causas e consequências tenham mudado com o passar do tempo. Nas últimas décadas, a questão migratória se encontra em grande ascensão, principalmente a partir do período pós Segunda Guerra Mundial, quando as circulações aumentaram significativamente.

Conforme estimativa da ONU aproximadamente 2,5% da população mundial (em torno de 150 milhões de pessoas) é formada por imigrantes, ademais dos 12 milhões de refugiados contabilizados no mundo. Sayad (1998) alerta que a situação do imigrante é eminentemente provisória. Por outro lado, o Estado sempre

procura desmentir esse fato, insistindo na possibilidade de instalação dos imigrantes de forma duradoura, como imigrante. Para o autor, é como se a imigração precisasse, para se perpetuar, negar a si mesma, ignorando-se como provisória e não se confessando como definitiva (SAYAD, 1998, p. 45-46).

Não é fácil identificar as principais características das migrações internacionais contemporâneas, pois estas apresentam feições por vezes bastante diferentes a depender do contexto no qual se processam. Uma das questões que podemos levantar seria quais as razões que levam as pessoas a se deslocar. De acordo com Sayad (1998, p.15), “o estudo do fenômeno migratório por parte das ciências sociais está diretamente relacionado ao discurso científico construído sobre a imigração”. Desta forma se identifica o aumento das migrações ao longo da história com importante crescimento com a influência da globalização, até o ponto de alterar o crescimento das populações, gerando impactos tanto no desenvolvimento como na configuração sociocultural dos países de origem e de destino.

A análise do processo migratório para Sayad está relacionada ao próprio conceito de migração. O autor adota um olhar integral sobre a migração, evidenciando que existe um vínculo indissolúvel entre emigração e imigração e que não é possível entender o imigrante, suas experiências e condições sociais, sem compreender o emigrante e as condições sociais que o produzem como tal.

A sua interpretação da migração como fato social total, estimula o diálogo interdisciplinar e permite superar o olhar economicista que reduz a complexidade do fenômeno migratório analisando a imigração e os imigrantes enquanto força de trabalho sem considerar outras dimensões e sem questionar as relações que provocam este processo nas sociedades de origem e chegada, assim como as condições que fazem com que a imigração seja vista como “um problema social e político”, pelo qual,

A imigração é [...] um deslocamento de pessoas no espaço, e antes de mais nada, no espaço físico [...] Mas o espaço de deslocamento não é apenas um espaço físico, ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente (SAYAD, 1998. p. 15).

Conforme aponta Sayad “para o Estado-nação (e para os dois Estados-nações envolvidos no processo migratório), o imigrante (e com ele o emigrante) é aquele que não pode ter, num caso de *jure* e no outro *de facto*, uma identidade civil. [...] o imigrante põe em ‘risco’ a ordem nacional forçando pensar o que é

impensável, a pensar o que não deve ser pensado ou o que não deve ser pensado para poder existir” (SAYAD, 1998, p. 272-274).

A partir dessa visão, esse pensamento trouxe bastantes contribuições para análise das relações recíprocas e sempre desiguais entre sociedades de imigração e emigração, interrogando o papel dos Estados, dos processos e da “ordem colonial”, e a necessidade de olhar além das fronteiras nacionais para uma correta compreensão da complexidade da mobilidade humana. Neste sentido,

Uma das características fundamentais do fenômeno da imigração é que, fora algumas situações excepcionais, ele contribui para dissimular a si mesmo sua própria verdade. Por não conseguir sempre pôr em conformidade o direito e o fato, a imigração condena-se a engendrar uma situação que parece destiná-la a uma dupla contradição: não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro mas que se gosta de viver com um intenso sentimento do [sic] provisoriedade (SAYAD, 1998, p. 45).

Dentro dessa lógica, o que é um imigrante? Para Sayad, “o imigrante é uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito, cuja condição é revogável a qualquer tempo” (SAYAD, 1998, p. 54-55). Para o autor, esse trabalho é o salvo conduto do imigrante, ou seja, sua estadia está condicionada ao trabalho, sem força de trabalho, não há imigrante. Contudo observamos que não se trata de um simples ou qualquer trabalho, mas daquele que o mercado impõe para o imigrante. Infelizmente essa relação é cruel, pois o imigrante desempregado não pode permanecer na condição de imigrante, sendo essa condição para ser aceito na sociedade. Essa relação estreita com o mercado de trabalho estabelece a vida e situação do imigrante no estado e na sua condição de vida. (SAYAD, 1998, p. 243).

Sayad discute acerca do “paradoxo da imigração”, e faz menção a três ilusões: a da provisoriedade; a da legitimação da presença por meio do trabalho e a da neutralidade política. O imigrante tem a ilusão que vive como “estrangeiro”, sustentado por ficções como a do retorno, que muitas vezes se torna impossível; e a da naturalização, que muitas vezes é embaraçada por questões políticas, sociais e culturais (SAYAD, 1998, p. 19-20).

Assim, há uma constante dualidade na situação do imigrante, que se manifesta numa “lógica da exclusão”, segundo a qual, a fim de tentar preservar sua identidade, o imigrante “exclui a si mesmo antes de ser excluído e para não ser excluído” (SAYAD, 1998, p. 269).

Lisboa (2006, p. 26) define “migração como uma ação social de caráter individual ou coletiva, espontânea ou forçada, que ocorre através de um deslocamento interno (do campo para a cidade, de uma cidade para outra, no mesmo país), ou externo (de um país para o outro)”. De acordo com a referida autora, isso envolve cruzamento de fronteiras administrativas e políticas (territórios), e fixação de nova residência, bem como um processo de desenraizamento do local de origem seguido de novo enraizamento (aculturação) no local de chegada. Os motivos da migração tanto podem ter causas socioeconômicas e políticas, como também podem estar associados a dimensões subjetivas. Isso nos revela o amplo conceito de migração e a dimensão do fenômeno a ser estudado considerando suas particularidades. Nesse sentido, queremos dar ênfase à questão da feminização das migrações, aprofundar a temática no atual contexto da mobilidade humana.

Essas dimensões subjetivas também são descritas por Sayad quando retrata a força de trabalho nas relações diárias quando diz que imigração e imigrantes só têm sentido de ser se o quadro duplo erigido com o fim de contabilizar os ‘custos’ e os ‘lucros’ apresentar um saldo positivo. Como maximizar as ‘vantagens’ (principalmente as vantagens econômicas) da imigração, reduzindo ao mesmo tempo ao mínimo o ‘custo’ (notadamente o custo social e cultural) que a presença dos imigrantes impõe? Esta é uma formulação que, ao mesmo tempo que condensa em si toda a história do fenômeno da imigração, revela a função objetiva (ou seja, secreta) de regulamentação aplicada aos imigrantes: mudando segundo as circunstâncias, segundo as populações relativas, essa regulamentação visa impor a todos a definição constituída em função das necessidades do momento (SAYAD, 1998, p. 50).

Nesse sentido, o Estado fornece o mínimo para que o imigrante possa manter-se e continuar trabalhando, e, por conseguinte, produzindo – por um lado para assegurar que trabalhe e mantenha sua saúde em um nível que não prejudique os nacionais; por outro, para que esteja com a “consciência limpa” e não se contradiga em seus valores (SAYAD, 1998, p.57-59). Para o autor,

[...] na medida em que dura a imigração, porque não se emigra [...] e não se imigra [...] impunemente [...], produz-se, entre os imigrantes, uma inevitável reconversão de suas atitudes em relação a si mesmos, em relação a seu país e em relação à sociedade na qual eles vivem cada vez por mais tempo e de forma mais contínua e, principalmente, frente às condições de trabalho que essa sociedade lhes impõe (SAYAD, 1998, p. 65).

No entanto, apesar de todo esse entendimento com bases comuns, enquanto fenômeno complexo e multifacetado, a migração é estudada por outros autores compreendendo o migrante, seus movimentos, os processos materiais, as consequências e implicações em diferentes escalas, os simbolismos e as transformações culturais desse fenômeno. Conforme mostra Bauman (2017, p. 13-14), nenhum ser humano é estrangeiro:

Estranhos tendem a causar ansiedade por serem “diferentes” – e, assim, assustadoramente imprevisíveis, ao contrário das pessoas com as quais interagimos todos os dias e das quais acreditamos saber o que esperar [...] Sobre os estranhos, porém, sabemos muito pouco para sermos capazes de interpretar seus artifícios e compor nossas respostas adequadas – adivinhar quais possam ser suas intenções e o que farão em seguida. E a ignorância quanto a como proceder, como enfrentar uma situação que não produzimos nem controlamos, é uma importante fonte de ansiedade e medo.

O autor reforça o argumento de que as imigrações são “danos colaterais” da globalização e da modernidade líquida (BAUMAN, 2001, 2013), e administrá-los passa a ser o maior desafio do século XXI. Mas, por enquanto, governantes e sociedades têm abusado de uma “cegueira moral” (BAUMAN, 2014) ao tratar os refugiados como apenas um problema de segurança nacional.

O migrante enfrenta constantemente as mesmas dificuldades para se estabelecer em um país, pois os costumes e cultura são diferentes dos seus e de língua desconhecida, enfrentando ainda, muitas vezes, a xenofobia, as restrições impostas aos estrangeiros pelas legislações, o trabalho escravo ou quando muito o subemprego. Por outro lado, a mobilidade dos indivíduos sempre foi um fator importante e presente na história da civilização. As mulheres em deslocamento podem ser consideradas agentes em desenvolvimento sendo uma realidade cada vez mais comum. As migrantes saem do seu país com um projeto migratório de trabalhar, juntar dinheiro e prover melhores condições de vida para os filhos e para a família que ficou no lugar de origem, assim possibilitando melhores condições de saúde, educação e, inclusive, acesso a bens de consumo. Destaca-se que a migração de mulheres por motivo de trabalho também é uma realidade cada vez mais consolidada.

Ao estar em um espaço e convivendo com pessoas que se diferenciam em suas formas de ser, o estrangeiro causa estranhamento: por possuir traços distintos (língua que fala, comportamentos e valores adotados), a sua presença pode causar desconforto, medo e horror àqueles que viviam no espaço antes de sua chegada.

Estranhos são perigosos; assim, cada estranho é um perigo. Ou, pelo menos, é o que creem. Mais que qualquer outra coisa, desejam estar seguros em relação ao perigo. Mais exatamente, contudo, estar seguros em relação ao medo aterrorizante, angustiante e incapacitante da insegurança. Esperam que os muros os protejam desse medo (BAUMAN, 2013, p. 88).

Não são raras as sociedades em que os estrangeiros são tratados como “cidadãos de segunda classe”. Contudo, mesmo nas sociedades tidas como mais democráticas, os estrangeiros não são cidadãos originais, estando sujeitos, juridicamente, a ordenações distintas. Essas ordenações paralelas reforçam a barreira que existe entre as duas categorias de indivíduos na sociedade mesmo nas mais igualitárias.

Se, conforme Sayad (1991, 243), “estrangeiro é uma definição jurídica de um estatuto “refere-se àquele que está apenas de passagem; imigrante “é antes de tudo uma condição social” aquele que se instalou, mesmo que provisoriamente. A distinção entre essas duas entidades é fundamental no estudo relativo à imigração: todo imigrante é estrangeiro, mas nem todo estrangeiro é imigrante. Ora, “estrangeiro” e “imigrante” são duas expressões distintas de um mesmo fato: a presença de um forasteiro além das fronteiras de seu país que, para Bourdieu (SAYAD, 1998, p.11) constitui um “fato social completo”.

O Brasil passa por um momento singular no que diz respeito às migrações internacionais. Mesmo assim, vale lembrar que o país ainda não recebe uma quantidade tão expressiva de imigrantes, como países da Europa e Estados Unidos. Porém, é crescente o contingente de imigrantes e refugiados que afluiu ao país nos últimos anos, o que requer uma maior atenção tanto das autoridades, como de toda a sociedade brasileira.

Milhares de pessoas sem perspectivas de vida, devido à pobreza, à falta de condições básicas de subsistência, às desigualdades e ao desemprego, optam por tentar uma vida melhor em outro país. Ocorre que a migração internacional acarreta grandes riscos, principalmente no que diz respeito aos direitos humanos dos migrantes, seja nas travessias, seja durante sua inserção nas sociedades de destino, que são frequentemente violados de maneira alarmante.

Bauman (2017) assegura que atualmente estamos vivendo a maior onda migratória não voluntária desde a Segunda Guerra Mundial. Pessoas estão sendo forçadas a sair de seus países, preponderantemente por considerarem que os territórios em que vivem não oferecem condições de vida e proteção, com precárias possibilidades de emprego, saúde, educação e em alguns casos perigo de morte decorrente de diversos conflitos e guerras, tornando a vida insustentável. São estas pessoas que se dirigem para outras localidades em busca do que comumente chamamos de refúgio.

Sayad (1998) caracteriza e define a migração, sobretudo, no âmbito econômico e no reordenamento internacional do trabalho. Nesse sentido, a falta de trabalho ou falta de perspectiva de trabalho e a busca por aprimoramento das condições materiais, eventos socioambientais, guerras e sua consequente desestabilização do modo habitual de vida, mudanças contextuais no modo de produção, como o início da urbanização e do crescimento das grandes cidades motivados pela gradual transição entre economia rural para comercial e industrial, perseguições políticas, religiosas e disputas por territórios podem explicar em alguma medida as migrações. Entretanto, Bauman (2017) insiste que as migrações são sintomas das desigualdades sociais e econômicas resultantes da perversidade do sistema capitalista.

Em seu debate sobre “o pânico migratório e seus (ab)usos” e “flutuando pela insegurança em busca de uma âncora”, Bauman (2017) descreve os possíveis impactos das notícias transmitidas pelos meios de comunicação de massa, mostrando fios condutores e criadores de realidades distorcidas e generalizadoras a respeito das migrações incorrendo na criminalização dos migrantes como se eles fossem os responsáveis por tudo que gera as migrações.

De acordo com o referido autor, os noticiários de TV, as manchetes de jornal, os discursos políticos e os tuítes da internet são usados para transmitir focos e escoadouros das ansiedades e dos temores do público, estão atualmente sobrecarregados de referências à “crise migratória”, que aparentemente estaria afundando a Europa e sinalizando o colapso e a dissolução do modo de vida que conhecemos, praticamos e cultivamos (BAUMAN, 2017, p. 7).

De acordo com Bauman (2017), a característica fundamental que distingue as migrações internacionais de outros tipos de migração é, portanto, que elas implicam uma mudança do indivíduo entre duas entidades, entre dois sistemas políticos diferentes. Nesse sentido, pode-se afirmar que as migrações internacionais são não apenas um fenômeno social, mas também inerentemente político. A dinâmica migratória internacional tem se intensificado cada vez mais nas últimas décadas e o principal motivo tem sido o fator econômico, no qual as pessoas deixam seu país de origem visando à obtenção de emprego e melhores perspectivas de vida em outras nações. Em face das medidas tomadas pela maioria dos países desenvolvidos no intento de restringir a entrada de imigrantes, o tráfego destes tem se intensificado bastante.

O Brasil tem uma população de refugiados reconhecidos de mais de 9 mil pessoas (BRASIL, 2017), um número pequeno se comparado a países do Oriente Médio e Europa. Conforme dados do relatório Tendências Globais da Organização

das Nações Unidas (2017), durante o ano de 2016, 10,3 milhões de pessoas foram forçadas a fugir de suas casas, representando uma média por minuto de 20 novos deslocamentos involuntários. Mais da metade dos refugiados (55%) vêm de apenas três países (Síria, Afeganistão e Sudão do Sul), sendo que outros cinco (Turquia, Paquistão, Líbano, Irã, Uganda e Etiópia) são os que mais recebem refugiados.

As principais causas das migrações estão ligadas à luta pela sobrevivência, oportunidade de trabalho, estudo e conquista da independência em relação à opressão e à violência. As mulheres vivem um processo de mudança total em suas vidas considerando aspectos sociais, econômicos, culturais, religiosos e de total adaptação ao meio que na sua maioria são impactantes ao modo de vida que tinham anteriormente. Nesse processo de mudança, ocorre uma verdadeira globalização da assistência, entre as instituições que atendem às mulheres, como evidencia a autora Teresa Kleba Lisboa. Conforme a autora, é necessário a existência de políticas públicas que venham ao encontro das necessidades básicas das mulheres.

Violência contra as mulheres migrantes em Roraima

Uma característica importante das novas dinâmicas migratórias na Amazônia é o deslocamento e a circulação das mulheres (OLIVEIRA, 2016). Nesta perspectiva, a proposta desta pesquisa é identificar os fatores que vêm definindo as migrações na Amazônia, tendo por base a abordagem teórica dos estudos migratórios que aprofundam a temática da feminização das migrações (MOROKIVASIC, 1984).

Do ponto de vista qualitativo, a feminização da migração indica que a mulher passou a ganhar maior evidência nas dinâmicas migratórias (MOROKIVASIC, 1984, p. 885). Isso não significa que antes elas não migravam e sim que passaram a ser contabilizadas e mensuradas pelos indicadores das migrações enquanto dinâmica específica. Entretanto, ressalte-se que o conceito “feminização pode ser usado para indicar uma mudança com viés de gênero, uma ação, um processo de se tornar mais feminina, mais comum ou intensa entre as mulheres ou em domicílios chefiados por mulheres” (YANNOULAS, 2011, p. 22). Ainda de acordo com a mesma autora, a feminização “é a ação ou efeito de feminizar, tornar feminino e refere-se ainda ao conceito de feminização das profissões e ocupações, a que correspondem metodologias e técnicas diferentes para a coleta e análise de informação: significado quantitativo ou feminização” (YANNOULAS, 2011, p. 27).

Do ponto de vista conceitual, a feminização pode referir-se ao “aumento do peso relativo do sexo feminino, na composição de uma categoria social” (YANNOULAS, 2011, p. 23). Nessa perspectiva, o termo feminização refere-se à desigualdade de direitos sociais entre homens e mulheres como ocorre com os estudos sobre a feminização da pobreza no qual o conceito de feminização representa a ideia de que as mulheres vêm se tornando, ao longo do tempo, mais pobres do que os homens (OLIVEIRA, 2016).

Miranda (2009, p. 24) entende “a feminização da migração como o resultado de uma recomposição do capital à escala mundial” em que as mulheres passaram a ocupar os novos postos de trabalho em novos setores da sociedade, principalmente o trabalho de tempo parcial, o trabalho temporário na agricultura, a prestação de serviços sexuais e o trabalho na área dos cuidados aos idosos e crianças. A feminização está relacionada, ainda, com a condição da mulher reinterpretada por muitos autores como uma “condição subjugada nas relações de dominação de gênero” reproduzidas também nas composições migratórias (OLIVEIRA, 2016, p. 147).

Morokivasic (1984), apresenta os primeiros estudos sobre a temática da feminização da migração e observa que “a partir da década de 1980, nos países do norte da Europa, o número de mulheres migrantes supera o dos homens, obrigando os estudos migratórios a considerar a variável de gênero nas abordagens das migrações internacionais” (MOROKIVASIC, 1984, p. 886). Para a referida autora, as mulheres sempre migraram, mas, nem sempre foram contabilizadas estatisticamente nas teorias migratórias.

Sassen (2016) chama a atenção para os movimentos migratórios de mulheres em contextos específicos, muitas vezes marcados por guerras, epidemias, fome, catástrofes naturais ou crises econômicas e políticas. Nesses contextos, quase sempre é a mulher, na condição de mãe, filha, irmã ou esposa, que “encabeça o deslocamento mediante emergências que colocam em risco a vida da família” (OLIVEIRA; COSTA, 2018, p. 96).

O reconhecimento do papel desempenhado pela mulher em contextos migratórios, aos poucos, vem provocando importantes rupturas nos paradigmas das teorias migratórias baseadas na Economia, na Sociologia e na História que apresentavam as mulheres economicamente inativas e indiferentes às dinâmicas migratórias” (MIRANDA, 2009, p. 23).

Para Morokivasic (1984, p. 888), “a predominância até a década de 1980, nas teorias migratórias, da ideia de que o migrante típico era o homem e a migração feminina era alvo de pouca atenção está estreitamente vinculada ao modelo de

família patriarcal”, no qual o homem figurava como o chefe de família e responsável pelo sustento do lar, conseqüentemente, autor e sujeito dos projetos migratórios quase sempre familiares. A feminização das migrações, no entanto, problematiza estes marcos históricos nos contextos de mobilidade humana (OLIVEIRA; COSTA, 2018) e exigem abordagens específicas baseadas nos estudos da perspectiva de gênero (TORRALBO; MATOS; MARTÍNEZ, 2019).

De acordo com Milesi e Marinucci (2016, p. 12), as mulheres migrantes passam por situações que acentuam sua vulnerabilidade “não como uma característica inerente à condição de ser mulher, mas uma realidade social decorrente de estruturas patriarcais e discriminatórias que mantêm os estereótipos e desigualdades de gênero”.

O Brasil tem grandes avanços no aspecto legislativo no que se refere a proteção de mulheres, porém as estatísticas atuais mostram uma grande falha na aplicação das normas existentes. Diante desta conjuntura, há a necessidade urgente do desenvolvimento e a implementação de políticas públicas para o combate à violência contra a mulher.

As mulheres migrantes têm um diferencial dentro dos processos migratórios em relação a migração masculina, pois carregam com elas vários agravos de situações, correm riscos constantes juntamente com seus filhos de sofrerem abusos sexuais e outros tipos de violência em locais desconhecidos no deslocamento. Enfrentam problemas diversos também no que diz respeito a regularização de sua documentação que dificulta seu trânsito no país de destino, enfrentando o medo da deportação e principalmente o grande sofrimento em relação à separação familiar, bem como as precárias condições nas quais se inserem no mercado de trabalho.

Essa realidade traduz a vivência da mulher migrante e muitas vezes essa experiência de migrar trazem traumas de diversas formas. E encontram um estado omissivo no que se refere a políticas públicas que atendam as mulheres migrantes em suas particularidades para que tenham seus direitos assegurados e articular a rede de serviços local com políticas de enfrentamento e combate à violência sofrida por elas.

Para definirmos a violência doméstica temos que pensar que toda espécie de agressão que for dirigida contra a mulher num determinado ambiente, seja ele doméstico, familiar ou de qualquer outra intimidade, baseada no gênero, que possa lhe causar morte, lesão, sofrimento psicológico, físico ou sexual e dano moral ou patrimonial é classificado como violência. Muitas vezes a violência doméstica acontece num espaço considerado seguro para as mulheres, ou seja, dentro da própria casa e a maioria dessas mulheres não registram o crime. A

vítima, na maioria das vezes silencia o sofrimento para proteger os filhos e a família por diversas razões, dentre elas o vínculo financeiro, dependência total do agressor e por não ter estudo ou uma profissão definida.

Essa relação de dominação e violência na vida da mulher se compõe em um ciclo que pode durar muitos anos e tornar-se vicioso, repetindo-se ao longo de meses e até muitos anos, se traduzindo em fases que vão se acumulando e se manifestando em outras violências, tornando-se um pesadelo para a mulher. O rompimento desse ciclo tende a demorar muito tempo e a mulher necessita de todo apoio do Estado para romper com a violência.

A pesquisa aponta que as mulheres venezuelanas estão mais vulneráveis a violações dos direitos e mais expostas a violência doméstica, pois na rota migratória também têm seus direitos trabalhistas violados. No estado de Roraima as principais cidades que transitam são Pacaraima e Boa Vista, elas enfrentam o preconceito e a indiferença, e têm dificuldades de entrar no mercado profissional e na escola, estando na maioria em situação irregular no Brasil.

Com a dificuldade de emprego procuram todos os tipos de trabalho, inclusive serviços como domésticas, recepcionistas, faxineiras, ambos sem carteira de trabalho devidamente assinada. Conforme levantamento de dados, a maioria das mulheres venezuelanas migraram para Roraima nos últimos dois anos, mudando o perfil da migração, pois antes se percebia a migração mais masculina e atualmente o número de mulheres migrantes tem crescido visivelmente. Na maioria, são sozinhas ou acompanhadas pelos maridos, ou apenas com os filhos pequenos, elas deixam a Venezuela em busca de um emprego que garanta o sustento da família. Outra característica é que enviam tudo que ganha, ou grande parte para seu país para ajudar no sustento dos familiares que ficaram na Venezuela.

A Casa da Mulher Brasileira, uma das ações previstas no Programa “Mulher: Segura e Protegida”, é um espaço de acolhimento e atendimento humanizado que tem por objetivo geral prestar assistência integral e humanizada às mulheres em situação de violência, facilitando o acesso destas aos serviços especializados e garantindo condições para o enfrentamento da violência, o empoderamento e a autonomia econômica das usuárias. A Casa da Mulher Brasileira está localizada no Bairro São Vicente em Boa Vista – Roraima e atende também Constitui um serviço da rede de enfrentamento a violência contra a mulher e atua em parceria com os serviços especializado da rede de atendimento (Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher/DEAM, Defensoria Especializada, Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Promotoria Especializada, Casa - Abrigo de Maria) e com os demais parceiros

(Rede Socioassistencial, rede de saúde, órgãos de medicina legal, entre outros parceiros intersetoriais.

A instituição é subordinada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, por meio da Secretaria Nacional de Política para as Mulheres/SPM. Em Boa Vista Roraima, é coordenada pelo Governo Estadual, por meio da Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social, através da Coordenação Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres/CEPPM sendo norteadas pela Lei 11.340 de 2006, Lei Maria da Penha e integra no mesmo espaço serviços especializados para os mais diversos tipos de violência contra as mulheres: acolhimento e triagem; apoio psicossocial; promoção da autonomia econômica; brinquedoteca; alojamento de passagem, central de transporte Delegacia, Juizado; Ministério Público, Defensoria Pública. Todos esses órgãos e serviços atuam na busca de um atendimento integral das mulheres, a partir de uma percepção ampliada de seus contextos de vida, assim como de suas singularidades e de suas condições.

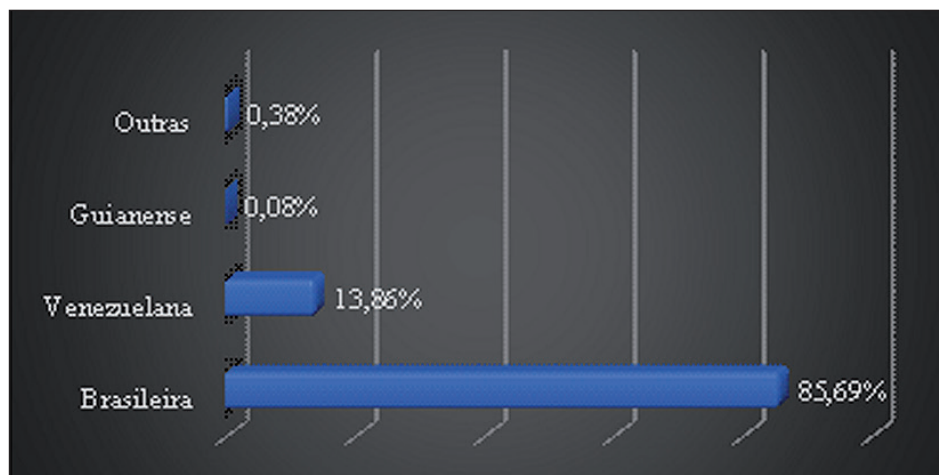
Durante a execução da pesquisa foi possível observar as violações de direitos humanos sofridas por essas mulheres migrantes atendidas nessas instituições governamentais do estado de Roraima revelando de um lado, as desigualdades nessa estrutura global capitalista, bem como a violência sofrida pelas mesmas reproduzida por esse fenômeno global e pelas relações de dominação estruturas na relação de gênero. A ONU Mulheres (2017), retrata em seus estudos que no geral as mulheres migrantes são submetidas a diversas ameaças e abusos ao longo dessa caminhada migratória. Essas mulheres sofrem violência sexual constantemente e se registra que 1 a cada 5 refugiadas sofrem algum tipo de violência sexual e isso retrata um número subnotificado.

Por meio da pesquisa também foi possível revelar que a violência na qual essas mulheres são submetidas ultrapassa a esfera física, pois são evidentes no estudo a violência simbólica e estrutural, baseada no gênero, raça, classe e nacionalidade. Percebe-se ainda a precariedade da condição da mulher nas sociedades contemporâneas, que apesar do discurso de “igualdade” nas relações sociais e de trabalho, mostra que nada mudou a longa história de desigualdade que subjuga a mulher com base no gênero. A condição de migrante revela a submissão pelo gênero de forma explícita, estampada nas relações de trabalho e nas diferentes formas de violência. É possível ainda perceber na pesquisa que o outro tipo de violência que essas mulheres enfrentam de forma muito nítida é a violência social em suas em suas várias dimensões, manifestando-se especialmente na manutenção da pobreza, na dificuldade de acesso a políticas públicas, na situação precária de moradia, na não garantia de direitos no país que as receberam, dentre

outras. Nesse sentido, o acesso aos serviços públicos também é prejudicado pela dificuldade inerente à condição de ser “estrangeira”, assim como pela eventual barreira linguística.

Por meio dos gráficos, a primeira informação que se pode extrair dos dados apresentados é que, pelo menos no período analisado, na incidência de violência de gênero, as venezuelanas estão em segundo lugar, atrás das brasileiras, correspondendo ao aumento demográfico produzido pela migração em Boa Vista (Gráfico 1). No entanto, resta avaliar se a fragilidade documental em termos de regularização desde 2020 pode afetar as motivações para denunciar a violência por ela sofrida.

Gráfico 1 - Vítima de violência doméstica por nacionalidade em Boa Vista-RR

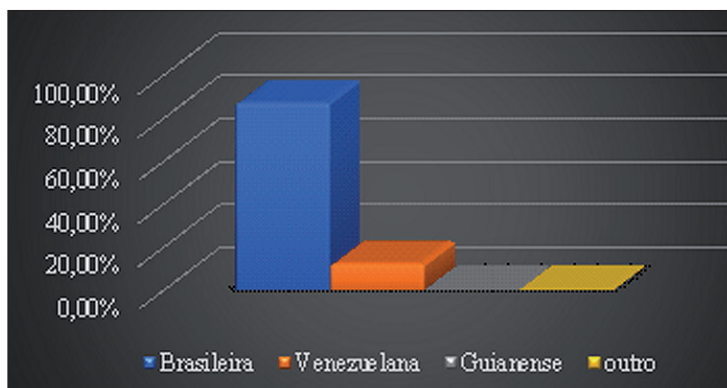


Fonte: Relatório Enfrentamento à violência doméstica Boa Vista – RR: Patrulha Maria da Penha (2020) – dados organizados pela autora.

Pode-se deduzir que tanto em relação às vítimas quanto aos perpetradores, o número de denúncias é relativamente baixo, o que faz com que os casos sejam particularmente subnotificados (Gráfico 2).

Conforme indicado na pesquisa, há vários anos a migração de venezuelanos se apresenta no Brasil como um fenômeno expressivo na área de fronteira, sendo Boa Vista a cidade com maior concentração. A falta de dados completos, tanto para os migrantes quanto para o restante dos segmentos da sociedade no Brasil, não nos permite tirar conclusões firmes, mas apenas buscar indícios.

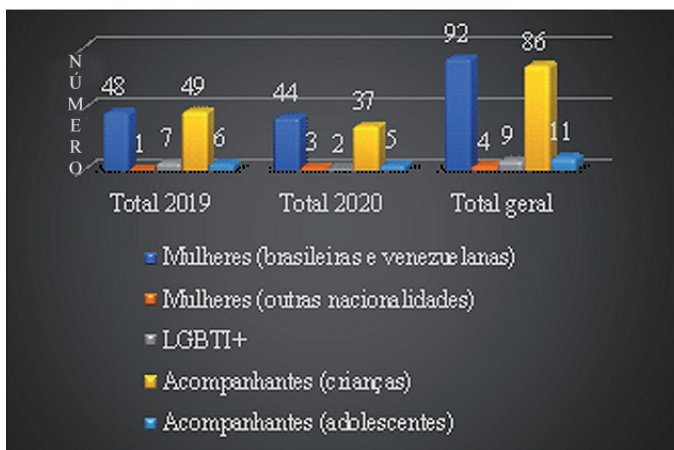
Gráfico 2 - Perfil do autor da violência doméstica por nacionalidade em Boas Vista-RR



Fonte: Relatório Enfrentamento à violência doméstica Boa Vista – RR: Patrulha Maria da Penha (2020) – dados organizados pela autora.

Conforme demonstrado nos gráficos, vale refletir sobre as mudanças drásticas que se geram nas estruturas familiares ao migrar. Da mesma forma, pode nos levar a pensar nas funções e papéis que se assumem que podem ser alterados, fazendo com que as relações de poder sejam questionadas e modificadas, agravando diversas situações de violência, podendo inclusive reproduzir situações de violência de gênero já existentes ou que já estavam ocorrendo na Venezuela e sendo reproduzidas no Brasil.

Gráfico 3 - Alojamento de passagem Casa da Mulher Brasileira em Boa Vista-RR

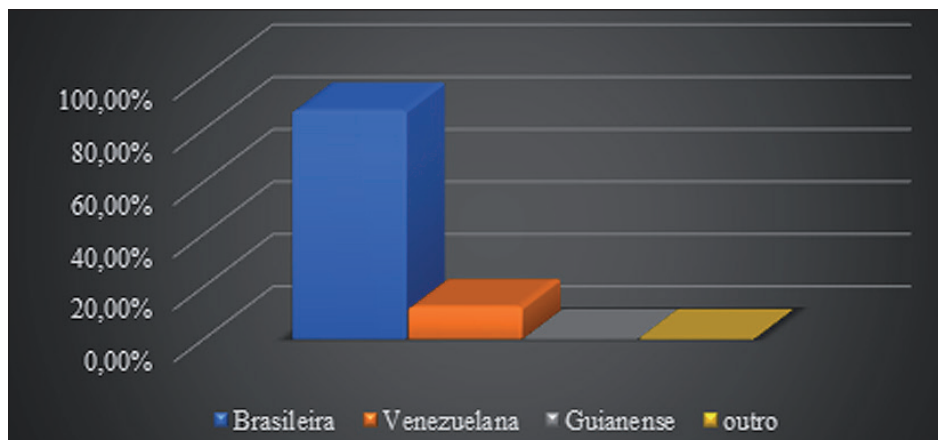


Fonte: Relatório Enfrentamento à violência doméstica Boa Vista – RR: Patrulha Maria da Penha (2020) – dados organizados pela autora.

No gráfico 3, é possível analisar a gestão do estado no quadro da violência de gênero e a necessidade de considerar o trabalho articulado de profissionais de diferentes áreas de atenção, que conheçam a cultura e os costumes do povo migrante, necessitando adquirir cada vez mais ferramentas, estratégias e práticas que os levem a alcançar a inserção social das mulheres migrantes, influenciando em grande medida nas suas expectativas de mobilidade e adaptando-se plenamente às situações apresentadas no seu cotidiano.

Todas as desigualdades, seja de gênero e, por sua vez, a violência de gênero, têm alcance e manifestações universais, que se dão em diversos e distintos marcos socioculturais e normativos que atendem aos valores e princípios de cada Estado. Essa situação se agrava quando é um fato generalizado no cenário social dos países receptores nos casos de mobilidade humana. Nestes casos a normalização tem o papel preponderante, especialmente se houver práticas sociais, culturais e históricas, que justifiquem expressões de violência de gênero.

Gráfico 4 - Perfil do autor da violência doméstica por nacionalidade em Boas Vista-RR

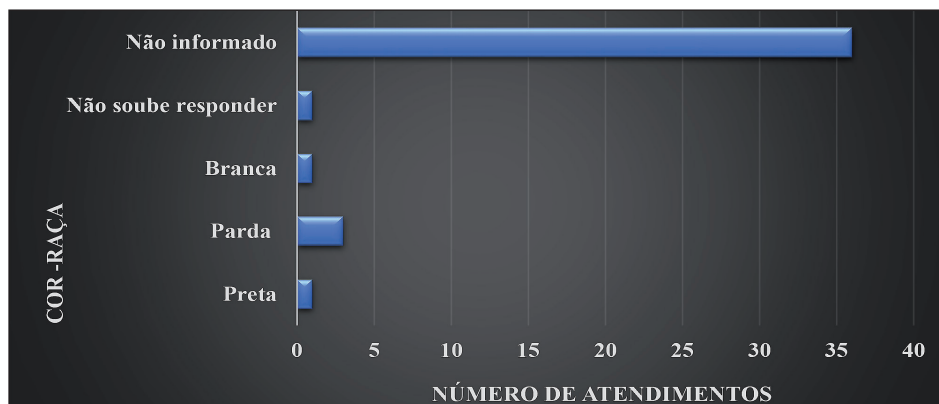


Fonte: Relatório Enfrentamento à violência doméstica Boa Vista – RR: Patrulha Maria da Penha (2020) – dados organizados pela autora.

Conforme demonstrado nos gráficos, vale refletir sobre as mudanças drásticas que se geram nas estruturas familiares ao migrar. Da mesma forma, pode nos levar a pensar nas funções e papéis que se assumem que podem ser alterados, fazendo com que as relações de poder sejam questionadas e modificadas, agravando diversas situações de violência, podendo inclusive reproduzir situações de

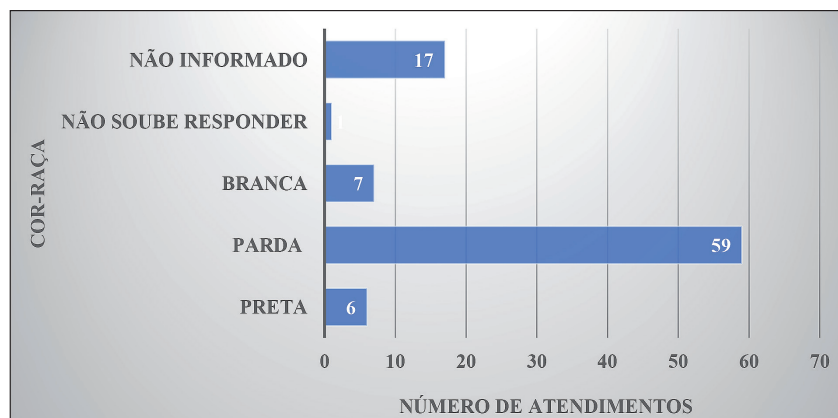
violência de gênero já existentes ou que já estavam ocorrendo na Venezuela e sendo reproduzidas no Brasil.

Gráfico 5 - Cor-raça das venezuelanas vítimas de violência em 2019



Fonte: Relatório Enfrentamento à violência doméstica Boa Vista – RR: Patrulha Maria da Penha (2020) – dados organizados pela autora.

Gráfico 6. Escolaridade das venezuelanas vítimas de violência contra a mulher em 2020

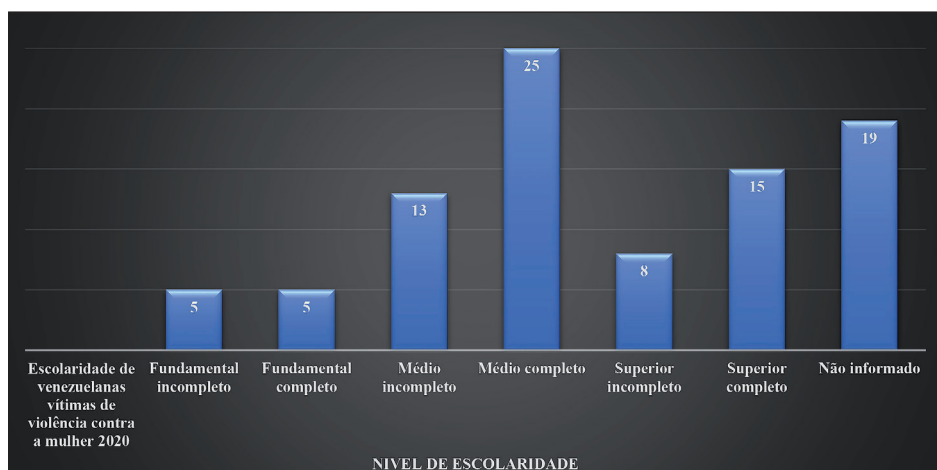


Fonte: Defensoria Pública do estado de Roraima (2021) – dados organizados pela autora.

De forma geral, a mãe reagrupa seus filhos e filhas, como única genitora provedora, ou seja, os projetos migratórios são desenvolvidos a partir de um lar

monoparental, o que já os coloca em risco de pobreza ou exclusão social, transferindo seu novo destino de estabelecimento a uma vulnerabilidade que pode ser acentuada pela falta de redes familiares e sociais, por mais próximos que estejam das fronteiras. Os processos de reagrupamento familiar, especialmente os pais solteiros, são influenciados pela situação precária das mulheres migrantes em função da sua posição no mercado de trabalho, obtendo menos rendimentos e maior dificuldade de acesso a recursos de qualquer natureza. Dessa forma, as mulheres migrantes racializadas podem ter maior dificuldade em garantir sua estabilidade.

Gráfico 7 - Escolaridade das venezuelanas vítimas de violência contra a mulher em 2020



Fonte: Defensoria Pública do estado de Roraima (2021) – dados organizados pela autora

Neste ponto, as competências profissionais para a gestão da violência de gênero a partir da diversidade cultural neste caso, venezuelana, depois da brasileira, com maior índice de casos somadas à perspectiva de gênero nas diferentes áreas de atenção e prevenção, poderia garantir seu acesso aos serviços públicos, colocando-os em um patamar de maior igualdade e participação. Com os dados apresentados, ficam evidentes as desigualdades e as múltiplas discriminações que se cruzam numa intersecção de gênero, violência e migrações que dificultam a inclusão e a integração das mulheres migrantes venezuelanas na estrutura social brasileira. Revela-se como o conceito de interseccionalidade contribui para dissecar com mais precisão as diferentes realidades em que essas mulheres se encontram.

Conclusões

Os gráficos retratam que o atendimento realizado na Casa da Mulher Brasileira durante os anos de 2019 e 2020 demonstram uma tímida procura das mulheres pelos órgãos de proteção e cuidados à mulher vítima de violência doméstica, inclusive as mulheres migrantes. Em tempos de pandemia, com o fechamento das fronteiras, desde março de 2020, apesar dos venezuelanos vulneráveis continuarem entrando todos os dias, eles têm acesso limitado aos seus direitos básicos, devido a políticas migratórias cada vez mais restritivas que impedem a maioria de regularizar sua condição. Essa falta de documentação pode estar, no caso das mulheres venezuelanas, afetando as denúncias de violência pelo medo de ir às autoridades correspondentes, o que pode ter sido agravado pelas constantes mudanças na política de migração brasileira, que de fato nega regularização para permanência no Brasil.

Com os dados analisados, pode-se construir um perfil típico da mulher migrante venezuelana vítima de violência em Boa Vista, Roraima atendida pela DPE encaminhada a Casa da Mulher Brasileira: é uma mulher entre 20 e 30 anos, com, pelo menos, ensino fundamental, sem vínculo, ilegal e com situação de trabalho precária. Os dados sobre a violência as colocam em posição relevante, depois das mulheres brasileiras, em relação à fragilidade que as venezuelanas vivenciam cotidianamente, que infelizmente tanto a falta de proteção quanto a vulnerabilidade são generalizadas no Estado de Roraima e atingem a toda a população, segundo informações nacionais.

A temática da feminização das migrações revelou intersecções entre gênero, migrações e violência, nas quais as venezuelanas passaram a sofrer mais violência nos itinerários migratórios ou apenas fizeram circular com elas os ciclos de violência a que vinham sendo submetidas antes do deslocamento migratório.

As causas da violência estão relacionadas às pregressas relações de dominação de gênero ou a fatores externos aos círculos familiares altamente complexo nas condições de moradia provisória, nos abrigos de passagem, nas ocupações espontâneas com aglomerados que extrapolam laços familiares e nos aluguéis coletivos que concentram vários núcleos familiares sobrepostos. Concluiu-se que rotas migratórias marcadas pelo contrabando e exploração dos migrantes representam ameaças ainda maiores às mulheres e as tornam ainda mais vulneráveis. A pesquisa revelou que imigrar não é algo fácil. O processo migratório envolve desafios de ordem econômica, social, cultural, ambiental, alimentar, de adaptação, acrescido da condição de migrante. Apesar de muitos concluírem que migrar para o Brasil tem mais oportunidade e expectativas de vida melhores,

existem também tensões e conflitos no processo adaptativo na migração. Em algumas situações podem ter as chances de melhorias nas condições materiais de vida (trabalho, saúde, educação, transporte, dentre outros), por outro lado, são passíveis de angústias, inseguranças, decepções, revoltas que conformam o estresse dos processos de adaptação nos seus mais diversos níveis. Percebeu-se que em todas as situações é necessário reaprender e, em casos de violações de direitos humanos, os migrantes, especialmente as mulheres, muitas vezes não reagem, não denunciam, mesmo existindo os pactos internacionais e o conjunto de legislações locais que devem ser cumpridos. Não denunciam por medo ou por desconhecer seus direitos.

Os dados mostram que os deslocamentos migratórios forçados resultam em problemas estruturais que foram levantados, mas, não foram suficientemente trabalhados neste estudo. A questão é muito complexa e ampla. A situação das mulheres migrantes indocumentadas necessita de um olhar mais aguçado por parte das instituições que as acolhem.

Referências

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). **Dados sobre refúgio no Brasil** - Balanço até abril de 2016. Brasília: ACNUR Brasil, 2016b. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/dados-sobre-refugio-no-brasil/>. Acesso em: 14 fev. 2021.

ACNUR, OIM. **Mujeres migrantes y refugiadas en el contexto de la COVID-19**. P. 4, 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/es-mx/5eb5ac714.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2021.

BAUMAN, Z. **Amor líquido – sobre a fragilidade dos laços humanos**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2004.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LISBOA, T. K. Deslocamentos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 805-821, set./dez. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104026X2007000300017>. Acesso em: 17 mar. 2020.

MILESI, R.; MARINUCCI, R. **Mulheres migrantes e refugiadas a serviço do desenvolvimento humano dos outros**. 8 de novembro de 2016. Disponível em: <https://www.migrante.org.br/migracoes/artigo-mulheres-migrantes-e-refugiadas-a-servico-do-desenvolvimento-humano-dos-outros/>. Acesso em: 15 maio 2020.

MILESI, R. Lei migratória e a inovação de paradigmas. **Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, v. 12, n. 12. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos. 2017.

MIRANDA, J. **Mulheres Migrantes em Portugal**: memórias, dificuldades de integração e projetos de vida. Lisboa: ACIDI, 2009.

MOROKIVASIC, M. Birds of Passage are also women. **Internacional Migration Review**, v. 18, n. 4, p. 886-907, 1984.

OIM Organización Internacional de las Migraciones. **Tendencias migratorias en las Américas**. Septiembre 2011. Disponível em: https://robuenosaires.iom.int/sites/default/files/Informes/Tendencias_Migratorias_Nacionales_en_Americas__Venezuela-Septiembre_2018.pdf. Acesso em: 21 abr. 2021.

OLIVEIRA, M. M. **Dinâmicas Migratórias na Amazônia Contemporânea**. São Carlos: Editora Scienza, 2016.

OLIVEIRA, M. M.; COSTA, W. D. Feminización de la migración, tráfico y trata de mujeres en la Amazonía. In: ALBOR-CHADID, L.; PIMENTEL CONTIGUIBA, M. L.; FERNÁNDEZ-MATOS, D. C.; CASTRO COTINGUIBA, G. (Orgs.). **Reflexiones sobre las migraciones en América Latina**. Barranquilla: Ediciones Universidad Simón Bolívar, 2018. p.91-136.

SAYAD, A. **A imigração**. São Paulo: EDUSP, 1998.

TORRALBO, H. G.; MATOS, D. C. F.; MARTÍNEZ, M. N. G. (Org.). **Migración con ojos de mujer: una mirada interseccional**. Barranquilla: Ediciones Universidad Simón Bolívar, 2019.

YANNOULAS, S. C. Feminização ou Feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. **Revista Temporalis**. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, v. 2, n. 22, 2011.

SAÚDE E MIGRAÇÕES EM RORAIMA

Marinete Nunes Oliveira
Márcia Maria de Oliveira

INTRODUÇÃO

Este artigo é um recorte da Dissertação de Mestrado orientada pela professora doutora Márcia Maria de Oliveira, defendida recentemente no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima. Intitulada ‘Confluências entre Saúde e Migrações Venezuelanas em Roraima, a Dissertação apresenta um panorama da situação migratória desta região transfronteiriça e, ao mesmo tempo, busca aprofundar o tema da saúde pública como um direito universal. Neste artigo sintetizamos alguns elementos que nos permitem avaliar as demandas por saúde por parte dos migrantes e as respostas por parte do Estado.

A partir do ano de 2015 com o agravamento da situação econômica na Venezuela, país que faz fronteira com o Brasil e com o estado de Roraima, milhares de migrantes venezuelanos têm sistematicamente adentrado no Brasil por essa fronteira no extremo norte. Desde então, com a chegada dos migrantes, Roraima vem percebendo que alguns setores de prestação de serviços públicos encontravam-se fragilizados, o que se agravou com o aumento da demanda, por exemplo, na saúde e na educação.

A partir de 2015 os processos migratórios foram aumentando e, como nos mostra Milesi et al. (2018) diversos órgãos, organizações e instituições têm trabalhado em conjunto com a Operação Acolhida (OA)¹ no sentido de interio-

¹ A Operação Acolhida corresponde a operação montada inicialmente pelo governo federal no governo de Michel Temer em 2016 e que continua até hoje sob o comando das Forças

rizar parte dos migrantes para outros estados da federação, com o objetivo de amenizar as tensões no estado de Roraima. Todavia estes autores(as) e muitos outros(as) teóricos(as) evidenciam que há por parte de diversos setores da sociedade roraimense o uso político desses migrantes para justificar o atraso e a falta de capacidade dos sistemas públicos (principalmente na área da saúde) em atender a população brasileira e migrante. Neste contexto, parte da sociedade coloca a culpa da ineficiência desses sistemas nos migrantes venezuelanos.

Contudo trabalhos como o de Milesi et al. (2018) denunciam que os serviços públicos já eram defasados e atrasados antes da chegada dos imigrantes e que a culpabilização dos migrantes é um processo pensado e arquitetado que cria condições sociais para que o imigrante seja discriminado de maneira sistemática, Pires (2019, p. 281), dessa forma, produzem discursos que geram tensões e comportamentos xenófobos por parte da sociedade brasileira com os venezuelanos.

Sobre a questão da xenofobia Rodrigues e Sarmento (2018), apontam diversas reações roraimenses culpando os venezuelanos por diversos problemas que já eram estruturais em Roraima, como a superlotação do sistema de saúde, o aumento de moradores de rua e o fechamento das fronteiras. Entretanto, ao contrário dos discursos xenófobos oficiais, a migração modifica positivamente a sociedade.

No relatório da Fundação Getúlio Vargas (FGV/DAPP, 2020), se constata, por exemplo, que o crescimento observado do PIB de Roraima foi de 2,3%, enquanto, na média dos estados brasileiros, foi de 1,4%. Houve também um aumento do grau de diversificação econômica em Roraima da ordem de 8%, o que não foi verificado para o resto da região Norte ou para a média dos estados brasileiros. Roraima se tornou o estado com o maior aumento de área plantada (28,9%); outro aspecto positivo para o Estado, foi o crescimento do comércio varejista, o valor exportado pelo estado, e o mercado imobiliário (FGV/DAPP, 2020).

Com o passar do tempo e com o aumento das dinâmicas migratórias, diversos trabalhos vêm sendo realizados no âmbito da academia, no sentido de compreender e analisar os diversos enfrentamentos e questões que surgiram após a chegada dos migrantes venezuelanos em Roraima. Dentre esses traba-

Armadas Brasileiras, com a atuação de diversas organizações, que visa realizar a interiorização dos migrantes venezuelanos para outros estados do Brasil.

lhos, encontramos o estudo de Barreto (2021) que versou sobre essas relações de custo/benefício da migração venezuelana na área da saúde.

Neste contexto migratório, foi possível identificar e analisar as confluências entre as migrações venezuelanas e o sistema de saúde roraimense, principalmente, as questões relativas ao aporte financeiro gerado com a chegada dos venezuelanos e ao ônus gerado ao Estado.

Optou-se pelo tema da confluência justamente por se compreender que os migrantes e os brasileiros caminham em ruas que se encontram na direção da saúde que se torna um ponto de convergência e, longe de se contrapor, a chegada dos migrantes contribuiu para se melhorar a prestação de serviços públicos por parte do Sistema Único de Saúde no Estado de Roraima.

O conceito clássico de confluência indica que é tudo aquilo “que se dirige para o mesmo ponto de convergência; é o ponto em que algo se encontra; ponto de convergência ou de encontro; duas ou mais coisas ou ideias (pensamentos) que são coincidentes: confluência de opiniões”². Neste sentido, um dos encontros, convergências, entre brasileiros e venezuelanos se deu no campo da saúde, que passou a ser uma pauta comum na luta por melhorias de direitos.

Como objetivos específicos pretendeu-se também, analisar o direito da população migrante de acesso ao sistema de saúde pública brasileiro, o Sistema Único de Saúde (SUS), além da organização e compilação de dados sobre essa realidade. Assim sendo, esta pesquisa envolveu dois grandes temas, a migração e as políticas públicas de saúde no contexto migratório. Ambas se encontram e definem novos rumos ou um novo caminho para a saúde que passa a ser pensada a partir da chegada dos migrantes.

Para lograr êxito na busca desses objetivos adotou-se uma estratégia metodológica que partiu inicialmente de uma revisão bibliográfica sobre os temas dos primeiros dois capítulos e em seguida foi realizada uma vasta pesquisa de dados em fontes oficiais como o Ministério da Saúde (MS), Secretaria de Saúde do estado de Roraima (SESAU) e a Secretaria municipal de saúde de Boa Vista/RR (SMS), além de relatórios públicos de instituições da sociedade civil e Organizações Não Governamentais (ONG's) que atuam dentro da Operação Acolhida, e também em trabalhos acadêmicos como por exemplo o trabalho de Barreto (2020).

2 Infopédia Dicionários Porto Editora. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/conflu%C3%Aancia>. Consultado em 05/03/2021.

Figura 01 - Mapa Político-Administrativo do Estado de Roraima



Fonte: Roraima (2017).

Para organizar a rede regionalizada e hierarquizada da assistência à saúde, a Secretaria de Estado da Saúde de Roraima - SES/RR começou em 2009, por meio de discussões entre gestores municipais, junto a Comissão Intergestores Bipartite – CIB e o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Roraima – COSEMS a sistematizar este processo com a participação de representantes dos municípios, os quais também, analisaram de forma cooperativa com o Estado possíveis formas de adaptar com critérios baseados no Pacto pela Saúde, a garantia das condições mínimas necessárias para se iniciar um planejamento integrado, sem desprezar os processos em andamento.

A partir de então, foram debatidos parâmetros mínimos, possíveis demandas de usuários e recortes territoriais municipais para a planificação do SUS em Roraima. Deste então, a articulação entre os gestores (municipais e estaduais) foi determinante na busca da conformação das Regiões de Saúde, com o objetivo de organizar a atenção e garantir a todos os roraimenses um atendimento mais universal, equânime, integral com respeito às diversidades culturais e sob o controle da população.

Contextualização das migrações

Vive-se no mundo, atualmente, um cenário no qual os movimentos migratórios vêm crescendo cada vez mais. Nas últimas décadas as migrações têm aumentado significativamente na América Latina e Caribe na nova rota denominada pelos estudos migratórios recentes de “migrações sul-sul” (BAENINGER et al., 2018, p. 135). Parte desse crescimento deve-se às políticas restritivas dos países europeus, do Japão e dos Estados Unidos que até então eram os principais receptores de boa parte dos migrantes movidos, especialmente pelo trabalho (BAUMAN, 2017).

De acordo com Baeninger et al. (2018) a crescente onda de racismo, intolerância e xenofobia nos países mais ricos que resulta na criminalização das migrações também tem contribuído para reduzir o raio de circulação dos migrantes ou para redefinir as rotas migratórias.

O relatório técnico apresentado por Cavalcanti et al. (2019), com dados do Ministério da Justiça apontam que, no Brasil, o número de migrantes e refugiados é de aproximadamente 1,2 milhão, sendo o aumento de venezuelanos e haitianos dentre as principais nacionalidades registradas. Deste contingente populacional em situação de mobilidade, o Estado de Roraima registra 4,3% de migrantes, refugiados e deslocados.

Baeninger et al. (2018) classificam a nova conjuntura migratória mundial como as “migrações Sul-Sul” em especial àquelas ocorridas na América Latina na última década, que refletem a complexidade e diversidade das migrações internacionais, ao mesmo tempo instigam abordagens teórico-metodológicas com vistas à compreensão dos movimentos migratórios entre e para os países latino-americanos. Diante disso, Baeninger et al. (2020, p. 2013) alerta que as condições de confinamento ou isolamento social impostas ao mundo global com o agravamento da pandemia, a partir de março de 2020, não foram capazes de interromper a “era das migrações”, com suas “novas dimensões sociais, econômicas e políticas que poderão (re)configurar os movimentos migratórios internacionais”.

Na Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 196 se afirma que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. Entretanto, este direito humano fundamental, garantido desde 1948, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos que reconheceu a “saúde

como direito inalienável de toda e qualquer pessoa e como um valor social a ser perseguido por toda a humanidade” nem sempre é assegurado aos migrantes, especialmente neste período de pandemia no qual o acesso à saúde tem se tornado cada vez mais restrito.

Mediante este cenário, este relatório tem como objetivo realizar um apanhado geral da situação da saúde dos migrantes nesta região transfronteiriça entre o Brasil e a Venezuela, com especial atenção à condição dos migrantes venezuelanos que, mesmo em meio às intempéries da pandemia da covid-19, continuam a interminável peregrinação desde o país vizinho e até o estado de Roraima ou para outras regiões do Brasil.

As elucidações da migração não compõem novidades nas construções teóricas atuais e tampouco se aplicam às elaborações científicas a respeito dos sujeitos da migração. Oliveira (2016, p. 50) afirma ser muito comum perceber, “nas teorias migratórias, determinado distanciamento entre a teoria e a realidade dos sujeitos teorizados”. Tais teorias priorizam abordagens, que apresentam o sujeito como agente ativo e consciente de seu papel na sociedade e nas relações sociais. Dessa forma, para Oliveira (2016, p. 53) é convergente nas abordagens que se pense o sujeito das migrações não como uma vítima dos processos sociais, econômicos e políticos impostos de forma arbitrária pelas políticas obrigatórias internacionais. Deve-se, portanto, pensar o migrante como um ser construído, de forma diferente, como categoria sociológica nos mais variados contextos e realidades³.

Neste cenário, diversas Organizações das Nações Unidas, e entre elas a UNICEF, organização que trabalha prioritariamente com a infância, vem realizando cinco principais programas, voltados para a educação, proteção, saneamento, saúde e comunicação. No âmbito da educação e proteção da criança, a organização trabalha em parceria o Governo Brasileiro e a sociedade civil, integrando o Programa de Educação e Proteção da Criança à resposta humanitária, através da disponibilização de 23 espaços “Super Panas” em Roraima e Amazonas, onde crianças e adolescentes venezuelanas participam de atividades multidisciplinares gerenciadas por mais de 170 educadores, assistentes sociais e psicólogos.

A Unicef informou que entre janeiro de 2015 e maio de 2019, foram registradas oficialmente 254.769 entradas de venezuelanos no Brasil. Destes, mais de 178 mil pessoas realizaram solicitações de refúgio e de residência temporária. A maioria dos migrantes venezuelanos entraram no País por Roraima, e se

³ Sob esses preceitos, a Organização Internacional para as Migrações (OIM), criada em 1951, tem buscado enfrentar os desafios da migração humana, em parceria com os 173 Estados-membros, em prol de ordenação dos processos migratórios, de promoção de benefícios, de assistência e de assessoramento a todos.

concentram no estado, principalmente nos municípios de Pacaraima e Boa Vista, capital do Estado.

Na cidade de Boa Vista, se concentram as ações de documentação e acolhimento institucional aos migrantes solicitantes de refúgio e de residência temporária. Os trabalhos são coordenados pela Operação Acolhida que representa uma “força-tarefa humanitária executada e coordenada pelo Governo Federal, através das Forças Armadas e do Ministério da Defesa, com o apoio de agências da ONU e de mais de 100 entidades da sociedade civil, que juntas oferecem assistência, emergencial, aos migrantes venezuelanos que entram no Brasil pela fronteira com Roraima”⁴.

Para o acolhimento humanitário dos migrantes a operação acolhida construiu em Boa Vista mais de 07 abrigos oficiais para acolhimento temporário para aproximadamente 5 mil migrantes, solicitantes de refúgio e refugiados⁵. Neste contexto, outra estimativa relevante foi feita pela UNICEF no começo de 2020, ao informar que aproximadamente 1,5 mil pessoas viviam em situação de rua na capital⁶. Estes números revelam que tanto Roraima e a Amazônia como um todo, encontram-se profundamente marcadas pela Mobilidade Humana, e tem sido desafiadas a acolher, compartilhar, cuidar e integrar esses migrantes e refugiados que lá vivem.

De acordo com Silva (2017), a partir da segunda metade de 2010, a Amazônia passou a figurar entre as regiões com maior mobilidade interna e internacional na América Latina, sobretudo em decorrência do ingresso dos migrantes haitianos. As novas rotas migratórias que circulam no sul da América Latina passando pela Amazônia representam novos deslocamentos oriundos especialmente do Caribe e dos países vizinhos. Este percurso representa também a abertura de novas rotas migratórias, como o caso da migração venezuelana. De acordo com Baeninger et al. (2018), novas dinâmicas migratórias têm sido identificadas nestas novas rotas denominadas pelos estudos migratórios recentes de “migrações sul-sul” que apontam a permanência das migrações na Pan-Amazônia de forma irreversível, com importante incremento nas últimas décadas.

4 Definição apresentada na página oficial da Operação Acolhida no site do Governo Federal disponível em: <https://www.gov.br/acolhida/historico/> Consultado em 15/05/2020.

5 Não se inseriram dados oficiais nessa afirmação, por que está correndo uma reformulação na estrutura de abrigo e não foram ainda divulgados os dados oficiais atualizados sobre a interiorização, uma das principais ações da Operação Acolhida, continua sendo a principal a execução de suas ações.

6 Informes atualizados da UNICEF no Brasil. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/crise-migratoria-venezuelana-no-brasil>. Consultado em 15/05/2020.

Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa observou-se o movimento da luta pela saúde pública no Brasil, que demonstrou que somente através da Constituição Federal de 1988 e a criação do SUS que o Sistema de Saúde brasileiro passou por diversas transformações. Neste contexto, a principal delas foi a nova organização descentralizada e hierarquizada da saúde. Essas mudanças fizeram com que, ao menos legalmente, o acesso à saúde se tornasse muito mais abrangente, ainda que essa abrangência não seja refletida ainda na qualidade dos serviços prestados.

Conforme observou-se nos trabalhos de Milesi et al. (2018) e Rodrigues e Sarmiento (2018), existe em Roraima uma situação estrutural de xenofobia que é alimentada pelo poder público e pela mídia local. Diversos problemas históricos e estruturais de Roraima relativos à oferta de saúde, educação, segurança, emprego, transporte, entre outros, têm agora um culpado: o migrante venezuelano.

Dessa forma, apresentamos uma discussão sobre o direito humano de acesso à saúde para migrantes no Brasil. Em seguida debatemos a situação desses migrantes na sociedade roraimense para que enfim sejam analisadas as relações existentes entre a gestão pública da saúde em Roraima no que tange ao aumento do investimento com a chegada dos migrantes e o consequente aumento da arrecadação gerada por eles.

O direito à saúde para os migrantes no Brasil e a xenofobia

O acesso à saúde para os migrantes é garantido pela Constituição Federal de 1988, em seu Art. 196 que estabelece que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. Recentemente a Nova Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017) realça esse direito, porém, apesar de existir o direito à saúde, a efetivação desses direitos é dificultada por uma série de fatores estruturais, uma vez que os migrantes são, em geral, mais vulneráveis social e economicamente, sobretudo os recém-chegados, que muitas vezes são obrigados a se submeterem a condições de trabalho insalubres, com salários baixos e condições precárias de moradia (SANTOS, 2016).

Oliveira e Dias (2020) apontam que a situação de deslocamento migratório dos venezuelanos para o Brasil, especialmente entre 2016 e 2019, se deu de forma compulsória e precária favorecendo o surgimento de enfermidades causadas pelas más condições de alimentação e do esforço desmedido de pessoas que

fizeram longos percursos a pé⁷. Ramos (2009), assegura que as migrações nestas circunstâncias, favorecem além de transtornos psicossociais decorrentes das mudanças sociais e do afastamento da família, doenças como depressão, alcoolismo e consumo de drogas.

Tal realidade traz à tona o debate referente à responsabilidade dos Estados em garantir os direitos sociais básicos às populações migrantes, estando incluso o acesso à saúde. É de se esperar que as necessidades de atenção em saúde no Brasil também envolvem os novos migrantes, bem como turistas, brasileiros que residam no exterior, e habitantes de cidades fronteiriças. Entretanto, a regulação e aplicação das leis que garantem o acesso à saúde enfrenta diversos problemas, entre os quais podemos citar a questão da definição das responsabilidades, do planejamento e organização do sistema, e da resolutividade e acesso aos serviços (SANTOS; MEDEIROS, 2018).

Mesmo em um cenário marcado pelas migrações, o Brasil é um país que ainda não se reconhece como um país de migração e refúgio, embora seja um país formado por diversas etapas migratórias que a partir de 2000 começou a receber migrantes dos países vizinhos em maior escala, especialmente haitianos, cubanos e venezuelanos, além de outras nacionalidades. Cavalcanti (et. al., 2019), no recente relatório geral do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) publicado em 2020, asseguram que,

Alguns fatores conjunturais da economia mundial e da geopolítica foram determinantes para o aumento e consolidação da imigração proveniente do Sul Global no Brasil no início da década. Primeiro, a crise econômica internacional de 2007 nos Estados Unidos, que introduziu uma maior complexidade nos eixos de deslocamento das migrações sul-americanas, especialmente no Brasil (CAVALCANTI et. al., 2019, p. 9).

Inserida nesta nova dinâmica migratória, as fronteiras da Amazônia figuram como as principais rotas de entrada de migrantes na região centro-sul da América Latina. O rápido crescimento das migrações revela a falta de políticas públicas

7 Em 02 de março de 2018, as jornalistas Emily Costa e Inaê Brandão afirmam que o G1 acompanhou venezuelanos no trajeto de 215 km entre Pacaraima, na fronteira, e Boa Vista. Sem dinheiro e perspectivas, migrantes fogem da crise na Venezuela e dependem da solidariedade para enfrentar percurso: 'Caminhando sem comer'. A matéria intitulada 'Rota da fome: o caminho dos venezuelanos que enfrentam perigo, falta de comida e de água para chegar a Boa Vista' está disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/rota-da-fome-o-caminho-dos-venezuelanos-que-enfrentam-perigo-falta-de-comida-e-de-agua-para-chegar-a-boa-vista.ghtml> Consultado em 06/04/2021.

e a preparação da sociedade para conviver com esta nova conjuntura migratória que tende a permanecer (OLIVEIRA, 2016). O crescente aumento das migrações venezuelanas trouxe à tona diversas questões relacionadas à xenofobia. Com relação ao município de Pacaraima, o mesmo, que já era habituado à dinâmica transnacional foi um dos que mais sofreu com o aumento da migração. Para Silva (2020, p. 2129), a resposta dada pelas autoridades federais e locais estimulou o discurso xenofóbico.

Silva (2020) pondera que se de um lado esse tipo de discurso mobiliza a sociedade civil e organizações nacionais e internacionais, de outro, contribui para legitimar discursos e práticas intervencionistas em nome da ação humanitária, principalmente sob o comando das Forças Armadas. Sendo assim, essa narrativa criada para a obtenção de recursos logísticos e financeiros também colaborou para a difusão de atos violentos e uma onda de xenofobia em meio a um cenário de caos já instaurado em Pacaraima e em outros municípios de Roraima.

Analisando outros trabalhos sobre a questão, Silva (2020) demonstra que nos meses que precederam as eleições de 2018 foram registrados cerca de 16 casos por dia de crimes por intolerância racial, religiosa, social, de gênero e de etnia, indicando que desde o ano de 2015, os casos de xenofobia em Roraima aumentaram cerca de 63% e somente 1% destes casos acabaram se tornando ações judiciais. Além disso, afirma ainda que desde o início de 2018, vêm sendo registrados inúmeros ataques e crimes com motivação xenofóbica aos migrantes venezuelanos em Roraima nas redes sociais e no cotidiano da sociedade roraimense

Conforme matéria publicada em 22 de março de 2018 pelo Nexo Jornal, em 05 de fevereiro daquele ano, um homem lançou uma bomba incendiária contra uma casa onde viviam 31 venezuelanos. No dia 19 de março de 2018, um grupo de 300 brasileiros queimou os pertences e expulsou 200 venezuelanos de um abrigo em Boa Vista. Em 18 de agosto de 2018, um grupo de brasileiros com fogo, bombas e pauladas expulsou cerca de 1.200 venezuelanos que estavam acampados na fronteira de Pacaraima (RR). As agressões contra a vida de venezuelanos continuaram em 2019, como denunciou a reportagem de 28 de novembro de 2019 do Jornal The Intercept Brasil – dois venezuelanos (um com 28 anos e outro com 51) foram assassinados enquanto dormiam nas ruas da capital roraimense. Esses são apenas alguns dos inúmeros casos de xenofobia ocorridos contra migrantes e refugiados venezuelanos instalados em Roraima (SILVA, 2020, p. 2130).

De acordo com a autora, para além dos significados tradicionais da xenofobia, esta implica também na desconfiança e preconceito em relação às pessoas estranhas ao país e às construções culturais daqueles que se consideram como estando em seu território. Desta forma, o racismo, além de ter relação direta com a onda de nacionalismo no Brasil, funciona como um elemento que tradicionalmente orientou as políticas de migração. Com relação ao populismo, este atua potencializando medos e ressentimentos na população e constrói sua hegemonia.

Com relação ao direito à saúde das populações migrantes, a Organização Mundial de Saúde (OMS) entende a saúde como um dos direitos fundamentais de todo ser humano. A Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH), de 1948, também se posiciona a favor da premissa da universalidade e equidade no que se refere ao acesso à saúde.

Branco (2009) demonstra que o mundo vive um processo de aceleração dos deslocamentos, decorrentes da globalização. Nesse contexto, o autor afirma que a saúde é afetada, principalmente no que tange à degradação ambiental, ao impacto sanitário e epidemiológico e à transnacionalização dos serviços. Sendo assim há a necessidade de que a atenção em saúde também seja globalizada, se adaptando aos novos tempos.

O conceito de saúde global como uma atenção em prol de um bem público mundial que transcende fronteiras possui grande potencial de crescimento e colaboração na América Latina, sobretudo após a criação e o desenvolvimento do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), as migrações dentre os países latino-americanos aumentaram consideravelmente. Os efeitos da acentuação das migrações impactam nas políticas e nos sistemas de saúde, causando a necessidade de que se estabeleçam políticas e estratégias de saúde integradoras e sustentadas, que produzam efeitos reais na redução de riscos e vulnerabilidades e que permitam obter ganhos efetivos de saúde nestas comunidades, assim como nas comunidades de acolhimento. No Brasil, a partir da criação do SUS (Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990), essas discussões sobre saúde global começam a acontecer. A organização do SUS.

Compreende um conjunto organizado e articulado de serviços e ações de saúde, e aglutina o conjunto das organizações públicas de saúde existentes nos âmbitos municipal, estadual e nacional, e ainda os serviços privados de saúde que o integram funcionalmente para a prestação de serviços ao usuário do sistema, de forma complementar, quando contratados ou conveniados para tal fim (VASCONCELOS; PASCHE, 2006, p. 531).

Conforme afirma Branco (2009), não existe uma regulamentação específica no SUS que trate, especificamente, dos migrantes, excetuando acordos estabelecidos com países vizinhos, acordos estes que em muitos casos não são aplicáveis. A afirmação supramencionada, descrita no Art. 196 da Constituição Federal de 1988, garante a todos o direito do acesso à saúde e igual tratamento. Todavia, o ‘todos’ expresso em tal artigo gera divergências de interpretação por parte dos gestores públicos e operadores do direito.

Branco (2009) faz um questionamento, se esse ‘todos’ representa todos os brasileiros natos e naturalizados ou se o migrante está incluso nesse ‘todos’. Para ele, a diversidade de interpretações da lei gera grandes conflitos e em muitos casos, o migrante para o qual é negado o atendimento, não encontra meios de acionar a justiça brasileira. Além disso, a falta de objetividade na legislação gera grandes dificuldades aos municípios que autorizam o atendimento de migrantes no sistema de saúde, uma vez que nem o Estado, nem a União reconhecem esse atendimento com relação ao repasse de recursos para as despesas do atendimento à população.

Branco (2009) também enfatiza que o fato de a Constituição Federal de 1988 ser uma constituição cidadã não deveria gerar margem para esse tipo de interpretação. Apesar disso, tanto por parte de atores públicos como políticos, há uma assimetria no entendimento e interpretação das leis e da Constituição Federal de 1988 com relação aos atendimentos discutidos.

Os municípios enfrentam esses entraves administrativos e econômicos, uma vez que os recursos recebidos por eles para financiar as ações de Atenção Básica são calculados pelo Ministério da Saúde baseado em um valor per capita, com base domiciliar nacional, de modo que esses municípios localizados em regiões de fronteira não recebem recursos para o atendimento da população migrante e nem do brasileiro que reside do lado estrangeiro. Ao mesmo tempo, se o município se negar a atender o estrangeiro, pode responder por omissão de socorro (BRANCO, 2009).

Em outro debate, Santos e Medeiros (2018) discutindo sobre a situação do acesso à saúde por estrangeiros, explanam sobre casos jurídicos ocorridos quando a partir de 2004, com a instituição do cartão do SUS, alguns municípios fronteiriços passaram a negar o atendimento a migrantes devido à falta da documentação e alegando que não havia no sistema de saúde brasileiro alguma resolução que compensasse financeiramente os municípios com relação a esses atendimentos. Contudo na grande maioria dos casos que foram judicializados as decisões deram provimento aos pedidos dos migrantes e em

algumas delas questionou-se a falta da distribuição de recursos pelo poder público para este fim.

Portanto podemos concluir que existe no Brasil uma legislação que possibilita o acesso à saúde por parte dos migrantes, no entanto, na organização prática do SUS, ainda existem muitas lacunas para a realização desses direitos, a principal delas é o financiamento dos custos que oneram os cofres públicos ao praticar esses atendimentos. Apesar disso, trabalhos como o de Barreto (2018) nos mostram que, se por um lado a chegada do migrante gera um custo para os cofres públicos, por outro, gera também um aumento na arrecadação para o Estado de destino do migrante.

A questão em voga é a necessidade de que se estabeleçam leis mais específicas para esta situação de forma em que tal confusão seja resolvida, uma vez que a omissão do Estado brasileiro, através do SUS, gera graves repercussões para a sociedade como um todo, além de inúmeros problemas de saúde pública. À medida em que a população migrante cresce, necessita dos serviços de saúde e estes não são financiados pelo Estado, ocorrem consequentes problemas como superlotação, falta de remédios, profissionais e unidades de atendimento. Frente a esta realidade, é comum as populações locais colocarem a ‘culpa’ dos problemas de saúde nas populações migrantes. A falta de acesso à saúde para os migrantes também faz com que esses acabam utilizando de métodos clandestinos e não convencionais de medicina, agravando ainda mais os problemas.

Migração e Saúde: principais confluências

De acordo com Roa (2018), os migrantes venezuelanos apresentam maior fragilidade nas condições de saúde quando comparados aos brasileiros. A Venezuela carece de medicamentos, materiais hospitalares, recursos humanos e financiamento básico, além de determinantes sociais desfavoráveis para a qualidade de vida e saúde da população. Embora seja difícil o acesso a relatórios confiáveis dos órgãos estatais da Venezuela sobre o seu sistema de saúde, a literatura científica aponta lacunas importantes tais como condições precárias, carência de remédios, de profissionais da área da saúde e insumos tanto no sistema público como privado. A este respeito, Barreto (2021, p. 257) informa que

No que se refere ao perfil de adoecimento, esses apresentaram certa similaridade entre as causas de internação dos nacionais, no entanto, os migrantes venezuelanos foram mais acometidos por doenças infecciosas e parasitárias, que apareceram como a segunda causa de internações,

evidenciando a condição de vulnerabilidade que esses indivíduos vivenciam longe de seus territórios e ratificando que o perfil de migrante por sobrevivência apresenta maior potencial de adoecimento por iniquidades.

Souzedo (2021) em sua dissertação de mestrado que versou sobre a inserção de migrantes venezuelanos na sociedade roraimense através da educação, defende que há a necessidade de que se considere os migrantes venezuelanos não como temporários e sazonais mas como permanentes, uma vez que muitos desses não mais retornarão ao seu país de origem. Em sua argumentação, o autor expõe que o discurso de sazonalidade da migração faz com que o Estado deixe de construir e realizar ações de inserção desses migrantes na sociedade, no caso, o autor faz referência à falta de planos, recursos e estratégias perenes e não paliativas para a incorporação dos migrantes na sociedade roraimense.

Acreditamos que na saúde esse fato também ocorre, isso explica, por exemplo, a falta de investimento no SUS e o aumento de investimentos na Operação Acolhida e nas medidas paliativas de atenção à saúde desses migrantes. O trabalho realizado por Melo (et al., 2020), que analisou questões e problemas relacionados à saúde pública demonstrou que o aumento populacional decorrente da imigração (desproporcionalmente elevado), resultou em um colapso no sistema de saúde de Roraima como um todo, sobretudo pelo fato de que a maior parte desses migrantes se encontram em situação econômica extremamente vulnerável.

Somente em 2018, o Ministério da Saúde tomou medidas para aumentar o aporte de recursos federais para a saúde do estado, mediante as Portarias nº 1.384 e 1.385, ambas de 16 de maio. A Portaria nº 1.384 aumentou o incentivo financeiro anual do PAB fixo (Parcela de Recursos fixa, calculada sobre a população do Município, componente do Piso da Atenção Básica) em R\$ 174.608,00 (cento e setenta mil, seiscentos e oito reais) para Pacaraima e R\$ 333.672,00 (trezentos e trinta e três mil, seiscentos e setenta e dois reais) para Boa Vista, divididos em doze parcelas mensais, das quais a última se deu em maio passado. A Portaria nº 1.385 estabeleceu aporte anual de R\$ 9.600.000,00 (nove milhões e seiscentos mil reais) ao bloco de custeio do Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade do estado de Roraima, também em parcelas mensais que, depreende-se, findaram em maio último (MELO et al., 2020, p. 92).

A referidas autoras complementam, demonstrando que não há nenhuma menção do Ministério da Saúde (MS) com relação a uma nova realocação e

repasses extras de recursos para a saúde no contexto da migração. Outro fato importante levantado é o fato de que existem grandes inconsistências nos dados apresentados pelo MS, dando como exemplo dessas inconsistências questões como a cobertura populacional da atenção básica. Segundo esses dados do MS, a cobertura populacional em Pacaraima teria sido de 100% entre 2016 e 2019. Contudo, sabe-se que a população deste município aumentou consideravelmente, todavia, o número de Agentes Comunitários de Saúde permanece o mesmo desde 2014.

Em relação aos dados referentes à Atenção Básica, Melo (et al., 2020) demonstra com dados da SESAU que já em 2016 houve um aumento de 110% de atendimentos no Hospital de Pacaraima e de 310% no Hospital Geral de Roraima (HGR), todavia não houve neste período a realização de nenhum concurso público, além do fato de que as políticas não vêm sendo planejadas conforme a legislação determina, que é o planejamento integral e ascendente de modo a atender as novas realidade do território. Os autores demonstram também que esse aumento no número de atendimentos é totalmente desproporcional quando relacionado com a capacidade instalada, a disponibilidade de materiais e o quantitativo de profissionais de saúde e técnico-administrativos que são insuficientes para a demanda de venezuelanos em tão pouco tempo.

Outro fato levantado por Melo (et al., 2020) foi o ressurgimento de algumas doenças transmissíveis graves já erradicadas no Brasil como, por exemplo, o Sarampo. Questões como essas fizeram com que o MS assinasse, em 2018, o Plano Integrado de Ações para atendimento em saúde no estado. Construído em conjunto com os governos Estadual e Municipais das cidades de Boa Vista e Pacaraima, esse Plano é resultado de um Grupo de Trabalho (GT), criado em agosto de 2017, para atender ao aumento da demanda nos serviços de saúde devido ao crescimento migratório.

Ao longo de 2016, os dados da Secretaria Municipal de Boa Vista também mostram um aumento considerável na demanda de estrangeiros pela APS. No caso dos venezuelanos, os estudos de Melo et al. (2020) demonstram que houve um aumento expressivo de atendimentos a venezuelanos, na ordem de 85%. No período de janeiro a agosto de 2017, por exemplo, foram realizados 18.796 atendimentos, onde 4.962 desses atendimentos se destinaram às pessoas oriundas da Venezuela. Para Melo et al. (2020, p. 97):

Esses fatos demonstram a carência de investimentos na ampliação da RAS municipal, de modo a se assegurar o acesso com a qualidade almejada. O

crescente fluxo migratório exige da gestão municipal constante reflexão e tomada de decisão estratégica, sob as bases dos princípios de acessibilidade e integralidade do SUS. Trata-se de enorme desafio, quando se considera a crescente demanda e o conjunto de diferentes necessidades dos venezuelanos, que buscam as UBS, cujos processos de cuidar e estruturas foram planejados para a população existente em cada área territorial de Boa Vista.

De acordo com o plano municipal de saúde de Boa Vista/RR Roraima (2018), existe uma grande preocupação em relação ao acompanhamento e seguimento dos venezuelanos, principalmente em relação ao atraso do pré-natal, a atualização de vacinas e o controle epidemiológico de agravos, sobretudo com relação aos casos de doenças infectocontagiosas como a Tuberculose, AIDS e Hepatites Virais.

A gestão da Atenção Primária à Saúde (APS) da Secretaria Municipal de Saúde de Boa Vista se constitui pela Assessoria, Núcleo da Rede Básica, Diretores de UBS, Coordenação de Sistemas de Informação, Coordenação do Programa Bolsa Família, Coordenação do Programa Saúde na Escola e Tabagismo, Coordenação de Saúde Bucal e Centro de Especialidades Odontológicas (CEO). Existindo, portanto, 60 equipes de Saúde da Família, distribuídas em 34 UBS, em regime de 40 horas semanais, entre as quais, quatro (4) unidades funcionam com horário ampliado para atendimento de segunda a sexta-feira (MELO et al., 2020).

Fundamentado em Melo et al. (2020), em relatórios do MS (2019) se conclui que as UBS não possuem a adequada capacidade instalada e o suficiente quantitativo de profissionais para o atendimento das demandas de saúde advindas do aumento populacional mediante as novas dinâmicas migratórias.

Para o migrante, a saúde é fundamental para que sua integração ao destino seja bem-sucedida. Quando os migrantes chegam ao Brasil, o Estado brasileiro passa a ser responsável pela saúde destes. Neste sentido, a saúde se torna um direito humano e a negligência no atendimento à saúde dos migrantes também pode gerar graves problemas de saúde pública.

Nesta perspectiva existe um debate sobre a questão dos custos e receitas geradas pelos migrantes no que tange ao financiamento da saúde pública. Giovanella (et. al., 2008) demonstram em seus estudos que na área da saúde isso é prática comum no Brasil e que esse debate seja um dos pilares principais na atuação do Estado no contexto migratório. Em geral, a população migrante se torna invisível na etapa de planejamento da saúde.

É comum também o discurso de que as populações migrantes trazem um ônus ao sistema que faz com que a qualidade dos serviços caia consideravelmente. Entretanto, Santos (2016) explica que os estudos mais atuais sobre o assunto desmistificam este discurso, uma vez que mesmo quando ainda não devidamente legalizados os migrantes também geram receitas, muitas vezes superiores aos gastos. Ainda assim, a autora demonstra que ao excluir o migrante do sistema público de saúde pode acarretar a queda nos indicadores básicos de saúde, além de dificultar a detecção e contenção de doenças exógenas que poderiam ser disseminadas a toda população.

O Sistema de Saúde no Brasil após a Constituição Federal de 1988 é regido pelo SUS este, por sua vez, se relaciona com todas as esferas de governo., Cada uma dessas esferas possui atribuições específicas, instituídas na CF de 1988 através da legislação infraconstitucional e esta é elaborada gradativamente de acordo com as intercorrências. A esfera municipal é a principal responsável pelos serviços de atenção básica de saúde. A esfera estadual responde pela organização de redes regionais e na organização da cooperação técnica entre os municípios, além de prover serviços de média e alta complexidade (MARQUES et al., 2016).

Por outro lado, no âmbito federal, a atuação se dá através do MS, que coordena as ações do SUS e formula a política nacional de saúde, além de regular o sistema público e privado e organizar a cooperação técnica entre os estados da federação. Também cabe à esfera federal realizar o registro e controle da qualidade de medicamentos, sanitária, de procedimentos e substâncias, a vigilância sanitária aeroportuária, bem como a coordenação nacional dos sistemas de vigilância sanitária e epidemiológica, de informação, controle, auditoria e avaliação do sistema de saúde (MARQUES et al., 2016).

De acordo com Santos et al. (2016) o financiamento do SUS é formado integralmente por verbas públicas, oriundos das arrecadações de contribuição previdenciária estaduais e municipais. Para os autores, esses recursos, além de garantir o funcionamento do SUS, atuam no sentido de aliviar os efeitos da crise sobre o emprego, além de funcionar como um redutor de gastos tributários das famílias e dos empregadores com serviços privados de saúde.

A partir da Portaria n.º 3.992/2017⁸, o repasse de verbas para os estados e municípios passou a ser feito através de dois grandes blocos (custeio e investimento) fato que, de acordo com o governo federal dá maior autonomia para gerir

8 Altera a Portaria de Consolidação n.º 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde.

o dinheiro conforme as necessidades da população. Todavia, conforme afirma Barreto (2021, p. 217), “essa mudança pode trazer danos a áreas com menor visibilidade, como a vigilância em saúde e atenção primária, de forma que a distribuição dos recursos tende a ser demanda para áreas como a de média e alta complexidade”.

Os valores repassados pelo SUS são definidos por valores percentuais mínimos e os estados devem aplicar no mínimo 12% de suas receitas de impostos/ano e os municípios 15%, sendo também consideradas para esse cálculo as transferências constitucionais e legais. No caso da esfera federal, a EC 29/2000 definiu que a variação nominal do PIB seria o parâmetro para o cálculo da aplicação mínima (MENDONÇA et al., 2018).

Contudo, apesar das disposições legais, Carvalho (2013) realizou um estudo no qual concluiu que esses valores que deveriam ser repassados pelo SUS, muitas vezes não são atingidos/cumpridos. Ele atribui esse fato principalmente às más gestões políticas, gestores despreparados e a falta de conhecimento técnico. O autor demonstra diversas evidências sobre o baixo investimento quando compara, por exemplo, o investimento realizado per capita do SUS com o da rede privada e os gastos do Brasil com relação aos gastos de outros países pertencentes à Organização Mundial de Saúde (OMS).

Paim (2018) corroborando com as ideias de Carvalho (2013) nos conta que a crise política vivenciada atualmente no Brasil, em conjunto com a EC-95/2016 (PEC da morte) vem tornando a situação do SUS cada vez mais grave, uma vez que com a crise, muitos usuários de sistemas privados migraram para o SUS e a EC 95, por sua vez, congelou os investimentos em saúde por 20 anos, sendo assim, o investimento atual que já era insuficiente ainda foi congelado.

Paim (2018) aponta para o subfinanciamento do SUS que enfrenta problemas para a manutenção dos serviços e até mesmo para a remuneração dos trabalhadores da saúde, assim como para a devida ampliação da infraestrutura, complementando esses problemas há também uma tendência de privatização do SUS através do investimento em terceirização de serviços com o setor privado. “Essa ação estatal através dos boicotes pelas vias do executivo, do legislativo e do judiciário comprometeu a vigência da concepção de seguridade social, além de facilitar a privatização da saúde” (PAIM, 2018, p. 4).

É mister que os serviços de saúde ofertados pelo SUS nos últimos 30 anos, evoluíram em quantidade, mas não em qualidade. As mudanças no modelo de financiamento e o crescimento dos incentivos ao modelo privado, nos levam a

um cenário de subfinanciamento e sucateamento do modelo do SUS, visto que o financiamento é um elemento estrutural que alicerça economicamente as práticas do sistema de saúde. É através deste recurso da gestão que se pode garantir a universalidade e a integralidade das ações de saúde (VIACAVA et al., 2018).

Guerra e Ventura (2017) apontam que a mobilidade humana é um fenômeno mundial, sendo assim a população migrante precisa ser incluída no planejamento das ações de saúde, de forma a garantir o direito ao acesso à saúde desse grupo. Ou seja, o migrante necessita ser reconhecido como sujeito de direito. Para Barreto (2021, p. 219) “o Brasil cumpre com os princípios bioéticos que envolvem a questão migratória e o direito à saúde, mas há, também, um longo caminho a percorrer para superar os obstáculos no cumprimento desse direito”.

A grande questão que está em jogo é o debate entre a possibilidade de aumento das despesas e elevação de custos, em detrimento do movimento dialético proporcionado pelo migrante que também aumenta a arrecadação. Analisar os custos em saúde é uma estratégia fundamental para o planejamento adequado de ações para a criação de políticas públicas voltadas para esse público e também para desmistificar questões xenofóbicas que imputam aos migrantes a culpa pelo fracasso da saúde pública.

Considerações finais

A pesquisa leva a concluir que o sistema de saúde público brasileiro, atualmente conhecido como SUS, é resultado de muitas lutas e pressões populares ao longo da história. Nesse contexto, constatamos que a saúde pública no Brasil se encontra numa situação extremamente deficitária e negligente para com a saúde da população, sobretudo quando se trata das camadas menos abastadas da sociedade. As Conferências Nacionais da Saúde (CNS), e os debates por elas suscitados foram de fundamental importância neste processo que culminou com a criação do SUS.

Com o fim da ditadura militar e a promulgação da Constituição Federal de 1988 que criou o SUS, a saúde deixou de ser tratada como exclusividade das classes altas e passou minimamente a promover o atendimento à população mais pobre como nos contou Paim (2018). O aumento do alcance social e geográfico que o SUS proporcionou não foi traduzido em um atendimento de excelência e qualidade para todos, contudo, a divisão política realizada no SUS pela Constituição Federal de 1988, que deu mais autonomia para que os municípios pudessem realizar um atendimento mais local e, portanto, passível de serem realizadas

ações pontuais localizadas, possibilitou uma alguma melhora nos serviços de saúde pública.

A partir dos anos 2000, com o processo de globalização, os processos migratórios aumentaram consideravelmente, e o crescimento econômico do Brasil fez com que o país também se tornasse um polo atrativo para migrantes de diversas partes do mundo, principalmente aqueles advindos do MERCOSUL e de outros países da América do Sul.

A chegada de migrantes em Roraima já acontece há algum tempo, contudo, ainda não existe uma legislação específica que determine os rumos da saúde pública voltada para os migrantes. Apesar dos migrantes terem o direito garantido constitucionalmente de serem atendidos e cuidados pela SUS, na prática, a falta de uma legislação que demande o financiamento desses atendimentos causa diversas situações de deficiência no sistema de saúde, levando a diversos problemas que vão desde questões de saúde (proliferação de doenças, por exemplo) ao aumento da xenofobia, dificultando a vida do migrante que por estar longe de seu país de origem sofre ainda mais com essas mazelas.

A APS é a porta de entrada do SUS e é a base do sistema, a esfera responsável por organizar e proporcionar esse atendimento para a população é a municipal. No contexto da migração recente de venezuelanos para o Brasil, mais especificamente para a capital de Roraima e aliado à pandemia da COVID-19 que vem colapsando sistemas de saúde pelo mundo todo, o sistema de saúde pública de Roraima e de Boa Vista entrou em crise. Neste contexto, o discurso mais difundido pelas autoridades é o de que a “culpa” desse colapso é dos venezuelanos.

Esse discurso gerou e gera diversos episódios de xenofobia explícita, sobretudo no interior das UBS e dos hospitais. Inclusive durante as eleições de 2018, muitos candidatos que colocaram como proposta de campanha o fechamento da fronteira para impedir a entrada de venezuelanos foram eleitos.

A análise desta realidade esclarece que o maior debate, quando se fala em crise do sistema de saúde, é relativo ao financiamento da saúde, ou seja, ao montante de recursos empenhados e às estratégias de alocação e utilização desses recursos. Sendo assim buscamos os dados para saber se realmente os migrantes estão onerando o estado como se tem dito no senso comum.

Desta forma, pode-se dizer que os migrantes têm problemas de saúde e provocam mudanças importantes tanto no que se refere à abertura das estruturas da sociedade para atender e assegurar a saúde deles, como no tangente à ampliação e melhoria dos sistemas de saúde para a população como um todo. Nesta perspectiva, a confluência entre migrações e saúde resulta em um novo caminho que

revela a importância dos migrantes para provocar melhorias nos diversos setores da sociedade.

Neste sentido, esta pesquisa busca contribuir para desconstruir a narrativa de que o colapso no sistema de saúde de Roraima é culpa exclusiva da chegada de migrantes venezuelanos. Ao contrário disso, os dados e estudos levantados e analisados, demonstraram que não houve um investimento proporcional ao aumento da demanda e a resposta das autoridades sobre a questão foi a de criar uma narrativa xenófoba que os exime das responsabilidades legais, sobretudo com relação ao aparelhamento devido do SUS para o enfrentamento da ‘crise’.

Da mesma forma, contribuiu para desconstruir discursos xenofóbicos que servem, em um período de alto nacionalismo populista, para a manutenção do poder e que em nada contribuem de fato para resolver os problemas gerados com a crescente migração venezuelana.

Referências

BAENINGER, R. et al. **Migrações Sul-Sul**. 2 ed.. Campinas, SP: Nepo/ Unicamp, 2018.

BAENINGER, R. et al. **Atlas Temático: Observatório das Migrações em São Paulo – Migrações Venezuelanas**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – NEPO/Unicamp, 2020.

BAENINGER, R.; VEDOVATO, L. R.; NANDY, S. (Orgs.). **Migrações internacionais e a pandemia da COVID-19**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2020a.

BAENINGER, R. Governança das migrações: migrações dirigidas de venezuelanos e venezuelanas no Brasil. In: BAENINGER, R.; JAROSHINSKI, J. C. (Orgs.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018.

BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. (Orgs.). **Migrações venezuelanas**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2018.

BARRETO, T. M. A. C. et al. Vigilância epidemiológica e os processos migratórios: observações do caso dos venezuelanos em Roraima. In: BAENINGER, R.; JAROSHINSKI, S. **Migrações venezuelanas**. Campinas/SP: Editora Unicamp, 2018. p. 374-380.

BARRETO, T. M. A. C. **Saúde Ambiental e Migração: uma análise da migração venezuelana sobre os serviços de saúde pública na cidade.** Tese (Doutorado em Recursos Naturais) - Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2021.

BAUMAN, Z. **Estranhos à nossa porta.** Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2017.

BRANCO, M. L. **O SUS na fronteira e o direito: em que medida o estrangeiro tem direito ao SUS.** Monografia (Especialização em Direito Sanitário) - Fundação Oswaldo Cruz, Brasília, 2009.

CARVALHO, G. A saúde pública no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 78, p. 5–26, 2013.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; MACÊDO, M; PEREDA, L. **Resumo Executivo. Imigração e Refúgio no Brasil: a inserção do imigrante, solicitante de refúgio e refugiado no mercado de trabalho formal.** Brasília, DF: OBMigra, 2019.

FGV (Fundação Getúlio Vargas). **A economia de Roraima e o fluxo venezuelano: evidências e subsídios para políticas públicas.** Rio de Janeiro: FGV/DAPP, 2020.

GIOVANELLA, L. et al. (Orgs.). **Políticas e sistema de saúde no Brasil.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

GUERRA, K.; VENTURA, M. Bioética, imigração e assistência à saúde: tensões e convergências sobre o direito humano à saúde no Brasil na integração regional dos países. **Cadernos Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 123-129, 2017.

MARQUES, R. M.; PIOLA, S. F.; OCKÉ-REIS, C. O. Desafios e perspectivas futuras no financiamento do SUS. In: MARQUES, R. M.; PIOLA, S. F.; ROA, A. C. (Orgs.). **Sistema de Saúde no Brasil: organização e financiamento.** Rio de Janeiro: Abres /Brasília, DF: MS, 2016.

MELO, P. G. S.; TONINI, T.; QUARESMA, M. L. J.; OLIVEIRA, M. M. Interface Migração e Serviços de Saúde Primária na Fronteira Brasil–Venezuela. In: OLIVEIRA, M. M.; DIAS, M. G. S. (Orgs.). **Interfaces da Mobilidade Humana na Fronteira Amazônica.** v. 2. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

MENDONÇA, M. H. M.; MATTA, G. C.; GONDIM, R.; GIOVANELLA L. (Orgs.) **Atenção Primária à Saúde no Brasil: conceitos, práticas e pesquisas.** Rio de Janeiro: Fiocruz; 2018.

MILESI, R; COURY, P; ROVERY, J. Migração Venezuelana ao Brasil: discurso político e xenofobia no contexto atual. **Aedos**, Porto Alegre, v. 10, n. 22, p. 53-70, ago. 2018.

OLIVEIRA, M. M.; DIAS, M. G. (Orgs.) **Interfaces da Mobilidade Humana na Fronteira Amazônica.** v. 2. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

OLIVEIRA, M. M. **Dinâmicas Migratórias na Amazônia Contemporânea.** São Carlos: Scienza, 2016.

PAIM, J. Sistema Único de Saúde (SUS) aos 30 anos. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1723–1728, 2018.

PIRES, R. R. C. **Implementando Desigualdades: Reprodução de Desigualdades na Implementação de Políticas Públicas.** Rio de Janeiro: IPEA, 2019.

RAMOS, N. Saúde, migração e direitos humanos. **Mudanças – Psicologia da Saúde**, n. 17, v. 1, s.p., jan./jun. 2009.

ROA, A. C. Sistema de salud en Venezuela: ¿un paciente sin remedio? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, s.p., 2018.

RODRIGUES, F. S; SARMENTO, G. G. S. Entre a acolhida e o rechaço: breves notas sobre a violência e os paradoxos da migração venezuelana para o Brasil. In: BAENINGER, R; JAROSHINSKI, J. C. (Coord.). **Migrações Venezuelanas.** Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018.

SANTOS, F. V. A inclusão dos migrantes internacionais nas políticas do sistema de saúde brasileiro: o caso dos haitianos no Amazonas. **História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 477-494, 2016.

SANTOS, H. S; MEDEIROS A. A. **Migração e acesso aos serviços de saúde: a necessidade da pauta intercultural para o cumprimento dos direitos humanos.** 2018.

SILVA, C. R. et al. Dificuldade de acesso a serviços de média complexidade em municípios de pequeno porte: um estudo de caso. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 4, p. 1109-1120, 2017.

SILVA, I. “Bota fogo nesses vagabundos!”: entextualizações de xenofobia na trajetória textual de uma fake News. **Trab. Ling. Aplic., Campinas**, n. 59, v. 3, p. 2123-2161, set./dez. 2020.

SOUZEDO, Y. C.; **A visão dos profissionais da educação no contexto do acolhimento e inserção de migrantes venezuelanos nas escolas estaduais de Roraima: estudo de casos**. Universidade Federal de Roraima. Boa Vista: Dissertação de mestrado (PPGSOF/UFRR), 2021.

VASCONCELOS, C. M.; PASCHE, D. F. O Sistema único de Saúde. In: CAMPOS, G. W. S. et al. (Org.). **Tratado de Saúde Coletiva**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro, 2006. p. 531-562.

VIACAVA, F. et al. SUS: oferta, acesso e utilização de serviços de saúde nos últimos 30 anos. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1751–1762, jun. 2018.

UM PÉ NA CIDADE, UM PÉ NO INTERIOR¹: A MOBILIDADE INVISÍVEL DOS TRABALHADORES URBANOS NA ÍNDIA²

Autoria de Matias Echanove e Rahul Srivastava

Tradução de Caterine Reginensi e Laila Mayara Drebes



Ilustração introdutiva ao texto, Hugh Ebdy / @urbz, 18/05/2020.

1 O termo francês *village* faz alusão a municípios pequenos, por vezes distantes das regiões metropolitanas e caracterizados pela predominância de atividades agropecuárias e outras do setor primário, que as tradutoras optaram por traduzir como “interior”, buscando aproximação com a realidade e com a própria linguagem brasileira.

2 Texto originalmente publicado pelos autores em língua francesa no site *Forum Vie Mobiles*. Referência: ECHANOVE, M.; SRIVASTAVA, R. *Un pied en ville, un pied au village: la mobilité invisible des travailleurs urbains en Inde. Forum Vie Mobiles. Points de Vue*. 19. mai. 2020. Disponível em: < <https://fr.forumviesmobiles.org/2020/05/18/pied-en-ville-pied-au-village-mobilite-invisible-des-travailleurs-urbains-en-inde-13303>>.

Após o anúncio do confinamento devido à Covid-19, imagens e histórias do subcontinente indiano ainda circulam na mídia internacional. Elas relatam a situação de milhões de trabalhadores que viajam centenas de quilômetros a pé ou de bicicleta para chegar às suas cidades natais situadas no interior, presos nas cidades ou parados nas estradas. Os comentaristas têm dificuldade em expressar ou descrever o que veem. É um êxodo? Uma migração em massa na direção oposta?

Na realidade, estamos testemunhando a necessidade urgente de retornar ao interior em busca de segurança, em tempos de angústia absoluta. Não são apenas os trabalhadores migrantes nas estradas, mas também as famílias com crianças, que se estabeleceram em Mumbai, Delhi ou outras metrópoles, mas que continuam a acreditar que o interior é um lugar mais seguro neste momento. Estes homens, mulheres e crianças mantêm um forte vínculo tanto com a cidade como com o interior ao longo da vida, mesmo depois de se estabelecerem definitivamente na cidade.

Este retrato revelado pela pandemia de Covid-19, tornou visível o que é invisível nas estatísticas oficiais. A dupla filiação de milhões de indianos das classes trabalhadoras, que têm um pé na cidade e outro no interior, não deve, entretanto, ser vista como um problema em si. Em vez disso, as políticas devem agora levar esta realidade em conta e responder às necessidades de uma força de trabalho móvel, que impulsiona tanto a economia urbana como a economia rural.

Confinados em um dos lugares mais densamente povoados do mundo

Ashok Kumar mora em Dharavi, um bairro ultra populoso no coração de Mumbai, conhecido por seu artesanato e suas diversas comunidades, formadas por sucessivas gerações de migrantes do subcontinente indiano. Seu pai deixou uma cidade do interior, em Tamil Nadu, na década de 1950 e, graças ao seu trabalho árduo e ao apoio de sua comunidade, ele conseguiu abrir uma pequena fábrica de couro, agora administrada por Ashok. Sua família e seus negócios estão divididos entre Mumbai e sua cidade natal, Pattamadai, a mais de 1.500 km de distância, para onde retornam regularmente.

Devido às medidas tomadas pelo governo para limitar a propagação da pandemia de Covid-19, a fábrica foi fechada, como todas as outras empresas indianas. O confinamento entrou em vigor quatro horas depois de ser anunciado pelo primeiro-ministro, deixando Ashok e sua família sem tempo para partir para o interior. A situação é difícil, mas eles estão melhor preparados para responder à crise do que a maioria dos habitantes de Dharavi. Como seu pai antes deles, dezenas de milhares de trabalhadores chegaram nos últimos anos para ganhar o dinheiro que

mandam de volta para o interior. Alguns moram com a família ou com parentes, outros dormem na oficina que os emprega. As condições de vida são difíceis em tempos normais, com pouca ou nenhuma privacidade, os locais de vida e trabalho são lotados e os banheiros compartilhados. Essa situação só é tolerável porque eles sabem que é possível chegar à sua cidade natal, no interior, por meio de uma viagem barata de trem. Agora, com os trens parados e ordenados a ficar onde estão, sua casa na aldeia está fora de alcance.



Figuras 1 e 2 - Mohammad Asif Ansari (esquerda) e Monish Khan (direita) pegaram a estrada para sua cidade natal interiorana, Bareilly, em Uttar Pradesh, quando as oportunidades de emprego diminuíram após a pandemia. Eles trabalharam em oficinas de alfaiataria em Dharavi nos últimos quatro anos. Durante este período, eles voltaram para casa, no interior, uma vez por ano.

Entre as áreas rurais e urbanas, os vínculos vitais

O interior e a comunidade são as únicas redes de segurança para quem trabalha na economia “informal”, que emprega mais de 90% da mão-de-obra e abrange

todos os setores, dos serviços à indústria, passando pela agricultura. Esta é a realidade não só dos “trabalhadores migrantes”, mas também de famílias como a de Ashok, que estão ancoradas tanto na cidade como no interior.

As idas e vindas entre o interior e a cidade são o âmago da vida de várias centenas de milhões de indianos das classes trabalhadoras. No entanto, passam pelo radar do censo nacional, que não consegue captar seus movimentos. As estatísticas indianas consideram que um indivíduo está presente em apenas um lugar; mais especificamente, eles argumentam que cerca de 30% da população vive em áreas urbanas e 70% em áreas rurais. Isso explica a aparente surpresa do governo central diante dos milhões de pessoas que se aglomeraram nas estações de ônibus e trem nas horas que se seguiram ao anúncio do confinamento mais massivo e restritivo do mundo. Um mês depois, centenas de milhares de pessoas, incluindo famílias com crianças, ainda estavam nas estradas, tentando chegar às suas cidades de origem no interior a pé. Por mais surpreendente que possa parecer, o governo provavelmente desconhecia a amplitude do fenômeno. A insistência das autoridades e da mídia em rotular qualquer indiano da classe trabalhadora que queira fugir da cidade como um “migrante” fala muito sobre a extensão do equívoco.

Para quem vive entre dois lugares, ir para a cidade raramente significa deixar definitivamente o interior. Isso se encaixa mais em uma estratégia vitalícia, se não multigeracional, que inclui retornos cíclicos. Embora muitos migrantes tenham fugido de seus pequenos municípios do interior em desespero, sem outra escolha, a grande maioria partiu em busca de oportunidades econômicas e de acesso à educação. Para os jovens rurais, partir para a cidade também pode representar uma jornada emocionante para novos horizontes.

Como Gyan Prakash observa em suas *Fábulas de Mumbai*, Mumbai, mais do que qualquer outra cidade, incorpora as esperanças e os sonhos levados às telas em milhares de filmes de Bollywood. Ainda assim, na vida real e nas escolhas estratégicas dos indivíduos, o horizonte não é apenas a cidade. A partida para a cidade é menos uma forma de escapar do interior do que de melhorar seu padrão de vida, e o dinheiro ganho na cidade é usado para reconstruir a casa da família ou para abrir um negócio no município de origem.

As consequências da invisibilidade

A maioria dos trabalhadores atualmente presos em Mumbai viveu na cidade, ou voltou para lá regularmente, durante anos. Aqueles que chegaram mais

recentemente têm menos recursos e devem contar com seu empregador para acomodação e alimentação. Muitos deles sobrevivem graças a redes locais de apoio e ONGs. Eles ficaram sem economias e muitas vezes não têm crédito telefônico suficiente para ligar para as famílias. Alguns líderes comunitários com recursos, como Gulzar Waqar Khan em Dharavi, fornecem recarga de telefones pré-pagos, além de comida e sabão, dizendo que esta é a única maneira de evitar que os trabalhadores retidos na cidade entrem em depressão.

Os sofrimentos pelos quais passam se refletem nas dificuldades enfrentadas no interior por seus parentes, que agora precisam sobreviver sem o dinheiro que normalmente lhes enviavam. Os trabalhadores diaristas são apanhados em uma armadilha horrível, não apenas materialmente, mas também em termos de status, em uma economia complexa e multifacetada - tanto agrária quanto industrial, móvel e enraizada. A capacidade da maioria silenciosa de ser várias coisas ao mesmo tempo, além de ser urbana e também rural, desafia qualquer dicotomia ou classificação excessivamente simples, o que explica a invisibilização e a não consideração de um imenso setor da economia, qualificada como “informal”.

O adjetivo “informal” permite associar, como num passe de mágica, sob um rótulo abrangente, o que não se enquadra em um determinado padrão. Esse rótulo permanece particularmente desprezível e, como observou o antropólogo Keith Hart, que cunhou o termo “economia informal”, ele simplesmente indica que uma grande parte da economia não é levada em consideração e, portanto, precisa ser identificada e compreendida de uma forma muito mais sutil. As estatísticas parecem incapazes disso.

A realidade atual é que a maioria dos trabalhadores pobres, estejam ou não em setores organizados, vivem apertados em áreas disputadas das cidades, porque não podem acessar o mercado clássico de locações imobiliárias. Na maioria das vezes, dependem de um mercado imobiliário produzido pelos próprios moradores considerados cidadãos ilegítimos, que “ocupam” o espaço público. De vendedores ambulantes a policiais, de bancários a diaristas, a falta de moradias populares empurra essa população para as “favelas”. E como a “favela” é vista apenas como uma consequência clássica da migração descontrolada do campo para a cidade, essa alegada ilegitimidade serve como desculpa para que as autoridades não invistam em infraestrutura civil decente.

Tudo isso torna a pandemia um período particularmente difícil. O distanciamento social é um desafio, os banheiros compartilhados são um risco sanitário e os desafios materiais enfrentados por muitas pessoas que dormem no mesmo cômodo são esmagadores. Tudo isso é particularmente desastroso para aqueles que consideram sua residência principal o interior. Todos estes anos, eles conseguiram fazer

frente às condições difíceis e injustas das cidades populosas porque podiam voltar quando quisessem, especialmente para casamentos, festas religiosas e para ajudar no campo. Eles foram capazes de lidar com a densidade porque eram móveis. Nas cidades indianas, a densidade populacional e a mobilidade são as duas faces da mesma moeda. Tirar a mobilidade da equação é romper o equilíbrio, tornando a precariedade por conta da densidade um inferno.

Repensar o pertencimento ao lugar

Embora Ashok, o proprietário da fábrica de Dharavi, tenha passado a maior parte de sua vida em Mumbai, ele tem uma forte conexão com o interior, para onde viaja pelo menos três vezes por ano, geralmente de trem. Sua biografia inclui períodos em ambos os lugares, em épocas diferentes. Ele passou a primeira parte de sua infância em Mumbai, mas foi mandado de volta para Pattamadaí na idade universitária, quando a escola de Dharavi parou de oferecer aulas em sua língua nativa - Tamil. Ele voltou para Mumbai no final dos estudos para se tornar um aprendiz nas ferrovias indianas. Quando seu pai morreu, ele assumiu os negócios da família. Um de seus irmãos voltou para o interior para supervisionar a fazenda da família. Um de seus filhos trabalha com ele e montou sua própria gráfica no bairro, enquanto o outro é engenheiro em Cingapura. Ashok e seus irmãos doaram dois hectares de terra em Pattamadaí para a construção de um hospital e estabeleceram uma escola filantrópica em Dharavi.



Figuras 3 e 4 - Manoj Kumar Vishwakarma é carpinteiro e trabalha em Dharavi. Ele é originalmente de um pequeno município interiorano fora de Varanasi, Uttar Pradesh, onde tem duas casas e onde sua esposa e filhos moram. Ele mora em Mumbai há 26 anos e alugou uma pequena casa em um distrito de Thane. Ele volta para o interior por duas semanas a cada três meses, e às vezes fica lá por até seis meses consecutivos.

Como essa trajetória pode ser separada de categorias fixas, como a de “migrante”? É urbana? Rural? Ou talvez a questão mais apropriada seja como essas categorias rígidas emergem, quando raramente se adequam à realidade? Priya Deshingkar e outros estudiosos da migração apontam que em países com uma economia agrária histórica e fortemente enraizada, as migrações entre áreas rurais, as migrações rurais para outras cidades dentro de suas regiões e as migrações rurais para cidades distantes muitas vezes seguem ritmos sazonais e cíclicos, nos quais famílias em ambos os locais são a norma. Esses laços familiares estão emaranhados em alianças comunitárias e de clãs, criando redes que cobrem grandes territórios e longos períodos de tempo. Esses aspectos devem ser levados em consideração pelas autoridades e pelos formuladores de políticas.

A reconsideração da força de trabalho indiana como uma população móvel, capaz de se mover estrategicamente entre áreas rurais e urbanas com base nas necessidades e oportunidades, desafia a narrativa dominante de uma migração sem retorno para escapar das vilas pobres e inevitavelmente falhar nas favelas urbanas. Essas “favelas” urbanas não devem ser vistas como armadilhas, onde as pessoas se encontram em desespero. Entender as “favelas” como espaços que permitem às comunidades ter acesso à cidade, na ausência de moradias populares no mercado urbano, pode percorrer um longo caminho na reorientação das políticas urbanas, da demolição à melhoria.

A mobilidade, as redes comunitárias, os pontos de acesso não são novidades na Índia. As famílias e indivíduos os usam há séculos, embora permaneçam ligados a lugares específicos. O sistema ferroviário barato e acessível reforçou os modelos pré-existentes, permitindo que as classes de trabalhadores viajassem pelo subcontinente (mesmo que as comunidades fossem móveis muito antes de seu surgimento, como mostram pesquisadores como Mariam Aguiar). Na Índia independente, a antiga infraestrutura colonial tornou-se a instituição mais democrática do país, facilitando as idas e vindas de uma população móvel. Isso foi possível graças a uma política deliberada de subsídios, que permitiu unir o país e criar laços fortes entre zonas urbanas e rurais.

Reconhecer a dupla afiliação para se beneficiar dela

A pandemia trouxe à luz uma situação que foi ignorada por muito tempo. As ligações entre as áreas urbanas e rurais são profundas e não são, em si mesmas, problemáticas. Elas são, de fato, a melhor esperança da Índia em face dos grandes desafios ambientais, tecnológicos e demográficos que estão por vir. Para que

essa esperança se concretize, a mobilidade da mão-de-obra deve ser considerada e integrada ao planejamento estratégico, nas áreas de infraestrutura de transporte e habitação urbana. Devemos avaliar plenamente a contribuição da mobilidade das classes trabalhadoras para o desenvolvimento urbano e rural. Ela fornece às cidades uma força de trabalho grande e acessível, ao mesmo tempo que permite o desenvolvimento da vida no interior. Sem remessas vindas das cidades, que permitem investir em residências ou empresas, as áreas rurais sofrerão, levando mais pessoas à pobreza. Em uma geração, graças ao acesso às universidades nas cidades, essa força de trabalho urbana também está trazendo engenheiros, contadores e médicos de volta ao interior, ansiosos por retornar às suas casas ancestrais.

De uma perspectiva de longo prazo, é vital reconhecer o potencial da mobilidade como uma força econômica positiva na Índia e promover meios de transporte baratos nos setores mais pobres da sociedade. Ao mesmo tempo, o apoio à melhoria das condições de vida e de infraestruturas cívicas nos bairros onde os trabalhadores vivem, ganham a vida e participam da economia da cidade contribuiria muito para a criação de um ambiente urbano saudável.

O direito à cidade é indissociável do direito à mobilidade. Esses direitos, entretanto, implicam responsabilidades especiais para os tomadores de decisão e formuladores de políticas. Viabilizar a mobilidade por meio de transporte barato é um dos melhores caminhos seguidos, com constância, pelo governo indiano. Por que não estender esse modelo e construir moradias subsidiadas acima das estações e ao longo dos trilhos? Além disso, ver as favelas como oportunidades para a construção de moradias populares pode ajudar a melhorar a infraestrutura cívica. Em vez de despejos e planos de reconstrução, esses bairros precisam do apoio do governo para melhorar a infraestrutura e promover a qualidade de vida.

Não podemos mais ignorar a realidade desses trabalhadores e de suas famílias. A emergência em curso é um aviso para evitar que os eventos se repitam se a pandemia Covid-19, ou outra crise de saúde semelhante, atingir o subcontinente indiano novamente. A resolução dessas duas faces de um mesmo problema, seja em termos das condições de vida na cidade, seja no reconhecimento da importância dessa mobilidade ligada ao interior, teria um impacto imediato na vida de milhões de pessoas na cidade, como provavelmente, em áreas rurais.

POSFÁCIO

A coletânea ‘Entre Fronteiras, Cidades e Ruas: experiências de migrantes e ambulantes’ representa um marco importante na linha das parcerias interinstitucionais proposta pelo Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD/Amazônia) vinculado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

De fato, a presente coletânea contribui com o objetivo proposto pelo PROCAD de “apoiar projetos conjuntos de ensino e pesquisa, em instituições distintas, que aprimorem a formação pós-graduada com vistas à melhoria das notas dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) acadêmicos, vinculados às Instituições de Ensino Superior ou Institutos de Pesquisa dos estados da Amazônia”.

Organizada pelas professoras doutoras Caterine Reginensi, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais (PPGPS), da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF); Francilene dos Santos Rodrigues, do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF), da Universidade Federal de Roraima (UFRR); e Laila Mayara Drebres, do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), a presente coletânea contribui para ampliar o alcance e abrangência da interdisciplinaridade na Amazônia.

A perspectiva interdisciplinar desenvolvida nos textos se caracteriza como espaço privilegiado da produção do conhecimento por sua natureza transversal e sua capacidade de transpor os cânones disciplinares e estabelecer novas possibilidades de produção do conhecimento de forma mais abrangente com abordagem metodológica que integra conceitos, teorias e fórmulas que permitem compreender o objeto de estudo como um fenômeno sistêmico e interligado na Amazônia.

Os artigos contribuem para a ampliação do alcance da pós-graduação no Brasil, na interface com os diversos grupos de pesquisa da Amazônia. São recortes de pesquisas concluídas ou em andamento nos Programas que participam

das atividades do PROCAD- Amazônia que aprofunda a temática ‘Estado e Políticas Sociais na Amazônia: diálogos críticos sobre a apropriação de territórios e recursos naturais, mobilidades humanas e desestruturação de sistemas de conhecimento’.

Orientados pela perspectiva interdisciplinar, os textos que compõem a coletânea contribuem para o aprofundamento de diversas temáticas, dentre as quais se destacam as migrações internacionais e os deslocamentos internos com reflexões que chamam a atenção para a urgência da necessária ruptura com o assistencialismo emergencial das ações humanitárias protagonizadas pelas agências internacionais, especialmente aquelas vinculadas à Organização das Nações Unidas (ONU), Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e à Organização Internacional para as Migrações (OIM).

Para além dos diagnósticos e estatísticas, a coletânea transpõe as fronteiras brasileiras com artigos que discutem questões relacionadas as novas territorialidades nos países vizinhos com a polêmica comercialização de combustível que movimenta a economia nos espaços urbanos transfronteiriços.

As experiências de migrantes e ambulantes extrapolam as fronteiras teóricas e metodológicas e até mesmo os continentes e apresentam, com exímia tradução, as vivências cotidianas de deslocamentos permanentes de trabalhadores e trabalhadoras na Índia com suas dinâmicas territoriais reformuladas pela pandemia do Covid-19 e impactadas diretamente pelas transformações no mundo do trabalho caracterizado pela *uberização* e as novas formas de precarização do trabalho e das relações trabalhistas.

A questão de gênero perpassa a maioria dos artigos como tema transversal e diálogo interdisciplinar que abrange temas relacionados com a arte na visão feminina, o protagonismo das mulheres migrantes no enfrentamento à violência e à xenofobia. Ainda nessa mesma perspectiva de gênero, o tema da prostituição é apresentado como um convite/provocação à revisitação do tema da moral no tempo histórico.

Os artigos apresentam debates importantes e necessários para se pensar e reorientar o protagonismo dos migrantes, especialmente das mulheres na direção de pautas que rompem com o atendimento emergencial e apontam para políticas públicas de trabalho, educação, moradia e saúde voltadas para os migrantes e para as populações locais. Esse tema tem sido muito demandado pelas instituições da sociedade civil que acompanham os migrantes e a sua inserção/inclusão nos destinos migratórios. Ao mesmo tempo, acenam que as novas dinâmicas migratórias exigem gestão e governança nacional e internacional para assegurar os direitos

fundamentais dos migrantes e o seu reconhecimento como sujeitos de direitos, o que exige a consolidação de políticas públicas sólidas e consistentes, capazes de acolher, proteger, promover e integrar/incluir os migrantes. As reflexões apresentadas contribuem para o enfrentamento a toda forma de discriminação, exploração, xenofobia ou criminalização dos migrantes.

Em tempos de pandemia, de isolamento social, de deslocamentos compulsórios de migrações e expulsões, de tensões e conflitos permanentes, de produção da fome, da miséria e do desemprego como consequência direta do atual estágio do sistema capitalista neoliberal, a presente coletânea abre novos horizontes para a reflexão do tempo presente. Nessa perspectiva, e, parafraseando Ailton Krenak (2020), apresenta um conjunto atual de “ideias para adiar o fim do mundo num tempo que é especialista em produzir ausências: do sentido de viver em sociedade, do próprio sentido da experiência da vida. Isso gera uma intolerância muito grande com relação a quem ainda é capaz de experimentar o prazer de estar vivo, de dançar e de cantar”.

Dessa forma, a coletânea ‘entre fronteiras, cidades e ruas: experiências de migrantes e ambulantes’ é um convite à provocação de novos debates e análises corajosas que jogam luzes sobre temas complexos e desafiantes em tempos de obscurantismo e desvalorização da ciência. Que sua leitura contribua para o esclarecimento e para a produção do conhecimento na perspectiva interdisciplinar.

Boa Vista, 07 de dezembro de 2021

Profa. Dra. Márcia Maria de Oliveira
Universidade Federal de Roraima
– Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras

BIOGRAFIAS

ALEXANDRE SILVA DOS SANTOS FILHO

Possui graduação em Arquitetura pela Universidade Federal do Pará (1989), Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia (2002), Doutorado em Educação na Universidade Federal de Goiás (2009) com estágio na Universidade de Aveiro em Portugal. Realizou Pós-Doutorado em Artes Visuais pela UFPA (2014). Atualmente é professor Adjunto da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Desenvolve atividades Acadêmicas no Curso de Licenciatura em Artes Visuais, bem como é professor permanente do Mestrado Interdisciplinar em Dinâmicas Territoriais e Sociedade Amazônica - PDTSA e Mestrado em Letras no Instituto de Linguística, Letras e Artes - ILLA/UNIFESSPA. É artista plástico/visual e pesquisador com experiência na área de Artes - gravura eletrônica, pintura, desenho, arte mural, instalação e objetos -, com ênfase em Arte/Educação e Artes Visuais.

CARLA MONTEIRO DE SOUZA

Graduada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1982), é Mestre (1997) e Doutora (2014) em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Atualmente é professora titular na Universidade Federal de Roraima, atuando no Programa de Pós-Graduação em Sociedades e Fronteiras (PPGSOF) e no Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA). Tem experiência nas áreas de História do Brasil, da Amazônia e de Roraima, nos seguintes temas: migrações, identidades e territorialidades; memória e história oral; literatura e História; ensino de História. Integrante do Grupo de Estudos Interdisciplinares de Fronteiras (GEIFRON).

CATERINE REGINENSI

Docente na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Doutora em Sociologia (Universidade de Paris VIII, França) e Livre Docência em Antropologia Urbana (Universidade de Toulouse, França). Leciona no curso de graduação de Ciências Sociais e nas Pós-Graduações de Sociologia Política e de Políticas Sociais. Membro do Laboratório de Estudo do Espaço Antrópico (LEEA/CCH). É pesquisadora associada do Laboratório de Etnografia Metropolitana (Le Metro - IFCS/UFRJ) e do LAVUE/UMR-CNRS 7218 (França). Coordenou o projeto de extensão AntropoArte na UENF. Desenvolve pesquisas de abordagem etnográfica na área de antropologia urbana.

DÉBORA GOMES DE FIGUEIRÊDO NÓBREGA

Assistente Social graduada pela Universidade Estadual da Paraíba; especialista em Educação para a Saúde e Direito da Criança e do Adolescente pela Universidade de Ribeirão Preto, São Paulo; graduação em Direito pela Faculdade Cathedral; Mestre em Sociedade e Fronteiras pela Universidade Federal de Roraima. Atua na área de Assistência Social, na formação profissional e no campo da intervenção, planejamento, pesquisa, Gestão Pública e Políticas Sociais, executando ações e programas na área da mulher, criança, adolescente, idosos, famílias em situação de vulnerabilidade social e políticas de migração em Roraima. Atualmente trabalha na saúde pública e atua também como membro do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do sistema prisional pelo Tribunal de Justiça de Roraima na execução de novas políticas judiciárias destinadas à transformação do sistema prisional e do sistema socioeducativo.

ÉDLA SONAIRA SALAZAR DE OLIVEIRA

Licenciada em História pela Universidade Federal de Roraima (2020). Mes-tranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (UFRR). Bolsista CAPES. Pesquisadora voluntária da Canaimé Studio, uma desenvolvedora de jogos digitais com temáticas históricas voltados para educação. Atualmente, pesquisa os territórios da prostituição na cidade de Boa Vista e tem interesse pela discussão sobre o ensino de História, educação e tecnologia.

ELIZABETH ZAMORA CARDOZO

Socióloga. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Central da Venezuela. Professora da Escola de Sociologia da Universidade Central da Venezuela desde 1994 até a atualidade. Realizou estudo de pós-doutorado no Instituto Nacional de História do México (INAH). É especialista em métodos qualitativos aplicados às Ciências Sociais e em Sociologia das Emoções. Autora dos livros: *Tramas de vida (Estudio empírico-analítico en el eje San Antonio-Ureña-Norte de Santander)* e *Vidas de Fronteras (Andinos y Llaneros en la frontera colombo-venezolana)*, ambos publicados pela Universidade Central da Venezuela e a Editora Tropykos. Publicou vários artigos. Dedicou-se a investigar sobre os modos de vida de migrantes latinoamericanos na Cataluña.

FRANCILENE DOS SANTOS RODRIGUES

Doutora em Ciências Sociais, professora no curso de Ciências Sociais e nos programas de Pós-Graduação Sociedade e Fronteiras (PPGSOF) e Recursos Naturais (PRONAT), na Universidade Federal de Roraima (UFRR). É líder do Grupo de Estudos Interdisciplinar sobre Fronteiras (GEIFRON), coordena a Linha de Pesquisa: Migração, Gênero e Violência. Coordena, atualmente, o Projeto Migração, Violência e Direitos Humanos em Roraima, com financiamento do CNPq (Edital Universal/2018) e Pró-Pesquisa AGP/2020 (UFRR).

LAILA MAYARA DREBES

Doutora em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com período sanduíche no Departamento de Antropologia e Sociologia do *Institut de Hautes Études Internationales et du Développement* (IHEID), Genebra, Suíça. Atualmente é professora da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), *campus* de Xinguara, e integra o quadro permanente de docentes do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA). É pesquisadora de problemáticas sociais vinculadas às áreas rurais, com interesse sobre a mobilidade de pessoas “das” e “para as” áreas rurais. Publicou estudos sobre migrações internacionais de agricultores familiares brasileiros, principalmente jovens rurais.

LUANDERSON CONCEIÇÃO SANTOS

Nascido em Belém (PA). É graduando do curso de Artes Visuais da Unifesspa (Campus Marabá/PA), desde 2017, cursando atualmente o 6º período. Atualmente é bolsista PIBIC/Unifesspa, desde agosto/2019, em projeto denominado “Arte e tecnologia da imagem gráfica digital: da gravura histórica à inovação da gravura eletrônica e endoestética na Amazônia contemporânea”.

MÁRCIA D’ACAMPORA

Possui graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1987), mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1993) e doutorado em História Social, concluído em 2016 junto à Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é professora efetiva da Universidade Federal de Roraima. Tem experiência de pesquisa nas áreas de História do Brasil, com ênfase em Brasil República e História de Roraima, pesquisando os seguintes temas: memória, imaginário, a mídia e a política de Getúlio Vargas, bem como metodologia de análise de fontes impressas e jornais. A tese defendida trata das disputas por uma identidade no Território Federal do Rio Branco, atualmente o estado de Roraima.

MÁRCIA MARIA DE OLIVEIRA

Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/UFAM); Pós-Doutorado em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF/UFRR); Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/UFAM), Mestre em Gênero, Identidade e Cidadania (Universidad de Huelva - Espanha); Cientista Social, Licenciada em Sociologia (UFAM); Professora do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Roraima (UFRR); coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF/UFRR); Pesquisadora do Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteiras: Processos Sociais e Simbólicos (GEIFRON/UFRR); Pesquisadora do Grupo de Estudos Migratórios da Amazônia (GEMA/UFAM); pesquisadora do Observatório das Migrações em Rondônia (OBMIRON/UNIR).

MARINETE NUNES OLIVEIRA

Mestre em Sociedade e Fronteiras pela Universidade Federal de Roraima; graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Roraima (2006); Especialização em Saúde Coletiva (2018-2019) pela Universidade

Federal da Bahia; atuação no Núcleo Estadual de Articulação Interfederativa do Ministério da Saúde (servidora pública) lotada na SEINSF/RR.

MATIAS ECHANOVE

É economista, um dos membros fundadores da urbz.net, uma plataforma dedicada à ação e à investigação urbanas experimentais, com colaboradores em Bombay, São Paulo, Bogotá e Genebra. O trabalho da urbz foi exposto em MoMA (Nova York), MAXXI (Roma), MAK (Viena) e em diversas bienais de artes. Junto com Rahul Srivastava, coordena o Instituto de Urbanologia em Bombay, que combina urbanismo e antropologia. Juntos, escrevem artigos e ensaios para publicações em jornais como o New York Times, The Guardian, The Hindu, OUP, Strelka Press e Domus. Estudou governo e economia na London School of Economics, planejamento urbano na Columbia University e sistemas de informação urbana na Universidade de Tóquio.

MORELIA MORILLO

Venezuelana, formada em Jornalismo pela Universidad Católica Andrés Bello (UCAB), Venezuela; mestre em Sociedade e Fronteira, pelo Programa de Pós-Graduação Sociedade e Fronteiras (PPGSOF), da Universidade Federal de Roraima (UFRR), Brasil. Moradora e pesquisadora na fronteira da Venezuela-Brasil, Santa Elena de Uairén.

RAHUL SRIVASTAVA

É urbanista, um dos membros fundadores da urbz.net. Codirige o Instituto de Urbanologia, com Matias Echanove. Estudou antropologia urbana em Bombay, Delhi e Cambridge (Royaume-Uni). Escreve sobre temas urbanos e contribuiu com diversas exposições e projetos, em particular ligados a vídeos e filmes. Também escreveu um romance publicado pela Scholastic (Índia), de contos e roteiros.

SINTILLA ABREU BASTOS CARTAXO

Aluna do Programa de Mestrado de Sociologia Política da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Assistente social no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ). Pós-graduada em Políticas Sociais e Serviço Social (UNIFAGOC). Pesquisa antropologia urbana via narrativas cotidianas.

ÍNDICE REMISSIVO

Aisthesis 53, 54, 56 61, 65

Aisthêtikôs 53, 56, 57, 59, 63, 68

Almas migrantes 22, 32, 35, 49

Amazônia 19, 20, 21, 22, 28, 51, 53, 58, 59, 66, 68, 86, 101, 108, 111, 115, 116, 126, 133, 135, 141, 142, 151, 163, 1165, 198

Atividade de mineração; práticas de garimpagem 24, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 100, 102, 106, 107, 116

Boa Vista 19, 20, 24, 25, 86, 93, 98, 106, 113, 112, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 133, 134, 135, 136, 147, 148, 149, 150, 152, 154, 159, 156, 157, 158, 165, 170, 181, 182, 186

Casa da Mulher Brasileira 25, 134, 135, 147, 148, 151, 154

Casa-rua 70

Classes trabalhadoras 182, 174, 188

Comercialização de combustível 24, 89, 97, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 107, 110

Confluências entre saúde e migrações 157

Contrabando transfronteiriço 105

Covid-19 23, 27, 72, 79, 82, 83, 85, 86, 155, 162, 176, 177, 182, 189

Economia informal 185

Economia subterrânea 99, 100, 103, 105, 107, 109, 110

El Dorado venezuelano 101

Estratégias 71, 72, 74, 75, 77, 81, 82, 85, 87

Fantasia autodestruidora 62

Fazer a cidade 77

Feminicídio 133

Feminização das migrações 133, 134, 135, 136, 140, 142, 146, 154

Fila; situação de espera 24, 89, 90, 97, 98, 99, 102, 103, 104, 107, 108, 110

Fronteira Venezuela-Brasil 99, 105

Garimpo urbano 24, 89, 90, 100, 106, 107, 110

Imagens poemagógicas 61

Imaginário migrante 22, 31, 33, 34, 39

Investimento em saúde pública 170, 173, 174, 177

Lei Maria da Penha 148

Marginalização 22, 115, 119, 122, 127, 128

Migração; migração compulsória 20, 21, 25, 26, 52, 54, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 104, 109, 133, 134, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 154, 155, 158, 158, 162, 163, 164, 165, 166, 169, 170, 171, 172, 177, 182, 185, 197

Migrações 25, 26, 76, 133, 134, 135, 136, 134, 135, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 152, 157, 159, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 176, 177, 190

Mobilidade rural-urbano 26, 186, 190

Mulheres migrantes 25, 26, 133, 134, 134, 136, 142, 145, 146, 147, 148, 151, 153, 154, 155

Múltiplas fronteiras 90, 101

O Átomo 115, 121, 122, 123, 127, 129

Pertencimento 186

Prostituição 24, 35, 58, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 122, 123, 124, 127, 128

Redes familiares e comunitárias 153, 187

Remessas 110, 188

Ruas 19, 22, 23, 24, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 86, 90, 97, 105, 119

Saúde 26, 27, 59, 71, 73, 74, 78, 124, 140, 141, 143, 148, 155, 157, 158, 159, 159, 160, 161, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 189

Sistema Único de Saúde – SUS 26, 158, 159, 160, 167, 168, 169, 170, 173, 174, 175, 176

Socialización express 22, 31, 34, 42, 43, 48

Talibãs; talibaneos 102, 110

Táticas 23, 69, 70, 71, 77, 79, 80, 83, 84, 85, 86

Território de espera 81

Território Federal do Rio Branco 24, 114, 116, 117, 118, 119

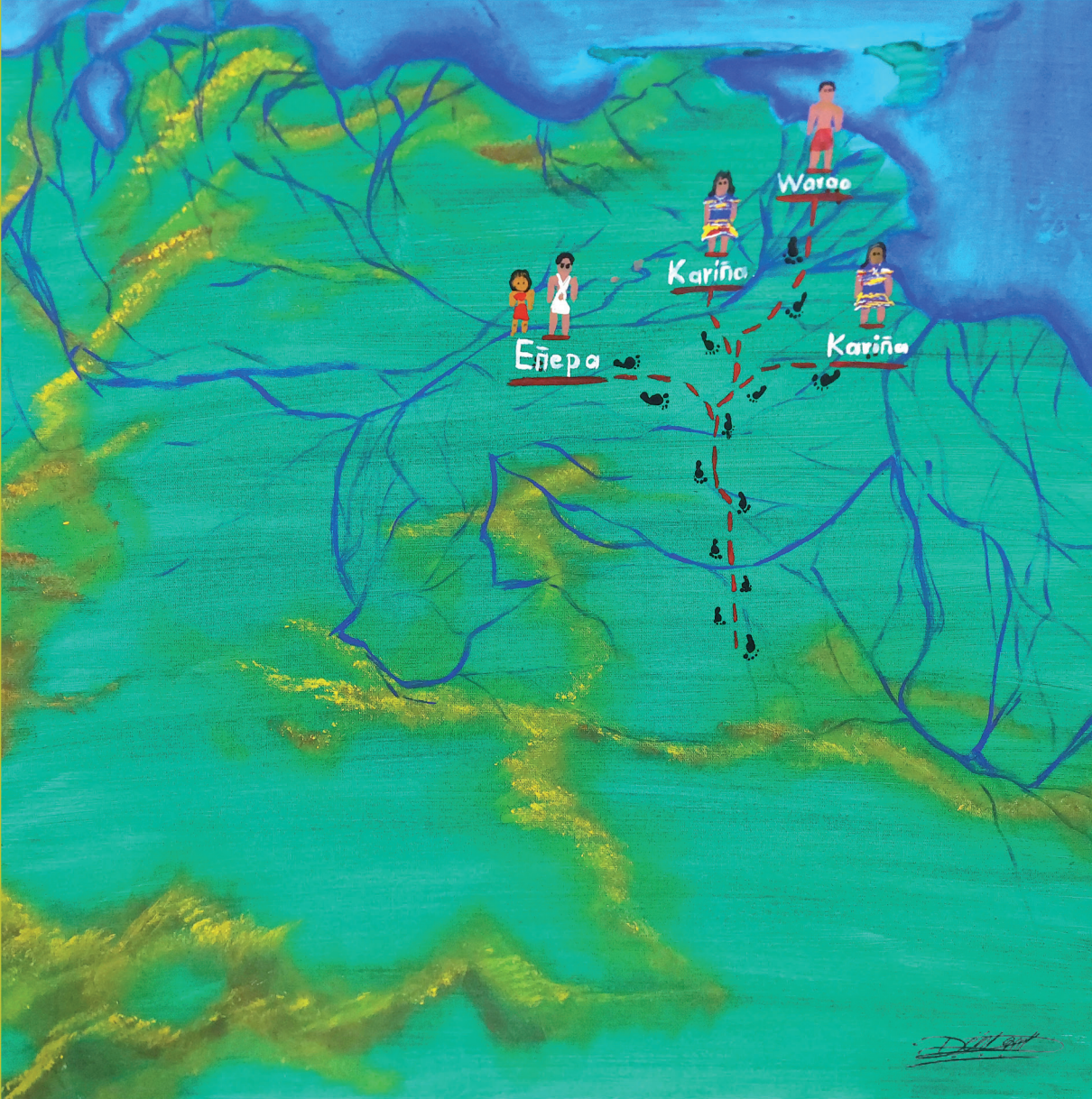
Tragédia 63, 65, 65, 67

Unidades Básicas de Saúde – UBS 172, 176

Violência contra mulheres: violência de gênero, violência doméstica 25, 26, 134, 135, 137, 147, 148, 149, 150, 151, 153

Xenofobia 22, 27, 43, 44, 145, 158, 161, 164, 166, 167, 176

Zona do Morro 114, 115, 116, 119, 121, 123, 125, 127, 129



Diller

FINANCIAMENTO



**CAPES
PROCAD
AMAZÔNIA**



PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM
**POLÍTICAS
SOCIAIS**



PPGSOF
Mestrado em
Sociedade e Fronteiras